

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IVO LUIZ DOS SANTOS

MODO DE VIDA OU MEIO DE VIDA?

Dimensões educacionais e psicossociais sobre viver no mundo rural, na perspectiva de pequenos agricultores da região metropolitana de Curitiba/PR

CURITIBA  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IVO LUIZ DOS SANTOS

MODO DE VIDA OU MEIO DE VIDA?

Dimensões educacionais e psicossociais sobre viver no mundo rural, na perspectiva de pequenos agricultores da região metropolitana de Curitiba/PR

Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas

CURITIBA  
2014

Dedicatória  
À minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa Solange Luiz Caldas dos Santos.

Aos meus filhos Guilherme, Laura e Gustavo.

Às minhas noras Fernanda e Juliana.

Ao meu genro Jorge.

Aos meus netos Vitor, Martina e Marina.

Ao DERE/SCA – Departamento de Economia Rural e Extensão do Setor de  
Ciências Agrárias da UFPR.

À professora Doutora Maria de Fátima Quintal de Freitas.

Aos Professores do Curso de Pós-graduação em Educação, na Linha de  
Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Setor de Educação da  
UFPR.

Aos agricultores de Campina dos Pintos.

A todos, e são muitos, que foram solidários e me acompanharam nesta jornada.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como foco as atividades de produtores rurais de agroecológicos na Região de Curitiba/PR, em seus modos de vida ou meio de vida para a produção agroecológica, utilizando as referências do campo da Psicologia Social Comunitária e da Educação para Autonomia proposta por Paulo Freire. Tem-se como objetivo analisar as dimensões educacionais e psicossociais nas relações estabelecidas pelos produtores rurais para a produção agroecológica, e identificar as facilidades e as dificuldades enfrentadas na produção e na comercialização dos produtos agroecológicos, bem como analisar as redes de apoio existentes na vida do agricultor e que são por ele utilizadas para as atividades de produtor e de vendedor. Foi realizada pesquisa através de entrevistas individuais, adotando sete eixos temáticos: a produção de agroecológicos; facilidades para produzir; dificuldades para produzir; venda de orgânicos; facilidades para vender; dificuldades para vender; importância da produção e venda de orgânicos; histórico profissional e pessoal; palavra livre. Apresentam-se informações a respeito da permanência ou não do rural com o desenvolvimento econômico; exemplos da atuação de produtores rurais em seus territórios; a tecnologia para o sistema de produção sustentável no Brasil; o papel e a importância da psicologia social comunitária no processo agroecológico e a prática educativo - crítica para aprendizagem. São descritas as experiências dos agricultores em sua convivência interpessoal nos grupos e na relação com os compradores. São descritas as particularidades dos produtores agroecológicos; a melhor visão de como o grupo deve agir; aqueles que optaram pelo modo de vida rural depois de parte da vida vivida na cidade; o agricultor que sabe discernir e apoiar as melhores soluções propostas para o grupo e, por fim, o agricultor mais angustiado por sentir-se só e atuando dentro de sua propriedade. O que une estes agricultores é a sustentabilidade praticada por todos, com destaque para os cuidados com o solo fundamento da produção agroecológica. A maior parte dos entrevistados percebe que se transformam ao compreender a realidade, conforme revelado por Paulo Freire. Todos têm mais consciência do que um dos vizinhos, que não come tomate da própria produção pela elevada carga de agrotóxicos, mas os vende. Para consumo próprio consome o produto agroecológico dos entrevistados. Na pesquisa foi possível constatar a predominância de profissionais da área de ciências agrárias, e também que há produtores que muito seriam auxiliados na superação de seus problemas se houvesse mais interdisciplinaridade nas equipes de assistência, com a participação de profissionais da área da educação e da psicologia social comunitária, alcançando assim a inclusão de outros componentes da comunidade de Campina dos Pintos, na produção agroecológica para uma vida mais saudável.

**Palavras-chave:** Ruralidade e Educação; Modo de vida rural; Comunidade e campo; Produtores rurais agroecológicos.

## ABSTRACT

This piece of research focuses on the activities by rural producers of agro-ecological goods in the region of Curitiba/Pr, in their way or means of life for agro-ecological production, making use of field references of the Social Community Psychology and the Education for Autonomy proposed by Paulo Freire. One of the aims is to analyze the educational and psycho-social dimensions in the relationships established by rural producers for agro-ecological production. It also aims at identifying the factors that help or hinder the production and trade of agro-ecological products, as well as analyzing the supporting nets present in the agriculturists' life, and which are used by them as producers and sellers. The research was carried out through individual interviews, making use of seven thematic axes: agro-ecological production; how easy the production is; difficulties in the production process; sales of organic products; how easy it is to sell them; difficulties in selling them; how important it is to produce and sell organic products; professional and personal history; free speech. Information is presented regarding whether or not the rural life remains in the economic development; examples of how rural producers work in their territory; the technology for the system of sustainable production in Brazil; the role and importance of Social Community Psychology in the agro-ecological process, and the critical educational practice for learning. The agriculturists' experiences in their inter-personal coexistence in groups are described, as well as their relationship with purchasers. Other factors are depicted, such as the particularities of agro-ecological producers; one's best view on how the group should act; those who have chosen the rural life after living in the city for some time; the agriculturists who are able to discern and support the best solution proposed by the group, and at last, the most distressed producers who feel lonely because they work inside their property. What joins these agriculturists is sustainability, practiced by all of them, with emphasis on the care of foundation soil for agro-ecological production. Most of the interviewees realize they change after they understand reality, as revealed by Paulo Freire. They are all more conscious than one of the neighbors, who does not eat his own tomatoes due to the high level of agrochemicals, even though he sells them; he buys the interviewees' tomatoes for his own consumption. In the research it was possible to notice the predominance of professionals in the area of Agricultural Sciences, and also that some producers would get great help to overcome their problems if there existed more interdisciplinarity in the assistance teams, with the participation of professionals of the area of education and social community psychology, achieving, this way, the inclusion of other elements in the community of Campinas dos Pintos, in the agro-ecological production for a healthier life.

**Key words:** agro-ecological rural producers; rural lifestyle; rurality and education; community and the countryside.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo las actividades de los productores rurales de agroecológicos en la región de Curitiba/PR en sus modos de vida y el sustento de la producción agroecológica, utilizando referencias del campo de la Psicología Social Comunitaria y Educación para la Autonomía propuesto por Paulo Freire. Su objetivo es analizar los aspectos psicosociales y educativos de las relaciones establecidas por los productores de las zonas rurales a la producción agroecológica, e identificar las características y las dificultades con que tropiezan en la producción y comercialización de productos agroecológicos, así como analizar la red de apoyo existentes en la vida de campesino y que son utilizadas por él para las actividades de el productor y el vendedor. Se realizó una investigación a través de entrevistas individuales, por la que se adoptan siete temas: la producción de agroecológicos; instalaciones para producir; las dificultades para producir; la venta de productos ecológicos; instalaciones para vender; dificultades para vender; la importancia de la producción y venta de productos ecológicos; antecedentes profesionales y personales; palabra libre. Presenta información sobre la presencia o no con el desarrollo económico rural;; Ejemplos de Actuación De Los rurales en sus Información Productores territorios; tecnología La del Producción en Brasil Sistema Sostenible; papel el y la importancia de la psicología social comunitaria en subsidia la práctica educativa y - fundamental para el Aprendizaje. Se describen las experiencias de los agricultores en su interacción interpersonal en grupos y las relaciones con los compradores. Se describen las particularidades de los productores agroecológicos; una mejor visión de cómo debe actuar el grupo; aquellos que optaron por el modo de vida rural después de que parte de la vida vivida en la ciudad, el campesino que sabe discernir y apoyar a los mejores soluciones propuestas para el grupo y, finalmente, el agricultor más angustiado por sentirse solo y actuando dentro de su propiedad. Lo que une a estos agricultores es la sostenibilidad, practicada por todos, especialmente el cuidado de la base del suelo de la producción agroecológica. La mayor parte de los entrevistados perciben que transforman la comprensión de la realidad revelada por Paulo Freire. Todos son más conscientes de lo que un vecino que no come la propia producción de tomate de la aplastante carga de pesticidas, es quien más vende. Para el consumo propio consume el producto agroecológico de los encuestados. En la investigación se pudo confirmar el dominio de los profesionales de las ciencias agrícolas, y también hay mucho que los productores se verían facilitados en la superación de sus problemas si hubiera más en los equipos de assistência, con la participación de profesionales en el área de educación y psicología social comunitaria, logrando así la inclusión de otros componentes de la comunidad Campesina Pintos en la producción agroecológica para una vida más saludable.

**Palabras clave:** educación y ruralidad, estilo de vida rural, comunidad y país; agricultores agroecológicos.

## LISTA DE FIGURAS: MAPAS, QUADROS, TABELAS E FOTOS

FIGURA 1 (mapa)	Mapa do Brasil e o Estado do Paraná
FIGURA 2 (mapa)	Mapa do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba
FIGURA 3 (mapa)	Mapa dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba
FIGURA 4 (quadro)	Quadro demonstrativo da população dos municípios brasileiros
FIGURA 5 (quadro)	Quadro dos funcionários municipais do Órgão Ambiental
FIGURA 6 (tabela)	Tabela de preços garantidores vigentes custeio de investimento de 10/1/2013 até 9/1/2014. (Res 4.247).
FIGURA 7 (tabela)	Tabela preços garantidores de custeio e investimento de 10/7/2013 até 9/7/2014. (Res 4.247; Res 4.266)
FIGURA 8 (tabela)	Tabela de preços garantidores de custeio e investimento de 10/1/2014 até 9/1/2015. (Res 4.247).
FIGURA 9 (quadro)	Quadro dos Módulos Fiscais dos Municípios do Paraná
FIGURA 10 (foto)	Foto do Mundo Urbano (Centro de Curitiba)
FIGURA 11 (foto)	Foto do Mundo Rural (Propriedade de Elídio)
FIGURA 12 (foto)	Foto do acondicionamento dos tomates nas caixas
FIGURA 13 (foto)	Foto do veículo de transporte de tomates
FIGURA 14 (foto)	Foto da estufa de plástico
FIGURA 15 (foto)	Foto de sementes crioulas de alcachofra e girassol
FIGURA 16 (foto)	Foto da Feira de Orgânicos com frutas à venda
FIGURA 17 (foto)	Foto da Feira de Orgânicos com hortaliças à venda
FIGURA 18 (foto)	Foto de Tomate tipo cereja e tipo pomodoro/pizza
FIGURA 19 (foto)	Foto da cobertura vegetal como prática sustentável
FIGURA 20 (foto)	Foto da Feira de Orgânicos no Setor de Ciências Agrárias da UFPR
FIGURA 21 (foto)	Foto da Revista Alimentação Saudável



## LISTA DE SIGLAS

AOPA	Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
APAC	Associação de Produtores Agrícolas de Colombo
ASSESSOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
CEASA/PR	Centrais de Abastecimento do Paraná S. A
CFEM	Compensação Financeira Pela Exploração Mineral
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOESPERANÇA	Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais Urbanos
COOPERIGUAÇU	Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
CRESOL	Cooperativa Central de Crédito Rural
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
ECOCERT	Organismo de inspeção e certificação Brasil
EMATER/PR	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do PR
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FECOOPAR	Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBD	Inspeções e Certificações Agropecuárias e Alimentares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH/ONU	Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas
INCA	Instituto Nacional do Câncer
KELLOG'S	Kellog's Company
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCDE	Organization for Economic Co-operation and Development
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF JOVEM	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Modalidade Jovem
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONAF MULHER	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Modalidade Mulher
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
REDE ECOVIDA	Rede Ecovida de Agroecologia
SCA	Setor de Ciências Agrárias
SDT	Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SNCR	Serviço Nacional de Crédito Rural
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMPO	Universidade Camponesa do Cariri
UNIJUÍ	Universidade Regional no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

### AGRADECIMENTOS

### RESUMO

### ABSTRACT

### RESUMEN

### LISTA DE FIGURAS: MAPAS, QUADROS, TABELAS E FOTOS

### LISTA DE SIGLAS

### SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO..... 14

### CAPÍTULO I

#### 1 SUSTENTABILIDADE PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA..... 18

##### 1.1 Um processo ambientalmente adequado para produzir..... 21

##### 1.2 Apoios para a agricultura familiar ser economicamente viável..... 24

##### 1.2.1 A mulher e o jovem como atores na propriedade rural e na comunidade..... 25

##### 1.2.2 Novos instrumentos de política pública para a mulher e para o jovem..... 25

##### 1.2.3 O Pronaf Jovem e o Projeto Nossa Primeira Terra..... 26

##### 1.2.4 O Paraná Agroecológico..... 27

##### 1.3 Um processo socialmente justo..... 28

##### 1.4 A solidariedade para a sustentabilidade..... 31

##### 1.5 A contribuição da psicologia social comunitária para a sustentabilidade..... 32

##### 1.6 O Problema e os objetivos da pesquisa..... 33

### CAPÍTULO II

#### 2 O MUNDO RURAL, EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA..... 35

##### 2.1 Papel e importância da psicologia social comunitária..... 35

##### 2.2 A prática educativo-crítica para a aprendizagem..... 40

### CAPÍTULO III

#### 3 GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ALGUNS DOCUMENTOS, DECRETOS E LEIS..... 42

##### 3.1 Lei sobre a agricultura orgânica..... 45

##### 3.2 Decreto institucionalizando o crédito rural..... 47

##### 3.3 Lei com a definição da Política Nacional de Cooperativismo..... 56

##### 3.4 Marcos Históricos do Cooperativismo no Paraná..... 73

##### 3.5 Normas do Banco Central do Brasil para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf..... 76

##### 3.6 Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar..... 116

##### 3.7 Módulos Fiscais dos Municípios do Estado do Paraná..... 121

### CAPÍTULO IV

#### 4 METODOLOGIA DA PESQUISA..... 130

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	130
4.2 <b>Sujeitos da Pesquisa</b> .....	133
4.2.1 Universo da pesquisa.....	134
4.2.2 Instrumento de coleta de dados.....	134
<b>CAPÍTULO V</b> .....	135
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	
5.1 TECENDO O OLHAR RURAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES.....	135
5.2 As condições de realização das entrevistas no campo.....	137
5.3 <b>Olhares sobre o Mundo Rural</b> .....	141
5.3.1 A propriedade, a produção e os agricultores.....	141
5.3.2 Facilidades e dificuldades na produção.....	143
5.3.3 A venda de produtos agroecológicos.....	147
5.3.4 Facilidades e dificuldades na venda.....	149
5.3.5 Importância do mundo rural e da rede de apoio.....	150
5.4 Experiências dos entrevistados e início das atividades no campo.....	152
5.5 Algumas semelhanças entre os entrevistados.....	161
5.6 Alguns distanciamentos entre os entrevistados.....	165
	170
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	
Agricultura Familiar.....	170
<b>Referências</b> .....	183
<b>ANEXOS</b> .....	187
ANEXO I – APROVAÇÃO DA PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA DA UFPR.....	187
ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	190
ANEXO III – INSTRUMENTO: Roteiro de entrevista.....	192
ANEXO IV – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....	197







## INTRODUÇÃO

A tese ora apresentada é fruto de uma pesquisa de campo que teve como propósito investigar a realidade dos pequenos agricultores, aqueles que possuem pequenas propriedades rurais, que produzem orgânicos e utilizam predominantemente mão de obra familiar. Esta categoria de produtores prevalece no Brasil e no Paraná.

A investigação girou em torno do tema “Modo de Vida ou Meio de Vida: Dimensões educacionais e psicossociais sobre o viver no mundo rural, na perspectiva de pequenos agricultores da Região Metropolitana de Curitiba/PR”, já que esse é um assunto considerado pertinente e ao mesmo tempo carente de aprofundamento sobre as questões relacionadas às dimensões educacionais e psicossociais que influenciam o modo e o meio de vida dos agricultores rurais. Foi aí que o tema se definiu elegendo a principal questão de investigação, procurando conhecer as condições da realidade rural por meio de questionamento para saber de que forma tais dimensões influenciam no viver dos pequenos agricultores que produzem na região metropolitana de Curitiba.

Nessa visão sobre a realidade investigada procurou-se também conhecer como os pequenos agricultores percebem e lidam com as facilidades e as dificuldades para produzir e vender produtos agroecológicos. Outra dimensão foi conhecer qual a importância que os sujeitos atribuem ao mundo rural e à rede de apoio para a produção e a venda.

Ainda situando a pesquisa, é importante conhecer os objetivos que impulsionaram a investigação, um deles foi o de conhecer as condições presentes no processo de produção agroecológica e os possíveis impactos psicossociais na vida desses agricultores. Outro pretende identificar as facilidades e as dificuldades enfrentadas na produção e na comercialização dos produtos agroecológicos, e o terceiro foi o de identificar e analisar as redes de apoio existentes na vida do agricultor, utilizadas para suas atividades.

Os conhecimentos que deram base e orientação à tese foram buscados em vários autores, leis, decretos e outros documentos, de modo que os mesmos pudessem ser consultados o tempo todo, sem deixar de contemplar as questões surgidas em todas as fases, desde o planejamento da pesquisa até a análise e interpretação dos dados. Somente assim, foi possível evocar alguns dos principais



autores, como: Freire (2003), que contribuiu para melhor compreender e discutir a prática educativo-crítica e a tomada de consciência individual e coletiva dos sujeitos. Outra autora importante que foi consultada para este trabalho foi Freitas (2003, 2005, 2007) que auxiliou na reflexão sobre as dimensões psicossociais, a ideia de pertencimento e fortalecimento comunitário e grupal. Para discutir a noção de desenvolvimento econômico, qualidade de vida e justiça social Furtado (2002, 2004) completou a discussão. Singer (2005), também esteve presente e contribuiu com o conceito de solidariedade. Wanderley (2001) e Veiga (2004) contribuíram para discutir a ideia de pluriatividade, reemergência, sociabilidade e novas formas de ruralidade.

Com relação aos encaminhamentos metodológicos, Minayo (1993), Silva e Silva (1995) e Richardson (1999), apresentaram a Metodologia da Pesquisa qualitativa e o passo-a-passo do enfoque do estudo exploratório, descritivo, analítico e interpretativo.

Esses foram os principais autores que contribuíram para iluminar o pensamento teórico-metodológico deste trabalho.

A organização do trabalho foi distribuída em sete capítulos. No primeiro, a discussão girou em torno da questão da sustentabilidade na produção agroecológica, buscando aprofundar o processo ambiental mais adequado para produzir orgânicos, sem deixar de discutir o apoio existente para que a agricultura familiar se torne economicamente viável. Além disso, abriu-se discussão sobre o papel da mulher e do jovem como atores ativos que fazem parte da propriedade e da comunidade rural.

Ainda neste capítulo, aparece a discussão sobre os novos instrumentos de política pública para a mulher e para o jovem, considerando os conteúdos do Pronaf Mulher e do Pronaf Jovem e o Projeto Nossa Primeira Terra que destina atenção para esse público.

Outra discussão importante neste capítulo está ligada às questões levantadas graças à existência do Paraná agroecológico. A partir desses conteúdos foi possível indicar o processo agroecológico, entendendo a solidariedade social como componente da sustentabilidade, bem como, algumas contribuições da educação e psicologia social comunitária para essa discussão.

No segundo capítulo, a noção dada foi aquela que permeou o mundo rural. Nesse caso, a psicologia social comunitária com seus conceitos e experiências práticas encabeçou a discussão. Esse assunto levou à reflexão sobre o papel e a importância desta área do conhecimento ligado ao mundo rural, no sentido de exaltar a prática educativa-crítica, sem deixar de lado o processo de ensino-aprendizagem dos pequenos agricultores. Isso tem a ver com a transmissão de conhecimentos empíricos passados de uma geração para a outra, que os agricultores aprenderam com seus ancestrais, valores que hoje ensinam aos seus descendentes. E com isso acontece a consolidação da atividade e da identidade rural dos agricultores, através da interação grupal na realização das atividades cotidianas.

Na sequência, o terceiro capítulo ilustra o mundo rural e a agricultura familiar, através de documentos, decretos e leis que são importantes para este trabalho.

Já no quarto e quinto capítulo destaca-se a metodologia aplicada na pesquisa. Foi este conhecimento que possibilitou a sistematização, aplicação, tratamento, análise e interpretação dos dados produzidos em campo, nada mais do que a orientação do passo-a-passo em todas as fases do estudo.

No sexto capítulo, trata-se dos resultados produzidos. O que se quis foi apresentar os dados e discutir os blocos de categorias, revelando as condições de realização das entrevistas no campo, sobre: a propriedade, a produção e os agricultores; as facilidades e dificuldades no campo e na produção; a venda de produtos agroecológicos; facilidades e dificuldades na venda; histórico e início de atividade no campo.

No sétimo capítulo realiza-se a discussão e a conclusão do estudo em torno da agricultura familiar incluindo algumas considerações sobre, a espacialização/territorialização no mundo rural e urbano; o rural e a ruralidade na visão de Maria de Nazareth Wanderley; o rural e a ruralidade na visão de José Eli da Veiga; o rural e a ruralidade na visão de Roni Blume (2004) e por fim, algumas considerações sobre o conjunto de questões levantadas no trabalho.

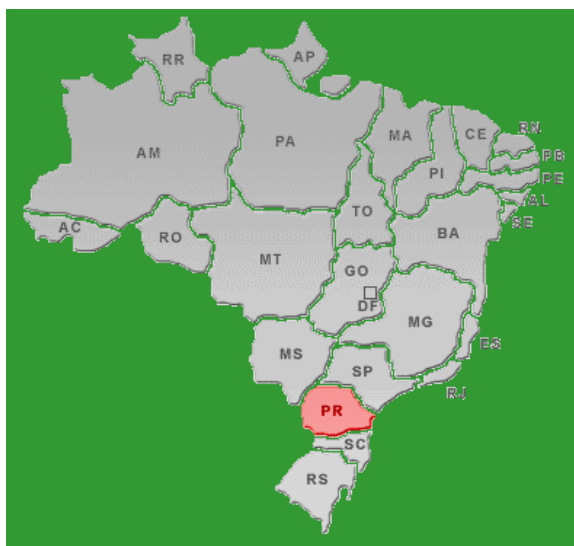
A pesquisa foi planejada, executada, analisada e organizada na forma de capítulos que contemplaram as categorias estabelecidas no início do projeto. Os resultados obtidos e analisados permitiram aprofundar e conhecer como os

pequenos agricultores percebem e lidam com as facilidades e as dificuldades para produzir e vender produtos agroecológicos e como isto se relaciona ao modo ou meio de vida dos pequenos agricultores de Campina dos Pintos.

## CAPÍTULO I

### 1 SUSTENTABILIDADE PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

O mapa da Figura 1 destaca o Estado do Paraná, no território brasileiro, e o mapa da Figura 2 indica a Região Metropolitana de Curitiba, localizada no referido Estado. É neste Estado que se situa a comunidade de Campina dos Pintos, onde moram os entrevistados, ela faz parte do município de Rio Branco do Sul, que é um dos vinte e nove municípios que compõe a Região Metropolitana de Curitiba.



**Figura 1** – Mapa do Brasil e o Estado do Paraná  
Fonte: Imagem de IFE Ind. e Com.



**Figura 2** – Mapa do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba  
Fonte: Comec/Pr

A população dos vinte e nove municípios da Região Metropolitana de Curitiba é de 3.269.292 de habitantes, sendo que 1.752.000 pessoas mora na capital e corresponde a 53,59% do total.

No mapa da Figura 3 aparecem destacado os três últimos municípios integrados à Região Metropolitana de Curitiba que assim passou a totalizar vinte e nove municípios.



hectares. E, quando utilizada para a criação de animais, pode chegar até 84 hectares. A saber, que cada hectare mede 10.000 metros quadrados.

Para auxiliar nesta explicação buscou-se o pensamento de Furtado (2012) para esclarecer sobre os caminhos que o Brasil pode percorrer para adicionar qualidade de vida e justiça social, que coloca o país entre as dez maiores economias mundial.

É destacada, também, a solidariedade, como componente essencial do modo de vida ou meio de vida dos agricultores agroecológicos. Com esse espírito a solidariedade é um valor praticado e que deve ser estendido até a inclusão do consumidor final do produto agroecológico.

Este estudo é composto pelo produtor agroecológico de um lado e, do outro lado, pelo consumidor do produto agroecológico. De modo que ambos compartilham do mesmo ideário, o de consumir alimentos saudáveis.

Com este tipo de solidariedade em torno da segurança alimentar, é construída a ponte que une o produtor ao consumidor. A produção e o consumo de alimentos saudáveis os identificam e os unem em “ações de ajuda e apoio recíprocos”. Com estas características de ajuda e apoio, a produção agroecológica faz parte de um sistema econômico solidário, e nele, diz Singer (2005), a solidariedade “pode ser o princípio organizador de todas as facetas da economia”. (SINGER, 2005, p.3). Um empreendimento solidário como o da produção agroecológica em Campina dos Pintos, “sofre embates ininterruptamente dos movimentos desencadeados pela competição nos mercados em que atua” e “cada embate exige ações novas, que requerem mudanças dos comportamentos rotineiros, em geral suscitando diferentes propostas, que concluem por diferentes soluções” (SINGER, 2005, p.7). Os produtores agroecológicos dentro da economia de mercado sofrem tais embates e mudam o comportamento por meio de um processo de ensino e aprendizagens de uns com os outros com a interação grupal.

A contribuição da Psicologia Social Comunitária é analisada na conclusão do capítulo. Sua participação se dá no sentido de aprofundar e ampliar o estudo da dinâmica grupal dos produtores de Campina dos Pintos. E nesse sentido tomou-se Freire (2003) como referência, para pensar a organização do grupo no sentido de enfrentamento dos embates ininterruptos no contexto rural.

A construção do mundo rural, vivenciado pelos agricultores, é realizada através da prática educativo-crítica, como caminho para pensar certo em um movimento dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer. Com este procedimento o produtor agroecológico realizaria “o pensar certo” com seu grupo e superaria, assim, o pensar ingênuo no processo de aprendizagem (FREIRE, 2003, p. 38). O produtor aprendiz “através da reflexão sobre a prática” faz com que a curiosidade ingênua “se vá tornando crítica” (FREIRE, 2003, p. 39).

No estudo, os produtores de Campina dos Pintos devem demonstrar terem aprendido a ir além das imposições ao analisarem um desafio e ao escolherem a ação para sua superação. Nas palavras de Freire (2003), agindo desta maneira o grupo deixará de ser determinado e se transformará em determinante dos acontecimentos. Ao escolherem a sustentabilidade, os agricultores de Campina dos Pintos juntaram-se aos 2000 produtores brasileiros que adotam as normas de certificação, de acordo com a Embrapa.

A Embrapa é importante centro difusor de tecnologia agroecológica e propõe definições quanto às características de um sistema sustentável. O principal tema foi o desenvolvimento sustentável, na Conferência Rio + 20 das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, de 13 a 22 de junho de 2012 na qual a Embrapa participou com contribuições como, por exemplo, definir o conceito de “sistema de produção sustentável”:

Um sistema de produção é considerado sustentável quando todas as etapas do processo atendem a processos socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente adequados, e com tal definição indica que a tecnologia para a produção sustentável é aquela capaz de gerar alimentos seguros para a saúde humana, com respeito ao meio ambiente, garantindo a segurança do trabalho e possibilitando o crescimento da economia (EMBRAPA, 2012,p.1).

### 1.1 Um processo ambientalmente adequado para produzir

São várias as alternativas de Sistemas de Produção Sustentável com destaque para a Agricultura Orgânica ou Agroecológica, a Produção Integrada Agropecuária, a Aquicultura, a Produção Agroflorestal e a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, (EMBRAPA, 2012).

A Embrapa é destaque mundial em avanços tecnológicos para a agricultura, e a necessidade de intensificar a pesquisa na área da sustentabilidade surgiu

quando produtos brasileiros começaram a ser barrados nos mercados europeus pelo excesso de resíduos químicos, como aconteceu com a maçã produzida no Sul do Brasil. A partir de então, a Embrapa já estabeleceu normas de certificação para arroz, cana-de-açúcar, soja, café e mais outros quarenta produtos. Apesar da existência dos padrões, dos cinco milhões de produtores brasileiros apenas 2.000 adotam as normas de certificação, aquelas que determinam procedimentos relacionados ao cumprimento da legislação trabalhista e ambiental e ao uso de tecnologia de acordo com prescrições agronômicas (AGOANALYSIS, 2012).

A Embrapa - Hortaliça, em circular com os “princípios norteadores da produção orgânica de hortaliças”, informa que: “a agricultura orgânica surgiu de 1925 a 1930 com os trabalhos do inglês Albert Howard” (EMBRAPA, 2008, p.1).

São quase 90 anos de caminhada com muitos percalços para a expansão do uso dos procedimentos agroecológicos devido ao predomínio da adoção de práticas agrícolas baseadas no uso de sementes modificadas e na aplicação intensiva de agroquímicos nos solos e nas plantas.

A Embrapa - Hortaliças, nos Princípios Norteadores entra em detalhes relacionados à agricultura orgânica como: equilíbrio ecológico, diversidade biológica, boas práticas no manejo e conservação do solo e da água, boas práticas na fertilidade do solo e no manejo de insetos e pragas.

Como boas práticas para a produção agroecológica, os “princípios norteadores da produção orgânica de hortaliças” recomendam:

A rotação das hortaliças plantadas, não repetindo o plantio da mesma planta em sequência. Ou a rotação do cultivo de plantas comerciais com de plantas adequadas para a adubação verde, isto é, plantas que serão incorporadas ao solo como fertilizantes. Para a incorporação destaque para as leguminosas que têm a característica de incorporarem nitrogênio no solo e para as plantas de raízes profundas que descompactam o solo e diminuem a necessidade de aração com o uso de tratores; evitar a monocultura, isto é, a repetição do plantio da mesma espécie, para diminuir a incidência de pragas e doenças; plantar, ao redor da área cultivada, um cordão de contorno com plantas, em geral árvores, para proteção contra o vento, o frio, as pragas e as doenças; para a prevenção do ataque de pragas e doenças e para o melhor uso do potencial de produção da propriedade, realizar a integração de cultivos de lavouras, com florestas, com a produção de animais.

Com princípios para a proteção ambiental são destacados: plantar árvores nativas preservando, na propriedade, corredores ecológicos para a circulação de animais silvestres; deixar o solo permanentemente coberto por restos de vegetação, como proteção contra o sol e a chuva e para promover a diversidade biológica no solo; além da cobertura vegetal, usar práticas de conservação do solo e da água que evitam o escoamento superficial da água das chuvas, evitando que as enxurradas carreguem o



solo fértil; delimitar áreas de preservação florestal para a proteção de nascentes e de mananciais de água e para oferecer habitat adequado para a flora e a fauna silvestres; preservar a qualidade e a quantidade dos cursos de água existentes na propriedade; realizar irrigação com parcimônia, evitando a irrecuperável salinização do solo; praticar o bom manejo, que é aquele que diminui o impacto ambiental da ação humana, com os princípios acima e mais: uso de esterco na adubação; o plantio direto na palha da lavoura anterior com a mínima movimentação do solo; o uso preferencial de técnicas manuais para menor impacto sobre o solo, a água, a flora e a fauna; não usar agrotóxicos que contaminam todos os organismos vivos; usar pesticidas naturais feitos utilizando plantas e usar insetos no combate de outros insetos daninhos (EMBRAPA, 2008, p.6).

Embora a Embrapa e a legislação usem o termo orgânico, recentemente os especialistas têm adotado a denominação agroecológico por sua conexão maior com a sustentabilidade. Neste texto são utilizadas as duas denominações como equivalentes.

Na prática, as definições da Embrapa e as determinações legais, nem sempre são obedecidas. O jornal Folha de São Paulo, em 2010, apresentou o artigo “Produto Sustentável ainda gera confusão. Oferta crescente de bens ecologicamente corretos esconde lavagem verde, na qual sustentabilidade é mero marketing” (Jornal Folha de São Paulo/2010).

No artigo pode ser destacado que:

O consumidor brasileiro ainda enfrenta dificuldades na hora de optar por produto sustentável no dia a dia. Não por falta de produto com essas características. Ao contrário: uma das maiores dificuldades hoje é conseguir diferenciar o que é realmente sustentável do que só usa esse argumento para vender mais, no *greenwashing* (lavagem verde, em inglês) (PALHANO, 2010, p.1).

Com relação à dimensão do negócio, em reportagem de outra revista Nogueira (2010) diz que:

O que foi um dia postura alimentar de meia dúzia de hippies se transformou em um mercado mundial estimado em 51 bilhões de dólares. No Brasil, os orgânicos movimentam anualmente algo ao redor de 500 milhões de reais. Continua o autor: a partir de janeiro de 2011, para levar o nome de orgânico um produto terá de ser certificado por uma empresa ou entidade credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Se tudo correr conforme o previsto, os orgânicos passarão a ter um controle de qualidade inédito no país (NOGUEIRA, 2010, p. 173).

Com relação à saúde Nogueira (2010) informa que:

As frutas, legumes e verduras são ricas em compostos quimiopreventivos, diz Fábio Gomes, analista de programas nutricionais para controle de câncer do Instituto Nacional de Câncer - Inca, no Rio de Janeiro. São as substâncias antioxidantes que inibem o desenvolvimento de células cancerosas. Estudos têm indicado que esses compostos aparecem em maior concentração nos alimentos orgânicos (NOGUEIRA, 2010, p.173).

Com relação aos resíduos ressalta Nogueira (2010) que:

Alimentos produzidos de maneira convencional na maioria das vezes contêm resíduos de pesticidas (inseticidas, herbicidas, fungicidas, etc.). Teoricamente, os níveis de consumo permitido para esses resíduos não representariam ameaça para a saúde. Não são raros os casos de distúrbios neurológicos, endocrinológicos e até de câncer entre agricultores e seus familiares que tem contato direto com esses produtos. Quanto a resíduos em alimentos, não há estudos científicos suficientes para provar uma relação direta entre casos de câncer e a ingestão de agrotóxicos (NOGUEIRA, 2010, p.174).

## 1.2. Apoios para a agricultura familiar ser economicamente viável

Com relação aos pequenos produtores, a atenção do governo brasileiro foi direcionada para a agricultura familiar “a partir da segunda metade da década de 1990. Um estudo realizado pela FAO (1996) levantou que a agricultura familiar representava no Brasil acerca de 75% dos estabelecimentos agrícolas e somente 22% da área total” (RAMBO; FILLIPI, 2010, p. 28). A nova estratégia política começou quando, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA foi criado o Programa de Valorização da Pequena Propriedade Rural - PROVAP, uma linha de crédito específica para a agricultura familiar. Em 1996 o Provap foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar - Pronaf. E, tais políticas públicas não foram resultado apenas da visão do Governo, mas também da pressão e da mobilização da sociedade civil.

Em 2000, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, voltado prioritariamente para a agricultura familiar. Em 2003 foi criada, no MDA, a Secretaria do Desenvolvimento Territorial - SDT, dando importância à dimensão territorial do desenvolvimento rural. Nesta visão, “as atividades agrícolas e não agrícolas devem ser integradas no espaço local, perdendo sentido a tradicional divisão urbana/rural e ultrapassando o enfoque predominante setorial (agrícola) do espaço rural” (RAMBO; FILLIPI 2010, p. 33).

O produtor rural através da visão que junta o rural e o urbano, vai poder perceber no território a conexão entre o que realiza na propriedade e a necessidade da família urbana, de alimentos em quantidade e qualidade. Qualidade que pode ser alcançada, na Região de Curitiba, com a contribuição da produção agroecológica.

Na conclusão, os autores dizem que a participação social e a organização são extremamente importantes para o desenvolvimento de territórios e que “com a passagem de um Estado interventor para um ordenador de macro políticas e fomentador de iniciativas locais, são abertas possibilidades para atuação e participação local mais ativa” (RAMBO; FILLIPI, 2010, p.33).

Na perspectiva da agroecologia e das políticas públicas aqui representadas pelo Pronaf e pelo o projeto Nossa Primeira Terra, cabe salientar, que “de um lado, o movimento agroecológico representa uma ruptura com o atual modelo de desenvolvimento agrícola, enquanto que a maioria dos agricultores” (PLEIN, 2003, p.142) que acessam tais políticas públicas “continuam no mesmo modelo que os excluiu anteriormente” (PLEIN, 2003, p.142).

#### 1.2.1. A mulher e o jovem como atores na propriedade rural e na comunidade

À mulher e ao jovem, componentes da família do produtor de agroecológicos, só recentemente foram oferecidos apoios para realizarem atividades na propriedade e conquistarem autonomia. Apoio como o Crédito Rural a juros anuais baixos oferecidos à mulher para ser proprietária ou de uma cozinha industrial para fazer conservas ou de um pequeno restaurante para receber turistas entre outras muitas alternativas que eleja para construir, na propriedade familiar, sua vida.

Ao jovem, oferecer a possibilidade de desenvolver o próprio negócio, por exemplo, produzindo mudas de hortaliças para atender a crescente demanda por este produto. No espaço de uma única propriedade cada membro da família pode construir sua vida: o pai, a mãe, os filhos.

#### 1.2.2 Novos instrumentos de política pública para a mulher e para o jovem

O papel do Pronaf, como importante instrumento de política, foi lembrado durante o lançamento do Programa Brasil sem Miséria, em 1º de março de 2011, em

Irecê (BA), pela Presidente da República Dilma Rousseff. Disse ela, “assumi o compromisso de acabar com a miséria absoluta e a pobreza extrema. O Programa Bolsa Família e a Agricultura Familiar ajudaram o Brasil a crescer. Vamos dar mais a quem mais precisa”. Um dos desafios, disse a Presidente, “é garantir o acesso de dois milhões de agricultores familiares ao Pronaf, desenvolvido pelo MDA e acrescentou acredito na agricultura familiar com trator, assistência técnicas e crédito” (Agencia Brasil/2011, p.1).

Ao ressaltar o Pronaf-Mulher como linha de crédito fundamental para a autonomia das agricultoras, disse que “com acesso ao Pronaf, às mulheres podem contribuir na melhora da renda de sua família”. (BRASIL, 2011, p.1).

O Pronaf-Mulher foi criado como linha de crédito em 2003 (BRASIL, 2007). A Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, em 2007, destacou características do Pronaf-Mulher:

Público alvo: mulheres agricultoras, independente de estado civil; finalidade do financiamento: investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora; valor financiável: até 36 mil reais; juros anuais de 2% a 5,5%; prazo para pagamento até oito anos, (FAEP, 2007, p.1).

Com ferramentas como o Pronaf Mulher, as agricultoras podem converter-se em protagonistas nas propriedades e nas comunidades. Podem ir além e atuar em áreas nas quais seus maridos pouco atuam, até por serem totalmente absorvidos pelas atividades diárias de produzir lavoura, criação e floresta, cuidando do solo, da água, da fauna e da flora.

### 1.2.3. O Pronaf Jovem e o Projeto Nossa Primeira Terra

Os jovens agricultores e agricultoras podem transformar-se em protagonistas nas propriedades familiares, através de novos instrumentos de políticas públicas como o Pronaf Jovem, criado em 2003, para o financiamento específico de suas atividades.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em 2012, apresenta as características do Pronaf Jovem como sendo:

O público alvo são jovens agricultores e agricultoras familiares, entre 16 e 29 anos, com no mínimo 100 horas de cursos ou estágios; a finalidade do

financiamento é o investimento para atividades agropecuárias do meio rural de interesse da jovem e dos jovens agricultores rurais; o valor financiável é de até 10 mil; os juros anuais de 1%; o prazo de até 10 anos (MDA, 2012, p.1).

Outro projeto voltado ao público jovem é o Projeto Nossa Primeira Terra, criado dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, para:

Possibilitar aos jovens brasileiros a oportunidade de permanecer no campo e contribuir para o desenvolvimento rural ao invés de migrarem para as grandes cidades. O programa visa atender jovens de até 28 anos que não sejam proprietários de terras, que sejam filhos de agricultores e estudantes de Escolas Agro-técnicas, que desejem adquirir uma propriedade rural. O MDA calcula que desde sua criação, o Programa Nossa Primeira Terra já beneficiou 3.389 jovens em 2.612 associações apoiando novas ideias e braços da agricultura familiar (MDA, 2012, p.1).

Os jovens agricultores da Região de Curitiba dispõem de instrumentos como os descritos e podem permanecer na comunidade e construir autonomia no local onde nasceram e com o grupo social com o qual se identificam.

#### 1.2.4. O Paraná agroecológico

No Paraná, a Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB/PR, lançou em 2011 o Documento - Base para o programa Paraná Agroecológico, com informações sobre instituições estaduais, federais e suas atividades.

A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR: que criou em 2007, o Grupo de Estudo e Trabalho em Agroecologia, em acordo com a Política Nacional de Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário - PNATER, para fazer da agroecologia a nova matriz tecnológica da assistência técnica e extensão rural. Na área de educação, destaque para a criação, em 2007, do Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire, no município de Pinhais da Região Metropolitana de Curitiba, com cursos em produção agroecológica para os filhos de agricultores familiares do Vale do Ribeira, Campina Grande do Sul, Colombo, Pinhais e Quatro Barras. A Secretaria da Educação do Paraná, em 2008, criou disciplina específica de 160 horas, denominada Fundamentos de Agroecologia, para as 18 escolas Agrícolas do Paraná como apoio ao uso de práticas sustentáveis no Estado. Em 2009, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, através do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, mais oito instituições de ensino superior das diversas regiões do Estado, criaram o "Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos" como instrumento de acesso do produtor familiar ao mercado consumidor, ao adequar sua produção aos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura para a produção ser considerada agroecológica. No Brasil, em

2005, o primeiro curso regular para Técnico em Agroecologia foi criado pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral. O curso técnico, em 2008, foi substituído pelo Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, como consta no catálogo de cursos do Ministério da Educação - MEC, para ser referência em sustentabilidade no litoral paranaense. Os movimentos sociais adotaram a agroecologia como estratégia desde 1980. Ligados ao campesinato e à reforma agrária têm como bandeira a Luta pela Terra e pela Reforma Agrária e a Agroecologia, sendo esta última utilizada para promover a Terra livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos. Atuam em rede de cooperação nos processos político - organizativos econômicos e culturais e para alcançar, no município e na região, maior expressividade econômica e social. Fazem pressão hoje, como fizeram no passado, para aprovação de leis e políticas governamentais relacionadas aos transgênicos e aos agrotóxicos, até alcançar sua proibição total. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e a Via Campesina, junto com a Associação da Agricultura Orgânica do Paraná – AOPA e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar, em parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, iniciaram em 2003 a formação de técnicos em agroecologia para promover a sustentabilidade nos movimentos sociais. No Paraná, a produção agroecológica assim se distribui: frutas e hortaliças, preponderantemente ao redor de Curitiba, Ponta Grossa, Toledo e União da Vitória; cana-de-açúcar, em Cascavel, Francisco Beltrão, Jacarezinho e Toledo; café, em Maringá, Londrina, Jacarezinho e Ivaiporã; banana, no litoral; soja, em Francisco Beltrão, Pato Branco e Toledo; milho, em Irati, União da Vitória e Francisco Beltrão, (SEAB/PR, 2008, p. 46).

### 1.3. Um processo socialmente justo

O Brasil, em 2011 ocupou a posição de sétima maior economia mundial, segundo dados do Fundo Monetário Internacional - FMI, depois de Estados Unidos da América, China, Japão, Alemanha, França e Reino Unido e é entre as dez maiores economias que tem se situado nos últimos anos. Este crescimento econômico não tem sido acompanhado pela qualidade de vida da população que é medida anualmente pelo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH/ONU, medido por renda, educação e saúde. Considerando o IDH do ano de 2011, o Brasil ocupa a posição 84 entre 187 países, atingindo o índice de 0.718 numa escala que vai de 0 (zero) até 1,0 (Folha de São Paulo/2010, p.1).

Esta característica brasileira, de crescimento com exclusão, foi objeto de atenção do paraibano Celso Furtado, durante grande parte de seus 84 anos de vida. Em 2002, aos 82 anos, ao receber o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ relembrou linhas de reflexão “que balizaram minha jornada de mais de meio século para pensar o Brasil” (FURTADO, 2004, p.1). Para explicar o desenvolvimento brasileiro, Furtado (2002) criou a teoria do subdesenvolvimento, “demonstrando que o subdesenvolvimento não é uma etapa

pela qual passaram as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. É uma forma perversa de crescimento” (FURTADO, 2004, p.1).

Naquela homenagem na UFRJ, fez uma diferenciação entre crescimento e desenvolvimento. Enquanto o primeiro está ligado à elevação da renda do cidadão, só o desenvolvimento "é capaz de fazer do homem um elemento de transformação" (FURTADO, 2004, p.2), colocando a si mesmo em ação e interagindo com seu grupo social para realizar potencialidades próprias e da sociedade toda.

Afirmou que o Brasil cresceu e se projetou mundialmente, mas a pobreza e a miséria afetam milhões de brasileiros, excluídos do processo do crescimento. E por outro lado o desenvolvimento, com qualidade de vida, “traz em si uma teoria do ser humano, uma antropologia filosófica” que só acontece “quando beneficia o conjunto da sociedade, o que não se viu no País” (FURTADO, 2004, p.3).

O discurso de Celso Furtado foi realizado seis anos antes da crise econômica de 2008 e, antevendo, ele apontou que o “processo de globalização dos circuitos financeiros” se impondo com o “enfraquecimento dos sistemas estatais de poder, que enquadram as atividades econômicas” (FURTADO, 2004, p.3), está acarretando forte concentração do poder político supranacional. E em tal circunstância a autonomia dos sistemas econômicos nacionais, em relação a choques externos, se transformou em coisa do passado.

Poder concentrado fora do controle da sociedade e dos governos nacionais foram observados na crise de 2008.

A resistência possível, segundo Furtado (2004), estaria no reforço do funcionamento do mercado interno, composto pelos produtores e consumidores de cada país. E é no mercado interno que se insere a produção agroecológica. De um lado os consumidores querendo segurança alimentar, em qualidade e em quantidade. De outro os produtores agroecológicos produzindo o próximo do consumidor, cultivando pequenas áreas com mão-de-obra familiar e usando tecnologia pouco dependente de insumos produzidos por grandes empresas internacionais.

Dois anos depois desta homenagem da UFRJ, Furtado em maio de 2004, numa conferência internacional sobre o tema - Os Desafios da Nova Geração - propõe duas frentes para mais qualidade no desenvolvimento brasileiro, “a reforma

agrária e uma industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda” (FURTADO, 2004, p. 3).

A reforma agrária, na proposta de Furtado (2004), melhoraria as condições de vida do agricultor em sua comunidade, que desta forma poderia permanecer sem necessitar migrar para as áreas urbanas.

É possível traçar um paralelo entre a proposta no que diz respeito à qualidade de vida e a oportunidade proporcionada pelo cultivo agroecológico.

Com as práticas sustentáveis a vida do produtor rural vai ter mais qualidade por serem práticas realizadas sobre o tripé: social, econômico e ambiental. Os efeitos são percebidos pelo produtor, no relacionado à melhora da saúde da família e ao aumento da renda proporcionada por ele produzir uma hortaliça diferenciada.

A aproximação entre o produtor e o consumidor, faz com que percebam que habitam um mesmo território e que nele se entrelaçam suas necessidades e interesses. O território, contendo o urbano e o rural de um município, é um espaço novo para o produtor rural, no sentido dele ter a percepção de fazer parte de uma cadeia produtiva, quando antes se ocupava mais em produzir dentro da propriedade. Esta nova situação faz com que Rambo e Fillipi (2010) se inquietem no que diz respeito à inserção do produtor no mercado competitivo: como usa as inovações técnicas; como é seu comportamento empresarial e como poderá ser ator protagonista do processo de desenvolvimento rural. Com relação às instituições, os autores, Rambo e Fillipi (2010) indagam se estas existem e se são suficientemente boas e capazes de compensar o pouco poder econômico de tal produtor rural. Os autores, citando Furtado (2004) destacam a “evidencia do caráter paradoxal do capitalismo que, por um lado gera riqueza e acumulação e, por outro, gera pobreza e dependência” (RAMBO; FILLIPI, 2010, p.25) e atribuem importância aos “ambientes democráticos, nos quais haja possibilidade de participação de uma multiplicidade de autores” (RAMBO; FILLIPI, 2010, p.27).

Outro autor, Diniz (2009), focando o desenvolvimento regional, salienta “o papel da rede urbana no comando e estruturação do território; o papel central da tecnologia” (DINIZ, 2009, p.8) e a necessidade de um esforço interdisciplinar, tanto para o entendimento dos problemas regionais quanto para a formulação de políticas e de sua implementação. As “diferentes fontes de financiamento e diferentes formas institucionais de sua gestão” (DINIZ, 2009, p.8) são muitas vezes executadas de



forma concomitante sem a realização de “um pacto territorial entre a União e os Estados” (DINIZ, 2009, p.8) submetido ao interesse do cidadão. Para o desenvolvimento humano, “na era do conhecimento ou da sociedade do conhecimento, educação, ciência e tecnologia devem ser vistos como a base estrutural que assegura a cidadania”. (DINIZ, 2009, p. 9).

#### 1.4. A solidariedade para a sustentabilidade

Instrumentos de política governamental podem fazer parte de uma estratégia para a construção de um novo contrato social contendo:

Novos paradigmas de planejamento democrático e de gestão econômica e possibilitando a elaboração de estratégias de desenvolvimento capazes de proporcionar às gerações atuais e futuras uma probabilidade razoável de obterem o máximo de suas vidas, oferecendo-lhes condições materiais descentes e permitindo ao mesmo tempo o exercício e desfrute das liberdades básicas. (SACHS, 2012, p.10).

Sachs usa o conceito de antropoceno, criado em 2000 por Crutzen e Stoermer, para designar o período em que o indivíduo passa a ocupar o centro da humanidade e a pensar a sociedade mundial como um todo. O período antropoceno iniciou na Revolução Industrial, do século XVIII. Desde então tem crescido a "responsabilidade humana na evolução das condições de vida na espaçonave Terra - não apenas para a humanidade, mas também para as demais espécies vivas", (SACHS, 2012, p.9).

A espaçonave da humanidade coloca todos na mesma condição. Para poder pensar a sociedade mundial como um todo é necessário que cada um identifique a si mesmo e ao outro como viventes da mesma circunstância de habitar um único planeta.

Este identificar-se com o outro é característica da solidariedade. Para Singer (2005) a solidariedade seria o sentimento adequado para a construção no indivíduo de características que o capacitem a interagir e constituir um grupo. Paul Singer, diz ser a solidariedade um sentimento que pode chegar ao ponto de fundir subjetivamente em um só "pessoas e agrupamentos interligados por ele", (SINGER, 2005, p.3).

Singer (2005) ressalta que, nas crises de diminuição da confiança dos indivíduos nas instituições, cada um se volta para suas relações pessoais. Com esta aproximação é reforçada a inter-relação humana.

E novas instituições podem ser criadas, sustentadas nas ações coletivas que surgem em momentos de crise, quando a confiança é abalada. Desta forma a solidariedade-sentimento desemboca na solidariedade-ação, com desdobramento político, social e econômico.

Na solidariedade existe igualdade entre o prestador e o receptor da ajuda recíproca e passa a haver uma ligação entre pessoas iguais. Sendo que cada situação vai definir quem é o prestador e quem é o receptor. Portanto, sempre há troca de papéis nos grupos solidários. Os mais fracos, através da solidariedade, adquirem força, e o afeto é a base para a ajuda mútua.

Singer diz que “a solidariedade pode ser o princípio organizador de todas as facetas da economia” (SINGER, 2005, p.13). E enumera algumas dessas facetas: produzir, distribuir e consumir bens e serviços; fundos de pensão; cooperativas de crédito.

No grupo que evolui até constituir uma associação, a solidariedade é mantida e se expande seguindo os princípios da Aliança Cooperativa Internacional, estabelecidos em 1995:

Poder de decisão exercido com democracia e igualdade; liberdade de associação, com livre entrada e livre saída dos associados; transparência na gestão; autonomia e independência da associação; educação, treinamento e informação para os associados; cooperação com outras cooperativas, e promoção do desenvolvimento sustentável.

### 1.5. A contribuição da psicologia social comunitária para a sustentabilidade

No capítulo I utilizou-se a definição da EMBRAPA (2012) estabelecendo que:

Um sistema de produção é considerado sustentável quando todas as etapas do processo atendem a processos socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente adequados (EMBRAPA, 2012, p.1).

O socialmente justo proposto na definição parece estar mais ligado ao cumprimento da legislação trabalhista quanto à jornada de trabalho, registro em carteira e pagamento de salário mínimo, como pré-condições para a certificação da

propriedade como produtora de agroecológicos. E isto não é pouco, considerada a situação brasileira de trabalhadores encontrados em condições semelhantes às da escravidão em propriedades rurais.

Todavia, para a Psicologia Social Comunitária, isto não é suficiente porque ela justifica a sua preocupação com a conscientização e a participação dos sujeitos, como uma condição para que grupos, como os de produtores de agroecológicos de Campina dos Pintos, conquistem autonomia para a construção da sustentabilidade com o envolvimento de toda a comunidade.

Para ampliar a análise do processo agroecológico, a Psicologia Social Comunitária contribui para a análise da dinâmica do grupo e como nele acontece a interação humana, como sustentáculo para a aprendizagem e para a participação de todos.

Procedendo dessa maneira, a Psicologia Social Comunitária torna-se ferramenta importante para elucidar o problema investigado nessa perspectiva de pesquisa social. De modo que sejam consideradas as dimensões educacionais e psicossociais das relações estabelecidas pelos produtores de Campina dos Pintos, olhando para o seu meio de vida ou modo de vida, enquanto constroem sua história vinculada à produção agroecológica.

## 1.6 O Problema e os Objetivos da Pesquisa

Sendo produtores agroecológicos os agricultores desta pesquisa, escolheram a sustentabilidade como fator determinante daquilo que fazem em seu modo de vida ou meio de vida. O problema desta pesquisa foi analisar de que forma as dimensões educacionais e psicossociais influenciam o viver, no mundo rural dos pequenos agricultores da região metropolitana de Curitiba.

E abrangeram os objetivos de conhecer as condições presentes no processo de produção agroecológica e os possíveis impactos psicossociais na vida desses agricultores, bem como identificar as facilidades e as dificuldades enfrentadas na produção e na comercialização dos produtos agroecológicos e analisar as redes de apoio existentes na vida do agricultor, utilizadas para suas atividades.

Os objetivos desta pesquisa se desdobraram nas seguintes dimensões: a produção agroecológica, as facilidades e as dificuldades para produção; a venda

dos produtos agroecológicos, as facilidades e as dificuldades para vender; a importância da produção e da venda de orgânicos, a rede de apoio para a produção e para a venda e o histórico pessoal e profissional do pequeno agricultor.

Com esses procedimentos, o caminho adotado guia-se pelos seguintes objetivos:

a) identificar as facilidades e as dificuldades enfrentadas pelo produtor na produção e na comercialização de produtos agroecológicos;

b) Identificar as redes de convivência nas atividades do produtor de produtos agroecológicos, existentes em sua vida.

## CAPÍTULO II

### 2 O MUNDO RURAL, EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

#### 2.1 Papel e importância da psicologia social comunitária

Na América Latina este campo surgiu a meados do século XX e por volta das décadas de 1960 no Brasil. Atualmente tem seus trabalhos dirigidos aos processos de conscientização e participação construídos na rede da vida cotidiana e comunitária para que sejam "fortalecidos os suportes sociais e maximizadas as redes de solidariedade, orientados por uma perspectiva mais coletiva de existência" (FREITAS, 2012, p.375).

Para a construção e a consolidação da Psicologia Social Comunitária, Freitas (2012) destaca, no período entre 1960 e 1990, os seguintes marcos:

a) os trabalhos comunitários no Brasil e na América Latina; b) as ações comunitárias e educativas, tuteladas pelo Estado brasileiro; c) os trabalhos de resistência, durante as ditaduras, claramente comprometidos com os setores populares da América Latina; d) os trabalhos de Educação Popular e de Educação de Adultos, baseados na proposta de Paulo Freire; e) internacionalmente presenciaram-se inúmeras reivindicações contra a fome, miséria, desemprego, analfabetismo e doenças, preconceito, racismo e a participação democrática dos latino-americanos contra as ditaduras, são destacados entre outras reivindicações (FREITAS, 2012, p.375).

Nas quatro décadas, 1960/1990, a psicologia na comunidade foi revelando suas novas características dentro da psicologia. Para Freitas (2012), a nova proposta tem a característica de ser:

a) uma Psicologia Social, Nacional e Latino-Americana; b) uma Psicologia que realiza seus trabalhos com algum tipo de compromisso a favor dos setores populares; c) uma Psicologia realizada em interligações com outras áreas do conhecimento; d) uma Psicologia crítica às teorias que fossem históricas e reducionistas (FREITAS, 2012, p.380).

O indivíduo, ao organizar-se em grupo, percebe aumentar sua força para superar os desafios do dia-a-dia. Segundo Montero (2000), esta percepção do indivíduo em seu grupo é um dos fundamentos da Psicologia Social Comunitária:

Ramo da psicologia que tem a atenção centrada na organização de seus membros e em seu desenvolvimento, insistindo na necessidade de

participação das pessoas, no apoio de suas qualidades positivas e no fomento de suas capacidades, é dizer, no fortalecimento desses indivíduos e grupos para que alcancem por si próprios transformações positivas que melhorem sua qualidade de vida e seu acesso aos bens de serviços da sociedade a qual pertencem, (MONTERO, 2000, p.59).

Diz a autora que, no processo de fortalecimento, o indivíduo interage com os sistemas sociais e políticos e com o ambiente adquirindo “capacidade para construir e exercer associações de colaboração” (MONTERO, 2000, p.72). O fortalecimento dos indivíduos e de seus grupos é:

O processo mediante o qual membros de uma comunidade (indivíduos interessados e grupos organizados) desenvolvem conjuntamente capacidades e recursos para controlar sua situação de vida, atuando de maneira comprometida e crítica para alcançar a transformação de seu entorno segundo suas necessidades e aspirações, transformando ao mesmo tempo a si mesmos, (MONTERO, 2000, p.72.).

Na visão de Alberto Andery (2009), outro precursor da Psicologia Social Comunitária, é dito que:

A psicologia na comunidade procura captar um movimento da Psicologia atual de paulatino distanciamento do seu lócus tradicional: a sala de experimentos ou de discussões puramente acadêmicas; a antessala da gerencia executiva das empresas industriais; o consultório centrado em atendimento unicamente individual (ANDERY, 2009, p.203).

Como exemplos que revelam o ponto de vista da Psicologia Social Comunitária em processos comunitários semelhantes aos dos produtores agroecológicos de Campina dos Pintos, podem ser destacadas as participações de jovens moradores do Cariri paraibano no desenvolvimento de produtores rurais, nas suas relações com os compradores de seus produtos, em Santa Maria/RS, e de mulheres como as quebradeiras de coco de babaçu e as cortadoras de mangaba.

As participações dos grupos envolvidos no trabalho social comunitário aparecem detalhadas a seguir:

a) Trabalho comunitário no Cariri paraibano com a participação de jovens. As ilustrações de como os jovens podem mobilizar-se construindo um mundo melhor para si e sua comunidade, aparece no artigo dos autores, Coudel, Tonneau, Rey – Valette (2010). Eles abordam a inserção dos jovens no desenvolvimento do Cariri paraibano quando “foi criada a Universidade Camponesa no Cariri paraibano, para permitir aos atores da agricultura familiar efetuar projetos em suas comunidades e

contribuir para as políticas públicas territoriais” (COUDEL; TONNEAU; REY-VALLETE, 2010, p.37).

Os alunos transformaram, em 2006, a Associação dos Alunos da Unicampo em ONG com o nome de Antigos Alunos, Colaboradores e Amigos da Universidade Camponesa para assim poderem responder aos editais do governo com propostas para a obtenção de apoios para suas necessidades. A ONG, mesmo com a mudança do nome, continuou sendo conhecida como Associação dos Alunos, e oferece aos seus membros diversas vantagens, quais sejam: assistência técnica, lugar de reflexão na comunidade, local de reunião de alunos, sendo “uma entidade que permite agir para projetos de desenvolvimento territorial” (COUDEL; TONNEAU; REY-VALLETE, 2010, p.44).

b) Trabalho comunitário com a participação grupal de produtores rurais. Os produtores rurais e suas relações com os compradores foram objeto de estudo realizado em 2003 na Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Cooesperança, vinculada ao projeto Esperança da Diocese de Santa Maria/RS. Favero e Eidelwein (2003) criaram um espaço de reflexão sobre a relação de produtores rurais com os compradores de seus produtos. As reuniões consistiam em feiras em pontos de comercialização direta do Cooesperança, cooperativa dos agricultores.

As autoras esclareceram que pesquisaram usando "grupo de reflexão" e que a composição de re+flexão "sugere que cada um e todos do grupo façam uma renovada e continuada flexão sobre si próprios, assumindo as responsabilidades que lhes são próprias" (FAVERO & EIDELWEIN, 2004, p.30).

Para as discussões no grupo de reflexão foram usados cinco temas: significado do trabalho, significado do trabalho cooperativo, economia capitalista, economia solidária as autoras e importância da psicologia. Destes cinco temas serão destacados dois: economia solidária e importância da psicologia. Com relação à economia solidária as autoras Favero & Eidelwein (2004), ressaltam a fala de um participante que *o mais importante não é visar o lucro, mas a otimização de produção, valorizar o ser humano e valorizar o trabalho (sic)*. Segundo este entrevistado, na prática, isso se dá através da parceria, troca, ajuda mútua de um com o outro, diálogo com o consumidor, além de vínculos de amizade. Dizem às autoras que:

Em relação à importância da Psicologia ou do trabalho do profissional desta área, um dos entrevistados apontou que o psicólogo seria uma pessoa que tem a possibilidade de fazer um aconselhamento, traduzir de uma maneira que seja fácil de perceber ou entender as tuas emoções, os teus sentimentos” (sic), (FAVERO & EIDELWEIN, 2004, p.37).

c) Trabalho comunitário com participação de mulheres quebradeiras de coco de babaçu e catadoras de mangaba.

O papel da mulher agricultora foi analisado em dois movimentos sociais liderados por mulheres: as quebradeiras de coco babaçu e as catadoras de mangaba. Porro, Mota e Schimitz (2010) analisam e comparam estes dois movimentos sociais liderados por mulheres. As quebradeiras de babaçu atuam nos estados do Pará, do Tocantins e do Maranhão. No início (final dos anos 1980) foram apoiadas pela Igreja Católica. Depois, a Constituição Federal de 1988 reconheceu em grupos como os destas mulheres, com identidades coletivas, sua existência social e seus direitos específicos, e o movimento delas tomou força, (PORRO; MOTA; SCHIMITZ, 2010). No grupo das quebradeiras de coco babaçu, os autores observam que:

Somados à luta pela reforma agrária e a conservação dos babaçuais, outras questões foram se agregando: acesso ao mercado, educação, proteção à cultura e à infância, saúde e sexualidade da mulher, acesso a novas oportunidades econômicas e, finalmente, questões sobre a proteção do conhecimento tradicional (PORRO; MOTA; SCHIMITZ, 2010, p.113).

As catadoras de mangaba vivem na Amazônia e no Nordeste do Brasil e tiveram o apoio da EMBRAPA. Criaram no ano 2000, o Movimento das Catadoras de Mangaba, com reivindicações para serem reconhecidas como população tradicional e, atualmente, lutam contra a privatização das mangabeiras. Os proprietários de terras construíram mais cercas, mudaram as regras para a coleta, derrubaram as mangabeiras.

O corte das mangabeiras visava, em parte, desestruturar os argumentos utilizados pelas catadoras para justificar a coleta das frutas dessas árvores, pois elas consideram que 'a terra pode ter dono, mas a mangaba é de ninguém' e 'a mangabeira foi plantada por Deus. Em ambos os movimentos observa-se uma identidade política fundada no extrativismo de um recurso de uso comum, anteriormente marginal, (PORRO; MOTA; SCHIMITZ, 2010, p.118).



Freitas (2005) chama a atenção para os desafios enfrentados pelo profissional nos estudos em comunidade. Estudos como os relacionados aos estudantes do Cariri paraibano, aos produtores rurais nas suas relações com os compradores em Santa Maria/RS, às quebradeiras de babaçu no Pará, Tocantins e Maranhão e às catadoras de mangaba na Amazônia e no Nordeste do Brasil. Os mesmo desafios presentes nesta pesquisa sobre os produtores agroecológicos na sua comunidade de Campina dos Pintos, no município de Rio Branco do Sul/PR.

Tais desafios são a capacidade de submersão na realidade; o envolvimento no cotidiano concreto; as características dos projetos existentes e a percepção das formas de inclusão e exclusão, conforme detalha Freitas a seguir:

a) Quando se passa a crer que não é mais necessário submergir diretamente, na realidade concreta para conhecê-la, a sensibilidade para a realidade, situação ou pessoas se distorce, fica incompleta e, conseqüentemente, prejudicada. b) Com a participação sem o envolvimento no cotidiano concreto criam-se possibilidades de seu desenvolvimento sem a imersão emocional, e caminho para sentir-se pertencente sem existir a práxis. c) Há a divulgação de uma falsa ideia de que as demandas e necessidades da população estão sendo atendidas devido ao grande número de ONG's, projetos e programas que são criados diariamente (FREITAS, 2005, p.47). d) Dentro dos trabalhos comunitários temos enfrentado formas sutis e silenciosas de exclusão e discriminação que muitas vezes passam despercebidas e que mesmo nos projetos de inclusão aumenta a exclusão. Estes desafios são a base para uma análise das possíveis relações entre as práticas comunitárias e os projetos nos quais estão ancoradas e para alcançar uma reflexão sobre as relações entre comunidades, líderes comunitários e agentes externos quanto a: significados sobre o próprio trabalho na vida cotidiana de cada um, possibilidades de avanço, coerências quanto à proposta de transformação, (FREITAS, 2005, p.53).

Com relação ao apoio dos profissionais para a organização e funcionamento de grupos como o estudado em Campina dos Pintos, Coutinho (2005), junto com outros pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, ressalta a importância da autogestão. O profissional, em ação na comunidade, presta assistência para o grupo dominar todo o processo, desde a compra de insumos usados para produzir, a produção na propriedade, o armazenamento, o processamento até distribuição ao consumidor final. Assim o produtor teria o “pleno domínio do processo e das condições de trabalho” (COUTINHO, 2005, p.8). Coutinho, diz que:

Foi possível observar que frequentemente a criação, manutenção e desenvolvimento desse tipo de organização dependem do apoio de educadores, de sindicalistas ou de técnicos de outras entidades (COUTINHO, 2005, p.11).

O apoio de educadores e técnicos, segundo Cortegoso e Porto (2007) deverá ser realizado estimulando o grupo a adotar normas que propiciem e estimulem a solidariedade através do favorecimento da participação do indivíduo.

No empreendimento solidário é privilegiada a cooperação ao invés da competição; a participação de todos no processo de tomada de decisão; gestão e trabalho com igualdade nas responsabilidades e direitos, ao invés de hierarquização de tarefas e separação de trabalho intelectual e manual, ou planejamento e execução, (CORTEGOSO e PORTO, 2007, p.2).

As normas para a solidariedade devem propiciar a existência de: a) Processo participativo e democrático no estabelecimento de normas; b) Relação das normas com a percepção que indivíduo tem do mundo; c) E ainda, do ponto de vista psicológico, as possibilidades a partir das ações previstas nas normas de (CORTEGOSO & PORTO, 2007, p.6).

Como dificuldades para cumprimento das normas, apontam as autoras Cortegoso & Porto (2007), que, a) Predominância de normas proibitivas; b) Determinação de ações necessárias sem a relação com seus resultados; c) Uso de linguagem confusa (CORTEGOSO & PORTO, 2007, p.6). Para assessorar empreendimentos solidários, as autoras recomendam:

a) Capacitar o grupo através da análise do comportamento, com ênfase na instituição (o que ela faz); b) Situações que levam a instituição a agir: resultados, produtos e efeitos da ação institucional; c) Os resultados, produtos e efeitos devem representar aquilo que o grupo deseja como resultado do empreendimento solidário. As autoras destacam que elaborar normas de conduta com preponderância de proibições e sanções dificulta a organização e a solidariedade do grupo e é algo tão mais surpreendente quanto indesejável, (CORTEGOSO e PORTO, 2007, p.6).

## 2.2 A prática educativo-crítica para a aprendizagem

O indivíduo com capacidade crítica desenvolvida é fundamental para poder construir seu meio ou modo de vida com a qualidade que deseja para si, sua família e seu grupo. Um grupo construindo uma nova forma de viver, na concepção de Freire (2003), está exercendo uma prática educativa e ao mesmo tempo crítica num

processo de mudança social de forma contínua e permanente. Pois é esta capacidade crítica, que conduz o indivíduo a organizar-se em grupo para alcançar mais autonomia. Com essa noção o grupo adquire e acumula energia como reserva para ser acionado a cada novo desafio, e é na ação grupal que se desenvolve a prática solidária em movimento dialético, onde a ação-reflexão-nova-ação acontece em concomitância. O agir para modificar certos aspectos da realidade, faz com que o indivíduo domine ferramentas práticas e simbólicas para construir sua presença no mundo, que nada mais é do que encontrar significados que dão sentido à vida, podendo ser transmitidos de geração a geração, considerando as alteridades culturais. A construção do simbolismo cultural é realizada na tensão entre o que foi herdado geneticamente e aquilo que se herda social, cultural e historicamente. Com a percepção pelo indivíduo de ter o poder de modificar o presente e, junto com seu grupo, construir um mundo próprio e ao mesmo tempo comunitário, se estabelece a esperança. A esperança é um sentimento que estimula o indivíduo a agir na procura da solução para aquilo que se apresenta. O indivíduo aprende que é possível superar dificuldades com seu grupo. Ao compreender bem os componentes da realidade, o indivíduo estabelece a ação aceita pelo grupo para superar os desafios do dia-a-dia.

Outro reforço para a esperança são as políticas públicas que o grupo pode usar como ferramentas, instrumentos para o trabalho comunitário. Freitas (2005), trata da execução das políticas públicas e expõe a necessidade de “ser explicitado em todos os trabalhos comunitários” (FREITAS, 2005, p.50) a relação “entre a prática desenvolvida no cotidiano das intervenções psicossociais em comunidade e os projetos políticos implicados” (FREITAS, 2005, p.50). Diz à autora:

Nesta ótica de discussão adota-se uma perspectiva, cujas caracterizações e avaliações ultrapassam a mera identificação dos destinatários das ações, e/ou dos recursos utilizados, e/ou dos locais em que são desenvolvidos, e/ou dos temas exóticos ou incomuns que são abordados (FREITAS, 2005, p.51).

## CAPÍTULO III

### 3 GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ALGUNS DOCUMENTOS, DECRETOS E LEIS

Neste capítulo são apresentados alguns decretos e leis do governo federal relacionados às normas para a agricultura orgânica; à regulamentação do crédito rural; à definição da Política Nacional de Cooperativismo; ao Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf; e à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

São leis e decretos que deveriam ser do conhecimento e domínio das prefeituras municipais brasileiras, que são a primeira via de ligação dos munícipes aos benefícios das políticas públicas. Mas, o que se verifica é o despreparo das prefeituras municipais para a gestão pública, como foi constatado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2004, nos 5.560 municípios brasileiros que foi intitulado Pesquisa de Informações Básicas Municipais-Gestão Pública. O estudo foi realizado em 2004 e publicado em 16/04/2014.

Os 5.560 municípios do Brasil considerando sua população, são assim distribuídos no quadro abaixo:

Habitantes	Quantidade de Municípios	Percentual
Até 5.000	1.359	24,46
De 5.001 a 20.000	2.631	47,32
De 20.001 a 100.000	1.317	23,68
De 100.001 a 500.000	219	3,93
Mais de 500.000	34	0,61
Total	5.560	100

Figura 4 – Quadro demonstrativo da população dos municípios brasileiros. Fonte: IBGE/2004

Diz o IBGE na Pesquisa de Informações Básica de 2004, que:

A Constituição de 1988 atribuiu aos municípios a manutenção e organização dos serviços de transporte; de educação pré-escolar e ensino fundamental; saúde, proteção ao patrimônio histórico-cultural e o controle do uso do solo (IBGE, 2004, p.1).

O controle do uso do solo é de responsabilidade das prefeituras municipais. O IBGE informa na referida pesquisa que 71% dos 5.560 municípios brasileiros

possuem na sua estrutura um órgão ambiental e que nele trabalham 34.271 funcionários. O quadro a seguir demonstra a evolução da contratação desses funcionários entre 2002 e 2004, conforme tabela a seguir.

Funcionários ativos na área de meio ambiente, por regime de contratação, segundo Grandes Regiões - 2002 e 2004											
Brasil e Grandes Regiões	Municípios		Funcionários ativos na área de meio ambiente								
			2002			2004			% de aumento de 2002 para 2004		
	Total	Com estrutura em meio ambiente em 2002 e 2004	total	com vínculo empregatício (estatutário ou CLT)	sem vínculo empregatício	total	com vínculo empregatício (estatutário ou CLT)	sem vínculo empregatício	total	com vínculo empregatício (estatutário ou CLT)	sem vínculo empregatício
Brasil	5 560	3338	29924	22391	7533	34271	21696	12575	15	-3	67
Norte	449	256	2426	1779	647	3072	2030	1042	27	14	61
Nordeste	1 792	889	5290	3066	2224	6388	3617	2771	21	18	25
Sudeste	1 688	940	13217	10247	2970	14955	9682	5273	13	-6	78
Sul	1 188	918	7193	6012	1181	7290	5033	2257	1	-16	91
Centro-Oeste	463	335	1798	1287	511	2566	1334	1232	43	4	141

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004

Figura 5 – Quadro dos funcionários municipais do Órgão Ambiental. Fonte: IBGE/2004

Pois bem, os dados do IBGE revelam a existência de milhares de funcionários envolvidos com o meio ambiente e a sustentabilidade no Brasil, que intrinsecamente está relacionada com a produção agroecológica. Poderia ser feita a pergunta às prefeituras municipais, se há como mobilizar esses milhares de funcionários para implementar uma política municipal de produção agroecológica, que abrangeria a aplicação de normas para a agricultura orgânica; o crédito rural; o cooperativismo; a assistência técnica e a extensão rural para o fortalecimento do agricultor familiar.

O jornal - O Estado de São Paulo - de 16 de abril de 2014 divulgou a referida pesquisa destacando:

Os dados do levantamento mostram que apenas 39,6% dos municípios brasileiros podem ser considerados centros de gestão pública, o que significa que os outros 60,4% não possuem nenhuma representatividade ou ficam totalmente de fora da estrutura de ligação entre importantes instituições públicas nacionais. O estudo analisou apenas a presença em território brasileiro de órgãos federais com considerável capilaridade: IBGE, INSS, Justiça Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria da Receita Federal, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais do Trabalho (Jornal O Estado de São Paulo, 2014, p.2).

Isso demonstra que é preciso destinar uma atenção especial ao papel das prefeituras municipais em todo o território nacional.

É possível destacar como exemplo de potencial de benefícios para os agricultores de um município, o crédito rural em uma só de suas modalidades que é o Pronaf. Na safra 2013/2014 foram estabelecidos incentivos através deste programa, como consta no capítulo 10 do Manual de Crédito Rural do Banco Central. Visto que na seção 1, item 11-b, o governo federal assume integralmente o risco da operação realizada através do Pronaf Mulher e, outro exemplo de incentivo aparece no caso do Pronaf Agroindústria quando na seção 6, item 4-c, são estabelecidos juros de 1% a 2% ao ano, com prazos de pagamento entre 10 e 15 anos.

E, os incentivos para o fortalecimento do pequeno agricultor se desdobram em diversas atividades que são financiadas. No Manual de Crédito Rural do Banco Central, consta no capítulo 10, item 1, seção 16 do Pronaf ECO.

Que é uma linha de crédito para investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental que pode ser aplicada em: uso de energia solar, eólica e miniusinas de biocombustíveis; estação de tratamento de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem; construção de cisternas, barragens subterrâneas, caixas d'água e estruturas para distribuição, instalação, ligação e utilização da água; pequena hidroelétricas; produção florestal de madeireiros e não madeireiros; implantação de práticas de conservação do solo; correção de acidez e fertilidade do solo. Todo esse aparato está disponível para toda a população residente nos municípios brasileiros, cabendo aos prefeitos à iniciativa técnica e política (Manual de Crédito Rural do Banco Central, capítulo 10, item 1, seção 16, 2013) .

E mais, no Manual de Crédito Rural do Banco Central, item 5b do Capítulo 10, seção 5 sobre o Pronaf Mais Alimento, tem-se que pode ser utilizado na propriedade rural o em áreas comunitárias para:

(...) construção reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, maquina equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estrutura de armazenagem, de uso comum, na forma de credito coletivo (Manual de Crédito Rural do Banco Central, item 5b do Capítulo 10, seção 5, 2013).

No município esta modalidade de Pronaf permitiria o uso de áreas ociosas nas propriedades rurais que, por exemplo, necessitam de irrigação.

É o Pronaf Agroindústria quem financia investimentos em infraestrutura para:

(...) beneficiamento, armazenamento, processamento, e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, do extrativismo, de produtos

artesanais, e da exploração de turismo rural (Manual de Crédito Rural do Banco Central, capítulo 10, na seção 6, 2013).

Conforme Manual de Crédito Rural do Banco Central, capítulo 10, são ainda apresentados várias linhas de financiamento, como:

Pronaf Agroecologia para o financiamento dos sistemas agroecológicos de produção; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem, Pronaf Cotas- Partes de Cooperativas entre outros apoios aos pequenos agricultores (Manual de Crédito Rural do Banco Central, capítulo 10, 2013).

Até aqui foram destacadas as normas de crédito rural, mas são apresentados em sequencia documentos relativos a outras Leis e Decretos.

### 3.1 Lei sobre a agricultura orgânica

Lei No. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Esta Lei define o que é um produto orgânico, qual sua finalidade, como deve ser sua certificação entre outras providências. Segue o documento referente a esta Lei:

LEI No 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

Presidência da República - Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI No 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

Mensagem de veto

Regulamento.

Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível método cultural, biológico e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

§ 1º A finalidade de um sistema de produção orgânico é:

I – a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;

II – a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;

III – incrementar a atividade biológica do solo;

IV – promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;

V – manter ou incrementar a fertilidade do solo em longo prazo;

VI – a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não renováveis;

VII – basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;

VIII – incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;

IX – manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.

§ 2o O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.

Art. 2o Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.

Parágrafo único. Toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto definido no caput deste artigo é considerada como produtor para efeito desta Lei.

Art. 3o Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 1o No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social previamente cadastrado junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

§ 2o A certificação da produção orgânica de que trata o caput deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País.

Art. 4o A responsabilidade pela qualidade relativa às características regulamentadas para produtos orgânicos caberá aos produtores, distribuidores, comerciantes e entidades certificadoras, segundo o nível de participação de cada um.

Parágrafo único. A qualidade de que trata o caput deste artigo não exime os agentes dessa cadeia produtiva do cumprimento de demais normas e regulamentos que estabeleçam outras medidas relativas à qualidade de produtos e processos.

Art. 5o Os procedimentos relativos à fiscalização da produção, circulação, armazenamento, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros, serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.

§ 1o A regulamentação deverá definir e atribuir as responsabilidades pela implementação desta Lei no âmbito do Governo Federal.

§ 2o Para a execução desta Lei, poderão ser celebrados convênios, ajustes e acordos entre órgãos e instituições da Administração Federal, Estados e Distrito Federal.

Art. 6o Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração das disposições desta Lei será apurada em processo administrativo e acarretará, nos termos previstos em regulamento, a aplicação das seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I – advertência;

II – multa de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

III – suspensão da comercialização do produto;

IV – condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas;

V – inutilização do produto;

VI – suspensão do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença; e

VII – cancelamento do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença.

Art. 7o Caberá ao órgão definido em regulamento adotar medidas cautelares que se demonstrem indispensáveis ao atendimento dos objetivos desta Lei, assim como dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma de seu regulamento.

§ 1o O detentor do bem que for apreendido poderá ser nomeado seu depositário.

§ 2o Os custos referentes a quaisquer dos procedimentos mencionados neste artigo correrão por conta do infrator.



Art. 8º As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos ficam obrigadas a promover a regularização de suas atividades junto aos órgãos competentes.

Parágrafo único. Os procedimentos de registro, cadastramento, licenciamento e outros mecanismos de controle deverão atender ao disposto no regulamento desta Lei e nos demais instrumentos legais pertinentes.

Art. 9º Os insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica deverão ser objeto de processo de registro diferenciado, que garanta a simplificação e agilização de sua regularização.

Parágrafo único. Os órgãos federais competentes definirão em atos complementares os procedimentos para a aplicabilidade do disposto no caput deste artigo.

Art. 10. Para o atendimento de exigências relativas a medidas sanitárias e fitossanitárias, as autoridades competentes deverão, sempre que possível, adotar medidas compatíveis com as características e especificidades dos produtos orgânicos, de modo a não descaracterizá-los.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, definindo as normas técnicas para a produção orgânica e sua estrutura de gestão no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º A regulamentação deverá contemplar a participação de representantes do setor agropecuário e da sociedade civil, com reconhecida atuação em alguma etapa da cadeia produtiva orgânica.

§ 2º A regulamentação desta Lei será revista e atualizada sempre que necessário e no máximo a cada quatro anos.

Art. 12. (VETADO).

Parágrafo único. O regulamento desta Lei deverá estabelecer um prazo mínimo de 01 (um) ano para que todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva possam se adequar aos procedimentos que não estejam anteriormente estabelecidos por regulamentação oficial.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Márcio Thomaz Bastos*

*Roberto Rodrigues*

*Marina Silva*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.12.2003

### 3.2 Decreto institucionalizando o crédito rural

Decreto No. 58.380, de 10 de maio de 1966, aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural. Define objetivos específicos como favorecer o custeio, a comercialização, os investimentos rurais e entre outras medidas define a constituição do Sistema nacional de Crédito Rural, encabeçado pelo Banco Central. Segue o documento referente a este decreto.

DECRETO Nº 58.380, DE 10 DE MAIO DE 1966.

Presidência da República - Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 58.380, DE 10 DE MAIO DE 1966.

Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, DECRETA:

Art 1º Fica aprovado o Regulamento que com este baixa, assinado pelos Ministros de Estado dos Negócios da Fazenda e da Agricultura, para institucionalização do crédito rural.

Art 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Octávio Bulhões*

*Ney Braga*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 17.5.1966

## CAPÍTULO I

### *Disposições Preliminares*

Art 1º O crédito rural, sistematizado pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País fixada pelo Ministério da Agricultura e tendo em vista o bem-estar do povo.

Art 2º Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados neste regulamento, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º O suprimento de recursos a que alude este artigo será feito por instituições financeiras, assim consideradas as pessoas jurídicas públicas, privadas ou de economia mista que tenham como atividades principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros.

§ 2º Os órgãos oficiais que dispõem de serviços de revenda de bens de produção deverão adaptar suas operações a prazo às normas e condições deste Regulamento.

Art 3º São objetivos específicos do crédito rural:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor em seu imóvel rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo.

Art 4º O Conselho Monetário Nacional - ouvida a Comissão Consultiva de Crédito Rural, na forma do disposto no parágrafo 1º e sua alínea " c " do artigo 7º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 - disciplinará o crédito rural no País e estabelecerá, com exclusividade, normas relacionadas com:

I - avaliação, origem e dotação dos recursos a serem aplicados no crédito rural;

II - diretrizes instruções relacionadas com a aplicação e controle do crédito rural;

III - critérios seletivos e de prioridade para a distribuição de crédito rural;

IV - fixação e ampliação dos programas de crédito rural, abrangendo todas as formas de suplementação de recursos, inclusive refinanciamento.

Art 5º As deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural, serão executadas, dirigidas, coordenadas e fiscalizadas pelo Banco Central da República do Brasil.

Art 6º Compete ao Banco Central da República do Brasil, como órgão de controle do sistema nacional de crédito rural:

I - sistematizar a ação dos órgãos financiadores e promover a sua coordenação com os que prestam assistência técnica e econômica ao produtor rural;

II - elaborar planos globais de aplicação do crédito rural e conhecer de sua execução, tendo em vista a avaliação dos resultados para introdução de correções cabíveis;

III - determinar os meios adequados de seleção e prioridade na distribuição do crédito rural e estabelecer medidas para o zoneamento dentro do qual devem atuar os diversos órgãos financiadores em função dos planos elaborados;

IV - incentivar a expansão da rede distribuidora do crédito rural, especialmente através de cooperativas;

V - estimular a ampliação dos programas de crédito rural, mediante financiamento aos órgãos participantes da respectiva rede distribuidora, especialmente aos bancos com sede nas áreas de produção e que destinem ao crédito rural mais de 50% (cinquenta por cento) de suas aplicações.

Parágrafo único. O cumprimento pelo Banco Central da República do Brasil, do disposto nos incisos II e III deste artigo far-se-á em consonância com a política de desenvolvimento da produção rural do País, fixada pelo Ministério da Agricultura, nos termos do art. 1º deste decreto.

Art 7º Para os fins previstos nos incisos II e III do artigo 6º, as instituições financeiras que participam do sistema nacional de crédito rural deverão submeter, anualmente, ao Banco Central da República do Brasil, até a data por este fixada, os orçamentos de suas aplicações, especificando a origem dos recursos, áreas em que serão aplicados e as finalidades respectivas.

Parágrafo único. Os orçamentos referidos neste artigo serão levados em conta pelo Banco Central da República do Brasil na elaboração do Orçamento Monetário do País.

## CAPÍTULO II

### *Do Sistema Nacional de Crédito Rural*

Art. 8º Integrarão, basicamente, o Sistema Nacional de Crédito Rural:

I - O Banco Central da República do Brasil com as funções indicadas no art. 6º;

II - O Banco do Brasil S.A., através de suas carteiras especializadas;

III - O Banco de Crédito da Amazônia S.A. e o Banco do Nordeste do Brasil S.A., através de suas carteiras ou departamentos especializados, e IV - O Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

§ 1º Serão vinculados ao sistema.

I - para cumprimento dos objetivos especificados na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964:

a) o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

b) o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário;

c) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico,

II - como órgãos auxiliares, desde que operem em crédito rural dentro das diretrizes fixadas neste regulamento:

a) Bancos de que as Unidades da Federação detenham a maioria das ações com direito a voto;

b) Caixas Econômicas,

c) Bancos privados;

d) Sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

e) Cooperativas autorizadas a operar em crédito rural.

§ 2º Poderão articular-se ao sistema, mediante convênios ratificados pelo Banco Central da República do Brasil, quando deles não participem, órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica e econômica ao produtor rural, cujos serviços sejam passíveis de utilizar em conjugação com o crédito.

§ 3º Poderão incorporar-se ao sistema, além das entidades mencionadas neste artigo, outras que o Conselho Monetário Nacional venha a admitir.

Art 9º As instituições referidas no inciso II do parágrafo 1º e parágrafos 2º e 3º do artigo 8º que desejem operar em crédito rural, além de outras exigências que vierem a ser feitas pelo Banco Central da República do Brasil, deverão:

I - comprovar a existência de setor especializado em crédito rural, especificando as respectivas modalidades de operações, dentro de prazo a ser fixado pelo Banco Central da República do Brasil;

II - indicar os recursos próprios destinados a cada modalidade e sua origem;

III - estabelecer normas básicas para as operações, difundindo-as junto, às suas dependências;

IV - dispor de assessoramento técnico competente.

Parágrafo único. As exigências acima poderão ser dispensadas para as instituições que desejarem operar exclusivamente na modalidade prevista no art. 11, inciso III, alínea "b".

## CAPÍTULO III

### *Da Estrutura do Crédito Rural*

Art 10. O crédito rural restringe-se ao campo específico do financiamento das atividades rurais e adotará basicamente, as modalidades de operações indicadas neste Regulamento, para suprir as necessidades financeiras do custeio e da comercialização da produção própria, como também as de capital para investimento e industrialização de produtos agropecuários, esta quando efetuada pelo produtor em seu imóvel ou, por suas cooperativas.

Art 11. Para os efeitos deste Regulamento, os financiamentos rurais dividem-se em:

I - Custeio - os destinados ao suprimento de capital de trabalho para atender às seguintes atividades:

a) agrícola - despesas normais do ciclo produtivo abrangendo todos os encargos, desde o preparo das terras até o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural, inclusive. Estende-se, ainda, ao atendimento de despesas com a extração de produtos vegetais espontâneos e seu preparo primário. Admissível, outrossim, o financiamento isolado para aquisição de mudas, sementes, adubos, corretivos do solo, defensivos e outros bens que integram o custeio de produção.

b) pecuário - quando destinados a qualquer despesa normal da exploração no período considerado, admissível, igualmente, o financiamento isolado de bens competentes do respectivo custeio, inclusive para a aquisição de sal, arame, forragens, rações, concentrados minerais, sêmen, hormônios, produtos de uso veterinário em geral, corretivos do solo, defensivos, adubos, bem assim o custeio da piscicultura, apicultura, sericicultura, a limpeza e restauração de pastagens, fenação, silagem, formação de capineiras e de outras culturas forrageiras de ciclo não superior a dois anos, cuja produção se destine ao consumo de rebanho próprio.

c) industrialização ou beneficiamento - desde que a matéria-prima empregada seja de produção preponderantemente própria - exigência dispensável nas operações com cooperativas - serão financiáveis despesas com mão-de-obra, manutenção e conservação do equipamento, aquisição de materiais secundários indispensáveis ao processamento industrial, sacaria, embalagem, armazenamento, seguro, preservação, impostos, fretes, carretos e outros encargos que venham a ser admitidos.

II - Investimentos - os destinados à formação de capital fixo ou semifixo em bens de serviços:

a) capital fixo - inversões para a fundação de culturas permanentes, inclusive pastagens, florestamento e reflorestamento, construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, aquisição de máquinas e equipamentos de longa duração, eletrificação rural, obras de irrigação e drenagem ou de recuperação do solo, irrigação e açudagem, e, respeitadas as disposições do Código Florestal, desmatamento e destocamento;

b) capital semifixo - inversões para aquisição de animais de grande, médio e pequeno porte, destinados à criação, recriação, engorda ou serviço; máquinas, implementos, veículos, equipamentos e instalações de desgastes a curto e médio prazo, utilizáveis nessas atividades.

III - Comercialização - os destinados a facilitar aos produtores rurais, diretamente ou através de suas cooperativas, a colocação de suas safras, podendo ser concedidos:

a) isolamento, ou como extensão do custeio, para cobrir despesas inerentes à fase imediata à colheita da produção própria, compreendendo armazenamento, seguro, manipulação, preservação, acondicionamento, impostos, fretes e carretos;

b) mediante a negociação ou conversão em dinheiro de títulos oriundos da venda de produção comprovadamente própria; e c) mediante operações para garantia de preços mínimos fixados pelo Governo Federal.

§ 1º Os créditos para custeio e investimento, quando concedidos a pequenos e médios produtores, poderão incluir recursos para a manutenção do agricultor e sua família, para a aquisição, de animais destinados a produção necessária a sua subsistência, medicamentos, agasalhos, roupas, utilidades domésticas, bem assim para instalações sanitárias, construção e reforma de benfeitorias e ainda para satisfação de necessidades outras fundamentais ao bem-estar da família rural.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional poderá admitir o financiamento de outros itens, dentro das finalidades do crédito rural enunciadas neste artigo.

Art. 12. Os financiamentos rurais poderão através de um só instrumento, atender a uma ou mais das finalidades especificadas no art. 11, de modo a contemplar, com oportunidade, as necessidades integrais da exploração considerada.

Art. 13. As operações de crédito rural subordinam-se às seguintes exigências essenciais:

I - idoneidade do proponente;

II - apresentação de orçamento de aplicação nas atividades específicas;

III - fiscalização pelo financiador.

§ 1º A idoneidade do proponente deverá constar do registro cadastral obrigatoriamente existente no órgão financiador.

§ 2º Quando se tratar de crédito destinado exclusivamente à comercialização, às exigências constantes dos incisos II e III deste artigo será substituído pela comprovação de que o produto negociado é de produção própria ou, quando se tratar de cooperativa, de seus associados.

§ 3º A fiscalização das atividades financiadas e da aplicação do crédito será obrigatória pelo menos uma vez no curso da operação.

Art. 14. As operações de crédito rural devem subordinar-se ainda aos seguintes preceitos:

- a) adequação, suficiência e oportunidade do crédito;
- b) incremento da produtividade e da produção agrícola, tendo em vista a melhoria da rentabilidade da exploração financiada;
- c) segurança razoável baseada, principalmente, no planejamento da operação;
- d) melhoramento das práticas rurais e melhoria das condições de vida e de trabalho na unidade rural beneficiada;
- e) liberação do crédito em função das necessidades do plano e fixação de prazo para o reembolso em sincronia com os ciclos de produção e a comercialização normal dos bens produzidos.

Parágrafo único. Não constituem função do crédito rural:

- a) subsidiar atividades deficitárias ou antieconômicas;
- b) financiar o pagamento de dívidas contraídas antes da apresentação da proposta;
- c) possibilitar a recuperação de capital investido;
- d) favorecer a retenção especulativa de bens;
- e) antecipar a realização de lucros presumíveis;

Art. 15. Constituem modalidades de crédito rural.

I - Corrente - o concedido pelas entidades financeiras, observadas as normas usuais, compreendendo:

- a) sustentação, aquele que se destina a proporcionar suporte financeiro às atividades rurais desenvolvidas por produtores, considerados meramente como elementos integrantes da produção capazes de assumir os riscos do empreendimento financiado;
- b) planejado, aquele que se aplica a projetos específicos, em que o interessado satisfaça, reconhecidamente, nos requisitos de capacidade técnica e substância econômica, além de a exploração projetada objetivar a melhoria dos rendimentos e da produtividade.

II - Educativo o que se caracteriza pela conjugação da assistência financeira à técnica-educacional, prestada diretamente pelo financiador ou através de entidade especializada, classificando-se como:

- a) orientado, o que visa à melhoria dos níveis de produtividade e rentabilidade da empresa rural assistida, subordinado a plano tecnicamente elaborado;
- b) dirigido, o que se destina à melhoria dos níveis de produtividade de determinada exploração rural ou à sua introdução ou difusão em regiões que lhe são ecologicamente favoráveis;
- c) supervisionado, o que se destina aos pequenos produtores, com o objetivo de desenvolver plano integrado que contemple as necessidades de empresa rural e do lar do agricultor, visando a integrá-lo à vida econômico-produtiva do País e elevar o nível socioeconômico deste e de sua família.

III - Especial o que se destina ao suprimento de recursos financeiros a entidades de constituição típica e para realização de programas específicos, compreendendo:

- a) crédito a cooperativas de produtores rurais, destinados à:
  - 1) antecipação de recursos para seu aparelhamento e prestação de serviços aos cooperados, bem assim para investimentos necessárias ao seu adequado funcionamento.
  - 2) adiantamento aos cooperados por conta do preço de produtos entregues para venda.
  - 3) aquisição, para posterior fornecimento aos cooperados, de maquinaria, implementos e utensílios agrícolas, veículos, animais, materiais diversos e produtos normalmente utilizáveis nas exploração rurais.
  - 4) aquisição de maquinaria, implementos e utensílios agrícolas e reprodutores machos puros ou de alta linhagem, para uso exclusivo nas explorações rurais de seus cooperados.
  - 5) antecipação de recursos para integralização de cotas partes de capital social, obrigatoriamente utilizáveis em programas de investimento da própria cooperativa.
  - 6) refinanciamento, aos seus associados, de operações de crédito rural, consoante as modalidades e finalidades previstas neste Regulamento.
- b) crédito aos programas de colonização e de reforma agrária para financiar projetos de colonização e reforma agrária como definidos na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, bem como outros programas governamentais da mesma natureza.

Art. 16. As operações de crédito rural que forem realizadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, diretamente ou através de convênios, obedecerão às modalidades do

crédito educativo e especial, aplicadas as finalidade prevista na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 17. As entidades financiadoras, participantes do sistema nacional de crédito rural, poderão designar representantes para acompanhar a execução de contratos relativos à aplicação de recursos por intermédio de órgãos intervenientes.

§ 1º Em caso de crédito a cooperativas, poderão os representantes mencionados neste artigo prestar assistência técnica e administrativa, como também orientar e fiscalizar a aplicação de recursos.

§ 2º Quando se tratar de cooperativa integral de reforma agrária, o representante será um Delegado indicado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária que integrará o Conselho de Administração, sem direito a voto, com a função de prestar assistência técnico-administrativa à Diretoria e de orientar e fiscalizar a aplicação de recursos que o aludido Instituto houver destinado à cooperativa.

§ 3º As cooperativas de crédito rural poderão ser assistidas pelos Bancos Oficiais que integram, basicamente, o sistema nacional de crédito rural, reajustando seus estatutos e regulamentos às normas estabelecidas pelos referidos estabelecimentos de crédito previamente aprovados pelo Banco Central da República do Brasil.

Art 18. Os termos, prazos, juros, limites e demais condições das operações de crédito rural, sob quaisquer de suas modalidades, ou finalidades, serão estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, observadas as disposições legais específicas.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional assegurará, na forma do art. 4º, o inciso IX da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, sempre que necessárias taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover:

- I - recuperação e fertilização do solo;
- II - florestamento e reflorestamento;
- III - combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais;
- IV - eletrificação rural;
- V - mecanização
- VI - irrigação;
- VII - investimentos indispensáveis às atividades agropecuárias.

§ 2º As taxas das operações, sob qualquer modalidade de crédito rural, serão inferiores em pelo menos ¼ (um quarto) às taxas máximas admitidas pelo Conselho Monetário Nacional para as operações bancárias de crédito mercantil.

Art. 19. O Conselho Monetário Nacional nas condições que estabelecer, poderá criar taxa especial sobre operações de crédito rural para constituição de "Provisão para riscos de financiamentos rurais" destinados a indenizar os órgãos financiadores pelos prejuízos que advierem das operações de crédito rural contratadas sem garantia real ou sem o registro desta.

## CAPITULO IV

### *Dos Recursos para o Crédito Rural*

Art. 20. O crédito rural contará com suprimientos provenientes das seguintes fontes:

I - Internas:

- a) recursos que são ou vierem a ser atribuído ao Fundo Nacional de Refinanciamento Rural instituído pelo Decreto nº 54.019, de 14 de julho de 1964;
- b) recursos que são ou vierem a ser atribuídos ao Fundo Nacionais de Reforma Agrária, instituído pela Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964;
- c) recursos que são ou vierem a ser atribuídos ao Fundo Agroindustrial de Reconversão, instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
- d) dotações orçamentárias atribuídas a órgãos que integrem ou venham a integrar o Sistema Nacional de Crédito Rural, com destinação específica;
- e) valores que o Conselho Monetário Nacional venha a isentar de recolhimento, na forma prevista na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, art. 4º, item XIV, letra " c ", f) recursos próprios dos órgãos participantes ou que venham a participar do Sistema Nacional de Crédito Rural, na forma do art. 8º do presente Regulamento;
- g) importâncias recolhidas ao Banco Central da República do Brasil pelo sistema bancário, na forma prevista no parágrafo 1º do art. 28, desse Regulamento;
- h) produto a colocação de bônus de crédito rural, hipotecário ou títulos de natureza semelhante, que forem emitidos por entidades governamentais participantes do Sistema Nacional de Credito Rural com características e sob condições que o Conselho Monetário Nacional autorize, obedecida a legislação referente à emissão e circulação de valores mobiliários:

- i) produto das multas recolhidas nos termos do parágrafo 3º, do artigo 28 desta Regulamentação;
- j) resultado das operações de financiamento ou refinanciamento;
- l) recursos outros de qualquer origem atribuídos exclusivamente à aplicação em crédito rural;
- m) recursos nunca inferiores a 10% (dez por cento) dos depósitos de qualquer natureza dos bancos privados e das sociedades de crédito, financiamento e investimentos.

#### II - Externas:

- a) recursos decorrentes de empréstimos ou acordos, especialmente reservados para aplicação em crédito rural;
- b) recursos especificamente reservados para aplicação em programas de assistência financeira ao setor rural, através do Fundo Nacional de Reforma Agrária, criado pelo art. 27 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
- c) recursos especificamente reservados para aplicação em financiamentos de projetos de desenvolvimento agroindustrial através do Fundo Agroindustrial de Reconversão, criado pelo art. 120 da lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
- d) produto de acordos ou convênios celebrados com entidades estrangeiras ou internacionais conforme normas que o Conselho Monetário Nacional traçar desde que nelas sejam especificamente atribuídas parcelas para aplicação em programas de desenvolvimento de atividades rurais.

Art 21. O Banco Central da República do Brasil adotará as providências necessárias no sentido de registrar e divulgar com destaque, nos seus balanços e balancetes, os recursos destinados ao crédito rural e suas respectivas aplicações, os quais serão contabilizados em contas específicas, em função das respectivas origens e destinação.

Art 22. Os recursos destinados ao crédito rural de origem externa ou interna ficam sob controle do Conselho Monetário Nacional, que fixará anualmente, as normas de distribuição aos órgãos que participem do sistema de crédito rural, nos termos do art. 8º deste Regulamento.

Parágrafo único. Todo e qualquer fundo, já existente ou que vier a ser criado destinado especificamente a financiamento de programas de crédito rural, terá sua administração determinada pelo Conselho Monetário Nacional, que estabelecerá as normas e diretrizes para a sua aplicação, respeitada a legislação específica.

Art 23. Ao Banco Central da República do Brasil de acordo com as atribuições estabelecidas na Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, caberá entender-se ou participar de entendimentos com as instituições financeiras estrangeiras e internacionais em assuntos ligados a obtenção de empréstimos destinados a programas de financiamento às atividades rurais, estando presente na assinatura dos respectivos convênios e apresentando ao Conselho Monetário Nacional sugestões quanto às normas para sua utilização.

Art 24. O Conselho Monetário Nacional poderá tomar medidas de incentivo que visem a aumentar a participação da rede bancária não oficial na aplicação do crédito rural.

Parágrafo único. As instituições financeiras que comprovem a execução eficiente de programas de crédito rural serão selecionadas, prioritariamente como agentes financeiros do Banco Central da República do Brasil, cabendo-lhes receber suplementações proporcionais aos recursos próprios por elas aplicados ao último exercício.

Art 25. A fixação de limite do valor dos empréstimos a que se refere o § 2º do art. 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa para a competência do Conselho Monetário Nacional, que levará em conta a proposta apresentada pela Diretoria do Banco do Brasil S/A.

Art 26. O Conselho Monetário Nacional, anualmente, quando da elaboração da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, pleiteará a inclusão de dotação destinada ao custeio de assistência técnica e educativa aos beneficiários do crédito rural, com base em programação elaborada pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão depositados no Banco Central da República do Brasil, e por estes liberados aos órgãos que prestam assistência técnica e educativa aos beneficiários do crédito rural, liberação essa que estará sempre condicionada à previa aprovação do Ministro da Agricultura, através de seu órgão competente e sujeita a prestação de contas.

Art 27. O Conselho Monetário Nacional poderá autorizar a cobrança, nas operações de crédito rural, de comissão destinada a ocorrer ao atendimento de despesas com assistência técnica e educativa aos beneficiários do crédito rural, devendo ser os valores respectivos recolhidos à ordem do Banco Central da República do Brasil, a fim de suplementar os recursos orçamentários referidos no art. 26.

Parágrafo único. A distribuição desses recursos, bem como os de origem orçamentária, referidos no art. 26 deverá ser feita, preferencialmente, para aplicação em áreas ainda não contempladas com serviços regulares de assistência técnica, de modo a propiciar a necessária expansão dessa assistência.

Art 28. As instituições de crédito e entidades financeiras referidas no art. 8º manterão aplicadas em operações típicas de crédito rural, contratadas diretamente com produtores ou suas cooperativas, percentagem a ser fixada pelo Conselho Monetário Nacional, dos recursos com que operarem.

§ 1º Os estabelecimentos que não desejarem ou não puderem cumprir as obrigações estabelecidas no presente artigo, recolherão as somas correspondentes em depósitos no Banco Central da República do Brasil, para aplicação nos fins previstos neste Regulamento.

§ 2º As quantias recolhidas ao Banco Central da República do Brasil, na forma deste artigo, vencerão juros à taxa que o Conselho Monetário Nacional fixar.

§ 3º A inobservância ao disposto neste artigo sujeitará o infrator a multa variável entre 10% (dez por cento) e 50% (cinquenta por cento) sobre os valores não aplicados em crédito rural.

§ 4º O não recolhimento da multa mencionada no parágrafo anterior, no prazo de 15 (quinze) dias, sujeitará o infrator a penalidades previstas no Capítulo V da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 5º O Conselho Monetário Nacional, ao fixar a percentagem referida neste artigo, levará em conta o disposto na letra "m" do art. 20 deste Regulamento.

Art 29. O depósito que constitui o Fundo de Fomento à Produção de que trata o art. 7º da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, fica elevado para 20% das dotações anuais previstas no Art. 199 da Constituição Federal e será efetuado pelo Tesouro Nacional o Banco de Crédito da Amazônia S/A, que se incumbirá de sua aplicação direta e exclusiva, dentro da área da Amazônia, de conformidade com a respectiva programação anual, previamente aprovada pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e de acordo com o plano geral de desenvolvimento regional por ela coordenadas observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e outras disposições contidas no presente Regulamento.

§ 1º O Banco de Crédito da Amazônia S/A, destinará para aplicação em crédito rural, pelo menos 60% (sessenta por cento) do valor do Fundo, podendo o Conselho Monetário Nacional alterar essa percentagem, em face de circunstância que assim recomende.

§ 2º Os juros das aplicações mencionada neste artigo serão cobrados às taxas usuais para as operações de tal natureza, conforme o Conselho Monetário Nacional fixar, ficando abolido o limite previsto no art. 7º, §§ 2º e 3º da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950.

## CAPÍTULO V

### *Das garantias e instrumentos de crédito rural*

Art. 30. Poderão constituir garantia das operações de crédito rural, preferentemente de conformidade com a natureza da operação creditícia em causa:

I - Penhor agrícola

II - Penhor pecuário;

III - Penhor mercantil;

IV - Penhor industrial;

V - Bilhete de mercadoria;

VI - Warrants e conhecimentos de depósitos;

VII - Caução;

VIII - Hipoteca;

IX - Fidejussória;

X - Outras que o Conselho Monetário Nacional venha a admitir.

Art. 31. A constituição das garantidas previstas no artigo anterior, de livre convenção entre financiado e financiador, observará a legislação própria de cada tipo bem como as normas complementares que o Conselho Monetário Nacional estabelecer ou aprovar.

Art. 32. As garantias reais serão preferentemente outorgadas sem concorrência.

Art. 33. Exceto a hipoteca, as demais garantias reais oferecidas para segurança dos financiamentos rurais valerão entre as partes, independentemente de registro, com todos os direitos e privilégios.

Art. 34. Os bens adquiridos e as culturas custeadas ou formadas por meio de crédito rural em que couber garantiam serão vinculadas ao respectivo instrumento contratual como garantia especial.

Art. 35. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá os termos e condições em que poderão ser contratados os seguros dos bens vinculados aos instrumentos de crédito rural.

Art. 36. São instrumentos básicos para as operações típicas de crédito rural os contratos de que trata a Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937, e os títulos previstos na lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957. Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional, observada a legislação vigente, regulará a eventual utilização de títulos cambiais em operações de crédito rural.



## CAPÍTULO VI

### *Das disposições gerais e transitórias*

Art. 37. Os órgãos de orientação e coordenação de atividades rurais, criados no âmbito estadual, deverão elaborar seus programas de ação, no que respeita ao crédito especializado, observando as disposições deste Regulamento e normas complementares que o Conselho Nacional venha a baixar.

Art. 38. Estendem-se às instituições financeiras que integram basicamente o Sistema Nacional de Crédito Rural, nos termos do art. 8º, incisos I a IV deste Regulamento, as seguintes disposições:

- a) do art. 4º da Lei nº 454, de 9 de julho de 1937, relativa à emissão de bônus;
- b) dos arts. 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.003, de 29 de dezembro de 1938, relativos à preferência assegurada a penhor rural que ampare as suas operações ante a existência de inscrição hipotecária ou de títulos protestados;
- c) do art. 3º do Decreto-lei número 2.611, de 20 de setembro de 1940, relativa ao redesconto de papéis decorrentes de financiamentos rurais com prazo de vencimento não superior a um ano;
- d) do art. 3º do Decreto-lei nº 2.612, de 20 de setembro de 1940, que considera parte integrante dos contratos de penhor rural e isentos de selos os instrumentos de depósito, feito em mãos de terceiros, de produtos gravados por financiamento que realizarem.

Art 39. O Banco Central da República do Brasil baixará instruções reguladoras do mecanismo de registro conjunto de responsabilidade das operações de crédito rural, a cargo das instituições financiadoras componentes do Sistema Nacional de Crédito Rural que atuam dentro da mesma área, de forma a:

- a) evitar o paralelismo de assistência creditícia a um mesmo beneficiário, assim considerada a concessão de financiamentos para a mesma finalidade;
- b) sistematizar o levantamento estatístico dos empréstimos concedidos para as finalidades agropecuárias.

Art 40. As operações de crédito rural, sob quaisquer modalidades, de valor até 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país, pagarão somente as despesas indispensáveis, ficando isentas de taxas e comissões relativas aos serviços bancários, tais como as de cadastro, de expediente, de consulta, de cobrança e outras de natureza similar.

§ 1º Consideram-se despesas indispensáveis àquelas realizadas e decorrentes de registro ou inscrição das garantias e instrumentos avaliação de bens e de medição de lavouras, as de elaboração de projetos e estudos técnicos, prêmios de seguro, bem assim as despesas de viagens decorrentes da fiscalização do empreendimento financiado, além de outras que venha a emitir o Banco Central da República do Brasil.

§ 2º Quando a um mesmo cliente for deferido empréstimo cujo valor, somado ao montante dos financiamentos por que eventualmente responda na mesma ou em outra instituição financeira, venha a ultrapassar o limite de que trata este artigo, o novo crédito não fará jus aos benefícios nele previstos.

Art 41. Ficam transferidos para o Conselho Monetário Nacional, de acordo com o previsto nos arts. 3º e 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as atribuições conferidos à Comissão de Coordenação do Crédito Agropecuário pelo art. 15 da Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.

Art 42. A concessão do crédito rural em todas as modalidades, bem como a constituição de suas garantias, independe da exibição de comprovante do cumprimento de obrigações fiscais ou da previdência social, ou declaração de bens ou certidão negativa de multas por infringência do Código Florestal.

Parágrafo único. A comunicação da repartição competente, de ajuizamento da dívida fiscal, de multas florestal ou previdenciária, impedirá a concessão do crédito rural ao devedor a partir da data do recebimento da comunicação pela instituição de crédito, exceto se as garantias oferecidas assegurarem a solvabilidade do débito em litígio e da operação proposta pelo interessado.

Art 43. As operações de crédito rural terão apuração estatística específica e registro distinto na contabilidade os financiadores e serão divulgadas com destaque nos balanços e balancetes, segundo suas características e finalidades, consoante normas estabelecidas pelo Banco Central da República do Brasil.

Art 44. O Banco Central da República do Brasil assumirá até que o Conselho Monetário Nacional resolva em contrário, o encargo de treinamento de pessoal dos estabelecimentos, órgãos e entidades referidas no art. 8º, inclusive através de cooperativas, visando a formação e aperfeiçoamento de

técnicos especializados para administração do crédito rural, podendo, nesse sentido, firmar convênios para a realização de cursos ou de promoções outras relativas à matéria.

Parágrafo único. Os recursos financeiros e materiais necessários à execução dos programas de treinamento e capacitação do pessoal provirão:

- a) do Banco Central da República do Brasil que destacará, para tanto verba anual específica;
- b) de convênios firmados com outros países, entidades e órgãos nacionais, intergovernamentais, estrangeiros ou internacionais;
- c) das entidades e órgãos beneficiários dos programas de treinamento, devendo a sua participação, igualmente estabelecida em convênios, assegurar, pelos menos, a garantia de percepção, durante o período de treinamento, de todos os direitos e vantagens, pelos candidatos indicados ou selecionados, como se em efetivo exercício estivessem.

OCTÁVIO BULHÕES

Ney Braga

### 3.3 Lei com a definição da Política Nacional de Cooperativismo

Lei No. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, define a política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Define que cooperativas são sociedades de pessoas, distinguindo-se pela adesão voluntária; singularidade do voto; retorno das sobras líquidas e a neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social, dentre outros princípios do cooperativismo. Segue o documento referente a esta Lei.

LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971.

Presidência da República - Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971.

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

Da Política Nacional de Cooperativismo.

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo único. A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

#### CAPÍTULO II

Das Sociedades Cooperativas

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

### CAPÍTULO III

#### Do Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas

Art. 5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se lhes o direito exclusivo e exigindo-se lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.

Parágrafo único. É vedado as cooperativas o uso da expressão "Banco".

Art. 6º As sociedades cooperativas são consideradas:

I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;

II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;

III - confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

§ 1º Os associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão inscritos no Livro de Matrícula da sociedade e classificados em grupos visando à transformação, no futuro, em cooperativas singulares que a elas se filiarão.

§ 2º A exceção estabelecida no item II, in fine, do caput deste artigo não se aplica às centrais e federações que exerçam atividades de crédito.

Art. 7º As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados.

Art. 8º As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

Parágrafo único. Para a prestação de serviços de interesse comum, é permitida a constituição de cooperativas centrais, às quais se associem outras cooperativas de objetivo e finalidades diversas.

Art. 9º As confederações de cooperativas têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.

Art. 10. As cooperativas se classificam também de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados.

§ 1º Além das modalidades de cooperativas já consagradas, caberá ao respectivo órgão controlador apreciar e caracterizar outras que se apresentem.

§ 2º Serão consideradas mistas as cooperativas que apresentarem mais de um objeto de atividades.

§ 3º Somente as cooperativas agrícolas mistas poderão criar e manter seção de crédito. (Revogado pela Lei Complementar nº 130, de 2009).

Art. 11. As sociedades cooperativas serão de responsabilidade limitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade se limitar ao valor do capital por ele subscrito.

Art. 12. As sociedades cooperativas serão de responsabilidade ilimitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade for pessoal, solidária e não tiver limite.

Art. 13. A responsabilidade do associado para com terceiros, como membro da sociedade, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa.

## CAPÍTULO IV

### Da Constituição das Sociedades Cooperativas

Art. 14. A sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da Assembleia Geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público.

Art. 15. O ato constitutivo, sob pena de nulidade, deverá declarar:

I - a denominação da entidade, sede e objeto de funcionamento;

II - o nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão e residência dos associados, fundadores que o assinaram, bem como o valor e número da quota-parte de cada um;

III - aprovação do estatuto da sociedade;

IV - o nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos associados eleitos para os órgãos de administração, fiscalização e outros.

Art. 16. O ato constitutivo da sociedade e os estatutos, quando não transcritos naquele, serão assinados pelos fundadores.

## SEÇÃO I

### Da Autorização de Funcionamento

Art. 17. A cooperativa constituída na forma da legislação vigente apresentará ao respectivo órgão executivo federal de controle, no Distrito Federal, Estados ou Territórios, ou ao órgão local para isso credenciado, dentro de 30 (trinta) dias da data da constituição, para fins de autorização, requerimento acompanhado de 4 (quatro) vias do ato constitutivo, estatuto e lista nominativa, além de outros documentos considerados necessários.

Art. 18. Verificada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrada em seu protocolo, pelo respectivo órgão executivo federal de controle ou órgão local para isso credenciado, a existência de condições de funcionamento da cooperativa em constituição, bem como a regularidade da documentação apresentada, o órgão controlador devolverá, devidamente autenticadas, 2 (duas) vias à cooperativa, acompanhadas de documento dirigido à Junta Comercial do Estado, onde a entidade estiver sediada, comunicando a aprovação do ato constitutivo da requerente.

§ 1º Dentro desse prazo, o órgão controlador, quando julgar conveniente, no interesse do fortalecimento do sistema, poderá ouvir o Conselho Nacional de Cooperativismo, caso em que não se verificará a aprovação automática prevista no parágrafo seguinte.

§ 2º A falta de manifestação do órgão controlador no prazo a que se refere este artigo implicará a aprovação do ato constitutivo e o seu subsequente arquivamento na Junta Comercial respectiva.

§ 3º Se qualquer das condições citadas neste artigo não for atendida satisfatoriamente, o órgão ao qual compete conceder a autorização dará ciência ao requerente, indicando as exigências a serem cumpridas no prazo de 60 (sessenta) dias, findos os quais, se não atendidas, o pedido será automaticamente arquivado.

§ 4º À parte é facultado interpor da decisão proferida pelo órgão controlador, nos Estados, Distrito Federal ou Territórios, recurso para a respectiva administração central, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contado da data do recebimento da comunicação e, em segunda e última instância, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, também no prazo de 30 (trinta) dias, exceção feita às cooperativas de crédito, às seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, e às cooperativas habitacionais, hipótese em que o recurso será apreciado pelo Conselho Monetário Nacional, no tocante às duas primeiras, e pelo Banco Nacional de Habitação em relação às últimas.

§ 5º Cumpridas as exigências, deverá o despacho do deferimento ou indeferimento da autorização ser exarado dentro de 60 (sessenta) dias, findos os quais, na ausência de decisão, o requerimento será considerado deferido. Quando a autorização depender de dois ou mais órgãos do Poder Público, cada um deles terá o prazo de 60 (sessenta) dias para se manifestar.

§ 6º Arquivados os documentos na Junta Comercial e feita à respectiva publicação, a cooperativa adquire personalidade jurídica, tornando-se apta a funcionar.

§ 7º A autorização caducará, independentemente de qualquer despacho, se a cooperativa não entrar em atividade dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data em que forem arquivados os documentos na Junta Comercial.

§ 8º Cancelada a autorização, o órgão de controle expedirá comunicação à respectiva Junta Comercial, que dará baixa nos documentos arquivados.

§ 9º A autorização para funcionamento das cooperativas de habitação, das de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas subordina-se ainda, à política dos respectivos órgãos normativos.

§ 10. A criação de seções de crédito nas cooperativas agrícolas mistas será submetida à prévia autorização do Banco Central do Brasil. (Revogado pela Lei Complementar nº 130, de 20090) Art. 19. A cooperativa escolar não estará sujeita ao arquivamento dos documentos de constituição, bastando remetê-los ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ou respectivo órgão local de controle, devidamente autenticados pelo diretor do estabelecimento de ensino ou a maior autoridade escolar do município, quando a cooperativa congregar associações de mais de um estabelecimento de ensino.

Art. 20. A reforma de estatutos obedecerá no que couber, ao disposto, nos artigos anteriores, observadas as prescrições dos órgãos normativos.

## SEÇÃO II

### Do Estatuto Social

Art. 21. O estatuto da cooperativa, além de atender ao disposto no artigo 4º, deverá indicar:

I - a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral;

II - os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais;

III - o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-partes, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado;

IV - a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;

V - o modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;

VI - as formalidades de convocação das assembleias gerais e a maioria requerida para a sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiverem interesse particular sem privá-los da participação nos debates;

VII - os casos de dissolução voluntária da sociedade;

VIII - o modo e o processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;

IX - o modo de reformar o estatuto;

X - o número mínimo de associados.

## CAPÍTULO V

### Dos Livros

Art. 22. A sociedade cooperativa deverá possuir os seguintes livros:

I - de Matrícula;

II - de Atas das Assembleias Gerais;

III - de Atas dos Órgãos de Administração;

IV - de Atas do Conselho Fiscal;

V - de presença dos Associados nas Assembleias Gerais;

VI - outros, fiscais e contábeis, obrigatórios.

Parágrafo único. É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Art. 23. No Livro de Matrícula, os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

I - o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;

II - a data de sua admissão e, quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;

III - a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

## CAPÍTULO VI

### Do Capital Social

Art. 24. O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País.

§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração.

§ 2º Não estão sujeitas ao limite estabelecido no parágrafo anterior às pessoas jurídicas de direito público que participem de cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações.

§ 3º É vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada.

Art. 25. Para a formação do capital social poder-se-á estipular que o pagamento das quotas-partes seja realizado mediante prestações periódicas, independentemente de chamada, por meio de contribuições ou outra forma estabelecida a critério dos respectivos órgãos executivos federais.

Art. 26. A transferência de quotas-partes será averbada no Livro de Matrícula, mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do diretor que o estatuto designar.

Art. 27. A integralização das quotas-partes e o aumento do capital social poderão ser feitos com bens avaliados previamente e após homologação em Assembleia Geral ou mediante retenção de determinada porcentagem do valor do movimento financeiro de cada associado.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às cooperativas de crédito, às agrícolas mistas com seção de crédito e às habitacionais.

§ 2º Nas sociedades cooperativas em que a subscrição de capital for diretamente proporcional ao movimento ou à expressão econômica de cada associado, o estatuto deverá prever sua revisão periódica para ajustamento às condições vigentes.

## CAPÍTULO VII

### Dos Fundos

Art. 28. As cooperativas são obrigadas a constituir:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privados.

## CAPÍTULO VIII

### Dos Associados

Art. 29. O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, ressalvadas o disposto no artigo 4º, item I, desta Lei.

§ 1º A admissão dos associados poderá ser restrita, a critério do órgão normativo respectivo, às pessoas que exerçam determinada atividade ou profissão, ou estejam vinculadas a determinada entidade.

§ 2º Poderão ingressar nas cooperativas de pesca e nas constituídas por produtores rurais ou extrativistas, as pessoas jurídicas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas.

§ 3º Nas cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações, poderão ingressar as pessoas jurídicas que se localizem na respectiva área de operações.

§ 4º Não poderão ingressar no quadro das cooperativas os agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade.

Art. 30. À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a admissão de associados, que se efetive mediante aprovação de seu pedido de ingresso pelo órgão de administração, complementa-se com a subscrição das quotas-partes de capital social e a sua assinatura no Livro de Matrícula.

Art. 31. O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a cooperativa, perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego.

Art. 32. A demissão do associado será unicamente a seu pedido.

Art. 33. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou por fato especial previsto no estatuto, mediante termo firmado por quem de direito no Livro de Matrícula, com os motivos que a determinaram.

Art. 34. A diretoria da cooperativa tem o prazo de 30 (trinta) dias para comunicar ao interessado a sua eliminação.

Parágrafo único. Da eliminação cabe recurso, com efeito suspensivo à primeira Assembleia Geral.

Art. 35. A exclusão do associado será feita:

I - por dissolução da pessoa jurídica;

II - por morte da pessoa física;

III - por incapacidade civil não suprida;

IV - por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

Art. 36. A responsabilidade do associado perante terceiros, por compromissos da sociedade, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Parágrafo único. As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a sociedade, e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano contado do dia da abertura da sucessão ressalvado os aspectos peculiares das cooperativas de eletrificação rural e habitacionais.

Art. 37. A cooperativa assegurará a igualdade de direitos dos associados sendo-lhe defeso:

I - remunerar a quem agencie novos associados;

II - cobrar prêmios ou ágio pela entrada de novos associados ainda a título de compensação das reservas;

III - estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais.

## CAPÍTULO IX

### Dos Órgãos Sociais

#### SEÇÃO I

##### Das Assembleias Gerais

Art. 38. A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º As Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante editais afixados em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados, publicação em jornal e comunicação aos associados por

intermédio de circulares. Não havendo no horário estabelecido, quórum de instalação, as assembleias poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então será observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação.

§ 2º A convocação será feita pelo Presidente, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

§ 3º As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar.

Art. 39. É da competência das Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, a destituição dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização.

Parágrafo único. Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a Assembleia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 40. Nas Assembleias Gerais o quórum de instalação será o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;

II - metade mais 1 (um) dos associados em segunda convocação;

III - mínimo de 10 (dez) associados na terceira convocação ressalvados o caso de cooperativas centrais e federações e confederações de cooperativas, que se instalarão com qualquer número.

Art. 41. Nas Assembleias Gerais das cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, a representação será feita por delegados indicados na forma dos seus estatutos e credenciados pela diretoria das respectivas filiadas.

Parágrafo único. Os grupos de associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão representados por 1 (um) delegado, escolhida entre seus membros e credenciado pela respectiva administração.

Art. 42. Nas cooperativas singulares, cada associado presente ou representado não terá direito a mais de 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§ 1º Nas Assembleias Gerais das cooperativas singulares cujos associados se distribuam por área distante a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede, ou no caso de doença comprovada, será permitida a representação por meio de mandatário que tenha a qualidade de associado no gozo de seus direitos sociais e não exerça cargo eletivo na sociedade, vedado a cada mandatário dispor de mais de 3 (três) votos, compreendido o seu.

§ 2º Nas cooperativas singulares, cujo número de associados for superior a 1.000 (mil), poderá o mandatário que preencher as condições do parágrafo anterior representar até o máximo de 4 (quatro) associados, de conformidade com o critério que, em função da densidade do quadro associativo, for estabelecido no estatuto.

§ 3º Quando o número de associados nas cooperativas singulares exceder a 3.000 (três mil), pode o estatuto estabelecer que os mesmos sejam representados nas Assembleias Gerais por delegados que se revistam com as condições exigidas para o mandatário a que se refere o § 1º. O estatuto determinará o número de delegados, a época e a forma de sua escolha por grupos seccionais de associados de igual número e o tempo de duração da delegação.

§ 4º O delegado disporá de tantos votos quantos forem os associados componentes do grupo seccional que o elegeu.

§ 5º Aos associados localizados em áreas afastadas, os quais, por insuficiência de número, não puderam ser organizados em grupo seccional próprio, é facultado comparecer pessoalmente às Assembleias para exercer o seu direito de voto.

§ 6º Os associados, integrantes de grupos seccionais, que não sejam delegados, poderão comparecer às Assembleias Gerais, privados, contudo, de voz e voto.

§ 7º As Assembleias Gerais compostas por delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da lei ou dos estatutos, constituem objeto de decisão da assembleia geral dos associados.

Art. 42. Nas cooperativas singulares, cada associado presente não terá direito a mais de 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes. (Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82) § 1º Não será permitida a representação por meio de mandatário. (Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82) § 2º Quando o número de associados, nas cooperativas singulares exceder a 3.000 (três mil), pode o estatuto estabelecer que os mesmos sejam representados nas Assembleias Gerais por delegados que tenham a qualidade de associados no gozo de seus direitos sociais e não exerçam cargos eletivos na sociedade. (Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82) § 3º O estatuto determinará o número de delegados, a época e forma de sua escolha por grupos seccionais de associados de igual número e o tempo de duração da delegação. (Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82) § 4º Admitir-se-á, também, a delegação definida no parágrafo anterior nas cooperativas



singulares cujo número de associados seja inferior a 3.000 (três mil), desde que haja filiados residindo a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede. (Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82) § 5º Os associados, integrantes de grupos seccionais, que não sejam delegados, poderão comparecer às Assembleias Gerais, privados, contudo, de voz e voto. (Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82) § 6º As Assembleias Gerais compostas por delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da lei ou dos estatutos, constituem objeto de decisão da assembleia geral dos associados. (Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82) Art. 43. Prescreve em 4 (quatro) anos, a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembleia foi realizada.

## SEÇÃO II

### Das Assembleias Gerais Ordinárias

Art. 44. A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

a) relatório da gestão;

b) balanço;

c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal.

II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

III - eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;

IV - quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V - quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 46.

§ 1º Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I e IV deste artigo.

§ 2º À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração, desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como a infração da lei ou do estatuto.

## SEÇÃO III

### Das Assembleias Gerais Extraordinárias

Art. 45. A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 46. É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - reforma do estatuto;

II - fusão, incorporação ou desmembramento;

III - mudança do objeto da sociedade;

IV - dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V - contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

## SEÇÃO IV

### Dos Órgãos de Administração

Art. 47. A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembleia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.

§ 1º O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração.

§ 2º A posse dos administradores e conselheiros fiscais das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito e habitacionais fica sujeita à prévia homologação dos respectivos órgãos normativos.

Art. 48. Os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários.

Art. 49. Ressalvada a legislação específica que rege as cooperativas de crédito, as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas e as de habitação, os administradores eleitos ou contratados não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se procederem com culpa ou dolo.

Parágrafo único. A sociedade responderá pelos atos a que se refere a última parte deste artigo se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

Art. 50. Os participantes de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 51. São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

Parágrafo único. Não podem compor uma mesma Diretoria ou Conselho de Administração, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

Art. 52. O diretor ou associado que, em qualquer operação, tenha interesse oposto ao da sociedade, não pode participar das deliberações referentes a essa operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

Art. 53. Os componentes da Administração e do Conselho fiscal, bem como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.

Art. 55. Os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criados, gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943).

## SEÇÃO V

### Do Conselho Fiscal

Art. 56. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 51, os parentes dos diretores até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º O associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização.

## CAPÍTULO X

### Fusão, Incorporação e Desmembramento.

Art. 57. Pela fusão, duas ou mais cooperativas formam nova sociedade.

§ 1º Deliberada a fusão, cada cooperativa interessada indicará nomes para comporem comissão mista que procederá aos estudos necessários à constituição da nova sociedade, tais como o

levantamento patrimonial, balanço geral, plano de distribuição de quotas-partes, destino dos fundos de reserva e outros e o projeto de estatuto.

§ 2º Aprovado o relatório da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembleia Geral conjunta os respectivos documentos serão arquivados, para aquisição de personalidade jurídica, na Junta Comercial competente, e duas vias dos mesmos, com a publicação do arquivamento, serão encaminhadas ao órgão executivo de controle ou ao órgão local credenciado.

§ 3º Exclui-se do disposto no parágrafo anterior à fusão que envolver cooperativas que exerçam atividades de crédito.

Nesse caso, aprovado os relatórios da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembleia Geral conjunta, a autorização para funcionar e o registro dependerão de prévia anuência do Banco Central do Brasil.

Art. 58. A fusão determina a extinção das sociedades que se unem para formar a nova sociedade que lhe sucederá nos direitos e obrigações.

Art. 59. Pela incorporação, uma sociedade cooperativa absorve o patrimônio, recebe os associados, assume as obrigações e se investe nos direitos de outra ou outras cooperativas.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, serão obedecidas as mesmas formalidades estabelecidas para a fusão, limitadas as avaliações ao patrimônio da ou das sociedades incorporadas.

Art. 60. As sociedades cooperativas poderão desmembrar-se em tantas quantas forem necessárias para atender aos interesses dos seus associados, podendo uma das novas entidades ser constituída como cooperativa central ou federação

de cooperativas, cujas autorizações de funcionamento e os arquivamentos serão requeridos conforme o disposto nos artigos 17 e seguintes.

Art. 61. Deliberado o desmembramento, a Assembleia designará uma comissão para estudar as providências necessárias à efetivação da medida.

§ 1º O relatório apresentado pela comissão, acompanhado dos projetos de estatutos das novas cooperativas, será apreciado em nova Assembleia especialmente convocada para esse fim.

§ 2º O plano de desmembramento preverá o rateio, entre as novas cooperativas, do ativo e passivo da sociedade desmembrada.

§ 3º No rateio previsto no parágrafo anterior, atribuir-se-á a cada nova cooperativa parte do capital social da sociedade desmembrada em quota correspondente à participação dos associados que passam a integrá-la.

§ 4º Quando uma das cooperativas for constituída como cooperativa central ou federação de cooperativas, prever-se-á o montante das quotas-partes que as associadas terão no capital social.

Art. 62. Constituídas as sociedades e observado o disposto nos artigos 17 e seguintes, proceder-se-á às transferências contábeis e patrimoniais necessárias à concretização das medidas adotadas.

## CAPÍTULO XI

### Da Dissolução e Liquidação

Art. 63. As sociedades cooperativas se dissolvem de pleno direito:

I - quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por esta Lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II - pelo decurso do prazo de duração;

III - pela consecução dos objetivos predeterminados;

IV - devido à alteração de sua forma jurídica;

V - pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

VI - pelo cancelamento da autorização para funcionar;

VII - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. A dissolução da sociedade importará no cancelamento da autorização para funcionar e do registro.

Art. 64. Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no artigo anterior, a medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer associado ou por iniciativa do órgão executivo federal.

Art. 65. Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeará um liquidante ou mais, e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à sua liquidação.

§ 1º O processo de liquidação só poderá ser iniciado após a audiência do respectivo órgão executivo federal.

§ 2º A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos.

Art. 66. Em todos os atos e operações, os liquidantes deverão usar a denominação da cooperativa, seguida da expressão: "Em liquidação".

Art. 67. Os liquidantes terão todos os poderes normais de administração podendo praticar atos e operações necessários à realização do ativo e pagamento do passivo.

Art. 68. São obrigações dos liquidantes:

I - providenciar o arquivamento, na junta Comercial, da Ata da Assembleia Geral em que foi deliberada a liquidação;

II - comunicar à administração central do respectivo órgão executivo federal e ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, a sua nomeação, fornecendo cópia da Ata da Assembleia Geral que decidiu a matéria;

III - arrecadar os bens, livros e documentos da sociedade, onde quer que estejam;

IV - convocar os credores e devedores e promover o levantamento dos créditos e débitos da sociedade;

V - proceder nos 15 (quinze) dias seguintes ao de sua investidura e com a assistência, sempre que possível, dos administradores, ao levantamento do inventário e balanço geral do ativo e passivo;

VI - realizar o ativo social para saldar o passivo e reembolsar os associados de suas quotas-partes, destinando o remanescente, inclusive o dos fundos indivisíveis, ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A;

VII - exigir dos associados a integralização das respectivas quotas-partes do capital social não realizadas, quando o ativo não bastar para solução do passivo;

VIII - fornecer aos credores a relação dos associados, se a sociedade for de responsabilidade ilimitada e se os recursos apurados forem insuficientes para o pagamento das dívidas;

IX - convocar a Assembleia Geral, cada 6 (seis) meses ou sempre que necessário, para apresentar relatório e balanço do estado da liquidação e prestar contas dos atos praticados durante o período anterior;

X - apresentar à Assembleia Geral, finda a liquidação, o respectivo relatório e as contas finais;

XI - averbar, no órgão competente, a Ata da Assembleia Geral que considerar encerrada a liquidação.

Art. 69. As obrigações e as responsabilidades dos liquidantes regem-se pelos preceitos peculiares aos dos administradores da sociedade liquidanda.

Art. 70. Sem autorização da Assembleia não poderá o liquidante gravar de ônus os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para o pagamento de obrigações inadmissíveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

Art. 71. Respeitados os direitos dos credores preferenciais, pagará o liquidante às dívidas sociais proporcionalmente e sem distinção entre vencidas ou não.

Art. 72. A Assembleia Geral poderá resolver antes de ultimada a liquidação, mas depois de pagos os credores, que o liquidante faça rateios por antecipação da partilha, à medida em que se apurem os haveres sociais.

Art. 73. Solucionado o passivo, reembolsados os cooperados até o valor de suas quotas-partes e encaminhado o remanescente conforme o estatuído convocará, o liquidante Assembleia Geral para prestação final de contas.

Art. 74. Aprovadas as contas, encerra-se a liquidação e a sociedade se extingue, devendo a ata da Assembleia ser arquivada na Junta Comercial e publicada.

Parágrafo único. O associado discordante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da ata, para promover a ação que couber.

Art. 75. A liquidação extrajudicial das cooperativas poderá ser promovida por iniciativa do respectivo órgão executivo federal, que designará o liquidante, e será processada de acordo com a legislação específica e demais disposições regulamentares, desde que a sociedade deixe de oferecer condições operacionais, principalmente por constatada insolvência.

§ 1º A liquidação extrajudicial, tanto quanto possível, deverá ser precedida de intervenção na sociedade.

§ 2º Ao interventor, além dos poderes expressamente concedidos no ato de intervenção, são atribuídas funções, prerrogativas e obrigações dos órgãos de administração.

Art. 76. A publicação no Diário Oficial, da ata da Assembleia Geral da sociedade, que deliberou sua liquidação, ou da decisão do órgão executivo federal quando a medida for de sua iniciativa, implicará a sustação de qualquer ação judicial contra a cooperativa, pelo prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo, entretanto, da fluência dos juros legais ou pactuados e seus acessórios.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto neste artigo, sem que, por motivo relevante, esteja encerrada a liquidação, poderá ser o mesmo prorrogado, no máximo por mais 1 (um) ano, mediante decisão do órgão citado no artigo, publicada, com os mesmos efeitos, no Diário Oficial.

Art. 77. Na realização do ativo da sociedade, o liquidante deverá:

I - mandar avaliar, por avaliadores judiciais ou de Instituições Financeiras Públicas, os bens de sociedade;

II - proceder à venda dos bens necessários ao pagamento do passivo da sociedade, observadas, no que couber, as normas constantes dos artigos 117 e 118 do Decreto-Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945.

Art. 78. A liquidação das cooperativas de crédito e da seção de crédito das cooperativas agrícolas mistas reger-se-á pelas normas próprias legais e regulamentares.

## CAPÍTULO XII

### Do Sistema Operacional das Cooperativas

#### SEÇÃO I

##### Do Ato Cooperativo

Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

#### SEÇÃO II

##### Das Distribuições de Despesas

Art. 80. As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços.

Parágrafo único. A cooperativa poderá, para melhor atender à equanimidade de cobertura das despesas da sociedade, estabelecer:

I - rateio, em partes iguais, das despesas gerais da sociedade entre todos os associados, quer tenham ou não, no ano, usufruído dos serviços por ela prestados, conforme definidas no estatuto;

II - rateio, em razão diretamente proporcional, entre os associados que tenham usufruído dos serviços durante o ano, das sobras líquidas ou dos prejuízos verificados no balanço do exercício, excluídas as despesas gerais já atendidas na forma do item anterior.

Art. 81. A cooperativa que tiver adotado o critério de separar as despesas da sociedade e estabelecido o seu rateio na forma indicada no parágrafo único do artigo anterior deverá levantar separadamente as despesas gerais.

#### SEÇÃO III

##### Das Operações da Cooperativa

Art. 82. A cooperativa que se dedicar a vendas em comum poderá registrar-se como armazém geral e, nessa condição, expedir "Conhecimentos de Depósitos" e Warrants para os produtos de seus associados conservados em seus armazéns, próprios ou arrendados, sem prejuízo da emissão de outros títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se, no que couber, a legislação específica.

Art. 82. A cooperativa que se dedicar a vendas em comum poderá registrar-se como armazém geral, podendo também desenvolver as atividades previstas na Lei no 9.973, de 29 de maio de 2000, e nessa condição expedir Conhecimento de Depósito, Warrant, Certificado de Depósito Agropecuário - CDA e Warrant Agropecuário - WA para os produtos de seus associados conservados em seus armazéns, próprios ou arrendados, sem prejuízo da emissão de outros títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se, no que couber, a legislação específica. (Redação dada pela Lei nº 11.076, de 2004).

§ 1º Para efeito deste artigo, os armazéns da cooperativa se equiparam aos "Armazéns Gerais", com as prerrogativas e obrigações destes, ficando os componentes do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva, emitente do título, responsáveis pessoal e solidariamente, pela boa guarda e conservação dos produtos vinculados, respondendo criminal e civilmente pelas declarações constantes do título, como também por qualquer ação ou omissão que acarrete o desvio, deterioração ou perda dos produtos.

§ 2º Observado o disposto no § 1º, as cooperativas poderão operar unidades de armazenagem, embalagem e frigorificação, bem como armazéns gerais alfandegários, nos termos do disposto no Capítulo IV da Lei n. 5.025, de 10 de junho de 1966.

Art. 83. A entrega da produção do associado à sua cooperativa significa a outorga a esta de plenos poderes para a sua livre disposição, inclusive para gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas pela sociedade, salvo se, tendo em vista os usos e costumes relativos à comercialização de determinados produtos, sendo de interesse do produtor, os estatutos dispuserem de outro modo.

Art. 84. As cooperativas de crédito rural e as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas só poderão operar com associados, pessoas físicas, que de forma efetiva e predominante: (Revogado pela Lei Complementar nº 130, de 2009) I - desenvolvam, na área de ação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas; (Revogado pela Lei Complementar nº 130, de 2009).

II - se dediquem a operações de captura e transformação do pescado. (Revogado pela Lei Complementar nº 130, de 2009).

Parágrafo único. As operações de que trata este artigo só poderão ser praticadas com pessoas jurídicas, associadas, desde que exerçam exclusivamente atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas na área de ação da cooperativa ou atividade de captura ou transformação do pescado. (Revogado pela Lei Complementar nº 130, de 2009).

Art. 85. As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem.

Art. 86. As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei.

Parágrafo único. No caso das cooperativas de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, o disposto neste artigo só se aplicará com base em regras a serem estabelecidas pelo órgão normativo. (Revogado pela Lei Complementar nº 130, de 2009).

Art. 87. Os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos artigos 85 e 86, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.

Art. 88. Mediante prévia e expressa autorização concedida pelo respectivo órgão executivo federal, consoante às normas e limites instituídos pelo Conselho Nacional de Cooperativismo, poderão as cooperativas participar de sociedades não cooperativas públicas ou privadas, em caráter excepcional, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares.

Parágrafo único. As inversões decorrentes dessa participação serão contabilizadas em títulos específicos e seus eventuais resultados positivos levados ao "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social".

Art. 88. Poderão as cooperativas participar de sociedades não cooperativas para melhor atendimento dos próprios objetivos e de outros de caráter acessório ou complementar. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001).

## SEÇÃO IV

### Dos Prejuízos

Art. 89. Os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se insuficiente este, mediante rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do artigo 80.

## SEÇÃO V

### Do Sistema Trabalhista

Art. 90. Qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados.

Art. 91. As cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus empregados para os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

## CAPÍTULO XIII

### Da Fiscalização e Controle

Art. 92. A fiscalização e o controle das sociedades cooperativas, nos termos desta lei e dispositivos legais específicos, serão exercidos, de acordo com o objeto de funcionamento, da seguinte forma:

I - as de crédito e as seções de crédito das agrícolas mistas pelo Banco Central do Brasil;

II - as de habitação pelo Banco Nacional de Habitação;

III - as demais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

§ 1º Mediante autorização do Conselho Nacional de Cooperativismo, os órgãos controladores federais, poderão solicitar, quando julgarem necessário, a colaboração de outros órgãos administrativos, na execução das atribuições previstas neste artigo.

§ 2º As sociedades cooperativas permitirão quaisquer verificações determinadas pelos respectivos órgãos de controle, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente a relação dos associados admitidos, demitidos, eliminados e excluídos no período, cópias de atas, de balanços e dos relatórios do exercício social e parecer do Conselho Fiscal.

Art. 93. O Poder Público, por intermédio da administração central dos órgãos executivos federais competentes, por iniciativa própria ou solicitação da Assembleia Geral ou do Conselho Fiscal, intervirá nas cooperativas quando ocorrer um dos seguintes casos:

I - violação contumaz das disposições legais;

II - ameaça de insolvência em virtude de má administração da sociedade;

III - paralisação das atividades sociais por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos;

IV - inobservância do artigo 56, § 2º.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, às cooperativas habitacionais, o disposto neste artigo.

Art. 94. Observar-se-á, no processo de intervenção, a disposição constante do § 2º do artigo 75.

## CAPÍTULO XIV

### Do Conselho Nacional de Cooperativismo

Art. 95. A orientação geral da política cooperativista nacional caberá ao Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, que passará a funcionar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com plena autonomia administrativa e financeira, na forma do artigo 172 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, sob a presidência do Ministro da Agricultura e composto de 8 (oito) membros indicados pelos seguintes representados:

I - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

II - Ministério da Fazenda, por intermédio do Banco Central do Brasil;

III - Ministério do Interior, por intermédio do Banco Nacional da Habitação;

IV - Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A;

V - Organização das Cooperativas Brasileiras.

Parágrafo único. A entidade referida no inciso V deste artigo contará com 3 (três) elementos para fazer-se representar no Conselho.

Art. 96. O Conselho, que deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês, será presidido pelo Ministro da Agricultura, a quem caberá o voto de qualidade, sendo suas resoluções votadas por maioria simples, com a presença, no mínimo de 3 (três) representantes dos órgãos oficiais mencionados nos itens I a IV do artigo anterior.

Parágrafo único. Nos seus impedimentos eventuais, o substituto do Presidente será o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Art. 97. Ao Conselho Nacional de Cooperativismo compete:

I - editar atos normativos para a atividade cooperativista nacional;

II - baixar normas regulamentadoras, complementares e interpretativas, da legislação cooperativista;

III - organizar e manter atualizado o cadastro geral das cooperativas nacionais;

IV - decidir, em última instância, os recursos originários de decisões do respectivo órgão executivo federal;

V - apreciar os anteprojetos que objetivam a revisão da legislação cooperativista;

VI - estabelecer condições para o exercício de quaisquer cargos eletivos de administração ou fiscalização de cooperativas;

VII - definir as condições de funcionamento do empreendimento cooperativo, a que se refere o artigo 18;

VIII - votar o seu próprio regimento;

IX - autorizar, onde houver condições, a criação de Conselhos Regionais de Cooperativismo, deferindo-lhes as atribuições;

X - decidir sobre a aplicação do Fundo Nacional de Cooperativismo, nos termos do artigo 102 desta Lei;

XI - estabelecer em ato normativo ou de caso a caso, conforme julgar necessário, o limite a ser observado nas operações com não associados a que se referem os artigos 85 e 86.

Parágrafo único. As atribuições do Conselho Nacional de Cooperativismo não se estendem às cooperativas de habitação, às de crédito e às seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, no que forem regidas por legislação própria.

Art. 98. O Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC contará com uma Secretaria Executiva que se incumbirá de seus encargos administrativos, podendo seu Secretário Executivo requisitar funcionários de qualquer órgão da Administração Pública.

§ 1º O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Cooperativismo será o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, devendo o Departamento referido incumbir-se dos encargos administrativos do Conselho Nacional de Cooperativismo.

§ 2º Para os impedimentos eventuais do Secretário Executivo, este indicará à apreciação do Conselho seu substituto.

Art. 99. Compete ao Presidente do Conselho Nacional de Cooperativismo:

I - presidir as reuniões;

II - convocar as reuniões extraordinárias;

III - proferir o voto de qualidade.

Art. 100. Compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Cooperativismo:

I - dar execução às resoluções do Conselho;

II - comunicar as decisões do Conselho ao respectivo órgão executivo federal;

III - manter relações com os órgãos executivos federais, bem assim com quaisquer outros órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, que possam influir no aperfeiçoamento do cooperativismo;

IV - transmitir aos órgãos executivos federais e entidade superior do movimento cooperativista nacional todas as informações relacionadas com a doutrina e práticas cooperativistas de seu interesse;

V - organizar e manter atualizado o cadastro geral das cooperativas nacionais e expedir as respectivas certidões;

VI - apresentar ao Conselho, em tempo hábil, a proposta orçamentária do órgão, bem como o relatório anual de suas atividades;

VII - providenciar todos os meios que assegurem o regular funcionamento do Conselho;

VIII - executar quaisquer outras atividades necessárias ao pleno exercício das atribuições do Conselho.

Art. 101. O Ministério da Agricultura incluirá, em sua proposta orçamentária anual, os recursos financeiros solicitados pelo Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, para custear seu funcionamento.

Parágrafo único. As contas do Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, serão prestadas por intermédio do Ministério da Agricultura, observada a legislação específica que regula a matéria.

Art. 102. Fica mantido, junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., o "Fundo Nacional de Cooperativismo", criado pelo Decreto-Lei n. 59, de 21 de novembro de 1966, destinado a prover recursos de apoio ao movimento cooperativista nacional.

§ 1º O Fundo de que trata este artigo será, suprido por:

I - dotação incluída no orçamento do Ministério da Agricultura para o fim específico de incentivos às atividades cooperativas;

II - juros e amortizações dos financiamentos realizados com seus recursos;

III - doações, legados e outras rendas eventuais;

IV - dotações consignadas pelo Fundo Federal Agropecuário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

§ 2º Os recursos do Fundo, deduzido o necessário ao custeio de sua administração, serão aplicados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., obrigatoriamente, em financiamento de atividades



que interessem de maneira relevante o abastecimento das populações, a critério do Conselho Nacional de Cooperativismo.

§ 3º O Conselho Nacional de Cooperativismo poderá, por conta do Fundo, autorizar a concessão de estímulos ou auxílios para execução de atividades que, pela sua relevância socioeconômica, concorram para o desenvolvimento do sistema cooperativista nacional.

## CAPÍTULO XV

### Dos Órgãos Governamentais

Art. 103. As cooperativas permanecerão subordinadas, na parte normativa, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, com exceção das de crédito, das seções de crédito das agrícolas mistas e das de habitação, cujas normas continuarão a ser baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, relativamente às duas primeiras, e Banco Nacional de Habitação, com relação à última, observado o disposto no artigo 92 desta Lei.

Parágrafo único. Os órgãos executivos federais, visando à execução descentralizada de seus serviços, poderão delegar sua competência, total ou parcialmente, a órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, excepcionalmente, a outros órgãos e entidades da administração federal.

Art. 104. Os órgãos executivos federais comunicarão todas as alterações havidas nas cooperativas sob a sua jurisdição ao Conselho Nacional de Cooperativismo, para fins de atualização do cadastro geral das cooperativas nacionais.

## CAPÍTULO XVI

### Da Representação do Sistema Cooperativista

Art. 105. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultiva do Governo estruturada nos termos desta Lei, sem finalidade lucrativa, competindo-lhe precipuamente:

- a) manter neutralidade política e indiscriminação racial, religiosa e social;
- b) integrar todos os ramos das atividades cooperativistas;
- c) manter registro de todas as sociedades cooperativas que, para todos os efeitos, integram a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- d) manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista seja quanto à estrutura social, seja quanto aos métodos operacionais e orientação jurídica, mediante pareceres e recomendações, sujeitas, quando for o caso, à aprovação do Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC;
- e) denunciar ao Conselho Nacional de Cooperativismo práticas nocivas ao desenvolvimento cooperativista;
- f) opinar nos processos que lhe sejam encaminhados pelo Conselho Nacional de Cooperativismo;
- g) dispor de setores consultivos especializados, de acordo com os ramos de cooperativismo;
- h) fixar a política da organização com base nas proposições emanadas de seus órgãos técnicos;
- i) exercer outras atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista;
- j) manter relações de integração com as entidades congêneres do exterior e suas cooperativas.

§ 1º A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB será constituída de entidades, uma para cada Estado, Território e Distrito Federal, criadas com as mesmas características da organização nacional.

§ 2º As Assembleias Gerais do órgão central serão formadas pelos Representantes credenciados das filiadas, 1 (um) por entidade, admitindo-se proporcionalidade de voto.

§ 3º A proporcionalidade de voto, estabelecida no parágrafo anterior, ficará a critério da OCB, baseando-se no número de associados - pessoas físicas e as exceções previstas nesta Lei - que compõem o quadro das cooperativas filiadas.

§ 4º A composição da Diretoria da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB será estabelecida em seus estatutos sociais.

§ 5º Para o exercício de cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, as eleições se processarão por escrutínio secreto permitido a reeleição para mais um mandato consecutivo.

Art. 106. A atual Organização das Cooperativas Brasileiras e as suas filiadas ficam investidas das atribuições e prerrogativas conferidas nesta Lei, devendo, no prazo de 1 (um) ano, promover a adaptação de seus estatutos e a transferência da sede nacional.

Art. 107. As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. Por ocasião do registro, a cooperativa pagará 10% (dez por cento) do maior salário mínimo vigente, se a soma do respectivo capital integralizado e fundos não exceder de 250 (duzentos e cinquenta) salários mínimos, e 50% (cinquenta por cento) se aquele montante for superior.

Art. 108. Fica instituída, além do pagamento previsto no parágrafo único do artigo anterior, a Contribuição Cooperativista, que será recolhida anualmente pela cooperativa após o encerramento de seu exercício social, a favor da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o artigo 105 desta Lei.

§ 1º A Contribuição Cooperativista constituir-se-á de importância correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor do capital integralizado e fundos da sociedade cooperativa, no exercício social do ano anterior, sendo o respectivo montante distribuído, por metade, o seu filiado, quando constituídas.

§ 2º No caso das cooperativas centrais ou federações, a Contribuição de que trata o parágrafo anterior será calculada sobre os fundos e reservas existentes.

§ 3º A Organização das Cooperativas Brasileiras poderá estabelecer um teto à Contribuição Cooperativista, com base em estudos elaborados pelo seu corpo técnico.

## CAPÍTULO XVII

### Dos Estímulos Creditícios

Art. 109. Caberá ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A. estimular e apoiar as cooperativas, mediante concessão de financiamentos necessários ao seu desenvolvimento.

§ 1º Poderá o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, receber depósitos das cooperativas de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas.

§ 2º Poderá o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, operar com pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao quadro social cooperativo, desde que haja benefício para as cooperativas e estas figurem na operação bancária.

§ 3º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, manterá linhas de crédito específicas para as cooperativas, de acordo com o objeto e a natureza de suas atividades, a juros módicos e prazos adequados inclusive com sistema de garantias ajustado às peculiaridades das cooperativas a que se destinam.

§ 4º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, manterá linha especial de crédito para financiamento de quotas partes de capital.

Art. 110. Fica extinta a contribuição de que trata o artigo 13 do Decreto-Lei n. 60, de 21 de novembro de 1966, com a redação dada pelo Decreto-Lei n. 668, de 3 de julho de 1969.

## CAPÍTULO XVIII

### Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 111. Serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os artigos 85, 86 e 88 desta Lei.

Art. 112. O Balanço Geral e o Relatório do exercício social que as cooperativas deverão encaminhar anualmente aos órgãos de controle serão acompanhados, a juízo destes, de parecer emitido por um serviço independente de auditoria credenciado pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

Parágrafo único. Em casos especiais, tendo em vista à sede da Cooperativa, o volume de suas operações e outras circunstâncias dignas de consideração, a exigência da apresentação do parecer pode ser dispensada.

Art. 113. Atendidas as deduções determinadas pela legislação específica, às sociedades cooperativas ficará assegurada primeira prioridade para o recebimento de seus créditos de pessoas jurídicas que efetuem descontos na folha de pagamento de seus empregados, associados de cooperativas.

Art. 114. Fica estabelecido o prazo de 36 (trinta e seis) meses para que as cooperativas atualmente registradas nos órgãos competentes reformulem os seus estatutos, no que for cabível, adaptando-os ao disposto na presente Lei.

Art. 115. As Cooperativas dos Estados, Territórios ou do Distrito Federal, enquanto não constituírem seus órgãos de representação, serão convocadas às Assembleias da OCB, como vogais, com 60

(sessenta) dias de antecedência, mediante editais publicados 3 (três) vezes em jornal de grande circulação local.

Art. 116. A presente Lei não altera o disposto nos sistemas próprios instituídos para as cooperativas de habitação e cooperativas de crédito, aplicando-se ainda, no que couber, o regime instituído para essas últimas às seções de crédito das agrícolas mistas.

Art. 117. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especificamente o Decreto-Lei n. 59, de 21 de novembro de 1966, bem como o Decreto n. 60.597, de 19 de abril de 1967.

Brasília, 16 de dezembro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

Emílio G. Médici

*Antônio Delfim Netto*

*L. F. Cirne Lima*

*João Paulo dos Reis Velloso*

*José Costa Cavalcanti*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 16.12.1971

### 3.4 Marcos Históricos do Cooperativismo no Paraná

Relato dos Marcos Históricos do Cooperativismo pelo Sistema da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR. O relato inicia lembrando a data de 28 de outubro de 1844, quando foi criada a primeira cooperativa até a data de 23 de maio de 2006, quando a Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – FECOOPAR, componente do Sistema OCEPAR, recebeu a certidão de representante da categoria dos sindicatos das cooperativas. Segue o documento relativo aos marcos históricos do cooperativismo.



## MARCOS HISTÓRICOS DO COOPERATIVISMO

28/10/1844 - Criação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, com 28 associados, em Rochdale - Inglaterra, que iria se transformar, em 1852, na Cooperativa de Rochdale, considerada, historicamente, a primeira cooperativa formal.

1891 - Criação da Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira, Estado de São Paulo.

1895 - Criação da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, em Londres, na Inglaterra, como órgão de cúpula do cooperativismo mundial, por ocasião da realização do 1º Congresso Internacional de Cooperativismo. Sua sede, atualmente, é em Genebra - Suíça,

1902 - Fundação da Cooperativa de Crédito Rural Nova Petrópolis, na cidade de Nova Petrópolis/RS, a mais antiga cooperativa em atividade no Brasil.

15/01/1920 - Fundação da Sociedade Cooperativista de Consumo "Svitlo" (luz, em ucraniano), em Carazinho - União da Vitória/ PR, sob a orientação de Valentin P. Cuts, considerado o pioneiro do cooperativismo paranaense.

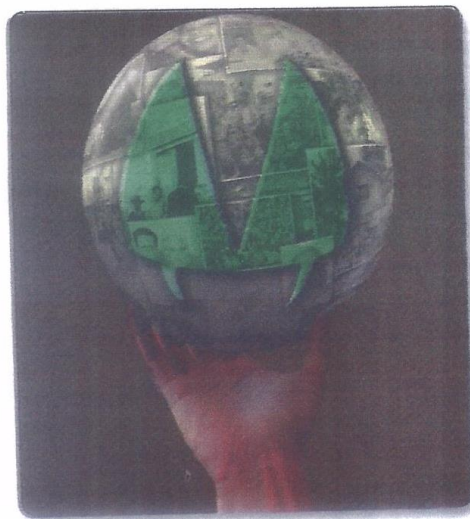
1923 - Instituição, pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, do "Dia da Cooperação", que hoje se intitula "Dia Internacional do Cooperativismo", com o objetivo de, no primeiro sábado de julho de cada ano "demonstrar ao mundo a solidariedade dos cooperativistas, a eficácia de sua

organização como meio de emancipação econômica e garantia da paz universal".

1923 - Aprovação, pela Aliança Cooperativa Internacional, da bandeira do Cooperativismo, formada pelas sete cores do arco-íris, como símbolo de paz e esperança.

1963 - Criação da Organização das Cooperativas da América - OCA, como organismo de integração, representação e defesa dos países da América.

1969 - Realização do IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo em Belo Horizonte no qual se decidiu pela fusão da Abcoop e da Unasco e pela existência de apenas uma entidade de representação nacional, que veio a ser a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB.



1971 – Criação da Organização das Cooperativas Brasileiras, para atuar como representante legal do sistema cooperativista nacional e como órgão técnico consultivo ao governo, congregando as organizações estaduais constituídas com a mesma natureza.

02/04/1971 – Criação da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar, por decisão de 34 cooperativas paranaenses, como entidade de representação política cooperativista paranaense.

16/12/1971 – Promulgação da Lei 5.764, que definiu a Política Nacional do Cooperativismo, instituindo o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas.

07/02/1983 – Implantação do Projeto Piloto de Autofiscalização das Cooperativas Paranaenses, com a assinatura do Termo de Ajuste entre a Ocepar e as Cooperativas Centrais do Paraná com a intervenção do In-cra e da OCB.

05/10/1988 – Promulgação da nova Constituição Brasileira que permitiu ao Sistema Cooperativo assumir sua autogestão sem a tutela governamental.

25/09/1990 – Aprovação do Programa de Autogestão das Cooperativas do Paraná pelas cooperativas paranaenses, reunidas em Assembléia Geral Extraordinária da Ocepar.

31/08/1995 – Divulgação da Resolução nº 2.193, do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de bancos comerciais, com a participação exclusiva de cooperativas de crédito.

26/03/1996 – Autorização de funcionamento do 1º Banco Cooperativista – Bansicredi.

10/12/1996 – Reinstalação da Frente Parlamentar do Cooperativismo - Frencoop no Congresso Nacional, reunindo parlamentares em defesa de cooperativismo brasileiro.

15/01/1997 – Emissão de registro pelo Ministério do Trabalho para o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Ocepar como sindicato patronal das cooperativas do Estado do Paraná.

21/07/1997 – Autorização de funcionamento do Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob, constituído por 14 cooperativas centrais de crédito.

03/09/1998 – Autorização para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP Nacional.

21/09/1999 - Reunião de Constituição do SESCOOP/PR com posse do 1º Conselho Administrativo e 1º Conselho Fiscal.

10/10/1999 - Instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Paraná - SESCOOP/PR.

30/12/2003 - Criação da Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Fecoopar.

23/05/2006 – Emissão de Certidão de Registro Sindical no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES, da Fecoopar como representante da categoria dos sindicatos das cooperativas com abrangência estadual e base territorial no Estado do Paraná.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGENTE preparado é colaborador bem treinado. *Revista Paraná Cooperativo*. Curitiba, v. 1, n. 11, p. 32-33, jun. 2005.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei 5.764, de 16.12.71. 3. ed. Brasília: OCB, 1992.

COOPERATIVISMO já beneficia mais de 1,7 milhão de paranaenses. *Revista Paraná Cooperativo*. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 18-21, jul. 2004.

CRESCIMENTO sustentado no esforço coletivo. *Revista Paraná Cooperativo*. Curitiba, v. 1, n. 6, p. 100-113, dez. 2004.

PARANÁ Cooperativo 2010. *Revista Paraná Cooperativo*. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 22, jul. 2004.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. O cooperativismo do Paraná no terceiro milênio. Curitiba: Ocepar/ SESCOOP-PR, 2001.

TREINAMENTO como ferramenta da gestão. *Revista Paraná Cooperativo*. Curitiba, v. 1, n. 7, p. 26, jan. 2005.

### 3.5 Normas do Banco Central do Brasil para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf

No Manual de Crédito Rural – MCR do Banco Central há o capítulo dez que estabelece normas para o Pronaf e no seu início consta o esclarecimento de que o Pronaf é voltado para gerar renda e emprego. Seus beneficiários são pequenos agricultores que explorem área de até quatro módulos fiscais, e que pode usar tais recursos para o custeio, o investimento e a integralização de cotas-partes de cooperativas.

TÍTULO: CRÉDITO RURAL

CAPÍTULO: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - 10

SEÇÃO I: Disposições Gerais<sup>1</sup>

1 - O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. (Res 4.107).

---

As seções compõem o capítulo 10 do Manual de Crédito Rural do Banco Central que normatiza o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf

2 - Na concessão dos créditos devem ser observadas as seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.228 art. 1º).

a) a assistência técnica é facultativa para os financiamentos de custeio ou investimento, cabendo à instituição financeira, sempre que julgar necessário, requerer a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), observado que os serviços: (Res 4.107; Res 4.228 art. 1º).

I - devem compreender o estudo técnico, representado pelo plano simples, projeto ou projeto integrado, e a orientação técnica em nível de imóvel ou agroindústria; (Res 4.107)

II - no caso de investimento, devem abranger, no mínimo, o tempo necessário à fase de implantação do projeto; (Res 4.228 art 1º).

III- no caso das agroindústrias, devem contemplar aspectos gerenciais, tecnológicos, contábeis e de planejamento; (Res 4.107).

IV - a critério do mutuário, podem ter seus custos financiados ou pagos com recursos próprios; (Res 4.107).

V - quando financiados, devem ter seus custos calculados na forma do MCR 2-4, exceto para os financiamentos de que trata o MCR 10-16 e 17, que têm custos específicos de assistência técnica; (Res 4.107).

VI - quando previstos no instrumento de crédito, podem ser prestados de forma grupal, inclusive para os efeitos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), no que diz respeito à apresentação de orçamento, croqui e laudo; (Res 4.107).

b) a forma de prestação da Ater, de seu pagamento, monitoria e avaliação são definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no âmbito de suas respectivas competências. (Res 4.107).

3 - Os créditos podem ser concedidos de forma individual ou coletiva, sendo considerado crédito coletivo quando formalizado por grupo de produtores para finalidades coletivas. (Res 4.107)

4 - As instituições financeiras devem registrar no instrumento de crédito a denominação do programa, ficando dispensadas de consignar a fonte de recursos utilizada no financiamento, sendo vedada, contudo, a reclassificação da operação para fonte de recursos com maior custo de equalização sem a expressa autorização do Ministério da Fazenda (MF). (Res 4.107)

5 - O disposto no item 4 é aplicável sem prejuízo de as instituições financeiras continuarem informando no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor) a fonte de recursos e as respectivas alterações processadas durante o curso da operação, e de manterem sistema interno para controle das aplicações por fonte lastreadora de recursos dos financiamentos. (Res 4.107; Circ. 3.620)

6 - É dispensável a elaboração de aditivo para eventual modificação da fonte de recursos da operação, quando referida fonte figurar no instrumento de crédito. (Res 4.107)

7 - A documentação pertinente à relação contratual entre o proprietário da terra e o beneficiário do crédito não está sujeita à exigência de registro em cartório, ficando dispensada para os posseiros sempre que a condição de posse da terra estiver registrada na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). (Res 4.107)

8 - A escolha das garantias é de livre convenção entre o financiado e o financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito, ressalvado o disposto no item 9. (Res 4.107)

9 - Na concessão de crédito ao amparo das linhas especiais destinadas a agricultores familiares enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B" e das linhas Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido e Pronaf Jovem de que tratam o MCR 10-7, 10-8 e 10-10, quando as operações forem realizadas com risco da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), deve ser exigida apenas a garantia pessoal do proponente, sendo admitido para estas operações o uso de contratos coletivos quando os agricultores manifestarem formalmente, por escrito, essa intenção. (Res 4.107)

10 - A fiscalização das operações contratadas ao amparo do Pronaf está sujeita às disposições do MCR 2-7. (Res 4.107)

11 - Os créditos são concedidos ao amparo de recursos controlados do crédito rural, devendo o risco da operação ser assumido: (Res 4.107; Res 4.159 art 1º).

a) integralmente pelo FNO, FNE ou FCO, nas operações com recursos dessas fontes e ao amparo das seguintes linhas: (Res 4.107).

I - Pronaf Floresta, de que trata o MCR 10-7;

II - Pronaf Semiárido, de que trata o MCR 10-8;

III - Microcrédito Produtivo Rural, de que trata o MCR 10-13;

IV - crédito especial para beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de que trata o MCR 10-17;

b) integralmente pela União, para as operações das linhas relacionadas nos incisos II a IV da alínea "a" e para as operações do Pronaf Mulher (MCR 10-9) enquadradas nos incisos III e IV da mesma alínea que contarem com recursos do Orçamento Geral da União (OGU); (Res 4.159 art 1º).

c) integralmente pelas instituições financeiras, para as operações do Pronaf Floresta e do Pronaf Jovem, de que tratam o MCR 10-7 e 10-10, que contarem com recursos do OGU, exceto quando assumido explicitamente pela União, conforme condições e limites definidos nos contratos de repasse firmados entre a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e as instituições financeiras; (Res 4.107).

d) 50% (cinquenta por cento) pelas instituições financeiras e em igual proporção pelo FNO, FNE ou FCO, para operações com recursos dos respectivos fundos e ao amparo de linhas distintas das constantes da alínea "a", exceto quando se tratar de recursos repassados pelos fundos aos bancos administradores para aplicação sob risco operacional integral desses últimos, conforme previsto em lei; (Res 4.107).

e) integralmente pelas instituições financeiras, para as demais operações, salvo quando disposto em contrário em contrato ou portaria específica de equalização. (Res 4.107).

12 - Os bônus de adimplência concedidos em operações amparadas em recursos dos FNO, FNE e FCO são ônus dos respectivos fundos. (Res 4.107)

13 - É vedada a concessão de crédito ao amparo do Pronaf relacionado com a produção de fumo desenvolvida em regime de parceria ou integração com indústrias fumageiras, ressalvado o disposto no item 14. (Res 4.107)

14 - Admite-se a concessão de financiamento de investimento ao amparo do Pronaf a produtores de fumo que desenvolvem a atividade em regime de parceria ou integração com agroindústrias, desde que: (Res 4.107; Res 4.136 art 1º).

a) os itens financiados não se destinem exclusivamente à cultura do fumo e sejam utilizados para outras atividades que fomentem a diversificação de explorações, culturas e/ou criações pela unidade familiar; (Res 4.107).

b) nas safras 2012/2013 e 2013/2014, no cálculo da capacidade de pagamento, especificado em projeto técnico, fique comprovado que, no mínimo, 20% (vinte por cento) da receita gerada pela unidade de produção tenha origem em outras atividades que não o fumo. (Res 4.136 art 1º).

15 - A instituição financeira pode conceder créditos ao amparo de recursos controlados, de que trata o MCR 6-1-2, a beneficiário do Pronaf sujeitos aos encargos financeiros vigentes para a respectiva linha de crédito, para as seguintes finalidades, sem prejuízo de o mutuário continuar sendo beneficiário do Pronaf: (Res 4.107; Res 4.228 art 1º).

a) comercialização, na modalidade prevista no MCR 3-4; (Res 4.107).

b) custeio ou investimento para a cultura de fumo desenvolvida em regime de parceria ou integração com indústrias fumageiras; (Res 4.107).

c) custeio para agroindústrias; (Res 4.107).

d) financiamento para integralização de cotas-partes a associados de cooperativas de produção agropecuária nas operações de que tratam o MCR 13-2 e 13-6; (Res 4.107).

e) linha de crédito destinada à recuperação de cafezais danificados, de que trata o MCR 9-7; (Res 4.107).

f) linha de crédito de investimento destinada a cooperativa de produção para aquisição de ativos operacionais de empreendimentos já existentes, nas condições de que trata o MCR 13-6, quando relacionados às ações enquadradas na Linha de Crédito Pronaf Agroindústria, de que trata o MCR 10-6. (Res 4.228 art 1º).



16 - A instituição financeira deve dar preferência ao atendimento das propostas que: (Res 4.107; Res 4.228 art 1º).

- a) objetivem o financiamento da produção agroecológica ou de empreendimentos que promovam a remoção ou redução da emissão dos gases de efeito estufa; (Res 4.107).
- b) sejam destinadas as beneficiárias do sexo feminino. (Res 4.107).
- c) sejam destinadas aos jovens, nas condições de que trata o MCR 10-10; (Res 4.228 art 1º).
- d) sejam destinados a beneficiário que apresente o número de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). (Res 4.228 art 1º).

17 - As instituições financeiras fazem jus às seguintes remunerações para cobertura de custos decorrentes da operacionalização dos financiamentos realizados com recursos do FNO, do FNE e do FCO, a serem apuradas com base nos saldos médios diários das operações: (Res 4.213 art 1º)

- a) 4% a.a. (quatro por cento ao ano) para as operações do Grupo "B", de que trata o MCR 10-13;
- b) 2% a.a. (dois por cento ao ano) para as operações de que tratam o MCR 10-7 (Pronaf Floresta) e 10-8 (Pronaf Semiárido);
- c) 2% a.a. (dois por cento ao ano) para as operações do Grupo "A/C", de que trata o MCR 10-17-7;
- d) 2% a.a. (dois por cento ao ano) para as operações do Grupo "A", de que trata o MCR 10-17-3, 5 e 6.

17-A - No caso de operações do Pronaf com risco operacional compartilhado entre os respectivos bancos administradores e os Fundos Constitucionais de Financiamento, cujo Grupo do Pronaf ou modalidade de crédito não estejam abrangidos pelo item 17, a remuneração devida às instituições financeiras é de 3% a.a. (três por cento ao ano), a ser apurada com base nos saldos médios diários das operações. (Res 4.213 art 1º).

17-B - Quando as operações de que tratam as alíneas "a" e "b" do item 17 e o item 17-A forem contratadas com a aplicação da metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110, de 25/4/2005 as instituições financeiras farão jus à remuneração adicional, de: (Res 4.213 art 1º).

- a) 3% (três por cento) sobre os valores desembolsados em cada operação devendo ser debitado à conta do respectivo fundo;
- b) 4% (quatro por cento) sobre os valores recebidos dos mutuários no pagamento de cada parcela, devendo ser debitado à conta do respectivo fundo.

18 - A título de prêmio de desempenho, as instituições financeiras fazem jus a 2% (dois por cento) sobre os valores recebidos dos mutuários em pagamento das operações mencionadas nas alíneas "a" a "d" do item 17, quando não aplicada a metodologia do PNMPO, devendo ser debitado à conta do respectivo fundo. (Res 4.213 art 1º).

19 - Com relação ao disposto nos itens 17 e 18, deve ser observado que, caso a instituição financeira receba taxa de administração de 3% a.a. (três por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do respectivo fundo constitucional, limitada a 20% (vinte por cento) do valor das transferências anuais, nos termos do art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, deve ser descontado do patrimônio líquido, para efeito de cálculo da mencionada taxa de administração, o total das operações contratadas na forma das alíneas "a", "b" e "c" do item 17. (Res 4.107).

20 - As operações com recursos do FNO, FNE e FCO, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sujeitam-se ainda às condições próprias definidas em função das peculiaridades de cada fonte de recursos. (Res 4.107).

21 - O BNDES pode repassar recursos próprios e do FAT para operações no âmbito do Pronaf equalizadas pelo Tesouro Nacional (TN), nos limites e condições estabelecidos para fins de equalização por portaria do MF, a: (Res 4.107).

- a) instituições financeiras credenciadas, para contratação de financiamento destinado a investimentos;
- b) cooperativas de crédito credenciadas, para contratação de financiamento destinado a custeio e investimento agropecuário.

22 - Os agricultores e agricultoras enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B", inclusive aqueles que formalizaram financiamento para estruturação complementar, podem contratar operações ao amparo

do Pronaf Floresta e Pronaf Semiárido, de que tratam o MCR 10-7 e 10-8, com risco integral para a União ou para o FNO, FNE e FCO, observadas as seguintes condições: (Res 4.107; Res 4.287 art 1º).

a) o membro da unidade familiar enquadrada no Grupo "A" deve ter pago, no mínimo, 2 (duas) parcelas do financiamento original ou renegociado ou de recuperação, quando for o caso, contratado com base no MCR 10-17-3, 5 e 6; (Res 4.107).

b) o membro da unidade familiar enquadrada no Grupo "B" deve ter liquidado pelo menos 2 (duas) operações contratadas com base no MCR 10-13; (Res 4.107).

c) o membro da unidade familiar enquadrada no Grupo "A/C" deve ter liquidado 1 (uma) operação contratada com base no MCR 10-17-7; (Res 4.107).

d) todos os membros da unidade familiar que compõem o estabelecimento rural devem estar adimplentes com o crédito rural; (Res 4.107).

e) a unidade de produção familiar deve ser objeto de laudo de assistência técnica que ateste a situação de regularidade do empreendimento, comprove a capacidade de pagamento do mutuário e a necessidade do novo financiamento; (Res 4.107).

f) nas linhas do Pronaf Floresta ou Semiárido, cada unidade de produção familiar somente pode manter "em ser", respectivamente, uma ou duas operações, em cada uma delas, independentemente do número de membros que compõem a unidade familiar. (Res 4.287 art 1º).

23 - As instituições financeiras podem, sem ônus para o mutuário, emitir e enviar carnê ou boleto para pagamento das prestações do financiamento rural. (Res 4.107).

24 - Ficam as instituições financeiras, a seu critério, nos casos em que ficar comprovada a incapacidade de pagamento do mutuário em decorrência das situações previstas no MCR 2-6-9, autorizadas a renegociar as operações contratadas ao amparo do Pronaf, observadas as seguintes condições específicas: (Res 4.107).

a) para financiamentos de custeio e investimento contratados com recursos do OGU efetuados com risco da União, a renegociação fica limitada, em cada instituição financeira, a até 15% (quinze por cento) do saldo das parcelas do programa previstas para vencimento no ano, observado que:

I - os valores prorrogados devem ser compensados com recursos disponíveis para o ano agrícola em curso e subseqüentes;

II - no caso de operações de investimento, até 100% (cem por cento) do valor das parcelas devidas pelo mutuário no ano poderá ser prorrogado para até um ano após o término do contrato, limitado a até duas prorrogações ao amparo deste dispositivo em cada operação;

III - no caso das operações de custeio, até 100% (cem por cento) do valor das prestações devidas pelo mutuário no ano poderão ser prorrogadas, para até 4 (quatro) anos;

b) para financiamentos de custeio contratados com equalização de encargos financeiros pelo TN, as operações sejam previamente reclassificadas, pela instituição financeira, para recursos obrigatórios, de que trata o MCR 6-2, ou outra fonte não equalizável;

c) para financiamentos de custeio contratados com equalização de encargos financeiros pelo TN, que não estiverem enquadrados no Proagro, "Proagro Mais", ou no caso de perdas por causas não amparadas pelo Proagro ou "Proagro Mais", e desde que não haja a possibilidade de reclassificação na forma da alínea "b":

I - a prorrogação fica limitada, em cada instituição financeira, a até 8% (oito por cento) do saldo das parcelas de custeio do Pronaf previstas para vencimento no ano;

II - os valores prorrogados devem ser compensados no ano agrícola em curso e subseqüentes;

III - até 100% (cem por cento) do valor da operação devida pelo mutuário no ano pode ser prorrogado para até 36 (trinta e seis) meses;

d) para os financiamentos de custeio e investimento contratados com recursos obrigatórios aplica-se o disposto no MCR 2-6-9;

e) para financiamentos de custeio e investimento com recursos do FNO, FCO e FNE, a renegociação fica limitada, para cada fundo, em até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo das parcelas de financiamento do Pronaf enquadradas nesta alínea e previstas para vencimento no ano, observado que:

I - no caso das operações de custeio, até 100% (cem por cento) do valor devido no ano pode ser renegociado, para até 36 (trinta e seis) meses;

II - no caso de operações de investimento, até 100% (cem por cento) do valor das parcelas devidas no ano pelo mutuário pode ser renegociado para até 12 (doze) meses após o término do contrato, limitado a até duas prorrogações ao amparo deste dispositivo em cada operação;

III - devem ser mantidas, para as parcelas e operações renegociadas, as condições originais dos contratos;

f) para financiamentos de investimento rural contratados com risco integral das instituições financeiras e lastreados em recursos equalizados do OGU, do FAT do BNDES e da Poupança Rural (MCR 6-4), fica permitida a renegociação das parcelas com vencimento no ano civil, respeitado o limite de 8% (oito por cento) do valor das parcelas com vencimento no respectivo ano dessas operações, em cada instituição financeira, observadas as seguintes condições:

I - a base de cálculo dos 8% (oito por cento) é o somatório dos valores das parcelas de todos os programas de investimento no âmbito do Pronaf com risco integral da instituição financeira, efetuados com recursos das fontes de que trata esta alínea e com vencimento no respectivo ano, apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

II - para efetivar a renegociação, o mutuário deve pagar, no mínimo, o valor correspondente aos juros devidos no ano;

III - até 100% (cem por cento) do valor da(s) parcela(s) de principal de cada mutuário com vencimento no ano pode ser incorporado ao saldo devedor e redistribuído nas parcelas restantes, ou ser prorrogado até um ano após a data prevista para o vencimento vigente do contrato, mantida as demais condições pactuadas;

IV - a partir de 28/8/2009, cada operação de crédito somente pode ser beneficiada com até 2 (duas) renegociações de que trata esta alínea;

V - ficam as instituições financeiras autorizadas a solicitar garantias adicionais, dentre as usuais do crédito rural, quando da renegociação.

25 - A instituição financeira que utilizar o disposto nas alíneas "a", "c" e "f" do item 24 deve apresentar à STN, em formato e regularidade definida por ela, as informações dos contratos que foram renegociados. (Res 4.107).

26 - Nas renegociações de que trata o item 24: (Res 4.107).

a) devem ser mantidos para as parcelas e operações renegociadas os encargos contratuais de adimplência vigentes quando da renegociação;

b) as instituições financeiras devem atender prioritariamente os produtores com maior dificuldade em efetuar o pagamento integral das parcelas nos prazos estabelecidos;

c) quando as operações forem efetuadas com os recursos equalizados repassados:

I - pelos bancos públicos federais às cooperativas de crédito, cabe àqueles o controle das operações e a prestação das informações à STN;

II - pelo BNDES às instituições financeiras a ele credenciadas, cabe àquele o controle das operações e a prestação das informações à STN;

d) o pedido de renegociação deve vir acompanhado de informações técnicas que permitam a instituição financeira comprovarem o fator gerador da incapacidade de pagamento, sua intensidade, o percentual de redução de renda provocado e o tempo estimado como necessário para que a renda retorne ao patamar previsto no projeto de crédito, observado que:

I - nas situações em que o fator que deu causa à solicitação atingir mais de 30 (trinta) agricultores de um mesmo município, o laudo ou documento com as informações de que trata este item pode ser grupal;

II - as instituições financeiras devem analisar as solicitações de renegociação caso a caso, com exceção dos casos enquadrados no inciso I desta alínea, para os quais poderá ser feita a análise com base no laudo grupal;

e) os mutuários devem solicitar a renegociação da operação até a data prevista para o respectivo pagamento da prestação ou saldo devedor da operação, sob pena de terem o seu risco de crédito agravado em caso de inadimplemento;

f) admite-se que a renegociação seja solicitada após a data de vencimento da prestação, sendo que o prazo para solicitação não pode superar:

I - 30 (trinta) dias após a data do vencimento da prestação para operações lastreadas em recursos repassados pelo BNDES, devendo a instituição financeira formalizar a renegociação da operação em até 60 (sessenta) dias após o vencimento da respectiva prestação;

II - 60 (sessenta) dias após o vencimento da prestação para os demais casos;

g) o mutuário que renegociar sua dívida de investimento ficará impedido, até que amortize integralmente as prestações previstas para o ano seguinte (parcela do principal acrescida de juros), de contratar novo financiamento de investimento rural com recursos controlados do crédito rural, inclusive dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o SNCR;

h) a vedação de que trata a alínea “g” não se aplica aos agricultores que tiveram seu patrimônio produtivo prejudicado de forma a comprometer a continuidade de suas atividades, mediante comprovação dos prejuízos por laudo técnico, sendo permitida, nesses casos, a concessão de novo financiamento de investimento para a reconstrução do patrimônio afetado e para a retomada da produção, observados os limites por beneficiário e demais condições estabelecidas para as respectivas modalidades de crédito;

i) os valores renegociados a cada ano devem ser deduzidos das disponibilidades do respectivo programa ou modalidade de crédito do Pronaf no plano de safra vigente e, caso o orçamento atual esteja esgotado, no plano de safra seguinte.

27 - Quando o mutuário pagar o financiamento com o uso de carnê ou boleto bancário e a operação fizer jus ao bônus de desconto do PGPAF, de que trata o MCR 10-15, fica a instituição financeira autorizada a creditar em conta corrente do mutuário o valor do bônus de desconto. (Res 4.107).

28 - Para as operações de investimento, na hipótese de o projeto técnico ou a proposta de crédito prever a utilização de recursos para custeio ou capital de giro associado ao investimento, o valor do crédito destinado a essas finalidades não pode exceder 35% (trinta e cinco por cento) do valor do projeto ou da proposta. (Res 4.107).

29 - Nos créditos de investimento ao amparo de recursos do FNO, FNE e FCO, formalizados com agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto para as linhas de que trata o MCR 10-13 e 10-17, o prazo de reembolso pode ser o mesmo estabelecido para os financiamentos contratados, fora do Pronaf, com recursos dos citados Fundos. (Res 4.107).

30 - Os encargos e bônus de adimplência dos financiamentos de custeio e investimento para agricultores familiares no âmbito do Pronaf, realizados ao amparo de recursos do FNO, FNE e FCO, são os previstos neste capítulo ou os estabelecidos para os mini produtores no art. 1º da Lei nº 10.177, de 12/1/2001, com as alterações nas condições de financiamento constantes em Decreto, os que lhes forem mais favoráveis. (Res 4.107).

31 - Na linha de crédito em que esteja previsto bônus de adimplência, este será distribuído de forma proporcional ao valor amortizado ou liquidado até a data de seu respectivo vencimento, observado que: (Res 4.107).

a) quando se tratar de crédito coletivo, o bônus deve ser concedido individualmente;

b) o mutuário perde o direito ao bônus relativo à parcela não liquidada até a data do seu respectivo vencimento, mas permanece com o direito ao bônus nas parcelas vincendas se efetuar a regularização das parcelas em atraso e sempre que as vincendas sejam pagas até a data de vencimento pactuada;

c) o bônus referente à parcela prorrogada ou renegociada deve ser concedido na data do pagamento dessa parcela, se efetuado até a data fixada para o novo vencimento.

32 - A instituição financeira responsável por operações com risco da União, inclusive com recursos do FNO, FNE e FCO, deve enviar à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) dados sobre contratações e inadimplência em cada linha de crédito, na forma estabelecida pelo referido órgão. (Res 4.107).

33 - Fica autorizada, para as operações ao amparo do Pronaf com recursos do BNDES, a concessão de crédito após a data limite de 30 de junho de cada ano, mediante observância das condições estabelecidas para a contratação da safra encerrada e dedução dos valores financiados das disponibilidades estabelecidas para a respectiva linha de crédito na nova safra. (Res 4.107).

34 - O endividamento por mutuário no âmbito do Pronaf, na data da contratação da nova operação, respeitados os limites específicos de cada linha ou modalidade de crédito, os quais são independentes entre si, não pode ultrapassar, considerando o somatório do saldo devedor "em ser" do mutuário para todas as suas operações individuais, participações em créditos coletivos e a nova operação, os seguintes limites: (Res 4.107; Res 4.228 art 1º).

a) com risco parcial ou integral da instituição financeira: (Res 4.107; Res 4.228);

I - até R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para custeio; (Res 4.228 art 1º);

II - até R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para investimento; (Res 4.228 art 1º).

b) com risco integral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento: (Res 4.107).

- I - até R\$10.000,00 (dez mil reais) para custeio;
- II - até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para investimento.

35 - Deve ser incluída cláusula no instrumento de crédito ou ser acolhida declaração do mutuário sobre a inexistência ou existência de financiamentos rurais “em ser” contratados com recursos controlados, em qualquer instituição financeira integrante do SNCR, com a informação do valor, considerando operações individuais e participações em créditos grupais ou coletivos, que permita verificar se estão sendo observados os limites de financiamento e endividamento previstos neste Capítulo, bem como reconhecimento de que declaração falsa implica a desclassificação da operação de crédito rural, além das demais sanções e penalidades previstas em lei e neste Manual. (Res 4.136 art 1º).

36 - Os mutuários que, em 1º de julho de 2012, sejam responsáveis por saldo devedor “em ser” em montante superior aos limites estabelecidos no item 34, terão até 5 (cinco) anos para se adequar aos limites fixados. (Res 4.107).

37 - Aplicam-se aos créditos ao amparo do Pronaf as normas gerais deste manual que não conflitem com as disposições estabelecidas neste capítulo. (Res 4.107).

38 - Quando a linha de crédito de investimento do Pronaf se destinar à aquisição de máquinas, equipamentos e implementos, isolada ou não, o financiamento pode ser concedido para: (Res 4.107; Res 4.228 art 1º).

a) itens novos produzidos no Brasil: (Res 4.107; Res 4.228 art 1º).

I - que constem da relação da SAF/MDA, observando a descrição mínima e valor máximo de cada item, e da relação de Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) do BNDES e atendam aos parâmetros relativos aos índices mínimos de nacionalização definidos nos normativos do BNDES aplicáveis ao Finame, observado que os tratores e moto cultivadores devem ter até 80 CV (oitenta cavalos-vapor) de potência; (Res 4.228 art 1º).

II - que não constem da relação da SAF/MDA e da relação de CFI do BNDES, até o limite de crédito de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por item financiado; (Res 4.107).

III - o plano, projeto ou orçamento deve conter o código do MDA e do CFI do BNDES, referente ao item a ser adquirido. (Res 4.228 art 1º).

b) itens usados de valor financiado de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), fabricados no Brasil, com até 10 anos de uso, revisados e com certificado de garantia emitido por concessionária ou revenda autorizada, podendo o certificado de garantia ser substituído por laudo de avaliação emitido pelo responsável técnico do projeto, atestando a fabricação nacional, o perfeito funcionamento, o bom estado de conservação e que a vida útil estimada da máquina ou equipamento é superior ao prazo de reembolso do financiamento. (Res 4.228 art 1º).

39 - O crédito para aquisição de veículos novos, sem prejuízo do disposto no MCR 3-3-6, deve atender às seguintes condições: (Res 4.107; Res 4.228 art 1º).

a) podem ser adquiridos veículos de carga, automotores, elétricos ou de tração animal, adequados às condições rurais, inclusive caminhões, caminhões frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, caminhonetes de carga, reboques ou semirreboques e motocicletas adaptadas à atividade rural, que constem da relação da SAF/MDA, observando a descrição mínima e valor máximo de cada item, e, também, do CFI do BNDES, quando se tratar de caminhões, caminhões frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros e reboques ou semirreboques; (Res 4.228 art 1º).

b) deve ser apresentada comprovação técnica e econômica de sua necessidade à instituição financeira, fornecida pelo técnico que elaborou o plano ou projeto de crédito, sempre que o veículo a ser financiado seja automotor ou elétrico; (Res 4.107).

c) deve ser apresentada comprovação de seu pleno emprego nas atividades agropecuárias e não agropecuárias geradoras de renda do empreendimento, durante, pelo menos, 120 (cento e vinte) dias por ano; (Res 4.107).

d) não podem ser financiados caminhonetes de passageiros, caminhonetes mistas e jipes. (Res 4.107).

e) o plano, projeto ou orçamento para o financiamento deve conter o código do MDA, referente ao item a ser adquirido e, também, o código do CFI do BNDES, quando se tratar de caminhões, caminhões frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros. (Res 4.228 art 1º).

40 - As instituições financeiras, mantidas suas responsabilidades, podem efetuar operações de qualquer modalidade, grupo ou linha de crédito do Pronaf por intermédio de Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) ou de cooperativas singulares de crédito, mediante mandato, desde que obedecida a metodologia do PNMPO, instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e atendidas as seguintes exigências: (Res 4.107; Res 4.228 art 1º).

a) o limite de endividamento total do mutuário, em todo o SNCR e em todas as linhas de crédito do Pronaf, não ultrapasse R\$30.000,00 (trinta mil reais), tomando por base o somatório dos saldos devedores “em ser” que contarem com a aplicação da metodologia de que trata o caput deste item, respeitado o limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais) por operação de crédito; e (Res 4.228 art 1º).

b) sejam observadas as condições de cada grupo ou linha de crédito do Pronaf e da respectiva fonte de recursos, inclusive quanto ao risco da operação e à remuneração da instituição financeira. (Res 4.107).

41 - Os custos relativos à elaboração de projetos para outorga de uso da água e para licenciamento ambiental, inclusive taxas e despesas cartorárias, bem como os custos para legalização de áreas de terra, podem ser financiados nas operações de custeio e/ou investimento, até o limite de 15% (quinze por cento) do crédito financiado, desde que a destinação da verba conste de proposta simplificada do crédito ou de projeto técnico. (Res 4.125 art 1º).

42 - Admite-se a concessão de crédito especial de custeio para cooperativas de produção de agricultores familiares para aquisição de insumos para fornecimento a cooperados. (Res 4.228 art 1º). Atualização MCR 572, de 25 de novembro de 2013.

## **SEÇÃO II: Beneficiários**

1 - São beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da "Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)" válida, observado o que segue: (Res 4.107; Res 4.164 art 1º; Res 4.228 art 2º).

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas; (Res 4.228 art 2º).

b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; (Res 4.107).

c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, observado o disposto na alínea "g"; (Res 4.107)

d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, observado ainda o disposto na alínea "h"; (Res 4.228 art 2º).

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; (Res 4.228 art 2º).

f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; (Res 4.228 art 2º).

g) o disposto na alínea "c" não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais; (Res 4.107).

h) caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$1.000,00 (um mil reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cálculo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual de que tratam as alíneas “d” e “f” deste item, a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento. (Res 4.164 art 1º).

2 - São também beneficiários do Pronaf, mediante apresentação de DAP válida, as pessoas que: (Res 4.107).

a) atendam, no que couber, às exigências previstas no item 1 e que sejam:

I - pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

II - aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;

III - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

b) se enquadrem nas alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do item 1 e que sejam:

I - extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

II - integrantes de comunidades quilombolas rurais;

III - povos indígenas;

IV - demais povos e comunidades tradicionais.

3 - Os beneficiários do Pronaf definidos nos itens 1 e 2 podem ser enquadrados em grupos especiais deste Programa, mediante apresentação de DAP válida, conforme as seguintes condições: (Res 4.107; Res 4.253 art 1º).

a) Grupo "A": assentados pelo PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf de que trata o MCR 10-17, itens 3, 5 e 6; (Res 4.107).

b) Grupo "B": beneficiários cuja renda bruta familiar anual, de que trata a alínea "f" do item 1, não seja superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), e que não contratem trabalho assalariado permanente; (Res 4.253 art 1º).

c) Grupo "A/C": assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, que: (Res 4.107)

I - tenham contratado a primeira operação no Grupo "A";

II - não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C".

4 - Revogado. (Res 4.228 art 12).

5 - A DAP válida, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é exigida para a concessão de financiamento no âmbito do Pronaf, observado ainda que: (Res 4.107).

a) deve ser emitida por agentes credenciados pelo MDA;

b) deve ser elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra;

c) pode ser diferenciada para atender a características específicas dos beneficiários do Pronaf.

6 - Para efeito de comprovação da vinculação do beneficiário do crédito com a terra e a atividade, a DAP válida é suficiente para fins de contratação de financiamento do Pronaf na linha de crédito de que trata o MCR 10-13, e a critério da instituição financeira, pode ser utilizada para a contratação de financiamentos de custeio ou de investimento nas demais linhas do Pronaf. (Res 4.228 art 2º).

7 - Os agricultores que têm DAP válida e que integravam os extintos Grupos "C", "D" ou "E" do Pronaf, em caso de novos financiamentos, devem ser enquadrados como agricultores familiares conforme definido nos itens 1 e 2. (Res 4.107).

Atualização MCR 565, de 18 de julho de 2013.

### **SEÇÃO III: Finalidades dos Créditos**

1 - Os créditos podem ser destinados para custeio, investimento ou integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção agropecuária.

2 - Os créditos de custeio se destinam a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento.

3 - Os créditos de investimento se destinam a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

4 - Os créditos para integralização de cotas-partes se destinam a financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias formadas por beneficiários do Pronaf.

5 - Os créditos individuais, independentemente da classificação dos beneficiários a que se destinam, devem objetivar, sempre que possível, o desenvolvimento do estabelecimento rural como um todo. Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012.

#### **SEÇÃO IV: Créditos de Custeio**

1 - Os créditos de custeio são destinados exclusivamente aos beneficiários do Pronaf de que trata o MCR 10-2, exceto para aqueles enquadrados nos Grupos "A" e "A/C". (Res 4.125 art 2º).

2 - Os créditos de custeio sujeitam-se às seguintes condições: (Res 4.107; Res 4.159 art 2º; Res 4.228 art 3º).

a) taxa efetiva de juros de 1,5% a.a. (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano) para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais) por mutuário em cada safra; (Res 4.107).

b) taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam valor acima de R\$10.000,00 (dez mil reais) até R\$30.000,00 (trinta mil reais) por mutuário em cada safra; (Res 4.228 art 3º).

c) taxa efetiva de juros de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam valor acima de R\$30.000,00 (trinta mil reais) até R\$100.000,00 (cem mil reais) por mutuário em cada safra; (Res 4.228 art 3º).

d) o mutuário pode contratar nova operação de custeio na mesma safra desde que: (Res 4.107; Res 4.159 art 2º).

I - o crédito subsequente se destine a lavoura diferente da anteriormente financiada ou a operação de custeio pecuário; (Res 4.159 art 2º).

II - caso o somatório dos valores dos financiamentos de custeio contratados ultrapasse o limite de enquadramento da operação anterior, conforme definido nas alíneas "a", "b" ou "c", cada novo financiamento de custeio terá os encargos previstos na alínea correspondente à soma dos valores contratados nas operações anteriores com os valores da nova proposta de crédito; (Res 4.107).

e) para operações coletivas, observado o disposto nas alíneas anteriores, a taxa efetiva de juros será determinada: (Res 4.107).

I - pelo valor individual obtido pelo critério de proporcionalidade de participação, no caso de operações coletivas;

II - computando-se o respectivo valor do inciso I para enquadramento das operações nas alíneas anteriores.

3 - Não são computados, para fins de enquadramento no disposto nas alíneas "a" a "d" do item 2: (Res 4.107).

a) os financiamentos contratados na linha Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares, de que trata o MCR 10-11;

b) as despesas previstas no MCR 2-4-1;

c) os financiamentos destinados ao custeio da cultura de fumo efetuado fora do âmbito do Pronaf.

4 - Os beneficiários do Pronaf podem ter acesso a mais de uma operação de custeio em cada ano agrícola compreendido no período de 1º de julho a 30 de junho do ano subsequente, desde que seja observado o limite por mutuário: (Res 4.107; Res 4.228 art 3º).

a) por safra, compreendido como cada uma das safras de verão, de inverno ou das águas, em uma ou mais operações de custeio; (Res 4.107).

b) por trimestre, para atividades exploradas sucessivamente, de que trata o MCR 3-2-9; (Res 4.107).

c) por ciclo produtivo no caso de exploração pecuária. (Res 4.228 art 3º).

5 - A concessão de financiamento para custeio de lavoura subsequente, em áreas propiciadoras de 2 (duas) ou mais safras por ano agrícola, não deve ser condicionada à liquidação do débito referente ao



ciclo anterior, salvo se o tempo entre as culturas sucessivas for suficiente ao processo de comercialização da colheita. (Res 4.107).

6 - Os créditos de custeio, observado o ciclo de cada empreendimento, sujeitam-se aos seguintes prazos máximos de reembolso: (Res 4.107).

a) custeio agrícola:

I - até 3 (tres) anos para as culturas de açafrão e palmeira real (palmito);

II - até 2 (dois) anos para as culturas bianuais;

III - até 1 (um) ano para as demais culturas;

b) custeio pecuário:

I - para aquicultura: até 2 (dois) anos, conforme o ciclo produtivo de cada espécie contido no plano, proposta ou projeto;

II - para as demais atividades: até 1 (um) ano.

7 - O vencimento dos créditos de custeio: (Res 4.107; Res 4.125 art 2º).

a) agrícola: deve ser fixado por prazo não superior a 90 (noventa) dias após data da colheita; (Res 4.107).

b) para a pesca artesanal: deve ser fixado por prazo de até 185 (cento e oitenta e cinco) dias após o fim do período de defeso da espécie alvo. (Res 4.125 art 2º).

8 - Admite-se o alongamento e a reprogramação do reembolso de operações de crédito destinadas ao custeio agrícola, mediante solicitação do mutuário até a data fixada para o vencimento, observado que: (Res 4.107).

a) o reembolso deve ser pactuado em até 3 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira até 90 (noventa) dias após a data prevista para a colheita;

b) no caso de comercialização do produto vinculado em garantia do financiamento de custeio alongado, antes da data de vencimento pactuada, o saldo devedor correspondente deve ser imediatamente amortizado ou liquidado pelo mutuário proporcionalmente ao volume do produto comercializado;

c) é vedada a concessão do alongamento para operações contratadas sob a modalidade de crédito rotativo ou com previsão de renovação simplificada.

9 - Admite-se a contratação de financiamento de custeio com previsão de renovação simplificada, observado o disposto nesta Seção e as seguintes condições específicas: (Res 4.107; Res 4.159 art 2º; Circ 3.620).

a) prazo: até 12 (doze) meses, conforme o ciclo do empreendimento, com renovação automática a partir do dia seguinte ao do pagamento do crédito referente à safra anterior; (Res 4.159 art 2º).

b) desembolso: de acordo com o ciclo produtivo da atividade; (Res 4.107).

c) a partir de 2/1/2013, a cada renovação, a instituição financeira fica obrigada a exigir do mutuário, no mínimo, orçamento simplificado contendo a atividade para o novo ciclo, o valor financiado e o cronograma de desembolso, ou a concordância da manutenção da atividade e do orçamento original, efetuando em ambos os casos o devido registro no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor); (Res 4.107; Circ 3.620).

d) as operações efetuadas em safras anteriores com previsão de renovação automática podem ser mantidas nas condições originais até final do contrato, ou três safras contadas a partir da safra 2012/2013, o que for menor; (Res 4.107).

e) a renovação, com liberação exclusivamente da parcela de insumos prevista no orçamento para a safra subsequente, pode ocorrer até 180 (cento e oitenta) dias antes da liquidação da operação anterior. (Res 4.107).

10 - Admite-se a concessão de financiamentos sob a modalidade de crédito rotativo, observadas as seguintes condições: (Res 4.107; Circ 3.620).

a) finalidades: custeio agrícola e pecuário, com base em orçamento, plano ou projeto abrangendo as atividades desenvolvidas pelo produtor; (Res 4.107).

b) prazo: máximo de 3 (três) anos para as culturas de açafrão e palmeira real (palmito) e de 2 (dois) anos para as demais culturas, em harmonia com os ciclos das atividades assistidas, podendo ser renovado; (Res 4.107).

c) desembolso ou utilização: livre movimentação do crédito pelo beneficiário, admitindo-se utilização em parcela única e reutilizações; (Res 4.107).

d) amortizações na vigência da operação: parciais ou total, a critério do beneficiário, mediante depósito; (Res 4.107).

e) em caso de renovação da operação, a instituição financeira fica obrigada a exigir do mutuário, no mínimo, um orçamento simplificado contendo as atividades para o novo ciclo e o cronograma de desembolso, ou a concordância da manutenção da atividade e do orçamento original, efetuando em ambos os casos o devido registro no Sicor; (Res 4.107; Circ 3.620).

f) o crédito rotativo será considerado genericamente como de custeio agrícola ou pecuário, conforme a predominância da destinação dos recursos prevista no orçamento. (Res 4.107).

11 - O crédito de custeio pode conter verbas para manutenção do beneficiário e de sua família, para a aquisição de animais destinados à produção necessária à subsistência, compra de medicamentos, agasalhos, roupas e utilidades domésticas, construção ou reforma de instalações sanitárias e outros gastos indispensáveis ao bem-estar da família. (Res 4.107).

12 - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fica autorizado a repassar recursos próprios e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), equalizados pelo Tesouro Nacional (TN), a cooperativas singulares e cooperativas centrais de crédito credenciadas, para aplicação nas linhas de crédito de custeio do Pronaf, conforme definido neste capítulo, observadas as seguintes condições: (Res 4.107).

a) a remuneração incidente sobre o valor do crédito concedido será de:

I - 1% a.a. (um por cento ao ano) para o BNDES;

II - 4,4% a.a. (quatro inteiros e quatro décimos por cento ao ano) para as cooperativas;

b) o TN arcará com os custos referentes ao pagamento de equalização dos encargos financeiros, conforme metodologia e condições definidas em portaria do Ministério da Fazenda;

c) prazo de reembolso:

I - 7 (sete) meses, com amortização em parcela única no sétimo mês, para os financiamentos cujo ciclo produtivo do empreendimento financiado demande até 7 (sete) meses para pagamento;

II - 9 (nove) meses, com amortização em parcela única no nono mês, para os financiamentos cujo ciclo produtivo do empreendimento financiado demande entre 8 (oito) e 9 (nove) meses para pagamento;

III - 11 (onze) meses, com amortização em parcela única no décimo primeiro mês, para os financiamentos cujo ciclo produtivo do empreendimento financiado demande prazo superior a 9 (nove) meses para pagamento;

d) a formalização das operações de que trata este item deve ser efetuada de forma individualizada entre a cooperativa singular e o mutuário;

e) cabe à cooperativa credenciada o acompanhamento físico e financeiro das operações;

f) não se aplicam aos financiamentos de que trata este item o disposto nos MCR 3-2-25, 10-4-9, 10 e 11.

Atualização MCR 564, de 2 de julho de 2013.

## **SEÇÃO V: Créditos de Investimento (Pronaf Mais Alimentos)**

1 - Os créditos de investimento de que trata esta seção são destinados aos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) de que trata o MCR 10-2. (Res 4.107).

2 - Os créditos de investimento devem ser concedidos mediante apresentação de projeto técnico, o qual poderá ser substituído, a critério da instituição financeira, por proposta simplificada de crédito, desde que as inversões programadas envolvam técnicas simples e bem assimiladas pelos agricultores da região ou se trate de crédito destinado à ampliação dos investimentos já financiados. (Res 4.107).

3 - Os créditos de investimento se destinam a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando a elevação da renda da família produtora rural. (Res 4.107).

4 - Os créditos de investimento estão restritos ao financiamento de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, no

estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, sendo passível de financiamento, ainda, a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos técnicos específicos. (Res 4.107).

5 - Os créditos de investimento sujeitam-se às seguintes condições: (Res 4.107; Res 4.228 art 4º; Res 4.253 art 2º).

a) limites de crédito por beneficiário a cada ano agrícola, observado o disposto no MCR 10-1-34: (Res 4.228 art 4º).

I - até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); e,

II - até R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura;

b) admite-se o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum, na forma de crédito coletivo, com limite de até R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), desde que observado o limite individual de que trata a alínea "a" por beneficiário participante e que a soma dos valores das operações individuais e da participação do beneficiário na operação coletiva não ultrapasse o limite de até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por beneficiário e por ano agrícola; (Res 4.228 art 4º).

c) encargos financeiros: (Res 4.107).

I - taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano) para operações de até R\$10.000,00 (dez mil reais);

II - taxa efetiva de juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) para operações com valor superior a R\$10.000,00 (dez mil reais);

III - caso o mutuário contrate nova operação de investimento que, somada ao valor contratado no mesmo ano agrícola, ultrapasse o limite estabelecido no inciso I desta alínea, o novo financiamento deve ser contratado com os encargos previstos no inciso II;

d) prazo de reembolso: (Res 4.228 art 4º).

I - até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (tres) anos de carência; e

II - até 15 (quinze) anos, incluídos até 3 (tres) anos de carência, para financiamentos de estruturas de armazenagem;

e) no caso de aquisição, modernização, reforma, substituição e obras de construção das embarcações de pesca comercial artesanal, o tomador do crédito deve apresentar anuência emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). (Res 4.253 art 2º).

6 - O crédito para financiamento de bens destinados ao transporte da produção deve estar relacionado à finalidade desta linha e observar o disposto no MCR 3-3-6, 7 e 8 e no MCR 10-1-39. (Res 4.107).

7 - Os créditos de investimento podem ser utilizados para aquisição isolada de matrizes, reprodutores e animais de serviço, admitindo-se também, até o limite de 40% do valor do financiamento, a aquisição de animais para criação, recriação e engorda, devendo ser comprovado no projeto ou proposta que os demais fatores necessários ao bom desempenho da exploração, especialmente, alimentação e fornecimento de água, instalações, mão de obra e equipamentos são suficientes. (Res 4.287 art 2º).

(\*)

8 - As instituições financeiras ficam autorizadas, a seu critério, a efetuar a individualização das operações grupais e coletivas de investimento do Grupo "C" do Pronaf. (Res 4.107).

9 - São considerados créditos para investimento em inovação tecnológica, obrigatoriamente contratada com assistência técnica, os destinados à automação na avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite; construção e manutenção de estruturas de cultivos protegidos, inclusive equipamentos relacionados; e componentes da agricultura de precisão, mediante apresentação de projeto técnico. (Res 4.228 art 4º).

10 - Admite-se o financiamento do custo com assistência técnica, limitado a 6% (seis por cento) do valor do crédito, nas operações referentes aos investimentos de que trata o item 9, na seguinte forma: (Res 4.228 art 4º).

a) 3% (três por cento) do valor do orçamento, exigíveis no ato da abertura do crédito;

b) 3% a.a. (três por cento ao ano), exigíveis em 30 de junho, 31 de dezembro e no vencimento do contrato de prestação da orientação técnica, incidentes sobre os saldos da conta vinculada após o

primeiro ano de vigência da operação, acrescidos dos recursos próprios aplicados no empreendimento.

Atualização MCR 572, de 25 de novembro de 2013.

## **SEÇÃO VI: Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria)**

1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria) têm por objetivo prover recursos para atividades que agreguem renda a produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do Pronaf. (Res 4.107).

2 - Considera-se empreendimento familiar rural, de que trata a Lei nº 11.326, de 24/7/2006, a pessoa jurídica constituída com a finalidade de beneficiamento, processamento e comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formada exclusivamente por um ou mais beneficiários do Pronaf de que trata o MCR 10-2, comprovado pela apresentação de relação com o número da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida de cada sócio, e que, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da produção beneficiada, processada ou comercializada seja produzidas por seus membros. (Res 4.107).

3 - Consideram-se cooperativas (singulares ou centrais) ou associações da agricultura familiar, de que trata o § 4º do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24/7/2006, aquelas que comprovem que, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus participantes ativos são beneficiários do Pronaf, comprovado pela apresentação de relação com o número da DAP válida de cada cooperado ou associado e que, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) da produção beneficiada, processada ou comercializada são oriundos de cooperados ou associados enquadrados no Pronaf, e cujo projeto de financiamento comprove esses mesmos percentuais quanto ao número de participantes e à produção a ser beneficiada, processada ou comercializada referente ao respectivo projeto. (Res 4.228 art 5º).

4 - O crédito de que trata esta Seção se sujeita às normas gerais do crédito rural e às seguintes condições específicas: (Res 4.107; Res 4.228 art 5º; Res 4.253 art 3º).

a) beneficiários: (Res 4.107).

I - os definidos no MCR 10-2;

II - os empreendimentos familiares rurais definidos no item 2 que apresentem DAP pessoa jurídica válida para a agroindústria familiar;

III - as cooperativas e associações constituídas pelos beneficiários do Pronaf definidos no item 3 que apresentem DAP pessoa jurídica válida para esta forma de organização;

b) finalidades: investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem o beneficiamento, armazenagem, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, do extrativismo, de produtos artesanais e da exploração de turismo rural, incluindo-se a: (Res 4.107; Res 4.228 art 5º).

I - implantação de pequenas e médias agroindústrias, isoladas ou em forma de rede; (Res 4.107).

II - implantação de unidades centrais de apoio gerencial, nos casos de projetos de agroindústrias em rede, para a prestação de serviços de controle de qualidade do processamento, de marketing, de aquisição, de distribuição e de comercialização da produção; (Res 4.107).

III - ampliação, recuperação ou modernização de unidades agroindustriais de beneficiários do Pronaf já instaladas e em funcionamento, inclusive de armazenagem; (Res 4.228 art 5º).

IV - aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão das unidades agroindustriais, mediante indicação em projeto técnico; (Res 4.107)

V - capital de giro associado, limitado a 35% (trinta e cinco por cento) do financiamento para investimento; (Res 4.107).

VI - integralização de cotas-partes vinculadas ao projeto a ser financiado; (Res 4.107).

VII - admite-se que no plano ou projeto de investimento individual haja previsão de uso de parte dos recursos do financiamento para empreendimentos de uso coletivo; (Res 4.107).

c) limite por beneficiário em cada ano agrícola, aplicável a uma ou mais operações: (Res 4.107; Res 4.228 art 5º).

I - pessoa física: até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por beneficiário, observado o limite de que trata o MCR 10-1-34; (Res 4.228 art 5º).

II - empreendimento familiar rural – pessoa jurídica: até R\$300.000,00 (trezentos mil reais), observado o limite de que trata o inciso I desta alínea, por sócio relacionado na DAP emitida para o empreendimento; (Res 4.107).

III - associação e cooperativa - pessoa jurídica: até R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), de acordo com o projeto técnico e o estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento, observado o limite individual de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) por associado relacionado na DAP emitida para a associação ou cooperativa; (Res 4.228 art 5º).

d) encargos financeiros: (Res 4.107; Res 4.253 art 3º).

I - taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano), para agricultores familiares ou para empreendimentos familiares em operações de até R\$10.000,00 (dez mil reais) ou, ainda, para cooperativas e associações, com financiamentos de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), limitados a R\$10.000,00 (dez mil reais) por associado ativo; (Res 4.107).

II - taxa efetiva de juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) para os demais casos, respeitado o limite de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) por associado quando aplicável; (Res 4.253 art 3º).

III - caso o mutuário contrate nova operação de investimento no âmbito do Pronaf Agroindústria que, somada ao valor contratado no mesmo ano agrícola, ultrapasse o limite estabelecido no inciso I da alínea "d", o novo financiamento deve ser contratado com os encargos previstos no inciso II da mesma alínea; (Res 4.107).

e) prazo de reembolso: até 15 (quinze) anos para financiamentos de armazenagem e até 10 (dez) anos para os demais empreendimentos, incluídos até 3 (três) anos de carência, observado o disposto no MCR 10-1-29; (Res 4.228 art 5º).

f) condições adicionais: (Res 4.107).

I - até 30% (trinta por cento) do valor do financiamento pode ser destinado para investimento na produção agropecuária objeto de beneficiamento, processamento ou comercialização;

II - até 15% (quinze por cento) do valor do financiamento de cada unidade agroindustrial pode ser aplicado para a unidade central de apoio gerencial, no caso de projetos de agroindústrias em rede, ou, quando for o caso de agroindústrias isoladas, para pagamento de serviços como contabilidade, desenvolvimento de produtos, controle de qualidade, assistência técnica gerencial e financeira.

5 - O limite de crédito individual de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) estabelecido no inciso III da alínea "c" do item 4, relativo às operações com cooperativas e associações, é independente dos limites para pessoa física ou jurídica estabelecidos nos incisos I e II da mesma alínea "c" do item 4. (Res 4.253 art 3º).

6 - Revogado. (Res 4.228 art 12).

7 - Para os beneficiários definidos nos incisos II e III da alínea "a" do item 4, admite-se que os contratos de financiamento sejam formalizados diretamente com a pessoa jurídica. (Res 4.107).

Atualização MCR 565, de 18 de julho de 2013.

## **SEÇÃO VII: Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta)**

1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) sujeitam-se às seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.116 art 4º)

a) beneficiários: os definidos no MCR 10-2; (Res 4.107).

b) finalidades: projetos técnicos que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) referentes à: (Res 4.107).

I - sistemas agroflorestais;

II - exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

III - recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental;

IV - enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécie florestal, nativa do bioma;

c) limites por beneficiário: (Res 4.107).

I - quando destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, exceto para beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B": até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

II - para as demais finalidades: até R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

III - para os beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "B" e "A/C": até R\$15.000,00 (quinze mil reais), observado o disposto no MCR 10-1-22;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano); (Res 4.107).

e) prazo de reembolso, observado que o cronograma das amortizações deve refletir as condições de maturação do projeto e da obtenção de renda da atividade: (Res 4.107; Res 4.116 art 4º).

I - até 20 (vinte) anos, incluída a carência do principal, de até 12 (doze) anos, nos financiamentos enquadrados no inciso I da alínea “c”; (Res 4.116 art 4º).

II - até 12 (doze) anos, incluída a carência do principal, de até 8 (oito) anos, nos demais casos. (Res 4.107).

2 - A mesma unidade familiar de produção pode contratar até 2 (dois) financiamentos nesta modalidade, sendo que o segundo fica condicionado ao pagamento de pelo menos duas parcelas do financiamento anterior e à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento. (Res 4.107).

3 - É vedado o financiamento para: (Res 4.107).

a) aquisição de animais;

b) implantação ou manutenção de projetos com menos de 3 (tres) espécies florestais destinadas ao uso industrial ou queima.

Atualização MCR 547, de 6 de agosto de 2012.

### **SEÇÃO VIII: Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido)**

1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) sujeitam-se às seguintes condições especiais: (Res 4.107).

a) beneficiários: os definidos no MCR 10-2;

b) finalidades: investimentos em projetos de convivência com o Semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, e destinados a implantação, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura produtiva, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários;

c) limite: até R\$18.000,00 (dezoito mil reais) por beneficiário, observado o disposto no MCR 10-1-22 e ainda que:

I - no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor do crédito devem ser destinados à implantação, construção, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura hídrica;

II - o valor restante do crédito deve ser destinado ao plantio, tratos culturais e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, em conformidade com o cronograma de liberação constante do projeto técnico ou da proposta simplificada;

III - a assistência técnica é obrigatória;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano);

e) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, a qual poderá ser elevada para até 5 (cinco) anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade.

2 - A mesma unidade familiar de produção pode manter “em ser” até 2 (dois) financiamentos na linha de que trata esta Seção, sendo que a contratação do segundo fica condicionada ao pagamento de 1 (uma) parcela do financiamento anterior e à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento. (Res 4.287 art 3º).

Atualização MCR 572, de 25 de novembro de 2013.

### **SEÇÃO IX: Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher)**

1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) sujeitam-se às seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.136 art 4º).

a) beneficiárias: mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, conforme previsto no MCR 10-2, independentemente de sua condição civil; (Res 4.107).

b) finalidades: atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada; (Res 4.107).

c) limites, encargos financeiros, benefícios e prazos de reembolso: (Res 4.107).

I - para as beneficiárias enquadradas nos Grupos "A", "A/C" ou "B": as condições estabelecidas para o Microcrédito Produtivo Rural de que trata o MCR 10-13;

II - para as demais beneficiárias: as condições estabelecidas na seção 10-5 para financiamentos de investimento, observado o disposto no MCR 10-1-34;

d) a mesma unidade familiar de produção pode manter "em ser" até 2 (dois) financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher, sendo que a contratação do novo financiamento fica condicionado: (Res 4.107; Res 4.136 art 4º).

I - à quitação ou ao pagamento de pelo menos 3 (três) parcelas do financiamento anterior; e (Res 4.107).

II - à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento. (Res 4.107).

2 - As mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos "A" ou "A/C" somente podem ter acesso à linha Pronaf Mulher: (Res 4.107).

a) se a unidade familiar estiver adimplente e já tiver liquidado pelo menos uma operação de custeio do Grupo "A/C" ou uma parcela do investimento do Grupo "A";

b) mediante a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida fornecida pelo Incra ou Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) do Crédito Fundiário, conforme o caso, segundo normas definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

3 - As mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos "A", "A/C" ou "B" podem, para fins do Pronaf Mulher, ter acesso às operações da linha de crédito especial destinada aos beneficiários do Grupo "B", observada as condições específicas do MCR 10-13 que não conflitem com as condições desta Seção, inclusive quanto à fonte de recursos, ficando a concessão dos financiamentos subsequentes condicionada à: (Res 4.107; Res 4.159 art 4º)

a) liquidação do financiamento anterior; (Res 4.107).

b) que todos os membros da família que constam da DAP estejam adimplentes com o crédito rural. (Res 4.107).

4 - Para os financiamentos destinados às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$30.000,00 (trinta mil reais), a instituição financeira deve priorizar a efetivação da operação nas condições estabelecidas no MCR 10-1-40, exceto quanto ao limite por operação ali referido. (Res 4.228 art 6º).

(\*)

Atualização MCR 564, de 2 de julho de 2013.

## **SEÇÃO X: Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem)**

1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) sujeitam-se às seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.228 art 7º).

a) beneficiários: jovens maiores de 16 (dezesseis) anos e com até 29 (vinte e nove) anos, integrantes de unidades familiares enquadradas no MCR 10-2, que atendam a uma ou mais das seguintes condições, além da apresentação de "Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)" válida: (Res 4.107; Res 4.228 art 7º).

I - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; (Res 4.107).

II - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; (Res 4.107).

III - tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou que tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira; (Res 4.107).

IV - tenham participado de cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo); (Res 4.228 art 7º).

b) finalidades: crédito de investimento para os itens de que trata o MCR 10-5-4, desde que executados pelos beneficiários de que trata esta Seção; (Res 4.107).

c) limite por beneficiário: até R\$15.000,00 (quinze mil reais), observado que só pode ser concedido 1 (um) financiamento para cada beneficiário e respeitado o disposto no MCR 10-1-22; (Res 4.107).

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano); (Res 4.107).

e) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (tres) anos de carência, a qual poderá ser elevada para até 5 (cinco) anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade. (Res 4.107).

2 - O financiamento para mais de um jovem produtor rural pode ser formalizado no mesmo instrumento de crédito, respeitado o limite de financiamento por mutuário. (Res 4.107).

Atualização MCR 564, de 2 de julho de 2013.

## **SEÇÃO XI: Crédito de Custeio para Agroindústria Familiar (Pronaf Custeio de Agroindústria Familiar)**

1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Custeio para Agroindústria Familiar (Pronaf Custeio para Agroindústria Familiar) sujeitam-se às seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.228 art 8º).

a) beneficiários: os definidos no MCR 10-6-4-"a", observado ainda o disposto no MCR 10-6-7; (Res 4.107).

b) finalidades: custeio do beneficiamento e industrialização da produção, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem, conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado e a aquisição de insumos pela cooperativa de produção de agricultores familiares para fornecimento aos cooperados; (Res 4.228 art 8º).

c) limites por beneficiário, aplicável a uma ou mais operações em cada ano agrícola, de acordo com o projeto técnico e o estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento: (Res 4.107).

I - pessoa física: até R\$10.000,00 (dez mil reais);

II - empreendimento familiar rural - pessoa jurídica: até R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais), observado o limite de que trata o inciso I por sócio relacionado na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pessoa jurídica emitida para o empreendimento;

III - associações: até R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), observado o limite individual de R\$10.000,00 (dez mil reais) por associado relacionado na DAP pessoa jurídica emitida para a associação;

IV - cooperativa singular: até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), observado o limite individual de R\$10.000,00 (dez mil reais) por associado relacionado na DAP pessoa jurídica emitida para a cooperativa;

V - cooperativa central: até R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), quando se tratar de financiamento visando ao atendimento a, no mínimo, duas cooperativas singulares a ela filiadas, observados os limites previstos no inciso anterior, relativo aos produtos entregue por essas, bem como a sua armazenagem, conservação e venda, desde que os produtos não tenham sido objeto de financiamento concedido às cooperativas singulares ao amparo desta linha;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano); (Res 4.107).

e) prazo de reembolso: até 12 (doze) meses, a ser fixado pelas instituições financeiras a partir da análise de cada caso. (Res 4.107).

2 - Admite-se a concessão de financiamento a cooperativas e associações, ao amparo de recursos controlados, para repasse mediante emissão de cédula totalizadora (cédula-mãe), com base em relação que indique os nomes dos cooperados/associados beneficiários e respectivos números de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), desde que a instituição financeira adote os seguintes procedimentos: (Res 4.107; Circ 3.620).

a) exija da cooperativa/associação cópia dos recibos emitidos pelos associados, comprovando os respectivos repasses; (Res 4.107).

b) efetue os registros no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor) de cada operação de repasse realizada com os associados citados na relação. (Res 4.107; Circ 3.620).

3 - A concessão de financiamento está condicionada à prévia comprovação da aquisição da matéria-prima diretamente dos beneficiários do Pronaf ou de suas associações ou cooperativas, respeitado o disposto na alínea "a" do item 1, por preço não inferior ao mínimo fixado para produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). (Res 4.107).



Atualização MCR 564, de 2 de julho de 2013.

## **SEÇÃO XII: Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados (Pronaf Cotas-Partes)**

1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito para Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados (Pronaf Cotas-Partes) sujeitam-se às seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.228 art 9º; Res 4.253 art 4º).

a) beneficiários: os definidos no MCR 10-2 que sejam associados a cooperativas de produção agropecuária que: (Res 4.107; Res 4.228 art 9º; Res 4.253 art 4º).

I - tenham, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus sócios ativos classificados como beneficiários do Pronaf e que, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) da produção beneficiada, processada ou comercializada sejam oriundas de associados enquadrados no Pronaf, comprovado pela apresentação de relação escrita com o número da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de cada associado; (Res 4.253 art 4º).

II - tenha patrimônio líquido mínimo de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); (Res 4.228 art 9º)

III - tenham, no mínimo, 1 (um) ano de funcionamento; (Res 4.107).

b) finalidades: (Res 4.107).

I - financiamento da integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural que atendam ao disposto na alínea "a";

II - aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro;

c) limites: (Res 4.107).

I - individual: até R\$20.000,00 (vinte mil reais) por beneficiário;

II - por cooperativa: até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), respeitado o limite individual por associado participante do projeto financiado, de que trata o inciso I desta alínea;

d) o mutuário poderá obter o segundo crédito desde que o primeiro já tenha sido liquidado; (Res 4.107).

e) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano); (Res 4.107).

f) prazo de reembolso: até 6 (seis) anos, incluída a carência, a ser fixada pela instituição financeira; (Res 4.107).

g) para obtenção do financiamento, a cooperativa deve apresentar a instituição financeira a DAP pessoa jurídica válida, conforme definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (Res 4.107).

2 - Aplicam-se ao Pronaf Cotas-Partes as disposições do MCR 5-3 que não conflitarem com o contido no item 1. (Res 4.107; Res 4.233).

3 - Os produtores rurais, associados ativos das cooperativas de que trata o item 1, não beneficiários da linha de crédito objeto desta seção, podem beneficiar-se de outras linhas de crédito rural, fora do âmbito do Pronaf, quando estas forem destinadas para integralização de cotas-partes, observadas as condições estabelecidas no MCR 5-3. (Res 4.107).

4 - Excepcionalmente, o limite definido no inciso II da alínea "c" do item 1 pode ser elevado para até R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), mediante aprovação pela instituição financeira de projeto apresentado pela cooperativa emissora das cotas-partes, abrangendo cumulativamente: (Res 4.107).

a) a definição dos objetivos do plano de capitalização e da demonstração da viabilidade econômico-financeira da cooperativa;

b) no caso de financiamento destinado a saneamento financeiro, plano de recuperação econômica da cooperativa, com demonstração de viabilidade econômico-financeira;

c) previsão do volume de recursos demandados do Pronaf Cotas-Partes e de outros programas de capitalização de cooperativas;

d) projeções econômico-financeiras contendo a destinação dos recursos integralizados com o plano de capitalização, seus efeitos nos níveis operacionais, nos resultados e nos demais benefícios resultantes para os associados;

e) as medidas destinadas a elevar o nível de capacitação técnica de dirigentes, conselheiros fiscais, gerentes e funcionários da cooperativa e a qualidade dos padrões administrativos e do sistema de controles internos;

f) termo de compromisso firmado pela cooperativa ou outra entidade aceita pela instituição financeira, atestando que as medidas integrantes do projeto serão acompanhadas em sua implementação e

relatadas semestralmente à referida instituição, como condição para a continuidade da liberação de novos créditos ou parcelas;

g) aprovação do projeto em Assembleia Geral da cooperativa convocada especialmente para este fim.

Atualização MCR 565, de 18 de julho de 2013.

### **SEÇÃO XIII: Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B")**

1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito para Grupo "B" do Pronaf (Microcrédito Produtivo Rural), sem prejuízo da observância dos demais procedimentos relativos ao Grupo "B" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) contidos nas demais Seções deste Capítulo, sujeitam-se às seguintes condições especiais: (Res 3.559; Res 3.886 art 2º; Res 3.977 art 9º; Res 4.107 art 2º; Res 4.228 art 10; Res 4.248 art 2º).

a) beneficiários: os definidos no MCR 10-2-3-"b"; (Res 4.107 art 2º).

b) finalidades: (Res 3.886 art 2º).

I - financiamentos de investimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários, observadas as propostas ou planos simples específicos, entendendo-se por prestação de serviços as atividades não agropecuárias como, por exemplo, o turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades que sejam compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida, sendo facultado ao mutuário utilizar o financiamento em todas ou em algumas das atividades listadas na proposta simplificada de crédito sem efetuar aditivo ao contrato;

II - financiamento de custeio das atividades descritas no inciso I, exceto para as atividades agrícolas;

c) limite por beneficiário: R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), independente do número de operações, podendo esse limite ser elevado para até R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) quando se aplicar a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), observado que: (Res 3.977 art 9º; Res 4.228 art 10).

I - o somatório dos financiamentos concedidos a famílias de agricultores desse grupo, com direito a bônus de adimplência, não excederá R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) ou R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) quando aplicada a metodologia do PNMPO; (Res 4.228 art 10).

II - alcançado o limite de que trata o caput desta alínea, a concessão de novos créditos ao amparo desta Seção fica condicionada à prévia liquidação de financiamento anterior, exceto no caso de operações prorrogadas por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN); (Res 4.228 art 10).

III - o crédito deve ser liberado de acordo com o cronograma de aplicação dos recursos; (Res 3.977 art 9º).

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano); (Res 3.559).

e) bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até a data de seu vencimento: (Res 4.248 art 2º).

I - de 25% (vinte e cinco por cento); e,

II - de 40% (quarenta por cento), quando o financiamento se destinar a empreendimento localizado no semiárido da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);

f) prazo de reembolso: até 2 (dois) anos para cada financiamento; (Res 3.559).

g) os agricultores que já atingiram o teto operacional com direito a bônus de adimplência, de que trata o inciso I da alínea "c", caso comprovem que continuam enquadrados no Grupo "B", mediante apresentação da "Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)" ao agente financeiro, ficam habilitados a novos créditos nesse grupo, nas mesmas condições desta Seção, exceto quanto ao bônus de adimplência, que nessa hipótese não mais será aplicado; (Res 3.559).

h) o bônus de adimplência de que trata o inciso II da alínea "e" somente poderá ser aplicado quando adotada a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e quando os créditos de investimento forem destinados a projetos que contemplem financiamentos de itens referentes às seguintes ações: (Res 4.248 art 2º).

I - sistemas produtivos com reserva de água;

II - sistemas produtivos com reserva de alimentos para os animais;

III - recuperação e fortalecimento de cultivos alimentares regionais;

IV - recuperação e fortalecimento da pecuária e pequenas criações;

V - agroindústria para diversificação e agregação de valor à produção;

(\*)

(\*)

VI - agricultura irrigada do semiárido.

2 - O financiamento pode ser concedido mediante apresentação de proposta simplificada de crédito. (Res 3.559).

3 - Nos créditos formalizados com a linha do Grupo "B" do Pronaf: (Res 3.559; Res 3.589 art 7º).

a) o mutuário deve guardar todos os comprovantes das despesas realizadas; (Res 3.559).

b) os comprovantes relativos à aquisição de máquinas, equipamentos, embarcações e veículos financiados na modalidade de crédito coletivo, de valor superior a R\$10.000,00 (dez mil reais), devem ser entregues ao financiador no prazo estabelecido no MCR 2-5-11. (Res 3.559; Res 3.589 art 7º).

4 - A linha de crédito do Grupo "B" do Pronaf será operacionalizada pelas instituições financeiras em comum acordo com a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no que diz respeito ao estabelecimento de cotas estaduais de distribuição de recursos, limites municipais de contratação, limites de taxas de inadimplência, para fins de suspensão das operações nos municípios e critérios para retomada das operações, entre outros. (Res 3.559).

5 - Na operacionalização dos financiamentos do microcrédito produtivo rural, realizados entre as instituições financeiras e os beneficiários, quando adotada a metodologia de microcrédito preconizada pelo PNMPPO, instituídos pela Lei nº 11.110, de 25/4/2005, as instituições financeiras, mantidas suas responsabilidades, podem atuar por mandato, por intermédio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e cooperativas de crédito, utilizando as fontes disponíveis e as condições financeiras estabelecidas para o microcrédito rural. (Res 3.559; Res 3.589 art 7º).

Atualização MCR 565, de 18 de julho de 2013.

#### **SEÇÃO XIV: Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia)**

1 - A Linha de Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) está sujeita às seguintes condições especiais:

a) beneficiários: os definidos no MCR 10-2, desde que apresentem projeto técnico ou proposta simplificada para:

I - sistemas agroecológicos de produção, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

II - sistemas orgânicos de produção, conforme normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

b) finalidades: financiamento dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

c) o limite por beneficiário, os encargos financeiros e o prazo de reembolso são os estabelecidos no MCR 10-5-5, observados o MCR 10-1-34.

Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012.

#### **SEÇÃO XV: Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)**

1 - As instituições financeiras devem conceder bônus de desconto aos mutuários de operações de crédito de custeio e investimento agropecuário contratadas no âmbito do Pronaf, sempre que o preço de comercialização do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente, no âmbito do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), instituído pelo Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, observadas as seguintes condições: (Res 4.107; Res 4.247 art 1º).

a) o bônus de desconto do PGPAF será concedido sobre o financiamento de custeio destinado aos seguintes produtos: (Res 4.107; Res 4.247 art 1º).

I - produtos integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que constam das tabelas do Anexo I; (Res 4.107).

II - abacaxi, banana, batata, batata-doce, cacau, cana-de-açúcar, cará, cebola, inhame, laranja, maçã, manga, maracujá, pimenta-do-reino, tangerina e tomate; (Res 4.247 art 1º).

III - carne de caprino e de ovino; (Res 4.107).

b) o bônus de desconto do PGPAF para: (Res 4.247 art 1º).

I - o feijão dos Estados do Nordeste (exceto Bahia) e do Estado do Pará corresponde à diferença entre os preços de garantia e de mercado adotados para o feijão macaçar em cada Unidade da Federação (UF);

II - o café dos Estados de Rondônia (RO) e Espírito Santo (ES) corresponde à diferença entre os preços de garantia e de mercado adotados para o café conillon ou robusta;

III - o café dos Estados não tratados no inciso II corresponde à diferença entre os preços de garantia e de mercado do café arábica em cada UF;

IV - o cará será o mesmo estabelecido para o inhame em cada UF;

V - os caprinos e ovinos (carcaça) corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado, por quilograma de carcaça caprina e ovina, sem distinção, praticado nos Estados da Bahia (BA) e Rio Grande do Norte (RN) e terá validade para todos os Estados da Região Nordeste e Municípios da região norte de Minas Gerais que fazem parte da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);

VI - a carnaúba, o pó cerífero de carnaúba e a cera de carnaúba correspondem à diferença entre os preços de garantia e de mercado adotados para o pó cerífero de carnaúba em cada UF;

VII - a juta e a malva correspondem à diferença entre os preços de garantia e de mercado adotados para a juta e a malva embonecada em cada UF, respectivamente;

VIII - a uva corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado para a uva tipo indústria em cada UF;

IX - a banana corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado para a banana nanica para os Estados de SC, MS e MT e banana prata para as demais UF;

X - a maçã corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado para os tipos gala e fuji para consumo in natura em cada UF;

XI - o abacaxi corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado para o abacaxi pérola em cada UF;

XII - a manga corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio para a manga Tommy Atkins em cada UF;

XIII - os produtos pertencentes à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), amparados pelo PGPAF, e que não têm padronização especificada nos incisos anteriores terão o bônus de desconto correspondente à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado, conforme o tipo, ou o padrão, especificado na determinação do preço mínimo desses produtos na PGPM, para cada UF;

c) quando se tratar de lavouras consorciadas, ou quando o financiamento de custeio se destinar a mais de uma lavoura isolada: (Res 4.107).

I - envolvendo somente culturas abrangidas pelo PGPAF, o bônus de desconto de garantia de preços sobre o valor financiado deve ser calculado com base na cultura principal financiada;

II - envolvendo culturas em que uma delas não seja abrangida pelo PGPAF, o bônus de desconto de garantia de preços somente será concedido se a cultura principal do consórcio estiver incluída na pauta do PGPAF;

d) o preço de garantia dos produtos abrangidos pelo PGPAF será calculado por região sob as seguintes condições: (Res 4.107; Res 4.247 art 1º).

I - será formado pelo custo variável de produção médio regional, acrescido ou reduzido de até 10% (dez por cento) desse custo, como forma de estimular ou desestimular a produção de determinado produto em virtude dos estoques reguladores e das condições socioeconômicas dos agricultores familiares; (Res 4.107).

II - para os produtos integrantes da PGPM cujo custo variável de produção médio regional para a agricultura familiar, considerando inclusive o acréscimo de que trata o inciso I, seja inferior ao preço mínimo vigente para o respectivo produto e região, será adotado como preço de garantia o respectivo preço mínimo; (Res 4.107).

III - para os produtos integrantes da PGPM em que ainda não tenha sido realizado o levantamento do custo de produção variável específico para a agricultura familiar em razão de dificuldades operacionais da Conab, será adotado o preço mínimo vigente estabelecido pela PGPM; (Res 4.107)

IV - para leite, na Região Nordeste, tomate e carne de caprino e ovino para as respectivas regiões de abrangência, os preços de garantia terão acréscimo superior a 10% do custo de produção como forma de estímulo à produção ao amparo do disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 5.996, de 20/12/2006; (Res 4.247 art 1º).

e) com relação à metodologia vinculada ao PGPAF e à divulgação de preços e percentuais do bônus de desconto: (Res 4.107).

I - o custo de produção de cada produto amparado pelo programa será levantado com base nos custos médios regionais, considerando a utilização de tecnologias comuns empregadas pelos

agricultores familiares, conforme metodologia definida pelo Comitê Gestor do PGPAF, ressalvado o disposto no inciso III da alínea "d" deste item;

II - para os produtos abrangidos pelo PGPAF que também sejam integrantes da PGPM, o levantamento do preço de mercado obedecerá ao tipo e padrão de qualidade estabelecido para a PGPM, observado, no que couber, o disposto na alínea "b" deste item;

III - o levantamento dos preços de mercado dos produtos abrangidos pelo PGPAF será realizado mensalmente em cada UF onde exista número significativo de contratos do Pronaf para o produto em referência, estabelecendo-se que o preço de mercado estadual será definido pela média dos preços recebidos pelos agricultores no estado, ponderado de acordo com a participação das principais praças de comercialização do produto;

IV - cabe à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no âmbito de sua competência, efetuar os levantamentos previstos nos incisos I e II e informar à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), até o terceiro dia útil de cada mês, os preços mensais de mercado do mês anterior para cada um dos produtos do PGPAF, bem como os percentuais do bônus de desconto a serem concedidos por produto e por UF para o referido mês;

V - a SAF informará os percentuais do bônus de desconto por produto e por UF às instituições financeiras e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF), até o quarto dia útil de cada mês, e publicará portaria mensal no Diário Oficial da União;

VI - o percentual do bônus de desconto de garantia de preços nos financiamentos será divulgado a partir do 4º dia útil de cada mês, com base nos preços de mercado praticados no mês anterior, apurados conforme inciso II desta alínea e somente após o início do período de colheita de cada produto em cada UF, com validade para os pagamentos efetuados entre o dia 10 (dez) de cada mês e o dia 9 (nove) do mês subsequente;

f) fica mantida a exigência da observância do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para a concessão dos financiamentos de custeio do Pronaf abrangidos por esta seção, ressalvados os casos de contratos cuja atividade não esteja contida no referido zoneamento. (Res 4.107).

2 - As instituições financeiras devem conceder o bônus de desconto sobre as prestações de operações de crédito de investimento agropecuário contratadas no âmbito do Pronaf, observadas as seguintes condições: (Res 4.107).

a) em cada operação de investimento deve ser definido o principal produto gerador da renda prevista no respectivo projeto para o pagamento do referido crédito, sendo que esse produto:

I - deve ser amparado pelo PGPAF na modalidade custeio;

II - deve ser responsável pela geração de pelo menos 35% (trinta e cinco por cento) da renda obtida com o empreendimento financiado;

III - pode ser coletado no plano, proposta ou projeto para concessão de crédito rural, ou informado pelo agricultor ou técnico que elaborou o plano, proposta ou projeto para concessão de crédito rural, antes da formalização da operação de crédito;

b) o bônus de desconto será concedido sobre o valor da(s) prestação (ões) com vencimento no respectivo ano e o seu percentual deverá ser igual ao concedido para operações de custeio do produto vinculado à operação de investimento, conforme a alínea "a", vigente no mês de pagamento da referida parcela, observado o limite anual do bônus de desconto estabelecido no item 8;

c) para as operações de investimento cujo principal produto gerador de renda não atenda às condições estabelecidas na alínea "a" deste item e para todas as operações de investimento contratadas até 30/11/2011, o bônus de desconto será definido pela diferença entre o preço de garantia, definido nas tabelas 1, 2, 3 e 4 do Anexo I, e o preço médio de mercado, conforme o período de vencimento, apurado com base no inciso III da alínea "e" do item 1, ambos referentes aos produtos feijão, leite, mandioca e milho, em cada UF ou região, observado o disposto no item 9 e as seguintes condições adicionais:

I - observância da seguinte fórmula:

$$B^i = \left\{ 0,25 \left[ \frac{P_{gar}^i \text{ Milho} - P_m^i \text{ Milho}}{P_{gar}^i \text{ Milho}} \right] \right\} + \left\{ 0,25 \left[ \frac{P_{gar}^i \text{ Leite} - P_m^i \text{ Leite}}{P_{gar}^i \text{ Leite}} \right] \right\} +$$

$$+ \left\{ 0,25 \left[ \frac{P_{gar}^i \text{ Feijão} - P_m^i \text{ Feijão}}{P_{gar}^i \text{ Feijão}} \right] \right\} + \left\{ 0,25 \left[ \frac{P_{gar}^i \text{ Mandioca} - P_m^i \text{ Mandioca}}{P_{gar}^i \text{ Mandioca}} \right] \right\}$$

em que:

$B^i$  é o Bônus de desconto na Unidade da Federação "i";

$P_{gar}^i$  é o Preço de Garantia do milho, leite, feijão ou mandioca vigente para a Unidade da Federação "i";

$P_m^i$  é o Preço de Mercado do milho, leite, feijão ou mandioca apurado na Unidade da Federação "i";

II - o bônus de desconto para as prestações de operações de investimento será concedido sempre que houver bônus para um ou mais produtos listados e terá validade estadual;

III - na apuração do percentual do bônus de desconto, somente devem integrar a fórmula constante do inciso I os produtos cujos preços de mercado estiverem abaixo dos preços garantidores.

3 - O bônus de desconto de garantia de preço para cada produto, representativo da diferença entre os preços de garantia vigentes e os preços de mercado apurados conforme o inciso III da alínea "e" do item 1, será expresso em percentual e aplicado sobre o saldo devedor amortizado ou liquidado até o vencimento original do financiamento relativo a cada um dos empreendimentos amparados, observando-se que: (Res 4.107; Res 4.136 art 5º).

a) no caso de empreendimento com cobertura parcial ou total a expensas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), do Proagro Mais ou, ainda, nos casos de amortizações de parcelas de operações com bônus de adimplência, o bônus de desconto do PGPAF incidirá sobre o saldo devedor após deduzido o valor da respectiva indenização e bônus de adimplência; (Res 4.136 art 5º).

b) o mutuário que liquidar ou amortizar o saldo devedor do financiamento com o benefício do bônus de desconto do PGPAF está aceitando a condição de que não poderá mais contar com cobertura do Proagro ou "Proagro Mais" para o mesmo empreendimento/safra; (Res 4.107)

c) no caso de operações prorrogadas, o bônus de desconto do PGPAF será concedido sobre o saldo devedor com base nos percentuais estabelecidos para a nova data de vencimento da parcela ou contrato prorrogado, incluindo, nesses casos, as prorrogações realizadas com base no MCR 16-1-17, desde que não se trate de contrato objeto de recurso à Comissão Especial de Recursos (CER) do Proagro ou "Proagro Mais", o qual não terá direito ao bônus de desconto de garantia de preço estabelecido nesta Seção. (Res 4.107).

4 - A STN reembolsará os custos dos bônus de descontos de garantia de preços relativos às operações do Pronaf formalizadas com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional (TN), do Orçamento Geral da União (OGU) ou das exigibilidades de aplicação em crédito rural, devendo cada instituição financeira: (Res 4.107).

a) formalizar contrato ou convênio com a União; e,

b) apresentar, por meio eletrônico, a relação nominal de todos os beneficiários (nome e CPF) do PGPAF, incluindo o número da "Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)", para as DAPs emitidas eletronicamente a partir de 2/1/2009; o produto; o valor financiado; o município e a Unidade da Federação onde foi concedido o empréstimo; e o valor referente aos bônus de desconto concedido por operação para cada mutuário, para fins de ressarcimento dos valores correspondentes aos bônus de desconto concedidos de que trata este item.

5 - O pagamento da subvenção econômica relativa aos bônus de descontos de garantia de preços deve observar que: (Res 4.253 art 5º).

a) a STN solicitará à SAF confirmação da DAP de cada beneficiário, e serão consideradas válidas as DAPs ativas no sistema eletrônico da SAF na data de concessão do bônus de desconto pela instituição financeira;

b) admite-se o ressarcimento, pelo TN, do valor correspondente ao bônus de desconto do PGPAF pago pelas instituições financeiras aos beneficiários do programa, desde que, por ocasião da concessão do financiamento, tenha sido apresentada DAP com prazo válido, e respeitadas as seguintes condições:

I - o bônus tenha sido concedido até 26/1/2011; e,

II - o bônus tenha sido concedido de 27/1/2011 até 30/6/2011, para mutuários com DAP válida na data da concessão do bônus, mesmo que não esteja registrada no sistema eletrônico da SAF ("DAP papel");

c) no caso da alínea "b", ficam as instituições financeiras responsáveis pela comprovação da vigência da DAP, quando solicitada.

6 - As despesas decorrentes dos bônus de descontos de garantia de preços concedidos nas operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) serão suportadas pelos próprios Fundos, devendo a instituição financeira repassar ao Ministério da Integração Nacional as mesmas informações citadas na alínea "b" do item 4, referentes às operações com recursos dos respectivos Fundos. (Res 4.107).

7 - Nas operações formalizadas com mutuários enquadrados nos Grupos "A", "A/C", "B" e "C", quando beneficiadas com bônus de adimplência ou rebate regulamentar, as instituições financeiras devem conceder primeiramente o bônus de adimplência ou rebate pactuado na forma regulamentar e, sobre o saldo residual, devem conceder o bônus de desconto de garantia de preço do PGPAF. (Res 4.107).

8 - O valor referente ao bônus de desconto de garantia de preços do PGPAF, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a partir de 1º/1/2012, fica limitado a: (Res 4.107)

a) R\$5.000,00 (cinco mil reais), por mutuário, por ano civil (ano calendário), aplicado à soma do valor referente ao bônus de desconto para as operações de custeio;

b) R\$2.000,00 (dois mil reais), por mutuário, por ano civil (ano calendário), aplicado à soma do valor referente ao bônus de desconto para as operações de investimento.

9 - O bônus de desconto do PGPAF não será concedido quando se tratar de operações: (Res 4.107).

a) inadimplidas, observado que o mutuário poderá ter direito aos bônus de desconto referentes às prestações futuras se regularizar seus débitos;

b) contratadas ao amparo da linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria), de que trata o MCR 10-6, e de Crédito de Custeio para Agroindústria Familiar (Pronaf Custeio de Agroindústria Familiar), de que trata o MCR 10-11;

c) contratadas ao amparo da linha de Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta), de que trata o MCR 10-7;

d) contratadas ao amparo da linha de Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados (Pronaf Cotas-Partes), de que trata o MCR 10-12;

e) de investimento quando destinadas ao financiamento de atividades rurais não agropecuárias; e

f) contratadas por pessoas jurídicas.

10 - As instituições financeiras devem incluir em seus planos de auditoria interna a verificação de conformidade dos pagamentos dos bônus de desconto aos agricultores e do respectivo reembolso efetuado pela STN. (Res 4.107).

11 - No caso de pagamento antecipado de prestação de operações de crédito rural do Pronaf, admite-se a concessão de bônus de desconto, desde que a antecipação ocorra após o início do período de colheita do produto financiado e não seja superior: (Res 4.107).

a) a 90 (noventa) dias da data prevista contratualmente para o vencimento, nas operações de custeio; e,

b) a 30 (trinta) dias da data prevista contratualmente para o vencimento da parcela, nas operações de investimento.

12 - As tabelas 1, 2, 3 e 4 do Anexo I contêm os preços de garantia dos produtos amparados pelo PGPAF para o cálculo dos bônus de desconto e seus respectivos prazos de validade, de acordo com a safra, região, época de colheita e de comercialização. (Res 4.107).

13 - Para as operações de custeio contratadas até 1º/7/2006, com vencimento a partir de 10/7/2010, os bônus de desconto, em conformidade com a época de colheita e comercialização da produção, devem ser obtidos utilizando a cesta de produtos na forma descrita na alínea "c" do item 2, para os produtos abrangidos pelo PGPAF. (Res 4.107).

14 - A instituição financeira somente pode conceder bônus de desconto por conta do PGPAF para os mutuários que na data de pagamento da prestação possuam DAP válida, cadastrada eletronicamente no sistema de registro da SAF, desde que o pagamento seja efetuado até a data de seu vencimento. (Res 4.107).

Produtos	Unidade	Regiões e Estados	Preço Garantidor (R\$)
Abacaxi	t	Brasil	320,00
Algodão em caroço	15 kg	Sul, Sudeste, Centro-oeste e BA	17,70
Amendoim	Sc (25kg)	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.	18,50
Arroz em casca natural	Sc (50 kg)	Sul (exceto PR)	25,80
	Sc (60 kg)	Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	34,90
		Norte e MT	28,23
Banana	Cx (20 kg)	Brasil (exceto SC e MT)	8,50
		SC e MT	5,49
Batata	Sc (50 kg)	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-oeste.	28,91
Batata-doce	Cx (22 kg)	Brasil	6,43
Borracha Natural Cultivada	kg	Brasil	1,73
Cana-de-açúcar	t	Nordeste	58,51
Carne de Caprino/Ovino	kg	Nordeste	8,02
Cará/Inhame	kg	Brasil	1,00
Cebola	kg	Brasil	0,57
Feijão	Sc (60kg)	Sul, Sudeste, Centro-oeste, Norte (exceto PA) e BA	86,18
		Nordeste (exceto BA) e PA	97,24
Juta/Malva	Embonecada (kg)	Brasil	1,86
Laranja	Cx (40,8 kg)	Brasil	8,34
Maçã	Cx (18 kg)	Sul	8,00
Manga	kg	Centro-oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e PR	0,97
Maracujá	kg	Brasil	1,27
Milho	Sc (60kg)	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT), TO	21,74
		MT e RO	13,02
Pimenta do Reino	kg	Brasil	2,75
Raiz de Mandioca	t	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	139,57
		Norte e Nordeste	161,41
Soja	Sc (60kg)	Brasil (exceto MT, RO, AM, PA e AC)	27,31
		MT, RO, AM, PA e AC	22,87
Sorgo	Sc (60kg)	Centro-oeste (exceto MT e MS) e Sudeste	13,98
		Sul e MS	14,80



		MT e RO	11,16
Tangerina	Cx (24 kg)	Brasil	9,03
Tomate	kg	Brasil	0,73
Uva	kg	Sul, Sudeste e Nordeste.	0,57

Figura 6 – Tabela de preços garantidores vigentes para as operações de custeio e de investimento com vencimento de 10/1/2013 até 9/1/2014. (Res 4.247). Fonte: Banco Central/2012

Produtos	Regiões e Estados	Unidade	Preço PGPAF (R\$)
Açaí (fruto)	Norte, Nordeste e MT	kg	1,07
Algodão em caroço	Norte e Nordeste (exceto BA)	sc (15 kg)	15,60
Alho comum	Sul	kg	3,10
	Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.		2,98
Babaçú (amêndoa)	Norte, Nordeste e MT	kg	2,49
Barú (fruto)	Brasil	kg	0,25
Borracha Natural Extrativa - Cernambi	Bioma Amazônia	kg	4,50
Cacau (amêndoa)	Norte	kg	5,46
	BA e ES		5,00
Castanha do Brasil com casca	Norte	kg	1,18
Castanha de Caju	Norte e Nordeste	kg	1,71
Café Arábica	Brasil (exceto ES e RO)	sc (60kg)	307,00
Café Conillon	ES, RO	sc (60kg)	156,57
Girassol	Centro-Oeste, Sudeste, Sul	sc (60kg)	33,52
Leite	Sul e Sudeste	litro	0,67
	Centro-Oeste (exceto MT)		0,65
	Norte e MT		0,60
	Nordeste		1,00
Mamona em baga	Brasil	sc (60kg)	55,80
Mangaba (fruto)	Nordeste	kg	1,51
Milho	Norte (exceto RO)	sc (60kg)	21,60
	Nordeste		24,99
Pequi (fruto)	Norte e Nordeste	kg	0,43
	Sudeste e Centro-Oeste		0,48
Piaçava (fibra)	Bahia	kg	1,70
	Amazonas		1,45
Pó Cerífero de Carnaúba - tipo B	Nordeste	kg	4,97
Sisal	BA, PB e RN	kg	1,41
Sorgo	Norte (exceto RO)	sc (60kg)	19,77
	Nordeste		22,50
Trigo	Sul	sc (60kg)	31,86
	Centro-Oeste, Sudeste e BA		35,05
Triticale	Centro-oeste, Sudeste e Sul	sc (60kg)	18,12
Umbu (fruto)	Brasil	kg	0,52

Figura 7- Tabela preços garantidores que incidirão sobre as operações de custeio e de investimento com vencimento de 10/7/2013 até 9/7/2014. (Res 4.247; Res 4.266). Fonte: Banco Central/2012

Produtos	Unidade	Regiões e Estados	Preço Garantidor (R\$)
Abacaxi	t	Brasil	350,00
Algodão em caroço	15 kg	Sul, Sudeste, Centro-oeste e BA	17,70
Amendoim	sc (25kg)	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	18,50
Arroz em casca natural	sc (50 kg)	Sul (exceto PR)	25,80
	sc (60 kg)	Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	34,90
		Norte e MT	31,86
Banana	cx (20 kg)	Brasil (exceto SC e MT)	8,50
		SC e MT	5,49
Batata	sc (50 kg)	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-oeste	36,04
Batata-doce	cx (22 kg)	Brasil	6,77
Borracha Natural Cultivada	kg	Brasil	2,00
Cacau (amêndoa)	kg	Norte	5,46
		BA e ES	5,00
Cana-de-açúcar	t	Nordeste e Sudeste	58,51
Carne de Caprino/Ovino	kg	Nordeste	9,94
Cará/Inhame	kg	Brasil	1,12
Cebola	kg	Brasil	0,62
Feijão	sc (60 kg)	Sul, Sudeste, Centro-oeste, Norte (exceto PA) e BA	95,38
		Nordeste (exceto BA) e PA	105,00
Feijão Caupi	sc (60 kg)	MT	60,00
		Nordeste e Norte	105,00
Juta/Malva	embonecada (kg)	Brasil	1,96
Laranja	cx (40,8 kg)	Brasil	9,13
Maçã	cx (18 kg)	Sul	8,61
Manga	kg	Centro-oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e PR	0,92
Maracujá	kg	Brasil	1,29
Milho	sc (60 kg)	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	17,67
		MT e RO	13,56
Pimenta do Reino	kg	Brasil	2,75
Raiz de Mandioca	t	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	170,00
		Norte e Nordeste	188,00
Soja	sc (60 kg)	Brasil	27,31
Sorgo	sc (60 kg)	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	15,33
		MT e RO	11,16
Tangerina	cx (24 kg)	Brasil	9,54
Tomate	kg	Brasil	0,84
Uva	kg	Sul, Sudeste e Nordeste	0,57

Figura 8 – Tabela de preços garantidores que incidirão sobre as operações de custeio e de investimento com vencimento de 10/1/2014 até 9/1/2015. (Res 4.247). Fonte: Banco Central/2012

Atualização MCR 568, de 1º de outubro de 2013.

#### **SEÇÃO XVI: Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Eco)**

1 - A Linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Eco) está sujeita às seguintes condições especiais:

a) beneficiários: os definidos no MCR 10-2 que apresentem projeto técnico ou proposta para investimentos em uma ou mais das finalidades descritas na alínea "b";

b) finalidades: implantar, utilizar e/ou recuperar:

I - tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, mini usinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas;

II - tecnologias ambientais, como estação de tratamentos de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem;

III - armazenamento hídrico, como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição, instalação, ligação e utilização de água;

IV - pequenos aproveitamentos hidro energéticos;

V - silvicultura, entendendo-se por silvicultura o ato de implantar ou manter povoamentos florestais geradores de diferentes produtos, madeireiros e não madeireiros;

VI - adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva;

c) limites e encargos financeiros: os estabelecidos no item 10-5-5, observado o disposto no MCR 10-1-34;

d) prazo de reembolso: conforme a finalidade prevista na alínea "b":

I - para projetos de miniusinas de biocombustíveis previstos no inciso I: até 12 (doze) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, que poderá ser ampliada para até 5 (cinco) anos quando a atividade assistida requerer e o projeto técnico comprovar essa necessidade;

II - para as demais finalidades previstas no inciso I e as constantes dos incisos II a IV: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, que poderá ser ampliada para até 5 (cinco) anos quando a atividade assistida requerer esse prazo, conforme cronograma estabelecido no respectivo projeto técnico;

III - para a finalidade prevista no inciso V: até 12 (doze) anos, incluídos até 8 (oito) anos de carência, podendo o prazo da operação ser elevado, no caso de financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), para até 16 (dezesesseis) anos, quando a atividade assistida requerer e o projeto técnico ou a proposta comprovar a sua necessidade, de acordo com o retorno financeiro da atividade assistida;

IV - para a finalidade prevista no inciso VI: até 5 (cinco) anos, incluídos até 2 (dois) de carência;

e) a mesma unidade familiar de produção pode contratar até 2 (dois) financiamentos, condicionada a concessão do segundo ao prévio pagamento de pelo menos 3 (três) parcelas do primeiro financiamento e à apresentação de laudo da assistência técnica que ateste a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento.

2 - Quando destinados a projetos de investimento para as culturas do dendê ou da seringueira, os créditos da Linha Pronaf Eco sujeitam-se às seguintes condições especiais:

a) beneficiários: os definidos no MCR 10-2, observado o disposto na alínea "c" do item 3;

b) finalidade: investimento para implantação das culturas do dendê ou da seringueira, com custeio associado para a manutenção da cultura até o quarto ano;

c) limite de crédito por beneficiário: R\$80.000,00 (oitenta mil reais) em uma ou mais operações, descontando-se do limite os valores contratados de operações "em ser" ao amparo do Crédito de Investimento (Pronaf Mais Alimentos), de que trata o MCR 10-5, respeitado o limite de;

I - R\$8.000,00 (oito mil reais) por hectare para a cultura do dendê;

II - R\$15.000,00 (quinze mil reais) por hectare para a cultura da seringueira;

d) prazo de reembolso, de acordo com o projeto técnico:

I - para a cultura do dendê: até 14 (quatorze) anos, incluídos até 6 (seis) anos de carência;

II - para a cultura da seringueira: até 20 (vinte) anos, incluídos até 8 (oito) anos de carência.

3 - Os financiamentos de que trata o item 2 ficam condicionados:

a) à observância do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para as culturas do dendê e da seringueira, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

b) à apresentação, pelo mutuário, de contrato ou instrumento similar de fornecimento da produção proveniente das culturas do dendê e da seringueira para indústria de processamento ou beneficiamento do produto, no qual fiquem expressos os compromissos desta com a compra da produção, com o fornecimento de mudas de qualidade e com a prestação de assistência técnica;

c) à situação de normalidade e correta aplicação de recursos, no caso de mutuários com outras operações "em ser" ao amparo do Pronaf, e, ainda, ao pagamento de pelo menos 1 (uma) parcela de

amortização do contrato original ou do financiamento renegociado, no caso de operações "em ser" de investimento.

4 - Os financiamentos de que trata o item 2 deverão prever liberação de parcelas durante os 4 (quatro) primeiros anos do projeto, devendo os recursos destinados à mão de obra e à assistência técnica observar as seguintes condições, independente dos recursos destinados a outros itens de custeio:

a) mão de obra:

I - no 1º (primeiro) ano, liberação conforme orçamento e cronograma previstos no projeto;

II - do 2º (segundo) ao 4º (quarto) ano, até R\$ 600,00 (seiscentos reais) por hectare/ano, com liberação em parcelas trimestrais, condicionadas à correta execução das atividades previstas para o período no projeto de financiamento;

b) assistência técnica:

I - até R\$50,00 (cinquenta reais) por hectare/ano, durante os quatro primeiros anos de implantação do projeto, não se aplicando, nessas operações, os limites definidos no MCR 2-4-13-"b";

II - pagamento dos serviços de assistência técnica mediante apresentação de laudo semestral de acompanhamento do empreendimento, podendo o pagamento ser feito diretamente ao prestador dos serviços, mediante autorização do mutuário.

Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012.

## **SEÇÃO XVII: Créditos para os Beneficiários do PNCF e do PNRA**

1 - Os créditos tratados nesta seção são destinados exclusivamente às famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) enquadradas nos Grupos "A" e "A/C" do Pronaf.

2 - Os créditos do Grupo "A" são de investimento e devem ser concedidos mediante apresentação de projeto técnico, admitindo-se, a critério da instituição financeira, a substituição do projeto por proposta simplificada, desde que as inversões programadas envolvam técnicas simples e bem assimiladas pelos agricultores da região ou se trate de crédito destinado à ampliação dos investimentos já financiados.

3 - Os créditos de investimento formalizados com beneficiários enquadrados no Grupo "A" sujeitam-se às seguintes condições:

a) limites:

I - para assentado no âmbito do PNRA, no mínimo 3 (tres) operações, de acordo com o projeto técnico, de valor máximo de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) por operação, não podendo o valor do conjunto das operações ultrapassar R\$20.000,00 (vinte mil reais) por beneficiário, ressalvado o disposto no item 4 e observado que o assentamento disponha de casas construídas, de água para consumo humano e vias de acesso que permitam o transporte regular; que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tenha concedido os créditos de apoio inicial e o primeiro fomento aos agricultores assentados e tenha sido comprovada a correta aplicação desses; e que somente poderão ser formalizadas a segunda e a terceira operações mediante comprovação da capacidade de pagamento e da situação de normalidade e correta aplicação da operação anterior;

II - excepcionalmente, o limite de que trata o inciso anterior poderá ser concedido em operação única, desde que respaldado pelo respectivo Grupo Executivo Estadual de Políticas de Reforma Agrária (Gera) ou outra instância que o substitua, com base em justificativa técnica que demonstre a necessidade e viabilidade da operação;

III - para beneficiário do PNCF, até R\$20.000,00 (vinte mil reais) por beneficiário, podendo ser concedido em uma ou mais operações, de acordo com o projeto técnico, mediante comprovação da capacidade de pagamento e, em caso de mais de uma operação, da situação de normalidade e correta aplicação da operação anterior;

b) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 0,5 % a.a. (cinco décimos por cento ao ano);

c) benefício: bônus de adimplência de 40% (quarenta por cento) sobre cada parcela do principal paga até a data de seu respectivo vencimento;

d) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, a qual poderá ser estendida para até 5 (cinco) anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade;

e) o somatório dos créditos fica limitado ao limite máximo vigente à época da primeira operação.

4 - O crédito de que trata o item 3 poderá ser elevado para até R\$21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), por beneficiário, quando o projeto contemplar a remuneração da assistência técnica, hipótese em que:

a) o bônus de adimplência de que trata a alínea "c" fica elevado para 44,186% (quarenta e quatro inteiros e cento e oitenta e seis milésimos por cento);

b) o cronograma de desembolso da operação deve:

I - destacar 6,977% (seis inteiros e novecentos e setenta e sete milésimos por cento) do total do financiamento para pagamento da prestação desses serviços durante, pelo menos, os 4 (quatro) primeiros anos de implantação do projeto;

II - prever as liberações em datas e valores coincidentes com as de pagamento dos serviços de assistência técnica.

5 - Pode ser concedido financiamento para projetos de estruturação complementar ao amparo da linha de crédito de investimento do Grupo "A", sob as seguintes condições:

a) beneficiários: agricultores adimplentes, participantes do Programa de Recuperação do Programa de Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário ou do Programa de Recuperação de Assentamentos (PRA) do Incra, que não tomaram financiamento de investimento ao amparo do Pronaf ou com recursos controlados de outros programas de crédito rural, à exceção dos Grupos "A" e "A/C":

I - adquiriram terras por meio do PNCF do Governo Federal até 1/8/2002, inclusive os beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, Cédula da Terra e Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, e Banco da Terra; ou

II - tenham sido assentados em projetos de reforma agrária até 1/8/2002, incluindo os agricultores egressos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Propera);

b) finalidades: investimentos em projetos de implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas produtivas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários, de acordo com a realidade do assentamento e do que determina o PRA;

c) limite: até R\$6.000,00 (seis mil reais), por beneficiário, em uma única operação;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano);

e) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, conforme a atividade e o projeto técnico;

f) assistência técnica: obrigatória, inclusive com a atribuição de atestar a situação de regularidade do empreendimento financiado e de comprovar a capacidade de pagamento do mutuário e a necessidade do novo financiamento.

6 - É permitida a concessão de financiamento do Grupo "A" a novo agricultor que manifeste interesse em explorar a parcela ou lote de agricultor assentado que abandonou ou evadiu-se de projeto de reforma agrária ou do PNCF ou Banco da Terra, observado que:

a) o Incra ou UTE/UTR deve emitir e fornecer à instituição financeira documento que habilita o novo assentado ao crédito, contendo a identificação do proponente do crédito e o valor da avaliação dos bens e das benfeitorias que restaram na parcela ou lote abandonado;

b) o documento não pode ser emitido a parente em primeiro grau do antecessor e a assentado que, na condição de proprietário da terra, tenha sido beneficiado anteriormente com crédito de investimento do Pronaf;

c) o valor do financiamento ao novo assentado será obtido com a dedução do valor da avaliação fornecido pelo Incra ou UTE/UTR do Crédito Fundiário do valor do crédito, respeitado o teto do Grupo "A".

7 - Aos beneficiários enquadrados no Grupo "A/C" é autorizada a concessão de até 3 (três) créditos de custeio, sujeitos às seguintes condições especiais:

a) limite de financiamento de até R\$5.000,00 (cinco mil reais);

b) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1,5% a.a. (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano);

c) prazo de reembolso:

I - custeio agrícola: até 2 (dois) anos, observado o ciclo de cada empreendimento;

II - custeio pecuário: até 1 (um) ano;

III - custeio para agroindústria: até 1 (um) ano.

8 - No terceiro financiamento aos beneficiários enquadrados no Grupo "A/C" a instituição financeira poderá solicitar a apresentação da garantia de compra da produção pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

9 - São de responsabilidade do beneficiário que se evadiu ou abandonou a parcela ou lote as dívidas de operações de crédito realizadas no âmbito do Grupo "A" ou "A/C" do Pronaf.

10 - Também podem acessar a linha de crédito de que trata o item 3 os agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento, desde que observado o disposto na Lei nº 4.504, de 30/11/1964, especialmente em seus arts. 60 e 61, bem como no art. 5º, caput e incisos II, III e IV, do Decreto nº 3.991, de 30/10/2001, e se enquadrem nos critérios definidos no MCR 10-2-1 que não conflitem com as seguintes condições específicas:

- a) não detenham, sob qualquer forma de domínio, área de terra superior a um módulo fiscal, inclusive a que detiver o cônjuge e/ou companheiro (a);
- b) tenham recebido, nos 12 (doze) meses que antecederem à solicitação de financiamento, renda bruta anual familiar de, no máximo, R\$14.000,00 (quatorze mil reais);
- c) tenham sido reassentados em função da construção de barragens cujo empreendimento tenha recebido licença de instalação emitida pelo órgão ambiental responsável antes de 31/12/2002;
- d) a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) seja emitida com a observância da regulamentação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Incra e confirme a situação de agricultor familiar reassentado em função da construção de barragens e a observância das condições referidas nesta alínea.

Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012.

#### **SEÇÃO XVIII: Normas Transitórias**

1 - Aos beneficiários de crédito de custeio enquadrados no Grupo "C", cuja Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) tenha sido emitida antes de 1/4/2008 e que ainda não contrataram as 6 (seis) operações com bônus de adimplência neste Grupo, contadas até 30/6/2008, é facultada a concessão de novo(s) financiamento(s) nessa modalidade com direito a bônus de adimplência, até a safra 2012/2013, observadas as seguintes condições: (Res 4.107).

- a) cessa a prerrogativa ao atingir-se o limite de 6 (seis) operações, computadas aquelas contratadas até 30/6/2008;
- b) os financiamentos terão como regras específicas:
  - I - taxa efetiva de juros: 3% a.a. (três por cento ao ano);
  - II - limite por mutuário: mínimo de R\$500,00 (quinhentos reais) e máximo de R\$5.000,00 (cinco mil reais);
  - III - bônus de adimplência, no valor de R\$200,00 (duzentos reais) por mutuário, em cada operação, distribuído de forma proporcional sobre cada parcela do financiamento, sendo o bônus aplicável a apenas um crédito de custeio por ano-safra;
- c) faculta-se o reenquadramento como agricultor familiar do Pronaf, definido no MCR 10-2-1-"a", sem direito a novas operações com bônus de adimplência.

2 - As operações de investimento do Grupo "C" do Pronaf contratadas de forma grupal ou coletiva, quando individualizadas, deverão manter, em cada um dos contratos individualizados, o bônus de adimplência por mutuário previsto no contrato original, que deverá atender as seguintes condições: (Res 4.107).

- a) será distribuído de forma proporcional sobre cada parcela vincenda do financiamento, desde que atendidas as demais condições estabelecidas;
- b) será estendido às operações individualizadas antes de 28/8/2009, desde que atendidas às demais condições contratuais;
- c) ficará limitado ao valor do bônus contratual por beneficiário da operação original e não poderá ultrapassar o valor do saldo devedor "em ser" de cada mutuário.

3 - As operações de investimento do Grupo "C" do Pronaf contratadas até 30/6/2004, sem previsão do bônus de adimplência de R\$700,00 (setecentos reais) por mutuário, poderão ser beneficiadas com o referido bônus, limitado ao valor do saldo devedor "em ser" de cada mutuário e distribuído de forma

proporcional sobre cada parcela vincenda do financiamento, desde que paga até a data de seu respectivo vencimento. (Res 4.107).

4 - As instituições financeiras ficam autorizadas a estabelecer, para os créditos concedidos ao amparo dos arts. 4º da Resolução nº 3.724, de 15/5/2009, e 6º da Resolução nº 3.732, de 17/6/2009, novo prazo para amortização e parcelamento do pagamento, mantidas as condições de normalidade para todos os efeitos e dispensado o exame caso a caso, bem como a formalização de aditivo ao instrumento de crédito, da seguinte forma: (Res 4.107).

- a) postergar o prazo de vencimento das operações, vencidas e não pagas e vincendas entre 1º/1/2011 e 29/11/2011, para 30/11/2011;
- b) permitir a reprogramação do saldo devedor em até 4 (quatro) parcelas, vencendo a primeira parcela na data do respectivo vencimento da operação em 2011, respeitado o prazo adicional estabelecido na alínea "a", deste item;
- c) as demais parcelas terão vencimento nos anos seguintes, no mesmo dia e mês do vencimento original do financiamento, desconsiderando os prazos adicionais concedidos para pagamento em 2011;
- d) a remuneração das instituições financeiras, a partir da data prevista para o vencimento da primeira parcela deve ser reduzida para 3% a.a. (três por cento ao ano) sobre o saldo devedor.

5 - Fica autorizada, excepcionalmente, até 30/12/2011, a concessão de crédito rural ao amparo do Pronaf Mais Alimentos, de que trata o MCR 10-5, também para investimentos em projetos de reconstrução e revitalização das unidades familiares de produção que tiveram perda de renda, comprovada por laudo técnico individual ou coletivo, em decorrência de excesso de chuvas ou enxurradas, e suas consequências, ocorrido nos municípios do estado do Rio de Janeiro, que tenham decretado, em função das citadas intempéries, entre os dias 26/11/2010 e 31/1/2011, situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do governo estadual. (Res 4.107).

6 - Fica autorizada, excepcionalmente, a concessão de crédito rural ao amparo do Pronaf Mais Alimentos, de que trata o MCR 10-5, para as unidades familiares de produção que tiveram perda de renda, comprovada por laudo técnico individual ou coletivo, em razão de estiagem, seca, excesso de chuvas, enchentes ou enxurradas, e suas consequências, ocorridos em municípios que tenham decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública em função dos citados eventos climáticos adversos, com reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º/12/2011, observadas as seguintes condições específicas: (Res 4.107).

- a) finalidades, com base em propostas ou projetos para:
  - I - reconstrução e revitalização das unidades familiares de produção;
  - II - práticas de uso, manejo e conservação do solo e da água;
  - III - implantação de projetos de irrigação;
  - IV - formação e melhoria de pastagens, e produção e conservação de forragem destinada à alimentação animal; e
  - V - outros investimentos recomendados no projeto técnico, sempre que ficar comprovada a viabilidade técnica e econômica;
- b) prazo de contratação: até 30/12/2012; e
- c) limite por beneficiário: até R\$10.000,00 (dez mil reais), independentemente dos limites definidos para outras linhas de investimento ao amparo do Pronaf e do limite de endividamento por beneficiário previsto no MCR 10-1-34.

7 - Ficam autorizados, até 30/12/2012, os seguintes rebates no cálculo da renda bruta familiar anual para efeito de enquadramento no Pronaf, de que tratam as alíneas "d" e "f" do MCR 10-2-1: (Res 4.116 art 6º).

- a) 50% (cinquenta por cento), quando a renda bruta for proveniente da produção de açafrão, algodão-carão, amendoim, arroz, aveia, cana-de-açúcar, centeio, cevada, feijão, fumo, girassol, grão de bico, mamona, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, bem como das atividades de apicultura, aquicultura, bovinocultura de corte, cafeicultura, fruticultura, pecuária leiteira, ovinocaprino-cultura e sericultura;
- b) 70% (setenta por cento), quando a renda bruta for proveniente das atividades de turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura, floricultura, avicultura não integrada e suinocultura não integrada;

c) 90% (noventa por cento), quando a renda bruta for proveniente das atividades de avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com a agroindústria.

8 - Para efeito do disposto no MCR 10-2-1, fica dispensada a comprovação de renda mínima de R\$1.000,00 (um mil reais) proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento, prevista na alínea "h" daquele item, para as DAPs emitidas até 30/6/2013: (Res 4.164 art 3º).

9 - As operações de crédito de custeio realizadas por agricultores familiares cujo empreendimento esteja localizado no semiárido da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) ficam sujeitas às normas gerais do Pronaf e às seguintes condições específicas: (Res 4.248 art 1º).

a) taxa efetiva de juros de 1,0% a.a. (um por cento ao ano) para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais) por mutuário em cada safra;

b) taxa efetiva de juros de 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam valor acima de R\$10.000,00 (dez mil reais) até R\$30.000,00 (trinta mil reais) por mutuário em cada safra;

c) taxa efetiva de juros de 3,0% a.a. (três por cento ao ano) para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam valor acima de R\$30.000,00 (trinta mil reais) até R\$100.000,00 (cem mil reais) por mutuário em cada safra.

10 - As operações de crédito de investimento realizadas por agricultores familiares cujo empreendimento esteja localizado no semiárido da área de abrangência da Sudene ficam sujeitas às normas gerais do Pronaf e às seguintes condições específicas: (Res 4.248 art 1º; Res 4.287 art 4º)

a) encargos financeiros: (Res 4.248 art 1º).

I - taxa efetiva de juros de 1,0% a.a. (um por cento ao ano) para operações de até R\$30.000,00 (trinta mil reais);

II - taxa efetiva de juros de 1,5% a.a (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano) para operações contratadas no mesmo ano agrícola que, isolada ou somada a outras já formalizadas, o valor supere a R\$30.000,00 (trinta mil reais) e não exceda a R\$60.000,00 (sessenta mil reais);

b) as taxas de juros de que tratam os incisos I e II da alínea "a" deste item se aplicam para o financiamento de projetos técnicos que contemplem itens referentes às seguintes ações: (Res 4.248 art 1º; Res 4.287 art 4º).

I - implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive aquisição e instalação de reservatórios d'água e equipamentos de irrigação; (Res 4.287 art 4º).

II - sistemas produtivos com reserva de alimentos para os animais, inclusive formação de capineiras, cultivo de forrageiras; construção de silos, cochos; aquisição de equipamentos de preparo e distribuição de silagem e ração; (Res 4.287 art 4º).

III - recuperação e fortalecimento de cultivos alimentares regionais; (Res 4.248 art 1º).

IV - recuperação e fortalecimento da pecuária, com prioridade para a criação de animais de pequeno e médio porte adaptados ao ambiente semiárido, compreendendo formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras; aquisição de matrizes e reprodutores, desde que comprovada a adequada capacidade de apascentamento e reserva de água; (Res 4.287 art 4º).

V - agroindústria para diversificação e agregação de valor à produção; (Res 4.248 art 1º).

VI - instalação, ampliação e recuperação de infraestrutura de cultivos protegidos; (Res 4.287 art 4º).

Atualização MCR 572, de 25 de novembro de 2013.

## **SEÇÃO XIX: Linhas de Crédito Transitórias**

### **Linha Emergencial de Crédito para as Unidades Familiares Atingidas nos Estados de Alagoas e Pernambuco (Res. 4.107)**

1 - A Linha Emergencial de Crédito ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), destinada ao financiamento de atividades das unidades familiares de produção enquadradas nesse programa atingidas por excesso de chuvas e suas consequências, deve observar as normas gerais estabelecidas para a concessão de crédito rural e as seguintes condições especiais:

a) beneficiários: famílias de agricultores familiares dos Estados de Alagoas e Pernambuco enquadrados no Pronaf e que tiveram perda de renda em decorrência de excesso de chuvas e suas



consequências, cujos municípios tenham decretado, entre os dias 1/6/2010 e 6/7/2010, situação de emergência ou estado de calamidade pública, com o reconhecimento dos respectivos Governos Estaduais até 30/7/2010;

b) finalidades: as constantes no MCR 10-13-1-"b", podendo ser concedidas mediante apresentação de proposta simplificada de crédito;

c) limite de crédito: R\$2.000,00 (dois mil reais) por unidade familiar, em operação única, independente dos limites estabelecidos para outras modalidades de crédito no âmbito do Pronaf;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);

e) prazo de reembolso: até 2 (dois) anos;

f) remuneração da instituição financeira: 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre os saldos devedores;

g) fonte de recursos:

I - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), quando se tratar de operações destinadas aos agricultores familiares enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B" do Pronaf;

II - Operações Oficiais de Crédito (OOC), quando de se tratar de operações destinadas aos demais agricultores familiares enquadrados conforme condições definidas no MCR 10-2;

h) limite de recursos por fonte:

I - OOC: R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais);

II - FNE: R\$49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais);

i) prazo para contratação: até 30/6/2011;

j) risco da operação: da União, nos financiamentos com recursos do orçamento das Operações Oficiais de Crédito, ou do FNE, nas operações realizadas com recursos daquele fundo;

k) a concessão do crédito fica condicionada à comprovação das perdas por meio de laudo técnico individual ou coletivo elaborado por profissional habilitado e reconhecido pela instituição financeira.

#### **Linha Emergencial de Crédito para as Unidades Familiares Atingidas no Estado do Rio de Janeiro (Res. 4.107)**

2 - Fica instituída linha emergencial de crédito para financiamento das unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, observadas as normas gerais de crédito rural e as seguintes condições especiais:

a) beneficiários: agricultores familiares que tiveram perda de renda, comprovada por laudo técnico individual ou coletivo, em decorrência de excesso de chuvas ou enxurradas, e suas consequências, ocorrido nos municípios no estado do Rio de Janeiro que tenham decretado, entre os dias 26/11/2010 e 31/1/2011, em função das citadas intempéries, situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do governo estadual;

b) finalidades: custeio de atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de atividades que sejam compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural, como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários, e de qualquer demanda que possa gerar renda para a família, observados as propostas ou planos simples específicos, facultado ao mutuário utilizar o financiamento em todas ou em algumas das atividades listadas na proposta simplificada de crédito;

c) limite: até R\$2.000,00 (dois mil reais) por unidade familiar, em operação única, independente dos limites estabelecidos para outras modalidades de crédito no âmbito do Pronaf;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);

e) prazo de reembolso: até 2 (dois) anos;

f) remuneração da instituição financeira: 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre os saldos devedores;

g) fonte e volume de recursos: Orçamento Geral da União (OGU) - Operações Oficiais de Crédito (OOC): até R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais);

h) período de contratação: até 30/12/2011;

i) risco da operação: da União.

#### **Linha Emergencial de Crédito para as Unidades Familiares Atingidas pela Seca na Região do Semiárido dos Estados do Nordeste e de MG (Res. 4.107)**

3 - A Linha Emergencial de Crédito destinada ao financiamento das unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf deve observar as normas gerais de crédito rural e as seguintes condições especiais:

a) beneficiários: agricultores familiares que possuam "Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)" válida e que atuem nos municípios da região semiárida, definida no inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de

27/9/1989, dos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, que, em decorrência de estiagem, tenham decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública entre 1º/1/2010 e 30/9/2010, reconhecido pelos respectivos governos estaduais;

b) finalidade: financiamentos de custeio pecuário;

c) limite de crédito: R\$2.000,00 (dois mil reais) por unidade familiar, em operação única, independente dos limites estabelecidos para outras modalidades de crédito no âmbito do Pronaf;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);

e) benefício: bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data de seu vencimento;

f) prazo de reembolso: até 2 (dois) anos;

g) remuneração da instituição financeira: 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre os saldos devedores;

h) fontes e volumes de recursos:

I - FNE: até R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais);

II - OGU - OOC: até R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

i) período de contratação: até 30/6/2011;

j) risco da operação: da União, nos financiamentos contratados com recursos do orçamento das Operações Oficiais de Crédito; e do FNE, nas operações realizadas com recursos daquele fundo;

k) os recursos do FNE somente podem ser utilizados em operações destinadas aos agricultores familiares enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B" do Pronaf.

#### **Linha Emergencial de Crédito para os Agricultores Familiares com Empreendimentos Atingidos por Queimadas sem Controle no Estado do MT (Res. 4.107)**

4 - A Linha Emergencial de crédito para financiamento das unidades familiares situadas nos municípios do estado do Mato Grosso que tiveram mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das unidades familiares de produção atingidas por incêndios, ocorridos de junho a agosto de 2010, e que tenham decretado, por esse motivo, situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do governo federal até 29/11/2010 deve observar as normas gerais do crédito rural e as seguintes condições especiais:

a) finalidades: financiamentos de custeio pecuário, de atividades não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de outras atividades que sejam compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural, como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários, e de qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida, observados as propostas ou planos simples específicos, facultado ao mutuário utilizar o financiamento em todas ou em algumas das atividades listadas na proposta simplificada de crédito;

b) limite de crédito: até R\$2.000,00 (dois mil reais) por unidade familiar, em operação única, independente dos limites estabelecidos para outras modalidades de crédito no âmbito do Pronaf;

c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);

d) benefício: bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento) sobre cada prestação da dívida paga até a data de seu vencimento;

e) prazo de reembolso: até 2 (dois) anos;

f) remuneração da instituição financeira: 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre os saldos devedores;

g) volume e fonte de recursos: até R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) do OGU - OOC;

h) período de contratação: até 30/11/2011.

#### **Linha Especial de Crédito de Investimento para Agricultores Familiares Afetados por Enchentes ou Enxurradas na Região Norte (Res. 4.107; Res. 4.204)**

5 - Fica autorizada a concessão de crédito especial de investimento aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf afetados pelas enchentes na região Norte, em municípios com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, em face do citado evento climático, reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º/12/2011, observadas as normas gerais de crédito rural aplicadas ao Pronaf e as seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.204 art 2º).

a) finalidade: investimento; (Res 4.107).

b) limite por beneficiário, independentemente de outros limites de crédito definidos para as operações de crédito ao amparo do Pronaf e, a partir de 1º/7/2012, do limite de endividamento por beneficiário previsto no MCR 10-1-34: (Res 4.107).

- I - agricultores familiares enquadrados no Grupo "B": R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- II - demais agricultores familiares: R\$12.000,00 (doze mil reais);
- c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano); (Res 4.107)
- d) bônus de adimplência: 40% (quarenta por cento) sobre cada parcela paga até a data de vencimento pactuado; (Res 4.107).
- e) reembolso: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, conforme a atividade requerer e o projeto técnico determinar; (Res 4.107).
- f) prazo de contratação: até 31/5/2013, desde que o mutuário tenha manifestado formalmente à instituição financeira interesse na contratação desta linha de crédito até 28/12/2012; (Res 4.204 art 2º).
- g) fonte de recursos: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO); (Res 4.107).
- h) risco da operação: do FNO; (Res 4.107).
- i) remuneração da instituição financeira: (Res 4.107).
- I - para os financiamentos realizados com os beneficiários do Grupo "B" do Pronaf: 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre os saldos devedores;
- II - para os financiamentos realizados com os demais beneficiários desta linha de crédito: 2% a.a. (dois por cento ao ano) sobre os saldos devedores diários atualizados, e 2% (dois por cento) sobre os pagamentos efetuados pelos mutuários, a título de prêmio de desempenho;
- j) garantias: conforme disposto no MCR 10-1-9; (Res 4.107).
- k) os financiamentos podem ser concedidos com base em proposta simplificada de crédito e, preferentemente, com o uso da metodologia do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110, de 25/4/2005. (Res 4.107).

6 - Fica vedada a contratação da linha de crédito de que trata o item 5 para aquisição isolada de animais. (Res 4.107).

#### **Linha Especial de Crédito de Custeio para Agricultores Familiares Afetados por Intempéries Climáticas (Res. 4.107; Res. 4.204; Res. 4.215)**

7 - Fica autorizada a concessão de crédito especial de custeio aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em municípios com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, em face dos citados eventos climáticos, reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º/12/2011, observadas as normas gerais de crédito rural aplicadas ao Pronaf e as seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.215 art 1º).

- a) finalidades: custeio agrícola e pecuário; (Res 4.107).
- b) limite por beneficiário, independentemente de outros limites de crédito definidos para as operações de crédito ao amparo do Pronaf e, a partir de 1º/7/2012, do limite de endividamento por beneficiário previsto no MCR 10-1-34: (Res 4.107).
- I - agricultores familiares enquadrados no Grupo "B": R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- II - demais agricultores familiares: R\$12.000,00 (doze mil reais);
- III - no cômputo dos limites de que tratam os incisos I e II devem ser considerados os valores dos créditos tomados com base no item 9;
- c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano); (Res 4.107)
- d) bônus de adimplência: 40% (quarenta por cento) sobre cada parcela paga até a data de vencimento pactuado; (Res 4.107).
- e) reembolso: até 5 anos, incluído até 1 ano de carência, conforme a atividade requerer e o projeto técnico determinar; (Res 4.107).
- f) prazo de contratação: até 30/12/2013; (Res 4.215 art 1º).
- g) fonte de recursos: FNE; (Res 4.107).
- h) risco da operação: do FNE; (Res 4.107).
- i) remuneração da instituição financeira: (Res 4.107).
- I - para os financiamentos realizados com os beneficiários do Grupo "B" do Pronaf: 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre os saldos devedores;
- II - para os financiamentos realizados com os demais beneficiários desta linha crédito: 2% a.a. (dois por cento ao ano) sobre os saldos devedores diários atualizados e 2% (dois por cento) sobre os pagamentos efetuados pelos mutuários, a título de prêmio de desempenho;
- j) garantias: conforme disposto no MCR 10-1-9, sendo vedado o uso de contratos coletivos; e (Res 4.107).

(\*)

k) os financiamentos podem ser concedidos com base em proposta simplificada de crédito e, preferentemente, com o uso da metodologia do PNMPO, instituído pela Lei nº 11.110, de 25/4/2005. (Res 4.107).

8 - Fica autorizada a concessão de crédito especial de custeio aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf afetados por enchentes ou enxurradas na região Norte, em municípios com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, em face dos citados eventos climáticos, reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º/2/2012, observadas as normas gerais de crédito rural aplicadas ao Pronaf e as seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.204 art 2º).

a) finalidades: custeio agrícola e pecuário; (Res 4.107).

b) limite por beneficiário, independentemente de outros limites de crédito definidos para as operações de crédito ao amparo do Pronaf e, a partir de 1º/7/2012, do limite de endividamento por beneficiário previsto no MCR 10-1-34: (Res 4.107).

I - agricultores familiares enquadrados no Grupo "B": R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

II - demais agricultores familiares: R\$12.000,00 (doze mil reais);

III - no cômputo dos limites de que tratam os incisos I e II devem ser considerados os valores dos créditos tomados com base no item 5;

c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano); (Res 4.107)

d) bônus de adimplência: 40% (quarenta por cento) sobre cada parcela paga até a data de vencimento pactuado; (Res 4.107).

e) reembolso: até 5 anos, incluído até 1 ano de carência, conforme a atividade requerer e o projeto técnico determinar; (Res 4.107).

f) prazo de contratação: até 31/5/2013, desde que o mutuário tenha manifestado formalmente à instituição financeira interesse na contratação desta linha de crédito até 28/12/2012; (Res 4.204 art 2º).

g) fonte de recursos: FNO; (Res 4.107).

h) risco da operação: do FNO; (Res 4.107).

i) remuneração da instituição financeira: (Res 4.107).

I - para os financiamentos realizados com os beneficiários do Grupo "B" do Pronaf: 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre os saldos devedores;

II - para os financiamentos realizados com os demais beneficiários desta linha crédito: 2% a.a. (dois por cento ao ano) sobre os saldos devedores diários atualizados e 2% (dois por cento) sobre os pagamentos efetuados pelos mutuários, a título de prêmio de desempenho;

j) garantias: conforme disposto no MCR 10-1-9, sendo vedado o uso de contratos coletivos; e (Res 4.107).

k) os financiamentos podem ser concedidos com base em proposta simplificada de crédito e, preferentemente, com o uso da metodologia do PNMPO, instituído pela Lei nº 11.110, de 25/4/2005. (Res 4.107).

#### **Linha Especial de Crédito de Investimento para Agricultores Familiares Afetados pela Seca ou Estiagem na Área de Atuação da Sudene (Res. 4.107; Res. 4.215)**

9 - Fica autorizada a concessão de crédito especial aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Sudene, em municípios com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, em face dos citados eventos climáticos, reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º/12/2011, observadas as normas gerais de crédito rural aplicadas ao Pronaf e as seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.215 art 1º).

a) finalidades: (Res 4.107).

I - investimentos em projetos de convivência com a estiagem ou seca, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade da unidade familiar;

II - implantação de projetos de irrigação, especialmente aqueles voltados à economia e racionalização do uso da água;

III - formação e melhoria de pastagens, e produção e conservação de forragem, destinados à alimentação animal;

IV - formação de pomares;

V - assistência técnica;

VI - outros investimentos recomendados no projeto técnico, sempre que ficar comprovada a viabilidade técnica e econômica;

b) limite por beneficiário, independentemente de outros limites de crédito definidos para as operações de crédito ao amparo do Pronaf, e, para as operações contratadas a partir de 1º/7/2012, ainda do limite de endividamento por beneficiário previsto no MCR 10-1-34: (Res 4.107).

I - agricultores familiares enquadrados no Grupo "B": R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

II - demais agricultores familiares: R\$12.000,00 (doze mil reais);

c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano); (Res 4.107)

d) bônus de adimplência: 40% (quarenta por cento) sobre cada parcela paga até a data de vencimento pactuado; (Res 4.107).

e) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (tres) anos de carência, conforme a atividade requerer e o projeto técnico determinar; (Res 4.107).

f) prazo de contratação: até 30/12/2013; (Res 4.215 art 1º).

g) fonte de recursos: FNE; (Res 4.107).

h) risco da operação: do FNE; (Res 4.107).

i) remuneração da instituição financeira: (Res 4.107).

I - para os financiamentos realizados com os beneficiários do Grupo "B" do Pronaf: 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre os saldos devedores;

II - para os financiamentos realizados com os demais beneficiários desta linha crédito: 2% a.a. (dois por cento ao ano) sobre os saldos devedores diários atualizados, e 2% (dois por cento) sobre os pagamentos efetuados pelos mutuários, a título de prêmio de desempenho;

j) garantias: conforme disposto no MCR 10-1-9; (Res 4.107).

k) os financiamentos podem ser concedidos com base em proposta simplificada de crédito e, preferentemente, com o uso da metodologia do PNMPO, instituído pela Lei nº 11.110, de 25/4/2005; (Res 4.107).

l) veda-se o financiamento ao amparo desta linha de crédito para aquisição isolada de animais. (Res 4.107).

(\*)

### **Linha Especial de Crédito de Investimento para Agricultores Familiares de Municípios da Região Sul Afetados pela Seca ou Estiagem (Res. 4.112; Res 4.179 art 1º; Res. 4.184 art 1º)**

10 - Fica instituída linha especial de crédito de investimento no âmbito do Pronaf, de que trata o MCR 10-5, aos agricultores familiares dos municípios da região Sul que tenham decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública por seca ou estiagem ocorrida no período de 1/12/2011 a 30/4/2012, com reconhecimento do Ministério da Integração Nacional, observadas as normas gerais de crédito rural aplicadas ao Pronaf e as seguintes condições específicas: (Res 4.112 art 1º; Res 4.179 art 1º; Res 4.184 art 1º).

a) objetivos: promover a recuperação ou preservação das atividades de produtores rurais afetados por seca ou estiagem na região Sul ocorrida no período de 1/12/2011 a 30/4/2012, em municípios com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública pelos citados eventos climáticos, e reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional; (Res 4.112 art 1º I).

b) finalidades, com base em projeto técnico que recomende um ou mais dos seguintes itens: (Res 4.112 art 1º II).

I - reconstrução ou revitalização das unidades familiares de produção;

II - práticas de uso, manejo e conservação do solo e da água;

III - implantação de projetos de irrigação;

IV - formação e melhoria de pastagens;

V - produção e conservação de forragem destinada à alimentação animal; e

VI - outros investimentos sempre que ficar comprovada a viabilidade técnica e econômica;

c) limite de crédito por beneficiário, independentemente de outros limites de crédito definidos para as operações de crédito ao amparo do Pronaf e do limite de endividamento por beneficiário previsto no MCR 10-1-34: R\$10.000,00 (dez mil reais); (Res 4.112 art 1º III).

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano); (Res 4.112 art 1º IV)

e) bônus de adimplência: 20% (vinte por cento) sobre cada parcela paga até a data de vencimento pactuado; (Res 4.112 art 1º V).

f) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, a ser estabelecido com base no cronograma físico-financeiro constante do projeto técnico; (Res 4.112 art 1º VI).

g) prazo de contratação: até 28/2/2013, desde que as propostas para contratação desta linha de crédito tenham sido internalizadas na instituição financeira até 15/2/2013; (Res 4.184 art 1º).

- h) garantias: as usuais do crédito rural; (Res 4.112 art 1º VIII).  
 i) risco da operação: da instituição financeira; e (Res 4.112 art 1º IX).  
 j) montante e fonte de recursos: até R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), sendo: (Res 4.179 art 1º).  
 I - até R\$1.060.000.000,00 (um bilhão e sessenta milhões de reais) de recursos da poupança rural (MCR 6-4) com equalização de encargos financeiros pela União, ou de recursos provenientes do Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) junto ao Banco do Brasil S.A.; e,  
 II - até R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com equalização de encargos financeiros pela União;  
 k) É vedada a contratação da linha de crédito de que trata este item para aquisição isolada de animais. (Res 4.112 art 2º).

Atualização MCR 563, de 3 de maio de 2013.

### 3.6 Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar

Lei Nº. 12.188, de 11 de janeiro de 2010, instituía Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER é o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Detalha que a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER é um serviço de educação não formal para gestão, produção, processamento e venda do produto das lavouras, criações e da produção florestal.

A Pnater e o Pronater têm, entre outros princípios, aquele relacionado ao desenvolvimento rural sustentável para a exploração e a preservação dos recursos naturais. E estabelece que o Pronater é o principal instrumento da Pnater. Segue o documento relativo a esta Lei.

LEI 12.188 DE 11 DE JANEIRO DE 2010.

Presidência da República Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010.

Vigência

Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA – PNATER

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos financeiros da Pnater, será priorizado o apoio às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais;

II - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP: documento que identifica os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; e III - Relação de Beneficiários - RB: relação de beneficiários do Programa de Reforma Agrária, conforme definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Parágrafo único. Nas referências aos Estados, entende-se considerado o Distrito Federal.

Art. 3º São princípios da Pnater:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Art. 4º São objetivos da Pnater:

I - promover o desenvolvimento rural sustentável;

II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;

III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;

IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;

V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;

VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;

VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;

IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;

X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;

XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

Art. 5º São beneficiários da Pnater:

I - os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e

II - nos termos da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei.

Parágrafo único. Para comprovação da qualidade de beneficiário da Pnater, exigir-se-á ser detentor da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP ou constar na Relação de Beneficiário - RB, homologada no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária - SIPRA.

## CAPÍTULO II

### DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA REFORMA AGRÁRIA – PRONATER

Art. 6º Fica instituído, como principal instrumento de implementação da Pnater, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

Art. 7º O Pronater terá como objetivos a organização e a execução dos serviços de Ater ao público beneficiário previsto no art. 5º desta Lei, respeitadas suas disponibilidades orçamentária e financeira.

Art. 8º A proposta contendo as diretrizes do Pronater, a ser encaminhada pelo MDA para compor o Plano Plurianual, será elaborada tendo por base as deliberações de Conferência Nacional, a ser realizada sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei definirá as normas de realização e de participação na Conferência, assegurada a participação paritária de representantes da sociedade civil.

Art. 9º O Condraf opinará sobre a definição das prioridades do Pronater, bem como sobre a elaboração de sua proposta orçamentária anual, recomendando a adoção de critérios e parâmetros para a regionalização de suas ações.

Art. 10. O Pronater será implementado em parceria com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável e da Agricultura Familiar ou órgãos similares.

Art. 11. As Entidades Executoras do Pronater compreendem as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas na forma desta Lei, e que preencham os requisitos previstos no art. 15 desta Lei.

Art. 12. Os Estados cujos Conselhos referidos no art. 10 desta Lei firmarem Termo de Adesão ao Pronater poderão dele participar, mediante:

- I - o credenciamento das Entidades Executoras, na forma do disposto no art. 13 desta Lei;
- II - a formulação de sugestões relativas à programação das ações do Pronater;
- III - a cooperação nas atividades de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados obtidos com a execução do Pronater;
- IV - a execução de serviços de Ater por suas empresas públicas ou órgãos, devidamente credenciados e selecionados em chamada pública.

## CAPÍTULO III

### DO CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES EXECUTORAS

Art. 13. O credenciamento de Entidades Executoras do Pronater será realizado pelos Conselhos a que se refere o art.10 desta Lei.

Art. 14. Caberá ao MDA realizar diretamente o credenciamento de Entidades Executoras, nas seguintes hipóteses:

- I - não adesão do Conselho ao Pronater no Estado onde pretenda a Entidade Executora ser credenciada;
- II - provimento de recurso de que trata o inciso I do art. 16 desta Lei.



Art. 15. São requisitos para obter o credenciamento como Entidade Executora do Pronater:

- I - contemplar em seu objeto social a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural;
- II - estar legalmente constituída há mais de 5 (cinco) anos;
- III - possuir base geográfica de atuação no Estado em que solicitar o credenciamento;
- IV - contar com corpo técnico multidisciplinar, abrangendo as áreas de especialidade exigidas para a atividade;
- V - dispor de profissionais registrados em suas respectivas entidades profissionais competentes, quando for o caso;
- VI - atender a outras exigências estipuladas em regulamento.

Parágrafo único. O prazo previsto no inciso II não se aplica às entidades públicas.

Art. 16. Do indeferimento de pedido de credenciamento, bem como do ato de descredenciamento de Entidade Executora do Pronater, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que o interessado tomar ciência do ato contestado:

- I - ao gestor do Pronater no MDA, na hipótese de indeferimento ou descredenciamento por Conselho Estadual;
- II - ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, nas demais hipóteses de indeferimento ou descredenciamento.

Art. 17. A critério do órgão responsável pelo credenciamento ou pela contratação, será descredenciada a Entidade Executora que:

- I - deixe de atender a qualquer dos requisitos de credenciamento estabelecidos no art. 15 desta Lei;
- II - descumpra qualquer das cláusulas ou condições estabelecidas em contrato.

Parágrafo único. A Entidade Executora descredenciada nos termos do inciso II deste artigo somente poderá ser novamente credenciada decorridos 5 (cinco) anos, contados da data de publicação do ato que aplicar a sanção.

#### CAPÍTULO IV

##### DA CONTRATAÇÃO DAS ENTIDADES EXECUTORAS

Art. 18. A contratação das Entidades Executoras será efetivada pelo MDA ou pelo Incra, observadas as disposições desta Lei, bem como as da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 19. A contratação de serviços de Ater será realizada por meio de chamada pública, que conterà, pelo menos:

- I - o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e sucinta;
- II - a qualificação e a quantificação do público beneficiário;
- III - a área geográfica da prestação dos serviços;
- IV - o prazo de execução dos serviços;
- V - os valores para contratação dos serviços;
- VI - a qualificação técnica exigida dos profissionais, dentro das áreas de especialidade em que serão prestados os serviços;
- VII - a exigência de especificação pela entidade que atender à chamada pública do número de profissionais que executarão os serviços, com suas respectivas qualificações técnico-profissionais;
- VIII - os critérios objetivos para a seleção da Entidade Executora.

Parágrafo único. Será dada publicidade à chamada pública, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, por meio de divulgação na página inicial do órgão contratante na internet e no Diário Oficial da União, bem como, quando julgado necessário, por outros meios.

#### CAPÍTULO V

##### DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO DO PRONATER.

Art. 20. A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada nos termos do art. 67 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 21. Os contratos e todas as demais ações do Pronater serão objeto de controle e acompanhamento por sistema eletrônico, sem prejuízo do lançamento dos dados e informações relativos ao Programa nos demais sistemas eletrônicos do Governo Federal.

Parágrafo único. Os dados e informações contidos no sistema eletrônico deverão ser plenamente acessíveis a qualquer cidadão por meio da internet.

Art. 22. Para fins de acompanhamento da execução dos contratos firmados no âmbito do Pronater, as Entidades Executoras lançarão, periodicamente, em sistema eletrônico, as informações sobre as atividades executadas, conforme dispuser regulamento.

Art. 23. Para fins de liquidação de despesa, as Entidades Executoras lançarão Relatório de Execução dos Serviços Contratados em sistema eletrônico, contendo:

I - identificação de cada beneficiário assistido, contendo nome, qualificação e endereço;

II - descrição das atividades realizadas;

III - horas trabalhadas para realização das atividades;

IV - período dedicado à execução do serviço contratado;

V - dificuldades e obstáculos encontrados, se for o caso;

VI - resultados obtidos com a execução do serviço;

VII - o ateste do beneficiário assistido, preenchido por este, de próprio punho;

VIII - outros dados e informações exigidos em regulamento.

§ 1º A Entidade Executora manterá em arquivo, em sua sede, toda a documentação original referente ao contrato firmado, incluindo o Relatório a que se refere o caput deste artigo, para fins de fiscalização, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da aprovação das contas anuais do órgão contratante pelo Tribunal de Contas da União.

§ 2º O órgão contratante bem como os órgãos responsáveis pelo controle externo e interno poderão, a qualquer tempo, requisitar vista, na sede da Entidade Executora, da documentação original a que se refere o § 1º deste artigo, ou cópia de seu inteiro teor, a qual deverá ser providenciada e postada pela Entidade Executora no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento da requisição.

Art. 24. A metodologia e os mecanismos de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados obtidos com a execução de cada serviço contratado serão objeto de regulamento.

Art. 25. Os relatórios de execução do Pronater, incluindo nome, CNPJ e endereço das Entidades Executoras, bem como o valor dos respectivos contratos e a descrição sucinta das atividades desenvolvidas, serão disponibilizados nas páginas do MDA e do Incra na internet.

Art. 26. O MDA encaminhará ao Condraf, para apreciação, relatório anual consolidado de execução do Pronater, abrangendo tanto as ações de sua responsabilidade como as do INCRA.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXX: “Art. 24 XXX - na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.

Art. 28. A instituição do Pronater não exclui a responsabilidade dos Estados na prestação de serviços de Ater.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação oficial, observado o disposto no inciso I do art. 167 da Constituição Federal.

Brasília, 11 de janeiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Nelson Machado*

João Bernardo de Azevedo Bringel  
Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12.1.2010.

### 3.7 Módulos Fiscais dos Municípios do Estado do Paraná

Os Módulos Fiscais dos Municípios do Estado do Paraná, divulgados pelo Instituto Ambiental do Paraná da Secretaria de Meio ambiente e Recursos Hídricos.

O módulo fiscal é um padrão de área e pode ser utilizado para a classificação de imóveis rurais que se enquadram na categoria de agricultura familiar. A propriedade familiar pode medir até 4 módulos fiscais e ser, assim, considerada apta a receber financiamentos do Pronaf.

No caso do município de rio Branco do Sul/PR, aonde se localiza Campina dos Pintos, os 4 módulos de uma propriedade familiar correspondem a 56 hectares.

Para cada município do Paraná 1 módulo corresponde a áreas diferentes. Para Rio Branco do Sul, 1 módulo equivale a 14 ha; para Curitiba equivale a 5 ha; para Colombo equivale a 10 ha, e assim em diante, como está relacionado no quadro em anexo com os módulos fiscais do Paraná. Segue o documento relativo aos módulos fiscais.

### Módulos Fiscais dos Municípios do Estado do Paraná

MÓDULOS FISCAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ EM HECTARES			
nº	Município	Módulo Fiscal (ha)	Área de 4 Módulos Fiscais (ha)
1	ABATIÁ	18	72
2	ADRIANÓPOLIS	30	120
3	AGUDOS DO SUL	20	80
4	ALMIRANTE TAMANDARÉ	12	48
5	ALTAMIRA DO PARANÁ	20	80
6	ALTO PARAÍSO	20	80
7	ALTO PARANÁ	20	80
8	ALTO PIQUIRI	22	88
9	ALTÔNIA	20	80
10	ALVORADA DO SUL	16	64
11	AMAPORÃ	24	96
12	AMPÉRE	20	80
13	ANAHY	18	72
14	ANDIRÁ	18	72
15	ÂNGULO	16	64

16	ANTONINA	16	64
17	ANTÔNIO OLINTO	16	64
18	APUCARANA	14	56
19	ARAPONGAS	12	48
20	ARAPOTI	20	80
21	ARAPUÃ	18	72
22	ARARUNA	20	80
23	ARAUCÁRIA	12	48
24	ARIRANHA DO IVAÍ	18	72
25	ASSAÍ	18	72
26	ASSIS CHATEAUBRIAND	18	72
27	ASTORGA	16	64
28	ATALAIA	16	64
29	BALSA NOVA	12	48
30	BANDEIRANTES	18	72
31	BARBOSA FERRAZ	20	80
32	BARRA DO JACARÉ	18	72
33	BARRAÇÃO	20	80
34	BELA VISTA DA CAROBA	20	80
35	BELA VISTA DO PARAÍSO	16	64
36	BITURUNA	24	96
37	BOA ESPERANÇA	20	80
38	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	20	80
39	BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	20	80
40	BOA VISTA DA APARECIDA	20	80
41	BOCAIUVA DO SUL	20	80
42	BOM JESUS DO SUL	20	80
43	BOM SUCESSO	16	64
44	BOM SUCESSO DO SUL	18	72
45	BORRAZÓPOLIS	18	72
46	BRAGANEY	18	72
47	BRASILÂNDIA DO SUL	22	88
48	CAFEARA	16	64
49	CAFELÂNDIA	18	72
50	CAFEZAL DO SUL	20	80
51	CALIFÓRNIA	16	64
52	CAMBARÁ	18	72
53	CAMBÉ	12	48
54	CAMBIRA	16	64
55	CAMPINA DA LAGOA	20	80
56	CAMPINA DO SIMÃO	18	72
57	CAMPINA GRANDE DO SUL	14	56
58	CAMPO BONITO	20	80
59	CAMPO DO TENENTE	20	80
60	CAMPO LARGO	12	48
61	CAMPO MAGRO	12	48
62	CAMPO MOURÃO	18	72
63	CÂNDIDO DE ABREU	20	80

64	CANDÓI	18	72
65	CANTAGALO	18	72
66	CAPANEMA	20	80
67	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	20	80
68	CARAMBEÍ	16	64
69	CARLÓPOLIS	18	72
70	CASCADEL	18	72
71	CASTRO	16	64
72	CATANDUVAS	18	72
73	CENTENÁRIO DO SUL	12	48
74	CERRO AZUL	30	120
75	CÉU AZUL	18	72
76	CHOPINZINHO	20	80
77	CIANORTE	20	80
78	CIDADE GAÚCHA	22	88
79	CLEVELÂNDIA	24	96
80	COLOMBO	10	40
81	COLORADO	16	64
82	CONGONHINHAS	18	72
83	CONSELHEIRO MAIRINCK	18	72
84	CONTENDA	12	48
85	CORBÉLIA	18	72
86	CORNÉLIO PROCÓPIO	18	72
87	CORONEL DOMINGOS SOARES	24	96
88	CORONEL VIVIDA	20	80
89	CORUMBATAÍ DO SUL	20	80
90	CRUZ MACHADO	24	96
91	CRUZEIRO DO IGUAÇU	20	80
92	CRUZEIRO DO OESTE	22	88
93	CRUZEIRO DO SUL	24	96
94	CRUZMALTINA	18	72
95	CURITIBA	5	20
96	CURIÚVA	18	72
97	DIAMANTE DO NORTE	24	96
98	DIAMANTE DO SUL	20	80
99	DIAMANTE D'OESTE	18	72
100	DOIS VIZINHOS	20	80
101	DOURADINA	22	88
102	DOUTOR CAMARGO	16	64
103	DOUTOR ULISSES	30	120
104	ENÉAS MARQUES	20	80
105	ENGENHEIRO BELTRÃO	20	80
106	ENTRE RIOS DO OESTE	18	72
107	ESPERANÇA NOVA	20	80
108	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	20	80
109	FAROL	18	72
110	FAXINAL	18	72
111	FAZENDA RIO GRANDE	12	48

112	FÊNIX	20	80
113	FERNANDES PINHEIRO	16	64
114	FIGUEIRA	18	72
115	FLOR DA SERRA DO SUL	20	80
116	FLORAÍ	16	64
117	FLORESTA	16	64
118	FLORESTÓPOLIS	14	56
119	FLÓRIDA	14	56
120	FORMOSA DO OESTE	18	72
121	FOZ DO IGUAÇU	18	72
122	FOZ DO JORDÃO	18	72
123	FRANCISCO ALVES	20	80
124	FRANCISCO BELTRÃO	18	72
125	GENERAL CARNEIRO	24	96
126	GODOY MOREIRA	18	72
127	GOIOERÊ	20	80
128	GOIOXIM	18	72
129	GRANDES RIOS	18	72
130	GUÁIRA	20	80
131	GUAIRAÇÁ	24	96
132	GUAMIRANGA	16	64
133	GUAPIRAMA	18	72
134	GUAPOREMA	22	88
135	GUARACI	16	64
136	GUARANIAÇU	20	80
137	GUARAPUAVA	18	72
138	GUARAQUEÇABA	20	80
139	GUARATUBA	16	64
140	HONÓRIO SERPA	24	96
141	IBAITI	18	72
142	IBEMA	18	72
143	IBIPORÃ	12	48
144	ICARAÍMA	22	88
145	IGUARAÇU	16	64
146	IGUATU	18	72
147	IMBAÚ	20	80
148	IMBITUVA	16	64
149	INACIO MARTINS	20	80
150	INAJÁ	24	96
151	INDIANÓPOLIS	22	88
152	IPIRANGA	20	80
153	IPORÃ	20	80
154	IRACEMA DO OESTE	18	72
155	IRATI	16	64
156	IRETAMA	20	80
157	ITAGUAJÉ	16	64
158	ITAIPULÂNDIA	18	72
159	ITAMBARACÁ	18	72

160	ITAMBÉ	16	64
161	ITAPEJARA D'OESTE	20	80
162	ITAPERUÇU	14	56
163	ITAÚNA DO SUL	24	96
164	IVAÍ	20	80
165	IVAIPORÃ	18	72
166	IVATÉ	20	80
167	IVATUBA	16	64
168	JABOTI	18	72
169	JACAREZINHO	18	72
170	JAGUAPITÃ	16	64
171	JAGUARIAÍVA	20	80
172	JANDAIA DO SUL	16	64
173	JANIÓPOLIS	20	80
174	JAPIRA	18	72
175	JAPURÃ	22	88
176	JARDIM ALEGRE	18	72
177	JARDIM OLINDA	24	96
178	JATAIZINHO	18	72
179	JESUÍTAS	18	72
180	JOAQUIM TÁVORA	18	72
181	JUNDIAÍ DO SUL	18	72
182	JURANDA	20	80
183	JUSSARA	22	88
184	KALORÉ	18	72
185	LAPA	16	64
186	LARANJAL	20	80
187	LARANJEIRAS DO SUL	18	72
188	LEÓPOLIS	18	72
189	LIDIANÓPOLIS	18	72
190	LINDOESTE	18	72
191	LOANDA	24	96
192	LOBATO	16	64
193	LONDRINA	12	48
194	LUIZIANA	18	72
195	LUNARDELLI	18	72
196	LUPIONÓPOLIS	14	56
197	MALLET	16	64
198	MAMBORÊ	20	80
199	MANDAGUAÇU	14	56
200	MANDAGUARI	14	56
201	MANDIRITUBA	12	48
202	MANFRINÓPOLIS	20	80
203	MANGUEIRINHA	24	96
204	MANOEL RIBAS	20	80
205	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	18	72
206	MARIA HELENA	22	88
207	MARIALVA	14	56

208	MARILÂNDIA DO SUL	18	72
209	MARILENA	24	96
210	MARILUZ	20	80
211	MARINGÁ	14	56
212	MARIÓPOLIS	18	72
213	MARIPÁ	18	72
214	MARMELEIRO	20	80
215	MARQUINHO	18	72
216	MARUMBI	18	72
217	MATELÂNDIA	18	72
218	MATINHOS	16	64
219	MATO RICO	20	80
220	MAUÁ DA SERRA	18	72
221	MEDIANEIRA	18	72
222	MERCEDES	18	72
223	MIRADOR	24	96
224	MIRASELVA	16	64
225	MISSAL	18	72
226	MOREIRA SALES	20	80
227	MORRETES	16	64
228	MUNHOZ DE MELO	14	56
229	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	16	64
230	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	24	96
231	NOVA AMÉRICA DA COLINA	18	72
232	NOVA AURORA	18	72
233	NOVA CANTU	20	80
234	NOVA ESPERANÇA	20	80
235	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	20	80
236	NOVA FÁTIMA	18	72
237	NOVA LARANJEIRAS	18	72
238	NOVA LONDRINA	24	96
239	NOVA OLÍMPIA	22	88
240	NOVA PRATA DO IGUAÇU	20	80
241	NOVA SANTA BÁRBARA	18	72
242	NOVA SANTA ROSA	18	72
243	NOVA TEBAS	20	80
244	NOVO ITACOLOMI	16	64
245	ORTIGUEIRA	20	80
246	OURIZONA	16	64
247	OURO VERDE DO OESTE	18	72
248	PAIÇANDU	16	64
249	PALMAS	24	96
250	PALMEIRA	16	64
251	PALMITAL	20	80
252	PALOTINA	18	72
253	PARAÍSO DO NORTE	24	96
254	PARANACITY	24	96
255	PARANAGUÁ	16	64



256	PARANAPOEMA	24	96
257	PARANAVAÍ	20	80
258	PATO BRAGADO	18	72
259	PATO BRANCO	18	72
260	PAULA FREITAS	24	96
261	PAULO FRONTIN	24	96
262	PEABIRU	20	80
263	PEROBAL	20	80
264	PÉROLA	20	80
265	PÉROLA D'OESTE	20	80
266	PIÊN	20	80
267	PINHAIS	12	48
268	PINHAL DE SÃO BENTO	20	80
269	PINHALÃO	18	72
270	PINHÃO	20	80
271	PIRAÍ DO SUL	16	64
272	PIRAQUARA	12	48
273	PITANGA	20	80
274	PITANGUEIRAS	12	48
275	PLANALTINA DO PARANÁ	24	96
276	PLANALTO	20	80
277	PONTA GROSSA	12	48
278	PONTAL DO PARANÁ	16	64
279	PORECATU	16	64
280	PORTO AMAZONAS	20	80
281	PORTO BARREIRO	18	72
282	PORTO RICO	24	96
283	PORTO VITÓRIA	24	96
284	PRADO FERREIRA	16	64
285	PRANCHITA	20	80
286	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	20	80
287	PRIMEIRO DE MAIO	16	64
288	PRUDENTÓPOLIS	16	64
289	QUARTO CENTENÁRIO	20	80
290	QUATIGUÁ	18	72
291	QUATRO BARRAS	12	48
292	QUATRO PONTES	18	72
293	QUEDAS DO IGUAÇU	20	80
294	QUERÊNCIA DO NORTE	30	120
295	QUINTA DO SOL	20	80
296	QUITANDINHA	20	80
297	RAMILÂNDIA	18	72
298	RANCHO ALEGRE	18	72
299	RANCHO ALEGRE D'OESTE	20	80
300	REALEZA	20	80
301	REBOUÇAS	16	64
302	RENASCENÇA	20	80
303	RESERVA	20	80

304	RESERVA DO IGUAÇU	20	80
305	RIBEIRÃO CLARO	18	72
306	RIBEIRÃO DO PINHAL	18	72
307	RIO AZUL	16	64
308	RIO BOM	18	72
309	RIO BONITO DO IGUAÇU	18	72
310	RIO BRANCO DO IVAÍ	18	72
311	RIO BRANCO DO SUL	14	56
312	RIO NEGRO	16	64
313	ROLÂNDIA	12	48
314	RONCADOR	20	80
315	RONDON	22	88
316	ROSÁRIO DO IVAÍ	18	72
317	SABÁUDIA	16	64
318	SALGADO FILHO	20	80
319	SALTO DO ITARARÉ	18	72
320	SALTO DO LONTRA	20	80
321	SANTA AMÉLIA	18	72
322	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	18	72
323	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	24	96
324	SANTA FÉ	18	72
325	SANTA HELENA	18	72
326	SANTA INÊS	18	72
327	SANTA ISABEL DO IVAÍ	24	96
328	SANTA IZABEL DO OESTE	20	80
329	SANTA LÚCIA	20	80
330	SANTA MARIA DO OESTE	20	80
331	SANTA MARIANA	18	72
332	SANTA MÔNICA	24	96
333	SANTA TEREZA DO OESTE	18	72
334	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	18	72
335	SANTANA DO ITARARÉ	18	72
336	SANTO ANTONIO DA PLATINA	18	72
337	SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	24	96
338	SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO	18	72
339	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	20	80
340	SANTO INÁCIO	18	72
341	SÃO CARLOS DO IVAÍ	16	64
342	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	20	80
343	SÃO JOÃO	20	80
344	SÃO JOÃO DO CAIUÁ	24	96
345	SÃO JOÃO DO IVAÍ	18	72
346	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	16	64
347	SÃO JORGE DO IVAÍ	16	64
348	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	20	80
349	SÃO JORGE D'OESTE	20	80
350	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	18	72
351	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	18	72

352	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	12	48
353	SÃO MANOEL DO PARANÁ	22	88
354	SÃO MATEUS DO SUL	16	64
355	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	18	72
356	SÃO PEDRO DO IGUAÇU	18	72
357	SÃO PEDRO DO IVAÍ	18	72
358	SÃO PEDRO DO PARANÁ	24	96
359	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	20	80
360	SÃO TOMÉ	22	88
361	SAPOPEMA	18	72
362	SARANDI	14	56
363	SAUDADE DO IGUAÇU	20	80
364	SENGÉS	20	80
365	SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	18	72
366	SERTANEJA	18	72
367	SERTANÓPOLIS	16	64
368	SIQUEIRA CAMPOS	18	72
369	SULINA	20	80
370	TAMARANA	12	48
371	TAMBOARA	24	96
372	TAPEJARA	22	88
373	TAPIRA	24	96
374	TEIXEIRA SOARES	16	64
375	TELÊMACO BORBA	20	80
376	TERRA BOA	22	88
377	TERRA RICA	24	96
378	TERRA ROXA	18	72
379	TIBAGI	20	80
380	TIJUCAS DO SUL	20	80
381	TOLEDO	18	72
382	TOMAZINA	18	72
383	TRÊS BARRAS DO PARANÁ	18	72
384	TUNAS DO PARANÁ	20	80
385	TUNEIRAS DO OESTE	22	88
386	TUPÁSSI	18	72
387	TURVO	18	72
388	UBIRATÃ	20	80
389	UMUARAMA	20	80
390	UNIÃO DA VITÓRIA	20	80
391	UNIFLOR	16	64
392	URAÍ	18	72
393	VENTANIA	20	80
394	VERA CRUZ DO OESTE	18	72
395	VERÊ	20	80
396	VIRMOND	18	72
397	VITORINO	18	72
398	WENCESLAU BRAZ	18	72
399	XAMBRÊ	20	80

Figura 9 – Quadro dos Módulos Fiscais dos Municípios do estado do Paraná. Fonte IAP/2010

## **CAPÍTULO IV**

### **4 METODOLOGIA**

#### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

À luz da metodologia da pesquisa qualitativa, o estudo investigativo foi definido como método que determinou o passo-a-passo do estudo, dando o enfoque descritivo, exploratório, analítico e interpretativo de forma assertiva. Esse foi o desenho metodológico que se apresenta como parte integrante do processo que auxiliou na tessitura de todo o conteúdo desta tese. Possibilitou os devidos e necessários encaminhamentos para se construir desde o planejamento até a organização dos dados.

Com a definição do tema denominado - Modo de Vida ou Meio de Vida: Dimensões educacionais e psicossociais sobre o viver no mundo rural, na perspectiva de pequenos agricultores da Região Metropolitana de Curitiba/PR - foi possível partir para a investigação do problema, buscando desvelar de que forma as dimensões educacionais e psicossociais influenciaram no viver dos pequenos produtores que produzem agroecológicos na Região Metropolitana de Curitiba. Sem desvincular o conjunto de outras questões complementares que viessem esclarecer a realidade investigada, ou seja, a realidade rural. De modo que permitisse conhecer como os pequenos agricultores percebiam e lidavam com as facilidades e as dificuldades para produzir e vender agroecológicos. Outra dimensão foi conhecer qual era a importância que os sujeitos atribuíam ao mundo rural e à rede de apoio para a produção e a venda.

Definido o plano de estudo, foi preciso apropriar-se de uma literatura metodológica específica. E, para atender a essa demanda, buscou-se em Minayo (1993), Silva e Silva (1995) e Richardson (1999), o conhecimento instrumental para conduzir a pesquisa de campo.

Para atender aos objetivos foi construído um roteiro de questões que permitiu distribuir as categorias em dez blocos de informações. No primeiro bloco, o tema priorizado foi a produção agroecológica que detalhou o tamanho, uso e localização da propriedade; a produção de lavoura, criação e floresta, e o dia de trabalho.

No segundo tema foi possível investigar sobre as facilidades para produzir, e a respeito deste tema procurou-se aprofundar a questão do uso de financiamento bancário; de insumos para a produção agroecológica; de assistência técnica para produzir; as relações com outros produtores para produzir e a contribuição da produção orgânica para o modo/meio de vida.

Na sequência, o terceiro tema tratou das dificuldades para produzir focando as principais dificuldades para a realização da produção; o procedimento para superar dificuldades; a interação; a realização do modo/meio de vida e as dificuldades de produzir orgânicos e, além disso, outra atividade sonhada e o plano para essa outra atividade.

No quarto tema, a investigação foi sobre a venda de orgânicos e, com relação a esse assunto o detalhamento foi sobre a realização da colheita; a seleção e preparo para venda; a venda do produto e a interação com o comprador.

Outro passo que determinou o quinto e sexto temas foi a questão das facilidades e dificuldades para vender. Com relação às facilidades buscou-se saber sobre financiamento bancário; apresentação do produto; assistência técnica e relações com outros produtores. Já com relação às dificuldades o que se investigou foi às dificuldades para vender; o procedimento e a interação para superar dificuldades; assim como, a influência de tais dificuldades na realização do modo/meio de vida e, se o produtor pensa vender outro produto.

Por fim, o sétimo tema abordou a importância da produção e venda de orgânicos. O oitavo, a rede de apoio no que se refere à produção e venda. O nono tratou do histórico profissional e pessoal e no décimo, o pesquisador permitiu que os entrevistados se posicionassem com a palavra livre, de modo que nesse momento os agricultores pudessem manifestar seus anseios, expectativas, memórias e experiências acumuladas ao longo da vida rural.

Para adentrar no campo o enfoque mais apropriado foi “o estudo exploratório por que permitiu compreender o fenômeno na sua complexidade e as peculiaridades no campo investigado” (MINAYO, 1992, p. 22), condições que favoreceu discussão dos variados aspectos da vida rural, sem deixar de considerar as genuínas questões imbricadas no processo de investigação.

O debate metodológico e o rigor dado para a pesquisa social observou os critérios de cientificidade vistos nas ciências sociais e na educação. Levou-se em

conta a contribuição de MINAYO (1992), quando fala sobre o desdobramento das questões e o tratamento dado a uma determinada realidade da qual somos agentes.

A realidade dos agricultores é intrínseca e extrinsecamente ideológica, cultural, econômica, histórica, social, pois a ciência veicula interesses e visões de mundo historicamente construído, e seu objeto discutido aqui é essencialmente qualitativo, na medida em que a realidade dos agricultores é mais rica que qualquer teoria, pensamento e discurso que possam ser elaborados sobre ela. Desta forma MINAYO (1992), é destacada a metodologia como o caminho do pensamento e da prática exercida sobre a realidade, porém, nada substitui o olhar dos sujeitos e a criatividade do pesquisador.

O processo de descoberta da realidade rural via indagações é também proposto pela autora, quando enfatiza o caráter “intrinsecamente inacabado e permanente deste processo de construção, entendendo-o como uma atividade inesgotável de aproximação sucessiva entre atores” (MINAYO, 1992, p. 22).

Para Minayo, (1992), a pesquisa é um “processo em que é impossível prever todas as etapas, onde o pesquisador está sempre em estado de tensão, porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado ao que é possível” (MINAYO, 1992, p. 27). É evidenciado neste momento que o percurso metodológico está implicado na coleta de dados, cuja, explicitação se faz necessário, uma vez que a metodologia é parte inerente da visão de mundo e no aporte teórico que sustenta a prática científica do pesquisador. A guisa de conceituação, a autora entende por metodologia “o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade” (MINAYO, 1992, p. 27). Cabe ter sempre em mente a indagação proposta por Minayo (1992) acerca do produto de nossa ação “como vai ser empregado e interpretado”? (MINAYO, 1992, p. 27). Entendendo ser este questionamento ainda mais válido quando se tratar de um objeto de estudo socialmente discriminado. Cientes disso mantiveram-se esforços constantes e consistentes no sentido de situar a pesquisa dentro dos pressupostos éticos a ela inerentes, (MINAYO, 1992).

A modalidade adotada nesta tese foi a pesquisa qualitativa, por conceber o objeto e a análise de forma mais profundas, considerando importante destacar as características observadas e não observadas no campo social.

Para tanto, RICHARDSON (1999) atribui:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (p.80).

Ao imergir no universo da pesquisa, o pesquisador precisou de suporte metodológico, para abordar qualitativamente por variados ângulos até encontrar a forma adequada para conhecer a natureza do fenômeno rural.

## **4.2 Sujeitos da Pesquisa**

Atendendo às regras metodológicas dadas no planejamento da pesquisa, foi necessário indicar o grupo participante do estudo. Para este fim foram selecionados cinco pequenos agricultores. Os cinco participantes após convite e explicações sobre a finalidade do estudo, manifestaram o desejo de participar voluntariamente das quatro entrevistas. Antes da aplicação, o projeto da pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da UFPR que aprovou e validou o instrumento, conforme anexo I.

Os participantes foram orientados a respeito do sigilo e anonimato da pesquisa. Ao aceitar sua participação, individualmente, cada um foi informado a respeito do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, conforme anexo II, no qual, foi lido esclarecendo os objetivos da pesquisa e posteriormente assinado voluntariamente. Cientes ainda de que a pesquisa não geraria ônus e nem pagamento. Em função disso, os nomes fictícios dados aos sujeitos foram identificados como: Valdomiro, casal João/Maria, Elídio e Tibério. Conforme os critérios todos os participantes deveriam trabalhar com a produção de agroecológico e serem moradores da mesma comunidade.

Como foi o primeiro contato com os produtores sujeitos da pesquisa? O primeiro encontro foi realizado com Valdomiro e João por serem vendedores de produtos agroecológicos, na Feira de Orgânicos, que acontece geralmente nas terças-feiras, no saguão do Prédio da Administração do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, em Curitiba/PR. Esse foi o início do processo de comunicação.

A partir deste contato, foram agendadas entrevistas a serem realizadas posteriormente, com horário e local indicado por cada um dos entrevistados. Através destes dois agricultores foi, também, possível obter contato com outros agricultores

como Maria, esposa de João, e com Elídio. No momento em que houve aproximação e estreitamento das relações entre entrevistador e agricultores, estabeleceu-se uma rede de comunicação e interação entre os participantes. No caso, Valdomiro e João indicaram Elídio. Elídio indicou Tibério, e João indicou sua esposa Maria. Foi desse modo que houve a indicação de um agricultor a outro agricultor.

#### 4.2.1 Universo da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Região Metropolitana de Curitiba, no município de Rio Branco do Sul/PR e teve sua abrangência limitada à comunidade de Campina dos Pintos, localidade das propriedades rurais dos cinco entrevistados.

#### 4.2.2 Instrumento de coleta de dados

Em campo, o pesquisador se apropriou de um diário de campo para as anotações das informações observadas e produzidas a partir das atividades dos cinco agricultores agroecológicos.

Sabendo que o campo de pesquisa situa-se a uma distância de 35 km da capital, foi necessário uso de veículo para as sucessivas aproximações do campo de pesquisa, tanto para as observações do pesquisador quanto para a produção de dados.

Também é importante esclarecer que não foi utilizado gravador e outros equipamentos de áudio para os registros, por solicitação dos próprios entrevistados, que optaram por realizar, sem interrupção, as suas atividades durante a entrevista. Por isso, os dados foram registrados em diário de campo, e capturadas imagens fotográficas. As perguntas da entrevista seguiram roteiro indicado no anexo III.



## CAPÍTULO V

### 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 5.1 TECENDO O OLHAR RURAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Os conteúdos apresentados neste capítulo são resultados de um conjunto de questões que foram levantadas em campo a partir de aproximações sucessivas, observações e entrevistas semiestruturadas. A combinação instrumental e técnica empregada nesta fase da pesquisa permitiu levantar os dados que estavam no campo, para colocá-los em evidência, análise e interpretação.

Foi preciso erguer as camadas que ocultavam a riqueza empírica do mundo rural, aquilo que somente os agricultores possuem, que nada mais é do que suas próprias experiências, memórias e histórias de vida. E isso foi o suficiente para tecer o corpo deste trabalho.



Figura 10 – Foto do Mundo Urbano (Centro de Curitiba). Fonte: Wikipédia Commons (2012)

Adentrar o mundo rural, “mexer com a terra e mexer com a vida de outrem” não é uma tarefa fácil, porém, foi extraordinariamente gratificante. Gratificante por

que os pequenos produtores de orgânicos, moradores da comunidade de Campina dos Pintos no município de Rio Branco do Sul da Região Metropolitana de Curitiba, se dispuseram em compartilhar seus saberes e sua genuína percepção a respeito do mundo rural.



Figura 11– Foto do Mundo Rural (Propriedade de Elídio/Campina dos Pintos). Autoria: Ivo L. Santos

As informações ora analisadas foram extraídas da oralidade dos agricultores participantes da pesquisa<sup>2</sup>. E a partir desses dados produziu-se todo o capítulo. O que se quis foi olhar os conteúdos produzidos em campo e identificar a percepção dos sujeitos, sobre aquilo que deu sentido à vida deles. Significa olhar, como acontece o processo produtivo, desde o plantio até a venda de alimentos agroecológicos. Até mesmo o movimento que permite que saiam do mundo rural e entrem no mundo urbano. Todavia, sem deixar de considerar a importância da alimentação saudável produzida e disponibilizada para a sociedade em geral. A

---

<sup>2</sup> As entrevistas foram realizadas seguindo temáticas e, ao serem registradas foram transformadas em dez blocos que fundamentaram a análise deste capítulo cinco.



agricultura vista como um modo e um meio de vida intransponível e que sobrevive no tempo e na história da humanidade.

Pois bem, considerando a dinâmica do mundo rural, a análise e interpretação dos dados seguiram em ritmo de concomitância com fala dos cinco agricultores, uma espécie de tessitura oral e escrita que permitiu revelar o conjunto de questões que orientaram as quatro entrevistas semiestruturada, definidas em dez blocos de análise.

## 5. 2 As condições de realização das entrevistas no campo

Foram realizadas quatro entrevistas, com cinco participantes, visto que em uma delas foi respondido pelo casal João e Maria. As respostas foram anotadas durante o transcorrer da entrevista e, imediatamente após o seu término, o entrevistador fazia novas anotações naqueles aspectos que por ventura tivessem ficado sem uma descrição mais aprofundada.



Figura 12 – Foto do acondicionamento dos tomates nas caixas. Autoria: Ivo L. Santos

As entrevistas foram realizadas em dois períodos, pela manhã foram entrevistados dois agricultores e à tarde mais dois. Os dados foram produzidos no local de moradia e trabalho dos próprios agricultores, ou seja, na propriedade onde

plantavam e colhiam sua produção. Com isso, houve o cuidado para que as entrevistas acontecessem em tempo real, acompanhando as atividades dos participantes enquanto estivessem acontecendo no campo.



Figura 13 – Foto do veículo de transporte de tomates. Autoria: Ivo L. Santos

O tempo de duração de cada entrevista girou em torno de tres horas. Isto aconteceu porque o entrevistador acompanhava o entrevistado em sua propriedade à medida que este ia realizando as atividades de capinar o solo, de verificar a incidência de doenças e pragas, de analisar e observar o estágio de desenvolvimento atingido pela planta, de fazer regulagens no trator, para que estivessem em condições de utilização adequada, de arrumar o tomate colhido em caixas apropriadas para o seu transporte, entre vários outros afazeres. Esse tempo de tres horas para as entrevistas ultrapassou, em muito, qualquer planejamento metodológico que costuma acontecer no mundo urbano.

Durante a entrevista o agricultor mostrava ao entrevistador sua propriedade, as áreas de cultivo, as áreas de pousio, os locais de captação de água e as áreas de preservação da flora e da fauna, entre outras características de uso da terra da propriedade.





Figura 14 – Foto da estufa de plástico. Autoria: Ivo L. Santos

Portanto, cada entrevista foi acontecendo com as interrupções necessárias para as atividades que o produtor realizava e, embora isto pudesse parecer negativo ao processo de coleta de dados, na verdade, constituía-se em uma maneira de colher dados a respeito da dinâmica do trabalho do agricultor.

Nas entrevistas realizadas no período da manhã (entrevistas com João/Maria e Valdomiro), embora o entrevistador tenha chegado à hora combinada, o entrevistado não estava disponível naquele momento, porque “havia esquecido que tinha que entregar os alevinos<sup>3</sup> que chegaram naquela manhã”. Se a entrega não fosse feita, no tempo certo, os alevinos corriam o risco de morrer.

Embora as entrevistas tenham tomado quase toda a manhã pode-se observar que os participantes, além da disponibilidade de tempo, mostravam-se interessados e motivados. Complementavam e contavam histórias do mundo do campo que, em sua percepção, poderiam ter alguma ligação com o que estava sendo conversado na entrevista. Surgiram, assim, relatos sobre a história de constituição de Campina dos Pintos, antes da chegada dos imigrantes italianos; sobre as intempéries climáticas; fizeram alguns “comentários” sobre os agricultores, sobre os favorecimentos na coleta do produto e sobre os partidos políticos e seus

---

<sup>3</sup> Alevino: filhote de peixe, que é a forma embrionária inicial dos peixes com bolsa vitelínica volumosa.

“protegidos”. Nestas ocasiões, o entrevistador restringia-se a ouvir e anotar, retomando os temas e eixos da entrevista, no primeiro momento em que isso fosse possível.

Em uma destas entrevistas no período da manhã, o entrevistador acabou cedendo à insistência dos convites para almoçar na propriedade, embora tivesse levado seu farnel<sup>4</sup>. Este foi preparado para assegurar alimentação do entrevistador visto que, no mesmo dia, havia outra entrevista agendada para o período da tarde, e não havia segurança de haver algum restaurante nas proximidades.

Como as propriedades são distantes uma das outras, em aproximadamente 4 km, e nas redondezas não havia onde se alimentar, o pesquisador acautelou-se com seu farnel. A aceitação do insistente convite oportunizou, no almoço, uma refeição saborosa, saudável e feita naquele momento. Para, além disto, o que parece sobressair e ter relevância dentro desta investigação, é a tentativa, por parte dos agricultores, de poder mostrar ao mundo acadêmico e urbano que no mundo rural há o cultivo de inúmeros produtos que apresentam ótima qualidade agroecológica e utilizam em seu processo de produção vários equipamentos que representam a modernidade no mundo atual. Durante o almoço, na conversação, os relatos enfatizavam as propriedades e suas tecnologias, como também a qualidade dos produtos agroecológicos.

No período da tarde, as entrevistas foram realizadas com Elídio e Tibério. Com o primeiro, na casa de seu pai, foi oferecido ao entrevistador um lanche. Isto porque alguns filhos apareceram para um café da tarde com os pais, e naturalmente foi trazido para a mesa da entrevista pedaços de bolo com café.

No momento do lanche, a entrevista transcorreu na varanda da casa, na frente de todos da família que iam chegando.

Na propriedade de Tibério, o entrevistador encontrou-o, juntamente com a esposa, regulando o trator. Com o barulho que havia demorou um pouco para o entrevistador ser notado. Ao perceber a presença do entrevistador a primeira reação de Tibério foi de contrariedade, falando que deveria ter sido informado com antecedência da visita. Depois, foi esclarecido que tinha ocorrido um mal entendido e ele não fora avisado a tempo. A esposa interferiu: “*vai homem, atende ao professor*”. Tibério concordou e a entrevista foi acontecendo. Ao final ele disse:

---

<sup>4</sup> Farnel: Termo utilizado pelos tropeiros e que indica uma bolsa para acondicionar alimentos.

“Sabe que gostei da conversa?”. O entrevistador ao despedir-se deste, foi até o lado da casa procurar a esposa para também agradecer e se despedir dela. No entanto, vendo que ela estava longe, no meio da plantação para não incomodar, o entrevistador dirigiu-se ao seu carro para sair da propriedade. Tibério, então, pediu que aguardasse e chamou a esposa. Ao se aproximar, ela disse, sorrindo: “*Quando a gente pode, a gente deve ajudar.*” O entrevistador agradeceu e se despediu dos dois reafirmando estar disponível para qualquer situação e/ou esclarecimento.

### 5.3 Olhares sobre o Mundo Rural

#### 5.3.1 A propriedade, a produção e os agricultores

As propriedades dos entrevistados são consideradas pequenas, com áreas variando de 12.100 até 50.000 metros quadrados. Todas se localizam em Campina dos Pintos, comunidade de Rio Branco do Sul, município situado a 35 km de Curitiba.

João, Maria e Tibério são proprietários e únicos ocupantes do imóvel. Valdomiro partilha o imóvel com o cunhado. Elídio explora 10.000 m<sup>2</sup>, na propriedade de 50.000 m<sup>2</sup> de seu pai.

Com relação ao uso ou ocupação da terra, as cinco propriedades apresentam áreas cultivadas, áreas em pousio ou descanso e áreas com cobertura florestal para proteção da água, da flora e da fauna.

São adotadas práticas conservacionistas, como deixar sobre o terreno a palha das culturas anteriores e das capinas realizadas.

A palha, como passar do tempo se transforma em solo fértil. A análise do solo vai indicar se é necessária a complementação com fertilizantes como farinha de osso, superfosfato natural, cal e cinza, que por serem naturais têm o uso permitido. A farinha de osso é produzida no Brasil, informa Valdomiro, e que o superfosfato natural é importado do Chile. O calcário, a cal e a cinza são produzidos em Rio Branco do Sul. A cinza é subproduto dos fornos das indústrias de calcário do município. E para finalizar, Valdomiro informa que a “*cal virgem é o melhor para a produção agroecológica por ser 100% puro*”.

A realização daquilo que é estabelecido pela legislação ambiental é verificada pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP e pelas certificadoras como a Rede Ecovida. São exigências estabelecidas por lei para a preservação da mata silvestre e da fauna para a conservação do solo.

As empresas certificadoras, além das normas ambientais, também estabelecem exigências técnicas tais, como, o plantio de uma cortina de árvores nas divisas com as propriedades de vizinhos que adotam o plantio convencional. O vento é contido pela cortina de árvores e ali são retidos sementes e agrotóxicos que poderiam contaminar a lavoura orgânica.

Outra exigência é a realização da roçada somente entre as linhas das plantas cultivadas. Desta forma, na linha permanecem ervas invasoras em convivência com as plantas cultivadas. As invasoras têm a função de proteger a planta cultivada do ataque de insetos e dos excessos de sol e de chuva.

A fala de Valdomiro revela que no inverno a invasora que predomina é a gramínea azevém, que *“desaparece durante o verão, de novembro até abril. Em maio o azevém germina de novo, e com a chegada do verão predomina um mato mais mole que é mais fácil de roçar”*.



Figura 15 – Foto de sementes crioulas de alcachofra e girassol. Autoria: Ivo L. Santos



Outra exigência técnica é a produção de fertilizante orgânico. Este fertilizante é chamado de composto e é resultado da compostagem. Tibério fala que *“é necessária muita água, para ser usado na mistura de restos de cultura + esterco + cal e o que mais for necessário para o equilíbrio do solo e para o desenvolvimento da planta” sic.*

A produção nas propriedades estudadas é a seguinte:

- no inverno: couve manteiga;
- no verão: inhame, tomate, cenoura;
- ano todo: alface erva medicinais, temperos;
- em pequena quantidade, frutas como: limão, caqui, pêssago e laranja.

*“Ocorrem geadas muito fortes em Campina dos Pintos”.* Há tecnologia para proteger as plantas cultivadas durante o inverno. Mesmo assim, Tibério produzia muito tomate, mas vai desistir.

No inverno de 2013, com a maior geada dos últimos 20 anos, o tomate morreu na estufa com o aquecedor ligado. Com a alface foi diferente, foi usada uma lona especial para cobrir as alfaces, que foram mantidas aquecidas e isoladas do contato com a geada. As alfaces resistiram, sem sofrer queimaduras provocadas pelo gelo (Tibério).

Para a produção, o dia de trabalho começa cedo, trabalham *“de escuro a escuro. A colheita deve ser realizada na madrugada, no horário mais fresco do dia”.*

Todos acordam por volta de 05h00min da manhã e trabalham até por volta de 19h00min, Elídio, que é produtor de tomate, reclama do *“calor dentro da estufa nos dias de verão”.* As atividades são iniciadas com colheita ao amanhecer, a fim de atender as encomendas do dia. Depois é realizado preparo da terra, rega das plantas, verificação da incidência de pragas e doenças, entre várias outras atividades. Na afirmação de Valdomiro *“se vai pelo que está apurando”.* O plantio e a colheita são manuais, com o uso de enxada e roçadeira. Todos trabalham sem a ajuda de empregados.

### 5.3.2 Facilidades e dificuldades na produção

A maioria dos entrevistados reclamou da dificuldade de conseguir mão-de-obra para produzir mais e atender a demanda crescente pelo produto agroecológico.

A existência de financiamento bancário é a facilidade para produzir apontada por todos. Por exemplo, Elídio usa o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, para duas finalidades: investimento e custeio. Para “comprar uma *pick-up* e instalar duas estufas de plástico para os tomateiros,” usou o Pronaf - Investimento. Para “*comprar insumos, como a cal, e para as atividades de preparo do solo até a colheita,*” usou o Pronaf - Custeio. Valdomiro, Elídio e Tibério usam as duas modalidades do Pronaf. João/Maria não usam crédito rural por preferirem “*antes poupar para depois comprar à vista*”.

Valdomiro, João/ Maria produzem suas próprias sementes, já Elídio e Tibério compram sementes de fornecedores. Valdomiro chama a semente de produção própria, “de crioula”. São selecionadas por ele e outros produtores, desde muito tempo. A Rede Ecovida de Agroecologia mantém um “Banco de Sementes” e nele um produtor troca sementes com o outro.

A semente comercial, aquela adquirida do fornecedor é menos adaptada à propriedade do que aquela selecionada pelos pequenos agricultores em suas reuniões no Banco de Sementes. Elídio e Tibério compram semente por não conseguirem produzir boa semente de tomate. A semente é o “<sup>5</sup>insumo” mais caro usado por Elídio. Uma semente de tomate cereja shirley custa R\$ 0,86. Uma muda de tomate grape fruit custa R\$1,50. Elídio plantou 1.500 tomateiros usando mudas que custaram em torno de R\$ 2.500,00.

Com relação assistência técnica seu recebimento acontece de forma diferente entre os cinco entrevistados. Em um grupo estão Valdomiro, João/Maria e Elídio, assistidos pela AOPA e pela certificadora Rede Ecovida. Recebem e trocam informações entre si, nas reuniões do Grupo Dois Pinheiros do qual fazem parte.

Já, Tibério recebe assistência técnica de forma diferente, ele depende da integração com atacadista Strapasson, o que resulta em pouca interação grupal com demais agricultores e predomínio da relação com agrônomos vinculados a atacadistas.

Para cumprir determinações da lei ambiental, o IAP tem atuado cadastrando os produtores e demarcando as áreas para a preservação da flora, da fauna, da água e do solo. O registro das áreas demarcadas é feito através do pagamento de

---

<sup>5</sup> Insumo é o que entra como matéria-prima para se conseguir um produto final.

taxas. E alguns produtores não realizam o registro por não terem recurso para pagar as taxas do IAP, como é o caso de Elídio.

João/Maria, Valdomiro e Elídio recebem e trocam informações entre si nas reuniões grupais, que são estabelecidas em rede e, em períodos de 30 dias, 60 dias e uma reunião anual.

As reuniões aos 30 dias são realizadas para: analisar a ata da reunião anterior; verificar a realização dos trabalhos estabelecidos; receber informações que vêm da Rede Ecovida; analisar necessidades do grupo, como: o repasse de recursos do governo federal para construir uma cozinha industrial.

A cada 60 dias reúnem-se 60 pessoas, oriundas duas de cada um dos 30 grupos de produtores que constituem a rede. A reunião é realizada para fornecer e receber informações da Rede Ecovida e de programas do governo municipal, estadual e federal, dentre outros assuntos de interesse dos produtores agroecológicos.

É realizada uma avaliação, através do "Olhar Externo", uma vez ao ano. Tres compõe o grupo que vai realizar o "Olhar Externo", portanto, são produtores de outros grupos que vêm analisar as realizações do Grupo Dois Pinheiros, ao qual pertencem João/Maria, Valdomiro e Elídio. Afirma Valdomiro que:

No final da tarde, com participação obrigatória de todos, é feita uma reunião geral. Aquele que não participar da reunião perde o certificado de produtor agroecológico por um (1) ano. Justificativas, só serão aceitas nos casos de doenças, falecimentos e outros acontecimentos. No grupo cada um fica fortalecido. Hoje o produtor isolado, pouca renda alcança em uma pequena propriedade. Isolado, ele fica por fora de tudo: de como produzir, de como cuidar da propriedade, de como colher, de como vender (Valdomiro).

Quatorze (14) famílias produtoras de orgânicos são integradas à Strapasson, e a família de Tibério é uma delas. A integração é um contrato realizado entre a atacadista e o produtor, assumindo cada um seus compromissos. Tibério tem o compromisso de entregar produto e a atacadista se compromete a comprar determinadas quantidades. São feitas reuniões para cumprir com o contrato e, por exemplo, Tibério recebe nas reuniões orientações sobre os procedimentos para produzir em sua propriedade.

A produção agroecológica é adotada pelos cinco agricultores, por um motivo principal: a questão da saúde familiar. Neste sentido, a narrativa de Elídio é exemplar:

A produção agroecológica mudou minha vida. Antes, quando era produtor convencional usava agrotóxicos sem receita agrônômica, sem noção de carência, sem limite de quantidade, tinha frequentes dores de cabeça. Um cunhado foi duas vezes para o hospital, intoxicado. O médico advertiu dizendo que na terceira vez ele morreria (Elídio).

Há quinze anos Elídio iniciou a construção de um novo meio de vida e seu cunhado também. Com a qualidade do produto, a segurança alimentar é garantida para Elídio, sua família, seus vizinhos, seu grupo e todos os que consomem seu produto agroecológico.

Para realizar a produção os produtores enfrentam tres tipos de dificuldades, no caso de Valdomiro, a dificuldade é a falta de mão-de-obra. Se houvesse como contratar empregados, sua renda cresceria. A renda do pequeno produtor agora é maior que no passado. Mesmo assim, *“a cidade atrai e os filhos vão embora para estudar e ficam por lá para viver outro tipo de vida”*.

Já para Elídio e Tibério, a dificuldade se manifesta no preço. Hoje em dia o preço do produto agroecológico está quase no mesmo nível do convencional. A razão deste nivelamento eles desconhecem.

João e Maria afirmam que não há dificuldades para a produção de temperos e ervas medicinais.

Para superar as dificuldades para produzir, os entrevistados expuseram situações diferentes. João e Maria, Valdomiro e Elídio com relação às dificuldades para produzir, buscam a solução em seu grupo e, consideram este o melhor caminho e, estão acostumados a interagir assim. Já Tibério considera que seu grupo de 14 famílias *“é desunido e que poucos estão dispostos a assumir responsabilidades no grupo”*.

Apesar das dificuldades, os cinco agricultores afirmam ter sido a melhor escolha adotar a produção agroecológica. Com essa escolha, os cinco estão dispostos a superar as dificuldades que aparecerem dentro de um processo de aprendizado. Pensar com o grupo permite um melhor entendimento do que está acontecendo e o que deve ser feito. Tibério aposta em outro apoio para superar dificuldades, a consciência do consumidor. Se houvesse mais consciência do consumidor, haveria mais pontos de venda e mais produção vendida.

A fiscalização mais rigorosa poderia ser a saída. Quando é divulgado pela fiscalização, a quantidade de agrotóxicos que existe nas hortaliças, o

comprador se assusta e sua consciência aumenta para a necessidade de consumir produtos saudáveis (Tibério).

Além do que, fazem outras atividades que sonham praticar, estão todas relacionadas a melhorar a produção de orgânicos. Em outros tempos, quando mais jovem, Tibério pensou em fazer algo diferente, ser torneiro mecânico. *“Mas o tempo foi passando, passando e passou e o que for para fazer, faça hoje. O tempo passa”*.

### 5.3.3 A venda de produtos agroecológicos

Na realização das vendas, os cinco entrevistados têm características que os separam. João e Maria, Valdomiro e Elídio se organizam para vender ao consumidor final, que é a família urbana. Para tanto realizam, durante a semana, feiras em Curitiba. Na terça-feira, é levado o produto para vender na Feira de Orgânicos da Universidade Federal do Paraná, no Setor de Ciências Agrárias, em Curitiba/PR. Na quinta-feira, é levado produto para vender na Feira de Orgânicos do Instituto Federal de Educação. Os equipamentos para a feira são: estrado com tampo para servir de balcão, caixas plásticas, algumas prateleiras e tabuleiros para expor os produtos.

Os cinco vendem também para o PAA e o PNAE, programas do governo que fazem ligação entre o produtor de orgânico e a merenda escolar, as creches, os orfanatos e outras instituições amparadas. Os cinco realizam a mesma preparação do produto. O produto é colhido, selecionado, lavado e depois embalado em caixas. Ao comprador, os cinco apresentam como comprovante de serem produtores de agroecológicos, os certificados fornecidos pela Rede Ecovida, no caso de João e Maria, Valdomiro e Elídio. E pelo Tecpar para Tibério.



Figura16 – Foto da Feira de Orgânicos com frutas à venda. Autoria: Ivo L. Santos

A diferença, é que Tibério vende para a atacadista Strapasson, que faz a intermediação com varejistas de Curitiba e região. Realiza duas vendas por semana para a Strapasson. A Strapasson pode aumentar a quantidade que compra, se houver pedido da parte varejista. O pagamento é realizado 40 dias depois da entrega. Como Tibério entrega várias vezes por semana sempre há dinheiro entrando.



Figura 17 – Foto da Feira de Orgânicos com hortaliças à venda. Autoria: Ivo L. Santos

No caso de Tibério, depois de colocado em caixas, o produto é entregue à Strapasson que faz a embalagem, coloca rótulo e o distribui para os varejistas. Sua maior dificuldade na venda está relacionada com a pouca quantidade vendida para a atacadista. Não pensa em voltar para o sistema convencional. Quando Tibério produzia tomate e batatinha no sistema convencional, usava agrotóxicos em grande quantidade. Para escapar do veneno, adotou a produção agroecológica e não vai mudar. Já foi grande plantador de chuchu. Plantava uma área de 10.000 metros quadrados e, por uma razão que Tibério desconhece, o chuchu não produz sistema agroecológico.

#### 5.3.4 Facilidades e dificuldades na venda

As dificuldades apresentadas pelo grupo de João e Maria, Valdomiro e Elídio são relacionadas, principalmente, à contratação de empregados. Elídio, produtor de tomates, tem uma dificuldade a mais, relacionada a este produto, pois não há comprador que pague um preço diferenciado para o tomate cereja orgânico, que ele vende pelo mesmo preço praticado para o convencional. Ele não sabe a explicação para este comportamento do mercado, mas o preço dos outros produtos



agroecológicos se situa 30% acima dos preços dos convencionais, e somente o tomate cereja é que não tem preço superior.

João e Maria, Valdomiro e Elídio apontam outro apoio importante para vender melhor. São as instituições de ensino abrindo espaço para as Feiras de Produtos Orgânicos.



Figura 18 – Foto de Tomate tipo cereja e pomodoro/pizza na feira de orgânicos. Autoria: Ivo L. Santos

#### 5.7.5 Importância do mundo rural e da rede de apoio

Os cinco entrevistados concordam ao dizer que é a saúde a preocupação maior. O mais importante é a preservação da saúde de todos, produtores e compradores. Na propriedade saudável o solo é descontaminado, a água é limpa, a quantidade de micro organismos no solo aumenta e a fertilidade natural é restaurada. Na floresta da propriedade, os insetos e os pássaros estão em ação em benefício da plantação. Tudo é mais saudável: o homem, o solo, a água, a flora e a fauna.

A importância da produção agroecológica se expandir em Rio Branco do Sul é a sua relação com a qualidade. Na Região, o município seria reconhecido como o lugar que produz com segurança alimentar. Seria como se Rio Branco do Sul recebesse, ele todo, um selo de qualidade. A notícia da qualidade de Rio Branco do



Sul chegaria até o consumidor. Da mesma forma, para o Paraná, quanto mais houver municípios produtores de agroecológicos, mais o Estado será conhecido e valorizado pela característica de produzir com sustentabilidade.

A importância para o comprador são os menores gastos com remédios, por ser protegido por alimentos não contaminados e de maior qualidade alimentar. Valdomiro e os vizinhos próximos são produtores de agroecológicos. No terceiro lado da propriedade, que Valdomiro chama de cabeceira, há mata original. *"É uma sorte"* e parece comparar-se a Elídio, que está cercado de produtores convencionais. Elídio diz que contribui para a saúde da vizinhança, mas que não recebe o mesmo tratamento em troca. Elídio se sente protegido pela mata nativa, que circunda a propriedade. É no espaço dentro da mata, que Elídio realiza seu plantio. Para João e Maria, a produção agroecológica é importante por contribuir para o equilíbrio da propriedade. Sentem-se bem ao oferecer um produto colhido em uma terra bem equilibrada. Tibério, depois que trocou a forma de produzir, vive uma sensação nova na propriedade. Compara esta sensação com o sabor do tomate.

Pegue um tomate orgânico e um tomate convencional. Experimente e compare os sabores. A sensação é totalmente diferente. Na propriedade agroecológica você se sente assim, totalmente melhor (Tibério).

A rede de apoio é constituída por instituições, como a UFPR, e por empresas como a atacadista Strapasson.

Tibério relata que quando acontece alguma coisa errada, marca-se uma reunião do grupo de famílias contratadas para estudar o que está acontecendo. Um agrônomo, empregado da Strapasson, orienta o grupo na análise e na proposta de solução de como produzir dentro do padrão para a venda. A fiscalização do cumprimento das normas para a produção agroecológica é feita pelo TECPAR.

Para os outros quatro, a fiscalização da produção agroecológica é feita pela Rede Ecovida. Recebem assistência técnica da Rede Ecovida de Agroecologia e da AOPA.

Recentemente, surgiu o apoio do Instituto Federal de Educação, em 2007, e do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, em 2010. As duas instituições oferecem espaço dentro do campus de cada uma delas para a realização de Feiras de Orgânicos em dois dias: terça-feira e quinta-feira.

A história dos entrevistados mostra como se articulam para produzir agroecológicos. Quatro deles, João e Maria, Valdomiro e Elídio, agem também para vender ao consumidor final, interagindo com ele e identificando suas necessidades. Tibério, não entra em contato com o consumidor final, se dedica a produzir. No grupo dos quatro, os produtores assumem mais o papel de atores sociais coletivos e atuam não só para produzir, mas também para vender e reconstroem seu meio de vida, inserindo-o numa nova rede de relações que se entrelaça até incluir o consumidor final.

O envolvimento do profissional permite discernir se as demandas de produtores como João e Maria, Valdomiro, Elídio e Tibério estão sendo atendidas pelas políticas públicas ou se, ao contrário, se tais políticas não beneficiam aqueles aos quais seriam dirigidas. No caso dos cinco produtores agroecológicos, foi possível verificar que a legislação ambiental e os procedimentos para certificação, os favorecem. Com relação às linhas de financiamento para a agricultura familiar, da mesma forma, a disponibilidade de recursos, os juros baixos e prazos convenientes, favorecem a produção e a venda de produtos agroecológicos.

Outro apoio é a disponibilidade de tecnologia para a produção agroecológica, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa/PR, ao alcance dos produtores de Campina dos Pintos, conforme os relatos de João e Maria, Valdomiro, Elídio e Tibério, que traduziu o bem está com a nova tecnologia.

#### 5.4 Experiências dos entrevistados e início das atividades no campo

##### Trajetória de vida de Valdomiro

O histórico de Valdomiro aparece em vários pontos da entrevista. Está com 49 anos, e nasceu e se criou na roça. Começou a trabalhar na roça com seus pais aos dez anos. São 39 anos de trabalho na agricultura.

De 1992 até 1995, fez parte do Projeto da Kellog's, conforme mais adiante ele vai relatar.

A partir de 1996, iniciou o processo de transformar-se em produtor agroecológico. Há 17 anos se dedica à produção de orgânicos.

A influência para mudar seu modo de vida aconteceu em reuniões políticas, das quais participava o estudante Universitário, que afirmava: "você se matam de trabalhar e ganham pouco. Você devem mudar isso. Deixar de produzir como todos os outros e entregar tudo na Ceasa/PR. Tudo era vendido a preço de banana". A grande quantidade à venda fazia os produtos, por serem perecíveis, valerem pouco. A renda do produtor era baixa. O estudante Universitário insistia para que se reunissem em associação e melhorassem a qualidade do produto, para conseguirem novos compradores que pagassem melhor do que a Ceasa/PR.

Recebeu de sua família a formação para tornar-se um produtor rural. Já em 1996, aprendeu a ser produtor de agroecológicos, com a rede de apoio que encontrou. E a aprendizagem continua até hoje, "pois sempre há o que aprender".

As associações que apoiam Valdomiro para vender são as mesmas que o apoiam para produzir. Surgiu recentemente o apoio de instituições de ensino, oferecendo pontos de venda direta ao consumidor na cidade de Curitiba/PR. São o Setor de Ciências Agrárias da UFPR e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

#### O início da trajetória

Valdomiro conta como tudo aconteceu desde o encontro com o estudante. Qual a formação do estudante Universitário? Valdomiro não sabe. Nem o nome ele lembra. Primeiro conseguiram se organizar em associação. Receberam equipamentos como secadora de feijão, classificadora de laranja e outros incentivos de políticas governamentais. A associação, ainda existe meio desmontada. Tenta-se usá-la para organizar um grupo de mulheres que reciclariam lixo. O estudante Universitário continuou insistindo sobre a necessidade de procurar o apoio para realizar algo maior. Começaram a procurar. Até chegar à Kellog's. Os primeiro projetos foram rejeitados. Dizia a Kellog's que eram projetos muito pequenos. Na terceira tentativa foram aprovados e recebeu um recurso de 300.000 dólares, liberado em três anos. Com o Projeto Kellog's, o grupo estruturou uma associação para atuar em saúde, educação e produção agrícola, em vários municípios do Vale da Ribeira no Paraná. Dois fuscas foram comprados para o deslocamento aos vários

municípios. Tres técnicos agrícolas foram contratados para assistência aos associados.

Para a saúde foram selecionadas mulheres, uma de cada comunidade. Foram treinadas por instrutores da Secretaria da Saúde. “Até hoje as mulheres treinadas são agentes de saúde em Rio Branco do Sul/PR. Estão ligadas à Secretaria Municipal da Saúde e formam equipe com um médico e uma enfermeira. Uma vez por mês, a equipe atende comunidades de Rio Branco do Sul/PR, em locais como: Salão Paroquial, Escola, Posto de Saúde e em casas particulares”.

Os associados eram responsáveis pela produção agrícola com o apoio dos tres técnicos. Foram compradas máquinas e equipamentos: classificadoras de laranja; arado de tração animal para arar terrenos muito inclinados e trator para arar os terrenos mais planos.

Com o projeto da Kellog's foi consolidado o primeiro movimento associativo na região. Na associação, Valdomiro e os outros, aprenderam a agir em grupo. Foi um longo aprendizado em ação grupal. Valdomiro afastou-se da associação quando se interessou pela produção agroecológica. “Eu mais um amigo topamos a parada”. Iniciaram a descontaminação do solo em suas propriedades. Para tanto plantaram adubo verde durante um ano e meio (1,5) foram incorporando a palha ao solo, para a restauração de sua estrutura. Nesse período, para viver arrendaram terras dos vizinhos e nelas continuaram plantando no sistema convencional.

#### A cooperativa

Valdomiro pensa em maiores realizações, para reforçar a ação dos produtores. Seria uma cooperativa de produção agropecuária. Estão pensando e amadurecendo as ideias. É uma empreitada maior. Uma organização que vai depender ainda mais da expansão da solidariedade no grupo e da participação consciente de cada um para os resultados serem benéficos a todos. Para alcançar o número suficiente de cooperados, serão necessários produtores de Rio Branco do Sul e de outros tres ou quatro municípios vizinhos. É uma região bem maior do que Campina dos Pintos, que para ser mobilizada necessita de mais tempo disponível de Valdomiro e de todos os interessados.

## Os filhos

Sobre seus filhos de 4 e 8 anos, adotarão o mesmo meio de vida, “é muito cedo e não dá para saber o que eles têm na cabeça. Quando chegarem aos 18 anos, será possível perceber o que eles querem ser. Gostaria que estudassem e voltassem a trabalhar na lavoura. Que se formassem em agronomia e voltassem para a propriedade. Mas isso só vai ser sabido mais lá pra frente”.

## O uso de financiamento bancário

O uso do Crédito Rural é realizado através da Cooperativa Central de Crédito Rural – Cresol, conveniada com o Banco do Brasil. Valdomiro usa duas linhas de financiamento. O Crédito de Custeio ele usa para comprar insumos (como sementes) e para os gastos com atividades como o do preparo da terra para a semeadura até a colheita da produção.

Usa outra linha de financiamento, o Crédito de Investimento. Esta oferece recursos para serem aplicados na infraestrutura da propriedade, como cercas, açudes e edificações; e para aquisição de máquinas, tratores, veículos e equipamentos. Em 2011 com o Crédito de Investimento comprou uma caminhonete usada, que está pagando em parcelas anuais. Para o Custeio e para o Investimento, os recursos são do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, com juros de 2% ao ano.

## Trajetória do casal João e Maria

Desde 1992, Maria e João são produtores de agroecológicos. As razões para terem realizado esta opção são políticas, econômicas e filosóficas.

Maria fala de Wilhelm Reich e de sua teoria da energia das forças vitais; fala de bioenergia e de energia cósmica. Fala da técnica ou procedimento para captar a energia vital dos cosmos em benefício de todos. Demonstra a existência desta força unindo seu dedo indicador ao seu dedo polegar. Pede ao entrevistador que use toda a sua força para separá-los. O entrevistador usou muita força, mas não conseguiu separar os dois dedos de Maria.

Para se tornar uma produtora de agroecológicos Maria herdou de sua família, principalmente da mãe, as noções de sustentabilidade.

O pai de João foi capataz de uma fazenda de café no Norte do Paraná e foi assim que ele conheceu atividades na agricultura convencional. Com Maria aprendeu e adotou a sustentabilidade a partir do ano de 1992.

### Um mundo melhor

Maria fala sobre a situação de poucos com muito e muitos com pouco. Fala sobre a situação de crianças, mendigos e drogados, sem assistência e se exalta. João adverte: "Calma mulher, olha o coração". "Seres humanos não podem ser explorados por seres humanos. Tudo neste mundo é ter", fala emocionado.

A saída é a educação verdadeira, o indivíduo sendo capaz da crítica e através dela, de escolher o que fazer para transformar a realidade e criar um mundo melhor para todos. "No mundo melhor, a terra seria tratada como dádiva para todos. Seria partilhada em benefício a todos".

### Alfarrábios

Maria consulta seus alfarrábios para complementar as orientações que recebe de várias instituições e da rede de produtores. O de cabeceira é o: "Manual de Alternativas Ecológicas" para prevenção do controle de pragas e doenças (caldas, biofertilizantes, fitoterapia animal e defensivos naturais) de Inês Claudete Burg e Paulo Henrique Mayer, (1998). Sendo a autora engenheira agrônoma e pedagoga, formada pela UFSM/RS. É Diretora do Departamento de Agricultura e Fomento da Secretaria de Agricultura de Francisco Beltrão/PR e membro da Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços– Cooperiguaçu.

E o autor é engenheiro agrônomo, formado pela UFSM/RS. Coordenador do Projeto de Produção Orgânica da Assessoria/Francisco Beltrão/PR- Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural. Membro da Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços - Cooperiguaçu. Na apresentação do livro os autores dizem que *"produzir organicamente é obra dos "cientistas" que, diariamente, trabalham e*

vivem da terra. Produzir organicamente exige esforço, aprendizado e dedicações constantes", (MAYER, BURG, 1998, p. 9).

### Aprendizagem

Maria considera que o aprendizado acontece através de grupos, instituições e livros, mas é na observação da natureza que a aprendizagem tem seu fundamento. A observação conduz até a consciência da composição da natureza. Com o conhecimento empírico, é que se chega ao conhecimento científico.

Na observação da natureza, o aprendizado é contínuo. *"A natureza, cada dia ensina um pouco mais"*.

### Outro modo de vida

Maria e João escolheram serem produtores rurais como um novo modo de vida. Os dois trabalharam antes em outras atividades. Maria foi contadora da Prefeitura Municipal de Curitiba e que, com a aposentadoria, escolheu a chácara como modo de vida. Lembrou-se do pai que saiu da roça para Curitiba. Ela percebeu que mudar de vida era uma alternativa possível e fez o caminho inverso, da cidade para a roça.

João trabalhou na Usina Hidrelétrica de Furnas e saiu de Brasília para Ivaiporã no Paraná. Dali para Foz do Iguaçu, também no Paraná, quando foi almoxarife na Hidrelétrica de Itaipu, até 1990.

João e Maria se encontraram em 1992 na Ilha do Mel, litoral do Paraná. Eram separados e *"ela me fez uma proposta: vamos tocar juntos uma chácara?"*

A chácara é de Maria. Em 1992, Maria reassumiu a chácara, que era habitada só por um caseiro. E em 1993, os dois vieram nela morar e é onde estão, faz vinte anos.

Maria relata que produziram muito para a Associação de Produtores Agrícolas de Colombo - Apac, que hoje não existe mais. A Apac funcionava através de um acordo envolvendo a Emater/PR, a Prefeitura de Colombo e a Apac. Havia uma agrônoma, chamada Rosângela, que realizava visitas semanais quando calculava qual a quantidade de produto que a Apac receberia de cada associado.

A Apac terminou em 1999, Maria diz que a Apac funcionava otimamente por ser bem clara a regra relacionada à quantidade que cada entregava para a associação. Além disso, a Apac incentivava a confecção de compotas, que era mais uma fonte de renda para a família.

Quando as cotas de produção de cada família deixaram de ser respeitadas, por abuso do poder político, começou a desunião e a Apac começou a desmoronar. Faltou solidariedade no grupo e a participação consciente de todos para garantir a sobrevivência da Apac.

### A família

Maria relembra que sua preocupação com o ambiente vem do tempo de criança, em sua família. A mãe lhe ensinava que não é necessário usar veneno, como ela chamava os agrotóxicos, para produzir. Junto com suas irmãs fez o aprendizado. Coletavam esterco de boi, para adubo, no Campo da Boiada, na Vila Lindóia, em Curitiba/PR. Neste campo eram desembarcados os animais que chegavam de trem. Além de esterco Maria catava cogumelos comestíveis, com suas irmãs. Com a mãe aprendeu a refletir e considerar a história familiar como herança. As pessoas devem ser solidárias, identificando-se com problemas e necessidades que são de todos. Agir pensando em toda a sociedade.

### Trajetória de Elídio

Elídio tem 44 anos e foi criado produzindo no sistema convencional. Há 15 anos optou pela produção agroecológica. E foi muito difícil tirar o sistema convencional da cabeça do pai, que insistia em usar agroquímicos. Com o tempo e com a idade o pai foi cedendo e agora, aos 76 anos, afastou-se de vez da produção. A sua aprendizagem para ser produtor aconteceu com a própria família. O trabalho era diário, preparando a terra, semeando, tratando da lavoura, colhendo e preparando o produto para a venda. Assim aprendeu, vendo e fazendo.

Hoje em dia Elídio vai até as outras propriedades para continuar aprendendo. Visita, vizinhos e parentes, não só os que praticam a agroecologia, mas também, quem produz no sistema convencional. A fiscalização há pouco tempo,



pegou feio, muito produtor convencional. Então, muita coisa está mudando. Para atender às exigências da fiscalização, houve adoção do correto procedimento técnico, e Elídio destaca que algumas tecnologias agroecológicas já estão sendo adotados no plantio convencional para o cumprimento de exigências legais.

O grupo Dois Pinheiros e instituições de apoio como a AOPA e outras, são fundamentais para o trabalho de Elídio. Elídio fala da cozinha industrial, e que nela mais oportunidade de realizar trabalhos com a participação de todos.

### Como Elídio descobriu o cultivo do tomate orgânico

Em determinado momento da entrevista Elídio se apruma e diz que quer relatar como "eu fui pro-orgânico". Elídio ouvia falar da produção orgânica de tomate e não acreditava que se pudesse produzir tomate sem o uso de tanto veneno, quanto ele e sua família usavam no cultivo de tomateiro. Nesta época, há muito tempo, soube de uma exposição agropecuária no Parque Castelo Branco, em Curitiba/PR. Elídio soube que nela haveria uma unidade demonstrativa de produção de tomate orgânico. Com o irmão e um amigo, foi até a exposição e lá encontrou a unidade em plena produção e pensou: *"Opa, dá certo o negócio"*.

Daí em frente foi mudando a tecnologia para produzir tomate orgânico. Elídio dá exemplo de mudança tecnológica relatando que para aumentar a resistência do tomateiro pode ser usado o caldo extraído de uma planta nativa chamada cavalinha. Ela produz uma pequena cebolinha que contém sílica. *"Cavalinha tem muita por aqui. Só que não é bom plantar por que infesta a terra e é difícil de controlar"*, diz Elídio, que a cavalinha é cozida e o caldo resultante é aplicado no tomateiro. A sílica da cavalinha reforça a folha do tomateiro e aumenta sua resistência contra o ataque de doenças.

### O trator e o micro – trator

Elídio tem um micro-trator para o transporte dentro da propriedade. Não quis fazer financiamento para comprar o trator grande que custaria R\$ 85.000,00. Muito caro para ficar muito tempo parado, por ser cultivada área muito pequena. O financiamento seria com juros de 2% ao ano, e prazo de 10 anos para pagar. O

pagamento de R\$ 8.500,00/ano + juros, não seria coberto pela pequena propriedade de Elídio.

Além disso, a área é pequena para um trator grande, nas atividades predominam as práticas manuais executadas por Elídio e sua esposa. Quando precisa de um trator grande, Elídio aluga para realizar algumas atividades que requerem este tipo de máquina.

### Trajetória de Tibério

Nasceu na roça. Tem 57 anos e desde muito pequeno começou a trabalhar com o pai. Calcula que é produtor rural há 50 anos. Há 15 anos é produtor de orgânicos. Quis mudar, sentia a saúde ameaçada. A mudança do convencional para o agroecológico no começo foi complicada, até pegar os macetes. *"Depois, se vai sempre em frente, sentindo mais facilidade"*. Na produção orgânica se pensa na sustentabilidade e no conjunto de tudo: planta, água, solo, flora, fauna e pessoas.

Outra complicação é a grande quantidade de água necessária para a fabricação do adubo orgânico para substituir os adubos convencionais que são químicos. Como produtor agroecológico fez parte da *"Apac que quebrou, depois da AOPA, e depois dá "Fruto da Terra" que quebrou"*. Realizou a primeira certificação para produzir orgânicos com as Inspeções e Certificações Agropecuárias e Alimentícias - IBD. Atualmente tem a certificação do TECPAR.

Para produzir e vender fez contrato de integração com a empresa Strapasson. No contrato de integração a empresa se obriga a comprar determinada quantidade de produto e o produtor aceita a obrigação de produzir de acordo com o padrão estabelecido pela empresa. A manutenção do padrão é realizada pela assistência técnica. Strapasson comercializa com produtos convencionais e agroecológicos. Para o produto orgânico exige a certificação agroecológica da propriedade. A família de Tibério é uma das 14 famílias contratadas pela Strapasson para produzir agroecológicos. Para a produção convencional, a Strapasson tem entre 70 e 80 famílias contratadas, informa Tibério. A Strapasson também compra produtos em outras regiões do país. Tibério diz, por exemplo, que a cada semana são trazidos de Canoas/RS, dois caminhões carregados de alface americana para vender na Região de Curitiba/PR.

## Instituições

A partir da experiência de ter trabalhado com outras instituições, Tibério diz que é dez vezes melhor trabalhar com a Strapasson por ter um único dono. Uma associação, com muitos mandando, não funciona. A AOPA já quebrou uma vez. Sobrou só o nome e hoje a AOPA está bem fortalecida. Antes, mal administrada, deixava produto apodrecer por não ter câmara fria. Agora, bem administrada, é sustentada pelos programas governamentais PAA e PNAE.

## Mudanças

Antigamente, no tempo do pai de Tibério, era tudo mais simples e resolvido dentro da propriedade.

De vinte anos para cá aconteceu “uma explosão muito louca e tudo ficou muito mudado”. Para ir para Curitiba/PR, a estrada era de barro, demorava muito para chegar e hoje se percorre rápido à distância até a capital. Hoje todo mundo foi para a cidade. “Em Campina dos Pintos, de quarenta jovens, todos saíram e estão empregados em Colombo/PR em Rio Branco do Sul/PR e em Curitiba/PR”.

## As filhas

Sobre se gostaria que as filhas permanecessem fazendo a mesma coisa, Tibério diz que não quer que trabalhem na lavoura. *“É muito sofrido. Para entregar o contratado trabalha-se com sol e com chuva. Não tem hora”*. Tibério tem tres filhas com 17, 26 e 28 anos de idade. A filha de 28 anos está casada; a de 26 tem curso superior em administração e trabalha em Curitiba/PR, a de 17 é formada em magistério e quer estudar nutrição. Não vão trabalhar na lavoura.

## 5.5 Algumas semelhanças entre os entrevistados

As propriedades são pequenas, localizadas próximas de Curitiba/PR, cidade com população que constitui um grande mercado consumidor de produtos agroecológicos.



Figura 19 – Foto da cobertura vegetal como prática sustentável. Autoria: Ivo L. Santos

Os cinco usam práticas sustentáveis para cultivar a terra observando exigências legais e tecnológicas. As espécies cultivadas são hortaliças, como couve-manteiga, cenoura e tomate. Em pequena quantidade, cultivam frutas como caqui e laranja.

As atividades na propriedade estão sujeitas às estações do ano e às variações climáticas durante cada estação. O período diário de trabalho é longo, com exposição ao rigor do clima. "Trabalha-se de escuro a escuro", como diz Tibério. As práticas que predominam são os manuais, com o uso de enxada e roçadeira. Trator é usado pouco, quando se quer melhorar a incorporação da palha ao solo para restaurar sua estrutura e fertilidade. Todos conhecem a existência de financiamentos bancários como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, nas suas modalidades para investimento e para custeio. As sementes que os cinco usam são predominantemente de seleção própria. Só compram aquelas sementes que não conseguem produzir com

qualidade. É o que acontece com o tomate, que tem as sementes compradas por Elídio e Tibério, pagando preços altos.

Os cinco entrevistados têm a compreensão de que o solo, a água, a flora e a fauna da propriedade formam um sistema que tem o solo como base. Por isto, no processo para a transformação da propriedade, o solo é o primeiro a ser descontaminado e recuperado.

Na propriedade agroecológica são adotadas práticas sustentáveis como a cortina com árvores; roçar e deixar a palha no terreno; produzir fertilizante orgânico usando esterco de galinha, peru, e ainda o sulfato de cobre, enxofre, a cal virgem. Com a cal virgem se faz a calda bordalesa usada para o controle de doenças.

Todos usam diversos apoios da assistência técnica e da assistência técnica financeira, para se adequar as normas e as práticas de produção agroecológicas. E chama a atenção à aceitação de rigorosa fiscalização realizada pelas instituições certificadoras com a Rede Ecovida e o TECPAR. Neste contexto ocorre a aprendizagem de como produzir com sustentabilidade e como diz Valdomiro, “o aprendizado contínuo”.

Os procedimentos para vender são: colher de madrugada, selecionar, lavar e embalar em caixas de plástico. Todos querem permanecer com os produtos agroecológicos e não pensam em retomar ao sistema convencional. Usavam grande quantidade de agrotóxicos neste sistema, e aos poucos foram percebendo quando arriscam a própria vida. A sensação vivida por Tibério em sua propriedade, depois da descontaminação, é outra. Exemplifica com o tomate orgânico "pegue um tomate orgânico e um tomate convencional. Experimente os dois. O sabor é totalmente diferente. Na propriedade agroecológica, tudo é totalmente melhor".

O tamanho da propriedade e o predomínio do uso da mão de obra da família, comum a todos, são características da agricultura familiar, que só a partir de 1995 teve políticas governamentais voltadas às suas necessidades específicas. Estas políticas foram ampliadas em 2000, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, voltado prioritariamente para a agricultura familiar. Em 2003 foi criada no MDA, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, ampliando a visão das relações urbano-rurais em um território, com as atividades agrícolas e não agrícolas integradas num mesmo espaço (RAMBO, FILIPPI, 2010; p. 29). As práticas para a produção agroecológica são destacadas pela Embrapa (2008), em

seus Princípios Norteadores para a agricultura agroecológica. Nas entrevistas foram detectadas práticas em acordo com estes princípios, como: a existência na propriedade de áreas cultivadas, de áreas em pousio e de áreas com cobertura florestal. Com este procedimento os cinco entrevistados estão recuperando e preservando o solo, a água, a flora e a fauna.

Da mesma maneira, os Princípios estão sendo observados quando deixam sobre o terreno palha dos restos das culturas e das capinas e quando usam fertilizantes naturais como farinha de osso, superfosfato natural, cal e cinza.

Todos os cinco estão à mercê do clima. No inverno ocorrem geadas muito intensas, em Campina dos Pintos. Em 2013, as geadas prejudicaram a produção de tomate e de couve-manteiga. Isto fez com que Tibério desistisse de produzir tomates. O tomate que ele plantou morreu mesmo na estufa com aquecedor. As condições climáticas, como: geadas no inverno e calor intenso no verão, interferem na atividade dos cinco entrevistados.

O período de trabalho diário também é o mesmo para os cinco. Acordar cedo por volta de 05h00min, com intervalo para o almoço e conclusão de tarefa diária entre 19h00min e 20h00min. O ciclo de desenvolvimento das hortaliças impõe o ritmo do trabalho em cada dia, seja plantando, seja capinando, seja colhendo, seja combatendo as pragas e doenças.

O financiamento bancário é conhecido e usado por todos. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf é usado para custear a produção, desde o preparo do solo até a colheita. E para investir comprando veículos ou construindo instalações como as estufas para o tomate.

Outra característica comum entre os cinco é a produção da própria semente. A semente de produção própria é chamada por Valdomiro, de semente crioula. Ele e os demais produtores de agroecológicos selecionam os melhores grãos para o próximo plantio. A qualidade é maior na semente crioula, por ser mais adaptada às condições de clima e de solo da propriedade.

A produção agroecológica melhorou a saúde de todos os cinco. Elídio fala das frequentes dores de cabeça quando usava altas dosagens de agrotóxicos para produzir tomate. Relata que seu cunhado intoxicou-se usando agrotóxicos, e foi hospitalizado duas vezes. Histórias como estas fizeram os cinco optarem pela

produção agroecológica, para preservar a saúde de suas famílias, de seus vizinhos e daqueles que compram o produto de seus trabalhos nas propriedades.

Nogueira (2010) diz que está estabelecido pela ciência que o risco de contaminação por agrotóxicos é maior para o produtor do que para o consumidor. O produtor faz várias aplicações de agrotóxicos durante o desenvolvimento da lavoura e se expõe à maior quantidade do produto. Poucos usam equipamentos de proteção adequados e a maioria fica totalmente exposta à contaminação pelo agrotóxico.

## 5.6 Alguns distanciamentos entre os entrevistados

Os tres agricultores entrevistados (Valdomiro, Elídio e Tibério) adotaram o mesmo meio de vida desde a infância. Nasceram em propriedades rurais e foram criados em propriedades rurais.

João e Maria são diferentes, por terem vivido em cidades e por terem optado por um modo de vida novo no meio rural.

Outras diferenças separam os cinco produtores de agroecológicos em duas categorias. Uma é composta por João e Maria, Valdomiro e Elídio. A outra é constituída por Tibério. Para João/Maria, Valdomiro e Elídio, a assistência técnica é realizada pela AOPA e pela certificadora Rede Ecovida de Agroecologia. Somente para Tibério, a assistência técnica é realizada pela atacadista Strapasson.

Quatro interagem nos grupos familiares da Rede Ecovida para superar suas dificuldades. No caso de Tibério, ele relatou que suas inter-relações estão ligadas às quatorze (14) famílias integradas à Strapasson que nas palavras de Tibério, são desunidas.

João/Maria, Valdomiro e Elídio escolhem o grupo com o melhor caminho para superar dificuldades. No grupo as relações se fortalecem e acabam somando mais energia. A participação de cada um possibilita a escolha da melhor solução para as dificuldades, dizem eles. Para Tibério o grupo é uma alternativa que funciona pouco, por serem desunidas as famílias integradas à Strapasson e por poucos estarem dispostos a compromissos grupais.

A atividade de vender também separa Tibério dos outros quatro. Para estabelecer relação com o consumidor final, o grupo dos quatro se organiza e quer

conhecer as necessidades do comprador. Tibério se organiza para atender o intermediário, e não tem relação com o consumidor final.

Durante a semana, na segunda-feira, todos os cinco colhem para entregar produtos para os programas de governo, via CONAB. A diferença entre os cincos aparece nos demais dias da semana. O grupo dos quatro tem dois dias marcantes quando realizam feiras em Curitiba/PR. A terça-feira é o dia da realização da Feira de Orgânicos no Setor de Ciências Agrárias na UFPR. A quinta-feira é o dia da Feira no Instituto Federal de Educação. Estes dois espaços são importantes para encontrar os consumidores finais, que são as famílias dos bairros próximos aos dois pontos de venda.



Figura 20 – Foto da Feira de Orgânicos no Setor de Ciências Agrárias da UFPR. Autoria: Ivo L. Santos





Figura 21 – Foto da Revista Alimentação Saudável.

Autoria: Ivo L. Santos

Na propriedade de Tibério, o produto é embalado em caixas de 25 kg e entregue à Strapasson. Esta reembala o produto em volumes menores, coloca neles o rótulo da empresa e vende para os varejistas. São estes que colocam o produto na prateleira, ao alcance do consumidor final. As diferenças para produzir entre os cinco entrevistados apareceram em três situações: assistência técnica; dinâmica da relação grupal e dificuldades para produzir.

João/Maria, Valdomiro e Elídio diferem de Tibério no que se relaciona ao recebimento da assistência técnica. Os quatro primeiros são assistidos pela AOPA e pela certificadora Rede Ecovida de Agroecologia, em reuniões que ocorrem com a periodicidade de 30 dias e de 60 dias. Há ainda uma reunião anual para avaliação mais abrangente das realizações em cada propriedade.

Na propriedade de Tibério, a supervisão da certificadora TECPAR é realizada duas vezes ao ano, mas é da atacadista Strapasson que recebe maior

assistência técnica para que a produção seja realizada dentro do padrão estabelecido no contrato de integração.

No seu grupo de quatorze (14) famílias, Tibério sente-se só, diferente daquilo que João/Maria, Valdomiro e Elídio relatam que acontece nas reuniões periódicas conforme detalhado a seguir.

A Reunião aos 30 dias, com o grupo Dois Pinheiros, composto por 10 famílias, é feita para analisar a ata da reunião anterior e como foi à realização das tarefas estabelecidas. A assistência técnica compõe a pauta da reunião, com relatos de problemas de uns e das soluções encontradas por outros. São analisadas informações fornecidas pela Rede Ecovida, relacionadas à produção e à venda do produto agroecológico. Na pauta constam ainda as necessidades do grupo e as possíveis soluções, como é o caso do repasse de recursos do governo federal para construir uma cozinha industrial e processar a matéria prima produzida por cada um, diversificando o uso daquilo que produzem. Os assuntos são incluídos dependendo dos acontecimentos.

Da Reunião aos 60 dias participam 60 produtores. A reunião é realizada para fornecer e receber informações da Rede Ecovida, de programas do governo municipal, estadual e federal. Assuntos de interesse dos produtores agroecológicos sempre são incluídos.

Uma vez ao ano, é realizada uma avaliação através do "Olhar Externo", diz Valdomiro. São três produtores que analisa Maria as realizações do Grupo Dois Pinheiros ao qual pertencem João/Maria, Valdomiro e Elídio. Esta avaliação repete-se até a avaliação de todos vinculados aos trinta (30) grupos da Rede, o olhar é externo por que os três avaliadores não participam do grupo que está sendo estudado.

A conclusão da avaliação do "Olhar Externo" acontece em reunião geral no final da tarde, com a participação obrigatória de todos. O produtor que não participar da reunião perde o certificado de produtor agroecológico por um (1) ano. Justificativa para a ausência só é aceita nos casos de doença, falecimentos, e outros acontecimentos da mesma magnitude.

Através desta pesquisa foi possível perceber que Tibério e os outros quatro, assumiram atitudes diferentes em seus grupos. João/Maria, Valdomiro e Elídio, nas dificuldades buscam solução interagindo em seu Grupo Dois Pinheiros e considera o

grupo o melhor caminho para encontrar soluções e estão acostumados a isto, com consciência de que o trabalho no grupo soma mais energia. Têm a experiência de que a participação de cada um resulta na escolha da melhor solução. Que cada um vai assumir, respeitar e realizar. Nas palavras de Valdomiro "no grupo cada um fica fortalecido. Hoje o produtor isolado pouca renda alcança em uma pequena propriedade. Isolado ele fica por fora de tudo: de como produzir, de como cuidar da propriedade, de como colher, de como vender".

Em seu grupo de quatorze (14) famílias, Tibério diz que poucos partilham responsabilidades, tanto para enfrentar quanto para solucionar problemas do dia-a-dia. Assim ficam na dependência de soluções estabelecidas pela atacadista. Nas reuniões cada agricultor recebe orientação técnica de um agrônomo restrita a produção e colheita na propriedade de cada um.

Para João/Maria não há dificuldade que desestime a produção de temperos e ervas. Para os outros três, incluindo Tibério, ou a falta de mão de obra é uma impedimento, ou o baixo preço do produto agroecológico, um desestímulo.

Para Valdomiro, a renda do produtor agora é maior do que aquela obtida no passado, mas poderia crescer mais se houvesse mão de obra para contratar.

Para Elídio e Tibério, a principal dificuldade é o preço recebido pelo produtor agroecológico. Dizem que o preço está quase equiparado ao preço do produto convencional e os dois desconhecem a razão desta tendência ao nivelamento.

Os cinco se assemelham ao adotarem em suas propriedades a produção agroecológica como projeto de vida. Sintetizando, poder-se-ia dizer que os entrevistados apresentam as seguintes semelhanças: o tamanho da propriedade; o uso da propriedade; a tecnologia para a produção agrícola e a proteção ambiental; os ciclos de produção condicionados pelo inverno e pelo verão; o período de trabalho diário; o predomínio de práticas manuais de produção; o uso de financiamento bancário; a produção da própria semente; a concordância em ser a produção agroecológica o melhor projeto de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e discussões envolvendo o mundo rural, na atualidade, têm trabalhado com inúmeros aspectos que buscam entrelaçar aspectos econômicos, de desenvolvimento sustentável e relativo à família e aos significados da rede de parentesco. Pretende-se, aqui, privilegiar a dimensão humana e suas inter-relações com a educação e os processos comunitários. Antes, porém, serão retomados, a seguir, elementos que estudiosos têm apontado sobre a agricultura familiar e a espacialização na relação mundo-rural-mundo-urbano.

### A agricultura familiar

Lacerda (2005) realizou um estudo com agricultores ecológicos localizados em municípios do interior de Santa Catarina, na Região da Encosta da Serra Geral, para compreender os meios de vida desenvolvidos nas propriedades rurais para o sustento dessas famílias. Segundo pesquisas relacionadas às questões sobre ruralidade e urbano, a família rural também tem se situado no contexto do capitalismo brasileiro, sendo vista como componente de uma sociedade tradicional e conservadora, do ponto de vista urbano. A vida na cidade, deste mesmo ponto de vista, seria a parte moderna de cada município. Percebe-se, mesmo em países desenvolvidos, que a propriedade familiar é condicionada pelo mercado, mas que resiste e se reinventa mantendo suas características familiares, quais sejam:

Ser uma forma social de trabalho e de produção, que contém o âmbito da agricultura (como atividade de produção de bens agrícolas visando o mercado) e o âmbito familiar (entendido como um grupo social, ligado por relações de parentesco e pela tradição) (LACERDA, 2005, p.7).

Observa-se que se em Campina dos Pintos os agricultores familiares mantêm-se mais ao nível de subsistência no sentido de produzirem, pensando mais na manutenção da família e vendendo excedentes de produção quando encontram comprador ou se a maioria está totalmente integrada ao mercado produzindo para auferir renda vendendo para determinado tipo de comprador. Ou quais as combinações que existem destes dois modelos. O desenvolvimento histórico deles, desde formas anteriores de organização para a produção até as adaptações pelas quais passaram surgiram de seus relatos. Da mesma forma, os relatos indicaram

como alguns produtores obtêm mais sucesso nas suas proposições para inserir-se no mercado, obtendo mais renda e qualidade de vida, enquanto outros produtores, frente às mesmas oportunidades, ao alcance de todos os moradores de Campina dos Pintos, permanecem em outra situação.

A capacidade de resposta às novas demandas seria uma das principais características da agricultura familiar e que pode ser identificada nos entrevistados. Assim, para a permanência e resistência da agricultura familiar nas diferentes regiões brasileiras destacam-se dois mecanismos que também devem estar em Campina dos Pintos, a relação com a terra e com o trabalho familiar, de um lado, e a capacidade de adaptação a novas demandas, como no caso desta pesquisa, de se transformarem em produtores agroecológicos apesar da tradição familiar de produção com o uso de agroquímicos, com destaque para os agrotóxicos.

Outra característica atual da agricultura familiar é a de que a atividade de trabalhar exclusivamente na produção na propriedade está sendo substituída por agricultores que se dedicam a produzir e também a vender, a processar o produto agregando a ele valor, isto é, no lugar de vender a couve flor só “in natura”, fabricar e vender compotas, entre outras atividades. Lacerda fala do novo rural brasileiro, e nele o produtor fortalece o “tecido produtivo local, quanto ao equilíbrio territorial e social e, também a preservação ambiental” (LACERDA, 2005, p.26). Este autor ressalta o proposto por Graziano da Silva, que é caracterizado pela família pluriativa, sendo uma das razões para isto é o fato de que:

As atividades agrícolas não demandam todo o tempo de trabalho disponível das famílias rurais e por não gerarem renda suficiente para todas as pessoas ocupadas em tempo integral (LACERDA, 2005, p.30).

Devido à proximidade de 30 km entre Campina dos Pintos e Curitiba/PR bem como devido ao parque industrial de Rio Branco do Sul/PR é possível que se encontrem produtores-operários, ou então, membros de uma família em várias atividades não agrícolas, fora da propriedade familiar.

Assim a família ainda permanece como o elo na rede de relações sociais, só que nela sobressai o indivíduo na procura de outra atividade diferente daquela herdada. Mesmo por que as mudanças aconteceram e o que foi válido para os avôs, teve menos força para os pais e se transformou em novas oportunidades para os

filhos sustentadas até pela possibilidade, antes inexistente, de cursos desde os profissionalizantes até os universitários.

#### Algumas considerações sobre a agricultura familiar

O Pronaf é utilizado por produtores estudados por Lacerda (2005) e também por agricultores agroecológicos de Campina dos Pintos. E outra atividade os aproxima, qual seja, a de fornecimento de produtos orgânicos para a merenda escolar que é a principal demanda naquela região, correspondendo a 50% da venda total. Da mesma forma o Organismo de Inspeção e Certificação Brasil - Ecocert, que como a Rede Ecovida em Campina dos Pintos, é responsável pela certificação dos produtores agroecológicos.

Com relação ao trabalho nas atividades de industrialização da produção, é notada uma situação de gênero e outra geracional, que poderá estar se repetindo em Campina dos Pintos. As mulheres são responsáveis pela limpeza e pela organização do ambiente. Os mais jovens, em função da escolaridade, são responsáveis pelos registros em planilha e pela contabilidade.

No estudo de Lacerda (2005) há concordância sobre a agroindústria ser vantajosa por agregar valor à produção, por possibilitar aproximar-se mais das necessidades do consumidor, através de um produto padronizado e reconhecido por sua qualidade, projetando a comunidade por esta característica. “A repercussão positiva da experiência de produção e de comercialização” (LACERDA, 2005, p.10) dos produtores através de sua associação “começa a atrair para a região, técnicos, agricultores e consumidores interessados em conhecer” (LACERDA, 2005, p.10) o que ali está em construção.

Alguns aspectos sobre a agricultura familiar podem ser indicados, buscando-se uma comparação entre as colocações dos estudiosos e a realidade existente em Campina dos Pintos. Observa-se que na produção agroecológica, como a desenvolvida em Campina dos Pintos, há uma mudança de uma atividade produtivista, estritamente econômica, para uma atividade sustentável com sua amplitude social, econômica e ambiental, atividade esta baseada na agricultura familiar e em suas características, das quais fazem parte das mudanças no espaço rural pode ser influenciada, também, pelo avanço nos meios de comunicação e transporte em especial com pela proximidade com a Capital, onde - a agricultura

agroecológica diferencia-se também pelos procedimentos que utiliza para a construção do seu território, de plantio e destinado à moradia.

Considerando-se estas características relativas à agricultura familiar, pode-se dizer que Campina dos Pintos, poderia ser valorizada pelas políticas públicas e pela sociedade, desde que passasse a ser “objeto privilegiado das políticas” (LACERDA, 2005, p.91) podendo ser vista como unidade produtiva familiar e como “agente de um específico modelo de desenvolvimento rural relacionados a novos valores sócio-políticos e ambientais” (LACERDA, 2005, p.91).

#### Espacialização/territorialização no mundo rural e urbano: algumas considerações

Num processo iniciado de 1950 e, aprofundado nos anos 1960 e 1970, a agricultura foi estimulada a exercer um novo papel dentro da transformação mais geral do capitalismo brasileiro. Foi adotada a política de modernização da agricultura, significando, nessa época, ser um setor atrasado comparado com o crescimento dos outros setores da economia que se expandia. Neste modelo a agricultura era incentivada a usar insumos, denominados modernos, e a se mecanizar, usando tratores e máquinas, mercadorias produzidas pelo setor industrial da economia.

Na ótica do senso comum da ideologia urbana brasileira, o rural era ligado à tradição, ao passado, aos atrasos cultural, econômico e social. Esta visão se estendeu até quase o final do século XX, mas atualmente há um posicionamento que pode ser chamado de nova ruralidade.

#### O rural e a ruralidade na visão de Graziano Silva

Graziano da Silva é um dos autores que faz uma nova leitura do rural baseada na perspectiva do *continuum* e sustenta que a urbanização do campo é iminente e irreversível. Sobre esta visão é como se as mineradoras e outras indústrias bem como atividades de produção de sementes e mudas, de produção de esterco de galinha e de peru ou de comercialização de fertilizantes e outros agroquímicos, instaladas no interior do município de Rio Branco do Sul/PR estivessem urbanizando o campo. Reforçando esta posição estariam:

Os empregos não agrícolas que antes eram só encontrados na cidade, como os oferecidos pelas mineradoras, e que agora se espalham no meio rural. Hotéis fazenda, pousadas, sítios e chácaras de lazer se disseminam, realizando atividades não agrícolas além de oferecer empregos não agrícolas como, caseiros, empregados domésticos, motoristas vigilantes, (BLUME, 2004, p.19).

O *continuum* rural nas palavras de Wanderley (2001), expressa duas concepções. Uma privilegia o urbano como o lado mais progressista, e nesta visão o rural é caracterizado como atrasado. Na evolução dos dois lados, o rural seria sobrepujado pelo urbano e suas características diluídas. Na outra concepção, o *continuum* não destruiria as características do rural. Não haveria o fim do rural, e os dois polos manteriam suas características e uma relação intensa.

O rural e a ruralidade na visão de Maria de Nazareth Wanderley

Maria de Nazareth Wanderley ressalta que o rural resiste através da pluriatividade, da reemergência, da sociabilidade e da identidade. O rural permanece nas sociedades modernas, como espaço específico e diferenciado, não isolado, mas integrado na sociedade brasileira.

Nesta integração o mundo rural, mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba, (WANDERLEY, 2001, p.32).

Com relação à pluriatividade cabe colocar que “não é um fenômeno novo na agricultura e considera-se que ela representa uma estratégia de reprodução da agricultura familiar” (PLEIN, 2003, p.136) e podem ser encontradas atividades como “construção civil, faxineira, costureira, fabricação e venda de doces, caixa de supermercado e eletricitista” (PLEIN, 2003, p.136) e, na opinião de Plein, “o que explica essa busca por atividades não agrícolas pelas famílias rurais, é a incapacidade de garantir a sua sobrevivência unicamente a partir das atividades agropecuárias” (PLEIN, 2003, p.136).

Esta pesquisa foi realizada no município de Rio Branco do Sul, em Campina dos Pintos. Esta comunidade tem seu espaço físico moldado por descendentes de imigrantes italianos, que ali chegaram ao final do século XIX. As propriedades se



estruturaram em pequenas áreas e, no início, predominou o extrativismo da madeira para obter renda e para a abertura de áreas para cultivo. Nas áreas desmatadas, foram realizados cultivos para alimentar família e para vender excedentes da produção para Curitiba. Pouco sobrou da paisagem original dominada pelo pinheiro Araucária, mas ainda existem matas originais em algumas propriedades.

Curitiba é a cidade mais próxima de Campina dos Pintos, capital Estado do Paraná, que com os outros dois Estados, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, constituem a Região Sul do Brasil. As relações campo-cidade sempre foram significativas e só têm se intensificado com o passar dos anos e com o crescimento de Curitiba.

Campina dos Pintos é o lugar onde vivem os produtores selecionados para a pesquisa, e este lugar molda particularidades do seu modo de vida e das características que os identificam. Ali os produtores se vêem uns aos outros e a si próprios. Cada um, em particular ou através de seu grupo, se insere na comunidade e na sociedade de toda a Região de Curitiba, do Estado do Paraná e da Região Sul do Brasil. Dentro da grande diversidade de tipos encontrados no meio rural, os produtores selecionados para as entrevistas são únicos e com as características que revelarem. Sobre o seu universo, “as diferenças vão se manifestar no plano das identificações e das reivindicações na vida cotidiana” (WANDERLEY, 2001, p.33), de forma que o rural se torna um ator coletivo, constituído a partir de uma referência espacial e “inserido num campo ampliado de trocas sociais com a cidade” (WANDERLEY, 2001, p.33).

A existência de políticas públicas no pensamento de Wanderley (2010), conforme utilizadas em Campina dos Pintos, revela conteúdos que são o reconhecimento de que ali existem particularidades e potencial para contribuir com soluções para toda a sociedade.

A revalorização dos espaços locais, a capacidade de organização e de pressão revelada pelos movimentos sociais bem como os próprios impactos das políticas públicas, nacionais e macrorregionais sobre os espaços rurais – reiteram a existência do rural, como espaço específico e como ator coletivo, (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Campina dos Pintos guarda particularidades que podem revelar como se dá o encontro entre o rural e o urbano, em sua integração e sua cooperação com Curitiba/PR, com uma ponta complementando a outra através de suas

características. No caso deste estudo, Curitiba necessitando de produtos ageoeclógicos e Campina dos Pintos produzindo-os, e as duas pontas alcançando a segurança alimentar que desejam. É como se fosse ressaltado que as famílias de Curitiba não têm terra para produzir suas hortaliças saudáveis e que Campina dos Pintos assume este papel. E o papel de Campina dos Pintos é sustentado pelo preço que as famílias curitibanas pagam por suas frutas e hortaliças saudáveis.

No Brasil são poucos os grandes municípios e, conseqüentemente predominam os pequenos e neles as relações campo-cidade são ainda maiores e mais complementares. Rio Branco do Sul é um pequeno município, que segundo o Ipardes/2013, apresenta-se com as seguintes características:

Rio Branco do sul está cercado pelos municípios de Cerro Azul, Bocaiúva do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Itaperuçu e Castro, todos do Paraná e a maioria fazendo parte da Região Metropolitana de Curitiba/Pr. As propriedades rurais por atividade distribuem-se assim: lavoura temporária: 472; Hortaliças e floricultura: 264; lavoura permanente: 56; pecuária e criação de outros animais: 860; produção florestal: 30; aquicultura: 6. São 1.688 estabelecimentos que ocupam uma área de 25.310 hectares, com destaque para pecuária e criação de outros animais ocupando 17.642 ha que correspondem a mais do que a metade da área. Em seguida vêm às lavouras temporárias, como arroz, milho, feijão e mandioca, ocupando 4.785 ha. E ainda se destaca a área com horticultura e floricultura, ocupando 1.961 ha. Somando tem-se que estas atividades econômicas atingem 24.388 ha no total de 25.310 ha. Os dados do Ipardes não especificam as hortaliças e as flores, mas detalham outras atividades: lavouras permanentes: laranja, limão, pêssego, tangerina e uva; pecuária e outros animais: rebanho bovino com 21.695 cabeças; galinhas, galos, frangos (as) e pintos com 73.000 cabeças; suínos com 10.520 cabeças; equinos com 1.620 cabeças. A atividade que se destaca em Rio Branco do Sul é a mineração, sobressaindo à produção de cal e cimento. O valor da Compensação Financeira Pela Exploração Mineral - CFEM, em 2012, atingiu o valor de R\$ 1.007.123,83. Em nota o Ipardes, esclarece que a CFEM, estabelecida pela Constituição de 1.988, em seu Art. 20, § 1, é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos municípios e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização dos recursos naturais em seus respectivos territórios, (IPARDES, 2013, p.7).

As grandes propriedades, como as dedicadas à pecuária em Rio Branco do Sul e que ocupam 17.642 ha de 25.310 ha com produção, são as responsáveis pela “perda da vitalidade dos espaços rurais e nelas o espaço é socialmente vazio” (WANDERLEY, 2001, p. 36). De maneira geral são as grandes propriedades que menos exploram seu potencial, e a atividade que reduz ainda mais a utilização de toda a capacidade de uso da terra é a pecuária bovina de corte que predomina em Rio Branco do Sul. Este tipo de exploração pecuária é a atividade que menos gera

empregos no meio rural. É provável que seu predomínio seja o fator que coloque Rio Branco do Sul entre os municípios mais pobres do Paraná.

Em locais assim “a população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política” (WANDERLEY, 2001, p. 36). Em contrapartida as propriedades familiares de Rio Branco do Sul, ocupando pequenas áreas, são as responsáveis pela maior diversificação da produção com arroz, feijão, laranja, limão, mandioca, milho, tomate, pêssego, tangerina, uva, mel de abelha, ovos. Em Campina dos Pintos em particular, são estas propriedades as responsáveis pela produção de diversas espécies de hortaliças, com uso intensivo de mão de obra. Os produtores familiares, por si só ou em grupo, adotam procedimentos para melhor produzir e vender, querendo se destacar pela qualidade daquilo que sai de sua propriedade.

Assim procedendo estas famílias lutam por qualidade de vida em seu patrimônio, para permanecer no local escolhido por seus antepassados e de onde, mirando ao redor, vislumbram cada vez maiores e melhores oportunidades em sua comunidade, em seu município e em sua região.

Segundo Wanderley:

O patrimônio fundiário familiar constitui um elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. Daí a importância do patrimônio fundiário familiar e das estratégias para constituí-lo e reproduzi-lo, sobretudo em um processo que valorize a identidade territorial (WANDERLEY, 2001, p. 36)

A autora ressalta como questões importantes relacionadas às comunidades como a de Campina dos Pintos, afetam o modo de produção:

As características do trabalho de todos os membros da família dos agricultores; a valorização do patrimônio familiar; o aperfeiçoamento profissional, como prática familiar de valorização da educação; as práticas sociais que reforçam a identidade na comunidade e no território; os esforços para integrar-se à cidade e ao mundo urbano; o uso de formas associativas para suas realizações; a existência de quadros técnicos de instituições governamentais e não governamentais (WANDERLEY, 2001, p. 38).

Considerando o território, abrangendo num único sistema o rural e o urbano, Wanderley (2001) propõe um pacto pelo desenvolvimento rural que leve em consideração o que segue:

O meio rural como lugar pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira; o meio rural com grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial para o desenvolvimento; pensar o desenvolvimento rural com a participação das pessoas e instituições que mais conhecem o meio rural: os habitantes do meio rural; instituições e pessoas ligadas à agricultura e aos agricultores localizadas no governo, nas universidades, nas ongs, nos movimentos sociais; considerar o desenvolvimento rural assentado em pressupostos e objetivos como: (a) o habitante rural é um cidadão pleno material, cultural e político; (b) favorecer o associativismo e a interligação urbano – rural no nível municipal, regional, nacional e mundial; (c) formular políticas para a agricultura que assegurem: 1) sustentabilidade com a recuperação do potencial de uso da terra e restauração e manutenção dos recursos naturais; 2) valorização da herança cultural e da história da população rural; 3) favorecimento ao produtor e não ao proprietário; 4) reconhecimento da agricultura familiar como capaz de responder às exigências da agricultura moderna, (WANDERLEY, 2001, p.41).

### O rural e a ruralidade na visão de José Eli da Veiga

As alterações dos ecossistemas provocadas pela espécie humana são usadas por José Eli da Veiga para aprofundar a abordagem territorial, num terceiro e mais recente ponto de vista para o estudo da nova ruralidade. Parte das alterações no ecossistema para caracterizar o rural e o urbano do território e afirma que “não pode haver nada de mais rural do que ecossistemas quase inalterados (ou intocados) e nada mais urbanos do que os ecossistemas dos mais artificializados” (VEIGA, 2004, p. 53).

Considerando a área total do planeta com 162,1 milhões de Km<sup>2</sup>, Veiga (2004) divide em áreas praticamente inalteradas, parcialmente alteradas e fortemente artificializadas. As áreas praticamente inalteradas são “áreas com vegetação primária e com baixíssimas densidades humanas” (VEIGA, 2004, p. 53) e equivalem a 53,8% do mundo.

O Brasil se destaca por possuir este ecossistema cobrindo 63% da sua área. As áreas parcialmente alteradas são as áreas com agropecuária extensiva, vegetação secundária e outras evidências de alteração humana, como pastoreio acima da capacidade de suporte, ou exploração madeireira, e equivale a 24,4% do mundo. A África se destaca, com 35,8% de sua área coberta por este ecossistema. As áreas fortemente artificializadas são:

As áreas com agropecuária intensiva e assentamentos humanos nos quais foi removida a vegetação primária, ou com desertificação e outras formas de degradação e equivalem a 21,8%. A Europa é a região com o maior percentual deste ecossistema cobrindo 64,9% da sua área (VEIGA, 2004, p. 53),

As áreas fortemente artificializadas são as “áreas com agropecuária intensiva e assentamentos humanos nos quais foi removida a vegetação primária, ou com desertificação e outras formas de degradação” (VEIGA, 2004, p. 53) e equivalem a 21,8%. A Europa é a região com o maior percentual deste ecossistema cobrindo 64,9% da sua área. A ocorrência deste elevado percentual do ecossistema fortemente artificializado na Europa tem influenciado os autores europeus, segundo Veiga (2004), na sua visão de que está ocorrendo uma completa urbanização do rural e que “um debate sobre o desaparecimento ou renascimento da ruralidade deve ser concentrado no âmbito europeu, pois de pouco valeriam para outras áreas ainda menos alteradas” (VEIGA, 2004, p. 53).

Na Região Metropolitana de Curitiba, onde se localiza Campina dos Pintos, pode-se supor que na sua maior cidade, Curitiba, há o predomínio do ecossistema fortemente artificializado devido ao assentamento humano e à remoção de quase toda a vegetação primária. Em contrapartida o rural, representado por Campina dos Pintos e outras comunidades ao seu redor, se apresenta com predomínio do ecossistema parcialmente alterado, devido à pecuária extensiva, à vegetação secundária e a outras evidências de alteração humana. Em panoramas como este de Curitiba + Campina dos Pintos, Veiga (2004) ressalta que “a cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza” (VEIGA, 2004, p. 58). Nos últimos anos, percebe-se cada vez mais a atração que os espaços rurais exercem sobre o habitante da cidade, e isto aparece em reportagens de revista, jornais e TV sobre cidadãos que trocam o modo de vida urbano pelo modo de vida rural. “Esse é um fenômeno novo, que pouco ou nada tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado por ser uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais” (VEIGA, 2004, p. 58).

Sobre a ruralidade avançada, Veiga (2004) recorre a Frouws (1998) para estabelecer três perfis da ruralidade classificados em agro-ruralista, utilitarista e o hedonista.

Do ponto de vista agro-ruralista em Campina dos Pintos, seriam encontrados produtores preocupados com segurança alimentar e com a preservação da flora, da fauna, da água e do solo, com a manutenção da cobertura vegetal original em suas

áreas remanescentes assumindo sua identidade de responsáveis por preservar sua herança, história e cultura.

Do ponto de vista utilitarista, seria encontrar na mesma comunidade produtores mercantilistas tanto em relação à produção de hortaliças quanto a outras vantagens relacionadas a turismo, recreação e construção imobiliária.

Já com relação aos hedonistas seriam produtores que optaram por um modo de vida com qualidade e beleza natural e para tanto trocaram a cidade pelo campo.

Veiga (2004) destaca também o papel das organizações públicas que deverão atuar sem superposição de papéis e para melhor incentivar o empreendedorismo local, através da oferta de incentivos como os do Pronaf. Esta linha de financiamento se destaca pelos juros e prazos favoráveis aos produtores de Campina dos Pintos para a realização de suas atividades de produção de hortaliças, para a compra de máquinas e equipamentos e para melhorias como cercas, estradas, açudes e outras melhorias na propriedade familiar. Ressalta duas dimensões para o destino das áreas rurais que podem estar relacionadas, também à região na qual vivem os entrevistados. Em Campina dos Pintos, Veiga (2004) é tomado para fazer entender a dimensão econômica da comunidade, já que esta dimensão aparece na cadeia produtiva das hortaliças desde os insumos, máquinas e equipamentos e dos apoios assistência técnica para vender e produzir, passando pela maneira de realizar a produção na propriedade rural, continuando pelas formas de armazenamento e de industrialização dos alimentos e das matérias primas rurais, para finalmente realizar a distribuição até o consumidor final morador de Curitiba/PR.

A dimensão ambiental aparece em Campina dos Pintos em tudo que se relaciona à produção agroecológica quanto à descontaminação do solo, a preservação da água e da cobertura florestal, as formas de preparo da terra para o plantio, os cuidados para o desenvolvimento das hortaliças, o uso de inseticidas naturais, o combate às doenças através do equilíbrio ambiental dentre as muitas faces da agroecologia.

Na conclusão de seu artigo em 2004, sobre o destino da ruralidade, Veiga (2004) destaca que:

A ruralidade nunca se resumiu às relações ligadas exclusivamente às atividades agropecuárias; a atual ruralidade resulta, não só da continuidade e da permanência, mas também de impulsos novos; o novo na ruralidade pouco tem a ver com o passado e mais com o aumento de renda da

população e com a consciência das ameaças ao meio ambiente por parcelas maiores dos cidadãos, (VEIGA, 2004, p.64).

### O rural e a ruralidade na visão de Roni Blume

E há autores como Blume (2004) que propõe estudar a espacialização no mundo rural e no urbano através de instrumentos de mensuração destes processos, como é o caso da Escala Hierarquizada. O autor propõe a seguinte questão “o território a partir do enfoque da abordagem territorial pode contribuir para o entendimento do rural e da ruralidade”? (BLUME, 2004, p. 164). O autor depois de analisar o debate ligado à ruralidade adota indicadores da proposta da *Organization for Economic Co-operation and Development*, proposição, e por Veiga (2004) para reanalisar a taxa de urbanização brasileira de 81,25%, no Censo Demográfico de 2000, até então utilizada como demonstração da diluição do rural no urbano, colocando-a em outra interpretação e no conjunto de outros indicadores. Na visão da *Organization for Economic Co-operation and Development* – OCDE:

O rural tende de forma crescente a diminuir a sua dependência do setor agrícola, passando a incorporar novas dinâmicas econômicas ligadas à valorização do espaço natural e da cultura local e que novas atividades nesta parte do território revertem características do rural como, por exemplo, o êxodo. Veiga (2004), fazendo distinção entre os municípios rurais, proporcionou maior heterogeneidade para a classificação (BLUME, 2004, p. 164).

Combinando as metodologias da *Organization for Economic Co-operation and Development* - OCDE e de Veiga (2004) aumentou a heterogeneidade dos territórios municipais e concluiu que o rural é maior do o apontado pelo IBGE, no território do Rio Grande do Sul, objeto de sua análise. Esta é a contribuição de Blume para o debate sobre o rural e a ruralidade, “pois a cada inferência surgem novos questionamentos e desse modo, estes estudos não devem ser considerados como ponto de chegada e, sim, o marco de onde podem partir as considerações” (BLUME, 2004, p.171).

### Algumas considerações

Utilizaram-se autores que vêm estudando as diferentes abordagens a respeito do rural e da ruralidade, tendo-se feito a escolha por aqueles que têm sido

considerados representantes atuais neste debate. Foram indicadas as propostas presentes nas quatro visões do rural e da ruralidade de Graziano da Silva (2006) citado por Blume, (2004) baseada no *continuum* do rural com o urbano; de Maria Nazareth Wanderley (2001) sobre a resistência do rural através da pluriatividade, da reemergência e da sua identidade; a de José Eli da Veiga (2004) valoriza outras importantes dimensões analíticas para caracterizar a heterogeneidade do rural que é maior do que a captada por indicadores como os do IBGE/2004 e os de Blume (2004), que reinterpreta metodologia de Veiga (2004) e da Organization for Economic Co-operation and Development - OCDE sobre a heterogeneidade do rural, para análise do rural no Rio Grande do Sul.

A perspectiva de Wanderley (2001) e Veiga (2004), sobre a reemergência e a heterogeneidade do rural, são as que mais se aproximam de reflexões e questionamentos surgidos na presente pesquisa, por expressarem melhor as características da Região Metropolitana de Curitiba/PR.

Estas características referem-se a:

- a) A pluriatividade em Campina dos Pintos, com produtores agroecológicos indo além da atividade de produção de hortaliças, em suas propriedades, e dedicando-se a vender em feiras, e a elaborar projeto para agregar valor aos seus produtos, em uma cozinha industrial.
- b) A reemergência das propriedades rurais agroecológicas por suas conexões com a demanda de Curitiba e a adaptação do produto aos gostos do consumidor urbano.
- c) A redescoberta da identidade de produtores e de consumidores, unidos pela preocupação com saúde e alimentos saudáveis.
- d) A heterogeneidade, que faz com que o rural e o urbano na Região de Curitiba sejam caracterizados por componentes que os diferenciam de outras regiões.

Destaque para a proximidade do rural com Curitiba, grande centro urbano consumidor, entre outras características verificáveis em Campina dos Pintos, no município de Rio Branco do Sul/PR.



## Referências

ANDERY, A. A. & Outros. **Psicologia Social: O Homem Em Movimento**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BLUME, R. **Território e Ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Dissertação. 2004.

BRASIL. LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 23 de dez de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm). Acesso em 21/11/2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Apresentação de estudo sobre Censo Agropecuário 2006**. <http://www.mda.gov.br/radio/saunds-view?sound-id>. Acesso em 18.08.2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Contratações do PRONAF Mulher aumentam sete vezes entre agricultores do Nordeste**. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/aegre/index.php?ctuid=11776&scid=622>. Acesso em: 03/2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **DILMA: agricultura familiar é um dos pilares do programa de erradicação da miséria**. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?Item\\_id=7048659](http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?Item_id=7048659). Acesso em: 03/2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Jovens rurais têm linha de crédito especial do MDA**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/jovens-rurais-tem-linha-de-credito-especial-do-mda>. Acesso em: 03/2012.

BURG, I. C.; MAYER, P. **Manual de alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças**. Francisco Beltrão, Pr: Grafit, 1999.

CADERNO MERCADO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2010, Mercado, p. 1. Acessado em: 21/03/2014.

CORTEGOSO, A.L.; PORTO, V.C.F.C. Comportamento humano e normas de conduta em economia solidária: relato de experiência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. V.3, n.4, outb-dez-2007.

COUDEL, TONNEAU, REY – VALETTE. Dossiê. **V encontro da Rede de Estudos Rurais: desenvolvimento, ruralidade e ambientalização**. Universidade Federal de Campina Grande, Raízes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 30, n. 2, jul-dez/2010. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_246.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_246.pdf). Acessado em 18/nov.2013.

COUTINHO, M.C. et al. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: Psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia e Sociedade**. 7-13, jan/abr, 2005.

DINIZ, C. C. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. *Nova econ.*[online]. 2009, vol.19, n.2, pp. 227-249. ISSN 0103-6351. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf>. Acessado em 15 de nov. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Tecnologia Sustentável: sistemas de produção sustentável, 2012**. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Home%20Page/Rio+20/Tecnologia%20sustentavel-Sistemas%20de%20Producao%20Sustentavel.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Home%20Page/Rio+20/Tecnologia%20sustentavel-Sistemas%20de%20Producao%20Sustentavel.pdf). Acessado em 28 de nov. 2013.

FAEP- FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. **Safrá 2007; 2008**. Encarte Especial do Boletim Informativo n.970, semana 20 a 26 de agosto de 2007.

FAVERO, E. EIDELWEIN, K. Psicologia e Cooperativismo solidário: possíveis (des) encontros. **Psicologia e Sociedade**. 16(3): 35-40; Santa Maria, RS, set/dez, 2003.

FRANTZ, W. **Educação e cooperação: práticas que se relacionam**. Sociologias. N.6. Porto Alegre, jul/dez de 2001.

FREITAS, M. F. Q. de. **Intervenção psicossocial e compromisso: desafios às políticas públicas**. In: Ana Maria Jacó-Vilela e Leny Sato. (Org.). *Diálogos em Psicologia Social*. 2ªed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, v. 1, p. 370-386.

FREITAS, M. F. Q. de. Psicologia e Comunidade: A Partir da Prática de Psicólogos Engajados. **Em Trabalhos Comunitários e das Concepções de Professores e Alunos do Curso de Psicologia**. In: Irma Serrano-Garcia. (Org.). *MEMÓRIAS DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA*. 1ª ed. San Juan: Universidad Río de Piedras, 1995, v. 1, p. 105-126.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra. 2003.

FURTADO, C. **Metamorfoses do Capitalismo**. 2002. Disponível em <http://www.rep.br - BR/pdf/go1.pdf>. Acesso em: 03/2012.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. 2004. Disponível em: [http://.ie.ufrj.br/Celso\\_Furtado/pdfs/osdesafiosdanovageracao/](http://.ie.ufrj.br/Celso_Furtado/pdfs/osdesafiosdanovageracao/) Acesso em 03.2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico do Município de Rio Branco do Sul, dezembro 2013**.

MONTERO, M. Construcción, desconstrucción y crítica: teoría y sentido de psicología social comunitaria en América Latina. In, Campos, R. H. F. & Guareschi, P. A. **Paradigmas em Psicología Social: A perspectiva Latino-Americana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NOGUEIRA, T. **Os orgânicos em pratos limpos**. Revista VEJA, Ed. 2192, 24/11/2010.

PALHANO, A. **Produto sustentável ainda gera confusão**. Folha de São Paulo: Sociais & Cia, 27/07/2010.

PARANÁ – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Documento – Base para o Programa Paraná Agroecológico**. Curitiba. 67 p, 2011.

PARANÁ. SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. SECRETARIA EXECUTIVA ESTADUAL DO PRONAF. **Cartilha de Crédito do PRONAF Safra 2006/2007**. Curitiba, 2008.

PLEIN, C. **As metamorfoses da Agricultura Familiar**: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Dissertação. 2003.

PORRO, N. M. MOTA, D. M. da, SCHMITZ, H. Dossiê. **V encontro da Rede de Estudos Rurais: desenvolvimento, ruralidade e ambientalização**. Universidade Federal de Campina Grande, Raízes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 30, n. 2, jul-dez/2010. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_242.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_242.pdf). Acessado em 18/nov.2013.

RAMBO, A.G.; FILIPPI, E.E. **Agricultura familiar: abordagens clássicas e territorial do desenvolvimento**. Raízes, 2005.

REVISTA AGROANALYSIS. **Sistemas de produção sustentável**. Abril de 2012. Disponível em: <[http://www.agroanalysis.com.br/especiais\\_detalle.php?idEspecial=109](http://www.agroanalysis.com.br/especiais_detalle.php?idEspecial=109)>. Acessado em 12 de out. 2013.

SACHS, I. **De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro**. *Estud. av.* [online]. 2012, vol.26, n.74, pp. 5-20. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a02v26n74.pdf>. Acessado em 14 de nov. 2013.

SAMINEZ, T.C.O.; DIAS, R.P.; NOBRE, F.G.A.; MATTAR, R.G.H.; GONÇALVES, J.R.A. **Circular técnica 67**: Princípios norteadores da produção orgânica de hortaliças da Embrapa Hortaliças. Brasília, DF, 2008.

SINGER, P. **Brasil em desenvolvimento**. São Paulo. Versão Preliminar, 2005.

TURNER, J. C. *Social categorization and social discrimination in the minimal group paradigm*. In H, **Tajfel. Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations**. London: Academic Press, 1978.

VEIGA, M. N. B. A ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**. 51 – 67. USP, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento**. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO – Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

## ANEXOS

### ANEXO I - APROVAÇÃO DA PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA DA UFPR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ - SETOR DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** MODO DE VIDA OU MEIO DE VIDA. fatores educacionais e psicossociais na produção agro-ecológica na Região de Curitiba-PR (versão atualizada)

**Pesquisador:** IVO LUIZ DOS SANTOS

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 24538713.8.0000.0102

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Educação

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 504.491

**Data da Relatoria:** 20/12/2013

##### Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa é um projeto do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível Doutorado, tendo como pesquisador responsável Ivo Luiz dos Santos, sob orientação da profa. Maria de Fátima Quintal de Freitas. A pesquisa visa a verificação dos padrões técnicos utilizados na agricultura agro-ecológica na região de Curitiba. Objetiva analisar se a renda alcançada é superior àquela obtida produzindo nos padrões da tecnologia tradicional. Será verificado, além da renda, quais as conquistas alcançadas em termos ambientais e sociais pelo produtor. Sob o ponto de vista da educação, formal e não formal, será realizada a análise da ampliação da compreensão do meio físico e social no qual o produtor vive e mantém suas inter-relações, além dos apoios que recebe e as dificuldades e facilidades que se apresentam para produzir e vender produção.

A pesquisa é de caráter qualitativo e exploratória e será realizada com um total de 8 produtores agro-ecológicos, homens, mulheres e jovens nas cidades de Curitiba, Colombo e São José dos Pinhais. A coleta de dados seguirá a metodologia de Sampieri (2003) e aborda duas etapas: inserção social no contexto delineado e coleta de dados propriamente dita. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas gravadas. As entrevistas serão estruturadas em 7 blocos temáticos: histórico profissional e pessoal, atividades, facilidades, dificuldades, importância da produção e venda de agro-ecológicos, rede de apoio e palavra livre.

Endereço: Rua Padre Camargo, 280  
Bairro: 2º andar  
UF: PR Município: CURITIBA  
Telefone: (41)3360-7259

CEP: 80.060-240

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ - SETOR DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



Continuação do Parecer: 504.491

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo primário:

Analisar as dimensões educacionais e psicossociais nas relações estabelecidas pelos produtores rurais para a produção orgânica ou agro-ecológica nos municípios de Curitiba, Colombo e São José dos Pinhais do Estado do Paraná.

Objetivos secundários:

- a) Identificar as facilidades e as dificuldades enfrentadas pelo produtor na produção e na comercialização de produtos agro-ecológicos;
- b) Analisar as redes de apoio utilizadas para o desenvolvimento das atividades do produtor de produtos agro-ecológicos e existentes em sua vida.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

É citado pelo pesquisador que o participante poderá experimentar algum desconforto durante a realização da entrevista, principalmente relacionado a perguntas em que tenha que relatar dificuldades, conflitos ou insucesso na realização da produção agro-ecológica. Como minimização para este risco, garante que, em qualquer momento a entrevista poderá ser interrompida e o(a) entrevistado(a) terá total liberdade para retornar ou não, sem nenhum prejuízo ao participante.

Os benefícios, segundo o autor: serão representados pela possibilidade de construção de indicadores educacionais e psicossociais a respeito da vida agro-ecológica como meio de existência ou como modo de existência. Estes benefícios podem não ser percebidos diretamente pelos participantes, mas contribuirão para conhecimento que poderá retornar ao produtor de agro-ecológicos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Não há.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos obrigatórios estão apresentados e adequados.

**Recomendações:**

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento,

Endereço: Rua Padre Camargo, 280  
Bairro: 2ª andar  
UF: PR Município: CURITIBA  
Telefone: (41)3360-7259

CEP: 80.060-240

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ - SETOR DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



Continuação do Parecer: 504.491

encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as solicitações foram adequadamente respondidas.

O TCLE deverá conter duas vias, uma ficará com o pesquisador e uma cópia ficará com o participante da pesquisa, tanto o sujeito como o pesquisador deverão rubricar todas as páginas do TCLE, opondo assinaturas na última página do referido Termo (Carta Circular nº. 003/2011CONEP/CNS).

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

É obrigatório retirar na secretaria do CEP/SD uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com carimbo onde constará data de aprovação por este CEP/SD, sendo este modelo reproduzido para aplicar junto ao participante da pesquisa.

CURITIBA, 23 de Dezembro de 2013

---

**Assinador por:**  
**Claudia Seely Rocco**  
**(Coordenador)**

Endereço: Rua Padre Camargo, 280  
Bairro: 2º andar  
UF: PR Município: CURITIBA  
Telefone: (41)3360-7259

CEP: 80.060-240

E-mail: [cometica.saude@ufpr.br](mailto:cometica.saude@ufpr.br)

## ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Ivo Luiz dos Santos e Maria de Fátima Quintal de Freitas, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o(a) Senhor(a), produtor (a) rural da Região de Curitiba, a participar de um estudo intitulado “Meio de Vida ou Modo de Vida: fatores educacionais e psicossociais na produção agro ecológica na Região de Curitiba/PR”, afim de conhecer as facilidades e as dificuldades que produtor, como o(a) senhor(a), encontra para realizar a produção de produtos agro ecológicos o(a) senhor(a) que escolheu a produção agroecológica, sabe de sua importância por ser o sistema de produção que aumenta o valor do seu produto, financeiramente, ambientalmente e socialmente. Daí a necessidade de verificarmos esse fato por meio de uma pesquisa.

O objetivo desta pesquisa é analisar as maneiras de adquirir conhecimento e melhorar os relacionamentos entre as pessoas e das pessoas com os ambientes para a produção orgânica ou agro ecológica em Curitiba/PR. Além disso, pretendemos identificar as facilidades e as dificuldades que o(a) senhor(a) enfrenta na produção e na comercialização de produtos agroecológicos, como também analisar as formas de obter apoio para o desenvolvimento das atividades de produção agro ecológica.

a) Caso o (a) Senhor (a) participe da pesquisa, será necessário participar de uma entrevista individual, em dia, horário e local que for de sua escolha, por um tempo de aproximadamente três horas.

b) A entrevista foi preparada para ser agradável e de confiança entre o pesquisador e o (a) Senhor (a). No entanto, é possível que o (a) Senhor (a), experimente algum desconforto, principalmente relacionado a perguntas em que tenha que relatar dificuldades, conflitos ou insucesso na realização da produção agro ecológica. Se isso ocorrer, em qualquer momento a entrevista poderá ser interrompida e o (a) Senhor (a) terá total liberdade para retornar ou não, sem nenhum prejuízo.

c) Os benefícios serão representados pela possibilidade de construção de conhecimento a respeito da vida agroecológica como meio de existência ou como modo de existência. Os benefícios nem sempre serão percebidos diretamente pelo (a) Senhor (a).

Rubricas:

Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal\_-

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR

Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

a) Os pesquisadores, Ivo Luiz dos Santos, Agrônomo, professor do Departamento de Economias Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade, e-mail [ivo.luiz.santos@gmail.com](mailto:ivo.luiz.santos@gmail.com) e Professora Doutora Maria de Fátima Quintal de Freitas, do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, orientadora dessa pesquisa, e-mail [fquintal@terra.com.br](mailto:fquintal@terra.com.br), responsáveis por este estudo, poderão ser contatados: Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias. Na Rua dos Funcionários, número 540, Bairro do Juvevê, Curitiba/PR, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 18h00min, fone 3350 5604, e na Rua General Carneiro, 460, 1º andar do Setor de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, de segunda a sexta-feira das 10h00min às 17h00min, fone 3360-5117, para esclarecer eventuais dúvidas que o(a) Sr.(a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

b) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.



c) As informações relacionadas ao estudo poderão conhecidas por pessoas autorizadas (o pesquisador Prof. Ivo Luiz dos Santos e sua orientadora Professora Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade e da sua família seja preservada e seja mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.

d) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo o(a) Senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro.

e) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Rubricas:

Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal\_

Pesquisador Responsável\_\_\_\_\_

Orientador\_\_\_\_\_Orientado\_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR

Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem nenhum prejuízo. Fui informado e entendi que a minha participação na pesquisa não acarretará em nenhum momento qualquer custo para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Entrevistado

\_\_\_\_\_  
Maria de Fátima Quintal de Freitas  
Orientadora da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Ivo Luiz dos Santos  
Orientando/Pesquisador

Rubricas:

Sujeito da pesquisa e ou/responsável legal\_\_\_\_\_

Pesquisador responsável\_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR

Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

## ANEXO III – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

#### TEMÁTICA 1 - HISTÓRICO PROFISSIONAL E PESSOAL DO PRODUTOR E DO VENDEDOR

##### **Sobre o Produtor Rural**

1. Há quanto tempo é produtor rural? Há quanto tempo é produtor de orgânicos?
2. Razões para ter se tornado produtor?
3. Formação para ser produtor: Qual? Quando? Onde? Que contribuição vê nessa formação?
4. Pertence a alguma associação de produtores de orgânicos?
  - a) Quais as características da associação?
  - b) Qual a importância da associação para o seu trabalho?
5. Como soube da existência do Mercado de Orgânicos de Curitiba?
  - a) Nas atividades que desenvolve qual a utilidade deste mercado? Por favor, explique.
  - b) O Senhor/Senhora teria alguma sugestão para melhorar o Mercado de Orgânicos de Curitiba? Qual? Por quê?

##### **Vendedor que também é Produtor Rural**

1. Há quanto tempo é vendedor de produtos agropecuários?
  - a) Há quanto tempo é vendedor de produtos orgânicos
2. Razões para ter se tornado vendedor?
3. Formação para ser vendedor: Qual? Quando? Onde? Que contribuição vê nessa formação?
4. Pertence a alguma associação de vendedores?
  - a) Quais as características da associação?
  - b) Qual a importância da associação para seu trabalho?
5. Como soube da existência do Mercado de Orgânicos de Curitiba?
  - a) Qual o procedimento para ser vendedor no Mercado de Orgânicos de Curitiba?
  - b) O Senhor/Senhora teria alguma sugestão para melhorar este mercado?

## TEMÁTICA 2 – ATIVIDADE DO PRODUTOR

### **Produtor Rural**

1. Poderia contar como é o dia de trabalho como produtor rural? (atividades, técnicas, apoios, máquinas, implementos, outras).
2. Como é realizada a colheita?
  - a) Quem ajuda?
  - b) Máquinas?
  - c) Como prepara o produto para levar ao Mercado de Orgânicos de Curitiba?
  - d) De quanto em quanto tempo?
  - e) Dificuldades/facilidades na colheita.
3. Como é o procedimento para levar o produto ao Mercado de Orgânicos de Curitiba? É o produtor quem leva o produto? É um intermediário?
4. Poderia relatar como é a negociação para o produto ser colocado no Mercado de Orgânicos de Curitiba?

### **Vendedor que também é produtor rural**

1. Poderia contar como é o dia de trabalho, vendendo no Mercado de Orgânicos de Curitiba? (atividade, apoios, instrumentos, outras).
2. Como é o atendimento ao comprador?
  - a) Quem ajuda?
  - b) Dificuldades/facilidades na venda?
3. Como o produto chega ao local de venda: trazido pelo produtor, por intermediário?
4. Poderia relatar como é a negociação para o produto ser colocado no Mercado de Orgânicos de Curitiba?

### TEMÁTICA 3 – FACILIDADES

#### Produtor rural

1. Usa financiamento bancário? a) Usa o PRONAF? b) Importância?
2. Aonde consegue sementes, mudas, fertilizante e outros insumos para a produção orgânica?  
a) Importância?
3. Aonde consegue rótulo, embalagem e outros insumos para a venda do produto?  
a) Importância?
4. Aonde consegue as máquinas e os equipamentos para produzi-la o orgânico?  
a) Importância?
5. Aonde consegue máquinas e equipamentos para vender o produto orgânico?  
a) Importância?
6. Aonde recebe assistência (técnica, sanitária, ambiental, jurídica, outra) necessária para a atividade?
7. Como são suas relações/inter-relações com outros produtores rurais?
8. Como se sente fazendo seu trabalho? (projeto de vida, planos e sonhos).

#### Vendedor que também é Produtor Rural

1. Pertence a uma associação?  
a) Importância?
2. Usa financiamento bancário?  
a) Usa o PRONAF? b) Importância?
3. O Mercado de Orgânicos de Curitiba é o local ideal para vender produtos orgânicos?  
a) Vende produtos orgânicos em outro local? b) Qual? c) Como?
4. Recebe assistência (técnica, sanitária, ambiental, jurídica, outra) necessária para a atividade?
5. Quem são os compradores dos produtos orgânicos? (preferência, satisfação, reclamação).
6. Como se sente fazendo o trabalho? (projeto de vida, planos e sonhos).

## TEMÁTICA 4 – DIFICULDADES

### Produtor rural

1. Quais as principais dificuldades para a realização de sua atividade?
  - a) Como procede para superar tais dificuldades? (assistência técnica, financeira, fiscalização, outras) (em grupo, individual).
2. Seu projeto de vida está se realizando? Como?
  - a) Qual atividade sonha praticar?
  - b) Tem um plano para essa outra atividade?

### Vendedor que também é Produtor Rural

1. Quais as principais dificuldades para a realização da venda?
  - a) Como pode superar tais dificuldades? (assistência técnica, financeira, fiscalização, outras) (em grupo, individual).
2. Seu projeto de vida está se realizando? Como?
  - a) Qual outra atividade sonha praticar?
  - b) Tem um plano para esta outra atividade?

## TEMÁTICA 5 – IMPORTÂNCIA

### Produtor rural

1. Qual sua importância, como produtor rural, para o funcionamento do Mercado de Orgânicos de Curitiba?
2. Qual sua participação, como produtor rural, na produção de orgânicos em Curitiba?
3. Qual a importância dos orgânicos para a saúde das famílias curitibanas?
4. Qual a quantidade de orgânicos que produz para o Mercado de Orgânicos de Curitiba?
  - a) Qual a quantidade que produz para outros compradores?
5. Qual a importância dos orgânicos para o solo, a água, a flora e a fauna?

### Vendedor que também Produtor Rural

1. Qual sua importância, como vendedor, para o funcionamento do Mercado de Orgânicos de Curitiba?
2. Qual a importância dos orgânicos para a saúde das famílias curitibanas?
3. Qual a quantidade de orgânicos que vende em Curitiba?
  - a) Qual a participação do Mercado de Orgânicos em suas vendas?
4. Qual a importância dos orgânicos para o solo, a água, a flora e a fauna?

## TEMÁTICA 6 – PRODUTOS ORGÂNICOS

### **Produtor rural**

1. Conhece quais são as características de um produto orgânico?
2. Conhece quais normas devem ser obedecidas para que um produto seja considerado orgânico?
3. Com quais características (quantidade, embalagem) o produto orgânico deve ser apresentado no Mercado de Orgânicos de Curitiba? (a) A legislação é clara e de fácil cumprimento?
4. Produz em todas as épocas do ano? (a) Quais produtos para quais épocas?
5. Toda a quantidade que o vendedor necessita por semana/por mês é produzida?
  - a) Explicação para sim.
  - b) Explicação para não.
6. Como realiza a colheita, a limpeza, a classificação do produto?
7. Qual a rede de apoio para produzir? (a) Para limpar e classificar?

### **Vendedor que também é produtor rural**

1. Conhece as características de um produto orgânico?
2. Conhece quais as normas que devem ser obedecidas para que um produto seja considerado orgânico?
3. Conhece como o produto deve ser embalado para oferecer ao comprador? (a) A legislação é clara e de fácil cumprimento?
4. Qual a rede de apoio para comercializar o produto orgânico?

## ANEXO IV: ENTREVISTAS TRANSCRITAS

### 5.2 Primeira Entrevista: percepção do agricultor “Valdomiro”

#### 5.2.1 BLOCO 1 - PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS

##### Tamanho e uso da propriedade

A propriedade de 36.000 metros quadrados é partilhada com o cunhado. A cobertura florestal ocupa 12.000 metros quadrados. Sobre esta extensão de terra, Valdomiro cultiva 6.000 metros quadrados e o seu cunhado, cultiva em outros 6.000. Ainda permanecem com pouca utilização 12.000 metros quadrados.

##### Localização da propriedade

A propriedade é localizada em Rio Branco do Sul, em Campina dos Pintos. É uma propriedade que todo inverno sofre fortes geadas, isso interfere na produção de Valdomiro. A comunidade de Campina dos Pintos localiza-se há 11 km das sedes de Rio Branco do Sul e de Colombo, municípios do Paraná.

##### Produção na propriedade

Na propriedade de Valdomiro produzem-se lavouras no sistema agroecológico, *“no inverno é produzida couve-manteiga e no verão chuchu e inhame, plantados em outubro, depois do período de ocorrência de geadas. Produz um pouco de frutas: caqui e limão”*. Observa-se que a sazonalidade influencia significativamente o ciclo de produção deste agricultor, e isso pode interferir no seu meio de vida.

##### O dia de trabalho

A atividade durante diária é influenciada pelas estações do ano. Nesta condição Valdomiro trabalha o dia inteiro e *“vai pelo que está mais apurando”*, realizando plantio, tratamentos culturais, colheita e seleção do produto. Nos dias da

semana as atividades produtivas se diferenciam, nas segundas e quartas feiras são dias de colher, nas terças e quintas feiras são dias destinados às Feiras localizadas em Curitiba/PR. Em seu depoimento afirma que *“os preparativos para as feiras começam de madrugada, depois o retorno à propriedade é às quinze horas. A conclusão dos trabalhos nos dias de feira vai até ao anoitecer”*. A couve-manteiga é resistente à geadas e pode ser plantada durante todos os meses do ano. *“Mesmo assim em 2013 a geada foi tão forte que queimou a couve manteiga”*. Essa manifestação confere que a sazonalidade é influenciada pelas estações do ano podendo dificultar a obtenção de renda e qualidade de vida da família do agricultor.

#### A realização da produção na propriedade

O plantio e a colheita são manuais, com uso da enxada e da roçadeira. Não usa mais o trator para arar a terra para plantar. O plantio é direto na palha da lavoura anterior. Usa a roçadeira manual para roçar somente entre as linhas das plantas. Na linha, permanece a planta cultivada junto com as invasoras. As invasoras protegem a planta cultivada de várias maneiras. Ao atrair insetos daninhos e diminuir seu ataque à planta cultivada. Ao proteger planta cultivada contra os excessos de sol e de chuva.

Há crescimento de mais ervas invasoras no verão, exigindo mais roçadas nesta época do ano. Valdomiro informa que no inverno predomina como invasora, o azevém. No verão o azevém desaparece a partir de novembro, e reaparece germinando em maio do ano seguinte, nas vésperas do inverno. No verão o *“mato é mais mole”* e mais fácil de roçar.

A palha, que restou dos cultivos e das roçadas, permanece sobre terreno e ao longo do tempo vai se transformando em solo fértil.

Farinha de osso, hiperfosfato natural, cal e cinza, são produtos naturais, com o uso permitido como fertilizantes. A farinha de osso é produzida no Brasil. O hiperfosfato natural é importado do Chile. O calcário, a cal e a cinza são produzidos em Rio Branco do Sul. A cinza é subproduto dos fornos das indústrias de calcário do município. A cal virgem é o melhor para a produção orgânica, por ser 100% puro.



Valdomiro trabalha sozinho. É separado da mulher e tem dois filhos. A menina tem 8 anos e mora com a mãe em Belém do Pará. O menino tem 4 anos e mora com a irmã de Valdomiro, na propriedade partilhada.

O apoio para a produção vem da Cooperativa de Crédito Cresol, da certificadora Rede Ecovida de Agroecologia e do grupo ao qual Mário pertence, o Grupo Dois Pinheiros com treze (13) famílias. O grupo de treze (13) famílias compõe a Rede Ecovida.

Quatro, das treze famílias, são certificadas em duasificadoras simultaneamente: a Rede Ecovida e o Tecpar. As outras nove são certificadas só pela Rede Ecovida.

## 5.2.2 BLOCO 2 - FACILIDADES PARA PRODUZIR

### Uso de financiamento bancário

O uso do Crédito Rural é realizado através da Cooperativa de Crédito Rural, conveniada com o Banco do Brasil. Mário usa duas linhas de financiamento. Crédito de Custeio, para comprar insumos, como sementes; no preparo da terra para o plantio, nos tratos culturais e na colheita da produção.

Usa outra linha de financiamento que é o Crédito de Investimento, que oferece recursos para serem aplicados na infraestrutura da propriedade com cercas, açudes e edificações. E para aquisição de máquinas, tratores, veículos e equipamentos. Em 2011 com o crédito de investimento comprou uma caminhonete usada, que está pagando em parcelas anuais. Para o Custeio e para o Investimento, os recursos são do Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, com juros de 2% ao ano. O prazo é longo para pagar investimentos. E é curto para pagar o custeio, por estar ligado ao ciclo que vai do preparo da terra até a colheita da hortaliça.

### Insumos para a produção agroecológica

Valdomiro produz suas próprias sementes, chamadas de crioulas. São selecionadas por ele e por outros produtores desde há muito tempo. A partir destas

sementes, Valdomiro produz suas mudas. A Rede Ecovida de Agroecologia mantém um Banco de Sementes e através dele Valdomiro troca sementes com outros produtores.

A qualidade distingue as duas sementes. A semente modificada só produz bem uma vez e depois é preciso comprar semente de novo da firma que a produz. A modificada é menos adaptada à propriedade do que aquelas que Valdomiro escolhe junto com seu grupo.

Com a modificada há maiores prejuízos. A crioula, mais adaptada às condições locais, resiste mais às variações climáticas e ao ataque de doenças.

A assistência técnica para produzir

Valdomiro recebe assistência da Cooperativa – Cresol, da Rede Ecovida e de outros produtores, principalmente aqueles do grupo de Valdomiro, o Grupo Dois Pinheiros, com treze (13) famílias.

As relações com outros produtores para a produção

São estabelecidas na cooperativa – Cresol, na Rede Ecovida e nas reuniões com o Grupo Dois Pinheiros, realizadas em períodos de 30 dias, 60 dias e uma reunião anual.

Reuniões aos 30 dias: o Grupo Dois Pinheiros se reúne a cada 30 dias para analisar a ata da reunião anterior e a realização dos trabalhos nela estabelecidos; para receber as informações que vêm da Rede Ecovida; para analisar necessidades do grupo. Agora, o grupo analisa o repasse de recursos do governo federal para construir uma cozinha industrial e seu maquinário. É oportuno analisar as condições da cozinha pelo fato de existir o apoio de um morador da comunidade que foi eleito vereador e é o atual Secretário da Agricultura de Rio Branco do Sul.

Reuniões aos 60 dias: a cada 60 dias reúnem-se 60 pessoas, oriundas de 30 grupos de produtores agroecológicos. Uma das pessoas é o coordenador do grupo e outra é a representante do Comitê de Ética do grupo. A reunião é realizada para fornecer e receber informações. Da Rede Ecovida, da Cooperativa – Cresol, de

programas do governo municipal, estadual e federal, dentre outros assuntos de interesse dos produtores agroecológicos.

Reuniões anuais: uma vez ao ano, é realizada uma avaliação através do “Olhar Externo”, diz Valdomiro. São tres produtores de outros grupos familiares que vêm analisar as realizações do Grupo Dois Pinheiros e trocar informações.

Para o “Olhar Externo” é realizado treinamento pela Ecovida e alguns produtores já foram treinados. No Grupo Dois Pinheiros, com treze famílias, são escolhidas quatro (4) pessoas para o “Olhar Externo”. No final da tarde, com participação obrigatória de todos, é feita uma reunião geral. Aquele que não participar da reunião perde o certificado de produtor agroecológico por (1) um ano. Justificativa só será aceita nos casos de doenças, falecimentos e outros acontecimentos da mesma magnitude.

Nas palavras de Valdomiro: *“No grupo cada um fica fortalecido. Hoje o produtor isolado pouca renda alcança em uma pequena propriedade. Isolado ele fica por fora de tudo: de como produzir, de como cuidar da propriedade, de como colher, de como vender”*.

#### Contribuição da produção agroecológica para o modo/meio de vida

Mário sempre foi um produtor agrícola. Optou pela agroecologia ao trocar as práticas tradicionais por aquelas que usam hoje para produzir com sustentabilidade. Mesmo porque, diz ele, depois que se começa a produzir orgânicos, não tem como largar. A cada dia se sabe mais e parece ficar para trás quem não se informa. A cada dia cresce a certeza de que é melhor produzir orgânicos.

Sobre se seus filhos de quatro (4) e oito (8) anos, adotarão o mesmo meio de vida, Valdomiro diz que é muito cedo e não dá para saber o que eles têm na cabeça. Quando chegarem aos 18 anos será possível perceber o que eles querem ser. Valdomiro gostaria que estudassem e voltassem a trabalhar na lavoura. Que se formassem em agronomia e voltassem para a propriedade. Mas isso só vai se souber mais lá na frente.

#### 5.2.3 BLOCO 3 – DIFICULDADES PARA PRODUZIR

### Principais dificuldades para a realização da produção

A maior dificuldade é a falta de mão de obra. Não há pessoas disponíveis para trabalhar na roça. Quem está produzindo lavouras, está se dando bem. Há demanda e a renda do produtor agora é maior do que aquela do passado. Mesmo assim a cidade atrai, os filhos vão embora para estudar e ficam por lá para viver outro tipo de vida.

### Procedimento para superar as dificuldades na produção

Para financiamento, hoje há mais recursos bancários do que no passado, com juro anuais baixos e prazos de pagamento maiores. Esta era uma grande dificuldade antes.

A principal dificuldade agora é a falta de mão de obra. Não há pessoas para contratar. E Valdomiro produz menos do que a quantidade que poderia vender. A situação era outra há vinte anos. Era fácil contratar empregado por haver desemprego na cidade. Por outro lado, pouco emprego significava consumo de hortaliças menor e a renda do produtor era menor.

### Interação para superar dificuldades

As dificuldades só são superáveis em grupo. Quando não se resolve no grupo, não se resolve sozinho.

Como a realização do modo/meio de vida é influenciada pelas dificuldades de produzir agroecológicos

Mário não é desestimulado pelas dificuldades atuais. A demanda por agroecológicos é crescente e anima o produtor.

Outras atividades que sonha praticar e plano para sua realização

Valdomiro diz que aparecem outras chances de coisas para fazer, além de produzir e vender agroecológicos. Mas ele não se deixa levar fácil. Compara e permanece produzindo. Já foi trabalhar com um irmão que mora no Pará e que insiste para que volte. Foi, retornou e agora fica por aqui.

#### 5.2.4 BLOCO 4 – VENDA DE ORGÂNICO

##### Realização da colheita

A colheita é manual, realizada sem ajuda de outro.

##### Seleção e preparo para a venda

O preparo do produto é simples. Colhido, o produto é colocado solto em caixas. As embalagens plásticas são evitadas, por gerarem lixo.

Armazenamento praticamente não há. O produto fica na caixa durante o dia de realização das vendas.

Para o transporte é usada a caminhonete, comprada em 2011, com financiamento do Pronaf Investimento.

##### A venda do produto

Vende nas feiras e para os programas PAA e PNAE do governo.

Nas feiras, as vendas são realizadas as terças e às quintas feiras. Mário vende direto ao consumidor, sem atravessador e o produto chega ao ponto de venda mais fresco e mais barato.

Outra venda é realizada nas segundas feiras, para programas governamentais: os Programas de Aquisição de Alimento - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar/Merenda Escolar – PNAE, através destes programas o governo garante a compra de determinadas quantidades de produtos agroecológicos dos produtores rurais. É fixada uma quantia de compra que vai de R\$ 8.500,00 até R\$ 18.000,00 por família e por ano.

No PAA, a garantia de compra é de R\$ 8.500,00 durante seis (6) meses. No PNAE/Merenda Escolar, a garantia é de R\$ 18.000,00 durante o ano. Por mês, cada família recebe de R\$ 1.400,00 até R\$ 1.500,00. Valdomiro chama tais contratos de programas de garantia de uma renda mínima para a família.

O produto à venda é fornecido pelas treze famílias do grupo de Valdomiro. Quem vende nas terças é Valdomiro em dupla com o produtor João. Nas quintas feiras é Mário em dupla com o produtor Elídio.

O controle do pagamento de cada fornecedor é feito considerando a quantidade que cada família entrega para vender. Sobre aquilo que é vendido são descontadas as despesas de combustível, alimentação, e outras.

#### A interação com o comprador

Na venda direta, o produtor entra em contato com o comprador e acontece troca informações e esclarecimentos. Da parte de Valdomiro são informações como: de onde vem o produto, quem é o produtor, o que é a certificação. O comprador esclarece quais suas preferências e quais suas opiniões sobre a qualidade do produto, por exemplo.

Sobre a preferência do comprador pode ser caracterizado um antes e um agora.

Antes, na abertura do ponto de venda, a preferência era por cenoura, beterraba, couve-flor e brócolis. Estes produtos continuam sendo o carro chefe das vendas.

Hoje, primeiro é vendido o carro chefe e depois o que mais se tenha de verduras para vender. O que está em oferta é vendido, diz Valdomiro. Vender assim acontece no ponto de venda no Juvevê, bairro de bom poder aquisitivo.

No Guabirota, outro bairro de Curitiba, as vendas são mais fracas e sobram produtos, devido ao menor poder de compra da região.

#### 5.2.5 BLOCO 5 – FACILIDADES PARA VENDER

##### Financiamento bancário

A Cooperativa de Crédito - CRESOL, em parceria com o Banco do Brasil, supre as necessidades de crédito rural, como aconteceu para comprar a camionete, que Valdomiro usa.

#### Apresentação do produto no ponto de venda

Rótulo e embalagem são dispensados pelas normas de certificação, por serem agricultores familiares. É obrigatório um documento que certifique ser o agricultor, um produtor agroecológico. O atestado é emitido pela Rede Ecovida de Agroecologia. Este documento Valdomiro e todos os do Grupo Dois Pinheiros, têm.

#### Equipamentos

Os equipamentos para o ponto de venda são de pouca sofisticação: balcão sobre um estrado, caixas, algumas prateleiras. Para o transporte da propriedade até o ponto de venda usa veículo próprio.

#### A assistência técnica

Para vender, a assistência é recebida da cooperativa – CRESOL, ligada à certificadora Ecovida, e principalmente dos produtores do Grupo Dois Pinheiros e do Olhar Externo. O espaço para as feiras em Curitiba é aberto por instituições de ensino.

#### Interação com outros produtores para vender

Valdomiro mais um produtor são os vendedores das treze (13) famílias, às terças e quintas feiras. É uma equipe de tres, e dois se revezam ao lado de Valdomiro. Como já dito anteriormente, as despesas de venda são repartidas entre todas as famílias que entregam produtos para vender.

#### 5.2.6 BLOCO 6 – DIFICULDADES PARA VENDER

### Dificuldades para vender

Se produzisse mais, Valdomiro venderia mais. O impedimento para produzir mais é a falta de empregado para contratar. A demanda é maior do que a produção e Valdomiro não consegue produzir mais.

### Procedimentos para superar dificuldades

O que Valdomiro usa para superar dificuldades é a assistência técnica da CRESOL, da Rede Ecovida e o apoio de outros produtores agroecológicos nas reuniões. Valdomiro tem consciência de que no grupo se soma mais energia. É na análise que se compreende melhor o que está acontecendo e se escolhe melhor o que fazer, com a responsabilidade de todos.

### Interação para superar as dificuldades

Mário supera as dificuldades nas interações com outros produtores. Os do seu Grupo Dois Pinheiros, os de outros grupos e da vizinhança em geral. O grupo dá mais força e poder para modificar aquilo que atrapalhe o trabalho do dia a dia. Essas pessoas se organizaram e conseguiu eleger um vereador, produtor da comunidade.

Como a realização do modo/meio de vida é influenciada pelas dificuldades de vender orgânicos

Na construção do projeto de vida as dificuldades sempre aparecem, mas Valdomiro já apreendeu que serão superadas com o auxílio de outras pessoas e instituições.

A dificuldade para contratar empregado é aquela que Valdomiro não consegue superar, no momento, por existir muita oferta de emprego.

### 5.6.5. Pensa em vender outro produto e plano de venda



Por enquanto, vende aquilo que está acostumado. Se Valdomiro pensa em voltar a produzir no sistema convencional, com mais máquina e menos mão de obra? Não. Há prejuízos no antigo sistema de cultivo a começar pela saúde de todos, afetada pelo uso de agrotóxicos.

#### 5.2.7 BLOCO 7 – IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO E VENDA DE AGRO-ECOLÓGICOS

##### Importância

O mais importante é a preservação da saúde de todos, produtores e compradores.

Na propriedade saudável o solo é descontaminado, a água é limpa, a quantidade de micro organismos no solo aumenta e a fertilidade natural é restaurada. Na floresta da propriedade os insetos e os pássaros estão em ação em benefício da plantação. Tudo é mais saudável: o homem, o solo, a água, a flora e a fauna.

Valdomiro e seus vizinhos, situados em cada lado de sua propriedade, são produtores de agroecológicos. É uma sorte. O terceiro lado, a cabeceira da propriedade, é protegido por mata. Valdomiro protege e se sente protegido pelos vizinhos.

A importância da produção agroecológica se expandir em Rio Branco do Sul é ela divulgar a qualidade no município. Na Região o município seria reconhecido como o lugar que produz com segurança alimentar. Seria como se Rio Branco do Sul recebesse, ele todo, um selo de qualidade. A notícia da qualidade de Rio Branco do Sul chegaria até o consumidor.

Da mesma forma, para o Paraná, quantos mais municípios sejam produtores de agroecológicos, mais o Estado será conhecido e valorizado por esta qualidade.

A importância para o comprador, afirma Valdomiro, são os menores gastos com remédios, por ser protegido por alimentos não contaminados e de maior qualidade alimentar.

#### 5.2.8 BLOCO 8 – REDE DE APOIO

## Produção

A atividade de Valdomiro é protegida por uma rede de apoio: seus parceiros de produção, a Rede Ecovida com a certificação, a Cooperativa CRESOL com financiando a juro de 2% ao ano.

A colheita é realizada por Valdomiro. E é Valdomiro o responsável por limpar, classificar, colocar nos engradados e depois levar ao ponto de venda. Na venda prestar atenção no consumidor, e ajustar seu grupo às suas necessidades.

## Venda

Valdomiro é o vendedor, e com esta tarefa completa sua solidariedade ao grupo. Sabendo ser um deles, sabendo quais as características do seu grupo de produtores de orgânicos. E como esta atividade agroecológica vai transformando todos os componentes do grupo.

## 5.2.9 BLOCO 9 – HISTÓRICO PROFISSIONAL E PESSOAL

### Histórico

O histórico de Valdomiro aparece em vários pontos da entrevista. Está com 49 anos, e nasceu e se criou na roça. Começou a trabalhar na roça com seus pais aos dez anos. São 39 anos de trabalho na agricultura.

De 1992 até 1995, fez parte do projeto da Kellogg's, conforme mais adiante ele vai relatar.

A partir de 1996, iniciou o processo de se transformar em produtor agroecológico. Há 17 anos se dedica à produção de orgânicos.

A influência para mudar seu modo de vida aconteceu em reuniões políticas, das quais participava o Universitário. Ele dizia: *“Vocês se matam de trabalhar e ganham pouco. Vocês devem mudar isto. Deixar de produzir como todo mundo, entregando tudo na Ceasa/PR”*. Valdomiro explica que todos entregavam sua produção na Ceasa/PR. A quantidade derrubava o preço, que era sempre muito baixo. *“Tudo era vendido a preço de banana”*, diz Valdomiro.

O Universitário insistia para que se reunissem em associação, para que melhorassem a qualidade do produto, para que encontrassem novos compradores que pagassem um preço melhor do que aquele da Ceasa/PR.

Recebeu de sua família, a formação para tornar-se um produtor rural. Depois, a partir de 1996, apreendeu a ser produtor de agroecológicos com a rede de apoio que encontrou. E a aprendizagem continua, *“pois sempre há o que apreender”*, diz Valdomiro.

As associações que apoiam Valdomiro para vender são as mesmas que o apoiam para produzir. Agora surgiu o apoio de instituições de ensino, oferecendo um ponto de venda direta ao consumidor, na cidade de Curitiba/PR. São o Setor de Ciências Agrárias da UFPR e o Instituto de Educação.

#### 5.2.10 BLOCO 10 – PALAVRA LIVRE

##### O início do trabalho

Valdomiro diz que vai contar como tudo aconteceu, desde o encontro com o Universitário. Qual a formação do Universitário? Mário não sabe. Nem o nome ele lembra.

Primeiro, conseguiram se organizar em associação que foi chamada de associação. Receberam secadora de feijão, classificadora de laranja e outros incentivos de políticas governamentais.

A associação, ainda existe meio desmontada. Tenta-se seu uso para organizar um grupo de mulheres que fariam a reciclagem de lixo.

O Universitário continuou insistindo sobre a necessidade de procurar apoio para realizar algo maior. Começaram a procurar. Até chegarem à Kellog's. Os primeiros projetos foram rejeitados. Dizia a Kellog's que eram projetos muito pequenos. Na terceira tentativa foram aprovados e receberam um recurso de 300.000 dólares, liberado em tres anos. Foi estruturada uma associação para atuar em saúde, educação e agricultura, abrangendo vários municípios do Vale da Ribeira no Paraná.

Dois fuscas foram comprados para deslocamento aos vários municípios. Tres técnicos agrícolas foram contratados para assistência aos associados.

Para a saúde foram selecionadas mulheres, uma de cada comunidade. Foram treinadas por instrutores da Secretaria da Saúde. Até hoje, diz Mário, as mulheres treinadas são agentes de saúde em Rio Branco do Sul/PR. Estão ligadas à Secretaria Municipal da Saúde e com elas atuam um médico e uma enfermeira. Uma vez por mês a equipe atende nas várias comunidades de Rio Branco do Sul/PR, em locais como: Salão Paroquial, Escola, Posto de Saúde e em casas particulares.

A produção agrícola era de responsabilidade dos associados, assistidos pelos tres técnicos. Com essa finalidade foram compradas máquinas e equipamentos: classificadora de laranja; arado de tração animal para os terrenos de muita declividade; trator para os terrenos mais planos.

O Projeto da Kellog's consolidou o primeiro movimento associativo na região. Na associação, Valdomiro e os outros, aprenderam a agir em grupo. Foi um longo aprendizado. A aprendizagem continua até hoje. Vai ser colocada mais uma vez à prova agora que o grupo discute a criação de uma cooperativa.

Valdomiro e um amigo se interessaram pela produção orgânica e se afastaram da associação. *"Toparam a parada"*, diz Valdomiro. Iniciaram a descontaminação do solo em suas propriedades. Para tanto plantaram adubo verde durante 1,5 anos e foram incorporando a palha ao solo, para sua restauração. Enquanto isso para sobreviver, arredaram terra dos vizinhos e nelas continuaram plantando no sistema convencional.

#### A cooperativa

Valdomiro pensa em maiores realizações, para reforçar a ação dos produtores. Seria uma cooperativa de produção agropecuária. Estão pensando e amadurecendo as ideias. É uma empreitada maior. Uma organização que precisa mais do que todas da expansão da solidariedade no grupo, com participação consciente para que os resultados sejam bons para todos.

Para alcançar o número suficiente para o funcionamento da cooperativa, serão necessários produtores de Rio Branco do Sul e de outros tres ou quatro municípios vizinhos. Uma região maior que vai precisar de mais tempo disponível para os contatos.

### 5.3 Segunda Entrevista: percepção do casal de agricultores “João e Maria”

#### 5.3.1 BLOCO 1 - A PRODUÇÃO DE AGROECOLÓGICOS

##### Tamanho e uso da propriedade

A propriedade mede 3,9 hectares ou 39.000 metros quadrados. Tem área cultivada de 1,5 hectares e o restante (2,4 ha) é coberto por floresta. João fala em frutas e plantas medicinais. Maria fala da condução de um sistema integrado agroflorestal, que se expande na propriedade. São plantados na floresta: erva medicinal, aspargo, açafrão, gengibre, inhame, como um experimento para verificar o que melhor se adapta à floresta. Há tanques para piscicultura.

##### Localização da propriedade

É localizada em Morro Grande na localidade de Campina dos Pintos, em Rio Branco do Sul/PR, limítrofe com o município de Colombo, no Paraná.

##### Produção na propriedade

São produzidas ervas medicinais e temperos, por possibilitarem em pequenas quantidades maior valor na venda. Um pouco de frutas, como pêssago, laranja e limão, também é produzido. O peixe é criado só para consumo próprio.

##### O dia de trabalho

Maria trabalha na propriedade. João, entre outras atividades, faz a coleta e venda da produção do grupo na terça-feira, no Setor de Ciências Agrárias da UFPR, no Bairro Juvevê em Curitiba/PR. Na manhã da entrevista João foi buscar e distribuir alevinos para si e outros produzirem peixes.

No dia de feira, João levanta às 4h00 e volta para casa às 18h00 horas.

No sábado começa a preparação para a feira, recolhendo o produto de várias famílias. Além disso, recebe produto de muito longe, de comunidades do Vale

do Rio Ribeira com outro clima, mais quente, que serve para outros tipos de produção, como é o caso da banana.

### Realização da Produção

Maria informa que trabalham só os dois. Nada de máquina. A adubação é agroecológica, com o uso do composto orgânico que produzem. Recebiam assistência técnica da Associação dos Produtores Agrícolas de Colombo para o cultivo tradicional, e agora recebem da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia e da Rede Ecovida de Agroecologia, para a produção agroecológica. A assistência técnica é repassada um produtor para todos os outros do grupo.

### 5.3.2 BLOCO 2 – FACILIDADES PARA PRODUZIR

#### Uso de financiamento bancário

Não usam. Antes pouparam para depois comprar à vista.

#### Insumos para a produção agroecológica

As sementes são coletadas ou permutadas entre agricultores.

O fertilizante é o composto, produzido na propriedade, através da mistura de palha mais esterco, mais restos orgânicos.

#### Assistência Técnica para produzir

Para assistência técnica, recorrem à Emater/PR, à AOPA, à Rede Ecovida, e aos outros agricultores. Maria complementa dizendo *que “recorre também aos seus alfarrábios”*, que são seus livros com informações técnicas.

#### Relações com outros produtores para produzir

As reflexões com o grupo são realizadas em reuniões. Outras compreensões sobre a realidade do grupo e suas necessidades são adquiridas durante a coleta semanal da produção para a terça-feira e em visitas que troca com a vizinhança.

#### Contribuição da produção orgânica para o modo/meio de vida

Maria e João escolheram ser produtor rural como um novo modo de vida. Os dois trabalharam antes em outras atividades. Maria foi contadora da Prefeitura Municipal de Curitiba e diz que, *“com a aposentadoria, escolheu a chácara como modo de vida”*. Lembrou-se do pai que saiu da roça para Curitiba. Ela percebeu que mudar de vida era uma alternativa possível e fez o caminho contrário, da cidade para a roça.

João trabalhou na Usina Hidrelétrica de Furnas e saiu de Brasília para Ivaiporã, no Paraná. Dali para Foz do Iguaçu, também no Paraná, quando foi almoxarife na Hidrelétrica de Itaipu, até 1990.

João e Maria se encontraram em 1992, na Ilha do Mel, litoral do Paraná. Eram separados e João diz que: *“Ela me fez uma proposta: vamos tocar juntos uma chácara?”*

A chácara é de Maria. Em 1992, Maria reassumiu a chácara, que era habitada só por um caseiro. E em 1993, os dois vieram nela morar e é onde estão, faz vinte anos.

Maria relata que produziram muito para a Associação de Produtores Agrícolas de Colombo - APAC, que hoje não existe mais. Para o funcionamento da APAC, foi feito acordo envolvendo a Emater/PR, a Prefeitura de Colombo e os associados da APAC. Havia uma agrônoma chamada Rosângela que através de visitas semanais calculava quanto seria entregue de produto para a APAC, por cada associado.

A APAC terminou em 1999. Maria fala que *“a APAC funcionava otimamente, por que cada um tinha estabelecida sua cota de produção para entregar. Além disso, a APAC incentivava a confecção de compotas, que era mais uma fonte de renda para a família”*.

Quando as cotas de produção de cada família deixaram de ser respeitadas, por abuso do poder político, começou a desunião e a APAC começou a desmoronar.

Faltou solidariedade no grupo e a participação consciente de todos para garantir a sobrevivência da APAC.

Maria relembra que sua preocupação com o ambiente vem do tempo de criança, através de sua família. A mãe lhe ensinava que não é necessário usar veneno para produzir, referindo-se aos agrotóxicos. Junto com suas irmãs fez o aprendizado coletando esterco de boi, para adubo, no Campo da Boiada, na Vila Lindóia. Neste campo eram desembarcados os animais que chegavam de trem. Além de esterco, com suas irmãs, Maria catava cogumelos comestíveis.

Com a mãe aprendeu a refletir e considerar a história familiar como herança. As pessoas devem ser solidárias, identificando-se com problemas e necessidades que são de todos. Agir pensando em toda a sociedade.

### 5.3.3 BLOCO 3 – DIFICULDADES PARA PRODUZIR

Principais dificuldades para a realização da produção

Antigamente, o casal produzia muito e recebia pouco, na APAC e na CEASA/PR – Centrais de Abastecimento do Paraná, localizada no bairro Pinheirinho, em Curitiba. Agora produzem menos e são mais autossuficientes.

Procedimentos para superar dificuldades na produção

Havendo dificuldade, interagem com o grupo para chegar a uma proposta de solução. Com o grupo se esforçam para compreender bem os componentes de cada situação. Para depois realizar as mudanças necessárias, com a aprendizagem de todos. Aprender é a base para construir um mundo melhor.

Interação para superar dificuldades

A superação é conseguida principalmente através do Grupo Dois Pinheiros. O grupo tem 13 famílias. Situação temporária, pois logo será formado outro grupo.

A solidariedade na inter-relação grupal para a percepção das mudanças que são possíveis aumenta a segurança com relação aos resultados que serão



benéficos a todos. Na aprendizagem, que acontece durante o processo, se expande o conhecimento de como o grupo funciona e de quais as características de cada um do grupo. Quer dizer, como cada um pode participar para o grupo funcionar melhor.

Como a realização do modo/meio de via é influenciada pelas dificuldades de produzir orgânicos

Consideram que qualquer dificuldade possa ser superada na atividade da produção agroecológica. Há carências como falta de sinal de TV, de telefone fixo, de sinal de internet. Mas João diz que *“isto não incomoda”*, pois este é o modo de vida que escolheram para os dois.

Outra atividade que sonham praticar e plano para essa outra atividade

Pensam em voltar a produzir frutas, começando com poucas árvores, para não repetir produzir muito e não ter preço, como aconteceu no passado, na primeira tentativa em fruticultura.

#### 5.3.4 BLOCO 4 – VENDA DE ORGÂNICO

Realização da colheita

É manual, realizada pelo casal.

Seleção e preparo para a venda

As ervas medicinais e os temperos, são selecionados e colocados em caixas de plástico para serem vendidos na terça-feira.

A venda do produto

Uma vez por semana, na terça-feira.

## A interação com o comprador

O comprador é esclarecido de várias maneiras para que compreenda o que é um produtor agroecológico. E qual a responsabilidade assumida por este produtor relacionada ao consumidor e sua família. A produção é feita pensando no bem estar dos dois: consumidor e produtor. O esclarecimento é realizado através de conversa, de distribuição de revistas como “Alimentação Saudável”, com Emília e a Turma do Sítio, que contém informações sobre como combinar frutas e verduras para alimentação ser mais equilibrada em seus componentes. É mostrado que o prato deve ser bem colorido, com as cores limão, laranja, cereja, morango, abacate entre outras.

### 5.3.5 BLOCO 5 – FACILIDADES PARA VENDER

#### Financiamento bancário

Não usam financiamento bancário.

#### Apresentação do produto para venda

Em maços, sem embalagem, evitando produzir lixo.

#### Equipamentos

Balcão sobre estrado, caixas de plástico, algumas prateleiras pouco sofisticadas. No transporte, uso de veículo.

#### Assistência técnica

Para vender, além da assistência técnica da AOPA e da Rede Ecovida, um apoio grande são as cotas estabelecidas no Programa de Aquisição de Alimentos - e no Programa Nacional de Alimentação Escolar/Merenda Escolar.

Através do PAA e do PNAE, a Companhia Nacional do Abastecimento-CONAB. Recebe a produção e a distribui para instituições amparadas. A proposta, para 2013, foi de que 30% dos alimentos para o PAA/Merenda Escolar fosse produzido por produtores agroecológicos. O Plano é de crescer a compra de produtos orgânicos em 10% ao ano.

Interação com outros produtores para vender

Para a terça-feira, L. recolhe a produção do Grupo Dois Pinheiros, e se informa sobre a situação de cada família.

Para o PAA e para PNAE, agricultores se alternam recolhendo a produção e entregando para a Conab. São dois programas governamentais que estimulam a participação e consolidam o meio de vida ecológico no grupo, propiciando a realização de mais inter-relação representada pelo rodízio no coletar e entregar o produto.

### 5.3.6 BLOCO 6 – DIFICULDADES PARA VENDER

Dificuldades para a venda

No final de 2013, denúncias quanto a desvios, suspenderam as compras do PAA e do PNAE. Maria e João não acreditam em corrupção, mas sim na intenção de prejudicar a agricultura familiar. Com os dois programas paralisados, há menos venda e há muita sobra de produto. E o que o grupo discute, nestes dias, é o que fazer para diminuir as perdas. Há a percepção, em momentos assim, de que o trabalho individual é insuficiente e que é necessária a energia de todos para a superação daquilo que está acontecendo.

Procedimentos para resolver dificuldades na venda

Para superar dificuldade, como esta da paralisação do PAA e do PNAE, o grupo procura se informar e compreender bem o que está acontecendo para achar

caminhos alternativos de venda, com mais autonomia. A melhor saída seria a formação de uma cooperativa, mas o grupo não está preparado para tanto.

### 6.3. Interação para superar as dificuldades:

O grupo aprendeu, na convivência de muito tempo, a superar dificuldades. Isto faz com que não desistam até a superação daquilo que dificulta as suas realizações.

Como a realização do modo/meio de vida é influenciada pelas dificuldades de vender

Percebe-se que está crescendo o número dos que comprem produtos agroecológicos. Se a quantidade de compradores for suficiente, pode ser que o modo de vida dos pais seja também a escolha dos filhos.

### 6.5. Pensa em vender outro produto e plano de venda:

O casal pensa em expandir a fruticultura, mas *“o que produzem já é suficiente para uma vida simples, sem ostentação e sem complicação”*, João complementa e fala que *“é um modo de vida arcaico, mas bom para ser vivido”*.

## 5.3.7 BLOCO 7 – IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO E VENDA DE ORGÂNICOS

### Importância

Para a família de Maria, sempre foi importante. Para o casal é importante, por significar o equilíbrio da sustentabilidade na propriedade. Em Rio Branco do Sul, a comunidade de Campina dos Pintos, vem se destacando como produtora de orgânicos.

De outro lado, o comprador consciente é fundamental, com sua capacidade de perceber o frescor de um produto por ter sido colhido em um dia e consumido no outro. Por saber que a produção foi realizada numa terra bem equilibrada.

Há vizinhos com outra visão. São produtores convencionais e não acreditam na produção agroecológica, *“para eles é mais fácil passar um herbicida mata-mata*

*do que capinar. Tomar uma Coca-Cola do que fazer um suco de fruta, produzida na propriedade” afirma João.*

### 5.3.8 BLOCO 8 – REDE DE APOIO

#### Produção

Começaram como produtores convencionais assistidos pela APAC e Emater/PR. Passaram para a produção agroecológica e receberam o apoio da AOPA e da Rede Ecovida.

Recentemente, surgiu o apoio do Instituto Federal de Educação, em 2007, e do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, em 2010. As duas instituições oferecem espaço dentro do campus de cada uma para a realização de Feiras de Orgânicos em dois dias da semana: terça- feira e quinta-feira.

### 5.3.9 BLOCO 9 – HISTÓRICO PROFISSIONAL E PESSOAL

Desde 1992 e 1993, Maria e João são produtores de agroecológicos. As razões para terem realizado esta opção são políticas, econômicas e filosóficas.

Maria fala de Wilhelm Reich e de sua teoria da energia das forças vitais; fala de bioenergia e de energia cósmica. Fala da técnica ou procedimento para captar a energia vital do cosmos em benefício de todos. Demonstra a existência desta força unindo seu dedo indicador ao seu dedo polegar. Pede ao entrevistador que use toda a sua força para separa-los. O entrevistador usou muita força, mas não conseguiu separar os dois dedos de Maria.

Para se tornar uma produtora de agroecológicos, Maria herdou de sua família, principalmente da mãe, as noções de sustentabilidade.

O pai de João foi capataz de uma fazenda de café, no Norte do Paraná e foi assim que ele conheceu atividades na agricultura convencional. Com Maria aprendeu e adotou a sustentabilidade.

### 5.3.10 BLOCO 10 – PALAVRA LIVRE

## Mundo melhor

Maria fala sobre a situação de poucos com muito e muitos com pouco. Fala sobre a situação de crianças, mendigos e drogados, sem nenhuma assistência. Fala com paixão e João adverte: *“Calma mulher, olha o coração”*. *“Seres humanos não podem ser explorados por seres humanos, tudo neste mundo é ter”*. A saída é a educação verdadeira, como proposta por Paulo Freire e Leonardo Boff. O indivíduo sendo capaz da crítica e, através dela, de escolher o que fazer para transformar a realidade e criar um mundo melhor para todos. *“No mundo melhor, a terra seria tratada como dádiva para todos. Seria partilhada e em benéfica a todos”*.

## Alfarrábios

Maria continua relatando que “além da assistência de várias instituições e da rede de produtores ela consulta seus alfarrábios”. O de cabeceira é o “Manual de Alternativas Ecológicas” para prevenção e controle de pragas e doenças (caldas, biofertilizantes, fitoterapia animal e defensivos naturais), contribuições dos engenheiros agrônomos de (BURG E MAYER, 1998, p. 9).

Sendo a autora Burg engenheira agrônoma e pedagoga, pela UFS/RS. Diretora do Departamento de Agricultura e Fomento da Secretaria de Agricultura de Francisco Beltrão/PR. Membro da Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços-Cooperiguaçu.

E o autor Mayer é engenheiro agrônomo, formado pela UFSM. Coordenador do projeto de produção Orgânica da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – Assessor e membro da Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços – Cooperiguaçu.

Na apresentação do livro os autores informam que: “produzir organicamente é obra dos cientistas que, diariamente, trabalham e vivem da terra. Produzir organicamente exige esforço, aprendizado e dedicações constantes”, (MAYER e BURG, 1998, p. 9).

## Aprendizagem

Maria relata que o aprendizado acontece através de grupos, instituições e livros, mas é *“na observação da natureza que a aprendizagem tem seu fundamento. A observação conduz até a consciência da composição da natureza. Com o conhecimento empírico”*, e é através dele que se chega ao conhecimento científico.

Na observação da natureza, o aprendizado é contínuo. A natureza, cada dia ensina um pouco mais.

### **5.3 Terceira Entrevista: percepção de “Elídio”**

#### **5.3.1 BLOCO 1 – A PRODUÇÃO DE AGROECOLÓGICOS**

##### **Tamanho e uso da propriedade**

A propriedade de 5,0 ha, pertence ao pai de Elídio, que com 76 anos está afastado da produção.

Na área do pai, Elídio explora 1,0 ha ou 10.0000 metros quadrados, para sua renda própria. Há área de cultivo, terra em pousio, a captação de água em ponto mais alto do terreno é necessária para ser possível a irrigação por gravidade, local de produção de adubo orgânico, área com muitas araucárias para a preservação florestal.

É obrigatória, pelas regras da legislação ambiental, a preservação da flora silvestre. A certificadora da produção agroecológica, a Rede Ecovida, também exige uma cortina de árvores, fazendo uma barreira nas divisas com os vizinhos que realizam plantio convencional. A barreira evita que o vento transporte sementes e agroquímicos contaminantes para dentro da lavoura orgânica.

##### **Localização da propriedade**

No município de Rio Branco do Sul/PR, na comunidade de Campina dos Pintos, há 35 km de Curitiba/PR.

##### **Produção na propriedade**

A atividade de Elídio é a produção agroecológica. No verão 2013/2014, cultivou 1.500 pés de tomate da variedade grande, com o nome comercial de pomodoro pizza, e da variedade cereja, com o nome comercial de Shirley. Outra produção importante é a de cenoura, de dezembro até abril, durante o verão. Dependendo do tempo disponível, e da procura, produz ainda vagem, abobrinha ou qualquer outro hortigranjeiro.

#### O dia de trabalho

O trabalho começa cedo, às 7h00min é iniciada a colheita para atender às encomendas do dia. Depois, o dia de trabalho segue com a realização da desbrote do tomateiro, preparo da terra, molhar as plantas, verificar e combater pragas e doenças. Elídio tem um micro- trator, usado para o transporte dentro da propriedade. Aluga um trator maior, para a aração. Não quis fazer financiamento para comprar o trator grande que custa R\$ 85.000,00. Muito caro para ficar muito tempo parado por que a área cultivada é muito pequena. O financiamento seria com juros de 2% ao ano, e prazo de 10 anos para pagar. A dívida de R\$ 8.500,00/ano seria excessiva para uma máquina que ficaria a maior parte do tempo parada.

#### A realização da produção na propriedade

O principal apoio vem da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia - APOA. Do grupo de 10 famílias de Elídio, duas pessoas a cada dois meses vão até a AOPA e lá recebem orientação de um agrônomo. São levadas as dúvidas do grupo e trazidas instruções sobre o que fazer. Estas duas pessoas têm que ter a capacidade de receber de comunicar o conhecimento ao grupo todo. Ao compreender o que está acontecendo o grupo escolhe, usando a nova informação, a ação para superar a dificuldade que apareceu.

Há muita interação no grupo de 10 famílias, os Dois Pinheiros. Por exemplo, se um verificar que outro não está cumprindo as normas da certificadora Ecovida, isto é trazido para discussão, para proteger o grupo. Pois se houver sanção, ela não atinge só quem está fora do padrão, mas a todo o grupo de 10 famílias. Se um



estiver usando produto inadequado, todo o grupo fica sob o risco de perder a certificação durante um ano.

Na produção agroecológica, o solo é um dos pilares da sustentabilidade. A terra é algo vivo e deve ser bem tratada para fornecer equilíbrio para a planta. Se um produtor estiver arando, sem as práticas de conservação do solo, isto será assunto de discussão no grupo das dez famílias. O produtor está permitindo que o solo seja lavado, perdendo sua força.

Elídio informa que *“é recomendado o plantio na palha do cultivo anterior”*. Nesta prática sustentável, o solo nem pega muito sol, nem muita chuva. A alface plantada na palha da gramínea milho, por exemplo, é protegida e amparada pela palha e produz bem mesmo no verão.

A colheita é manual e realizada por Elídio e sua mulher. A filha de 18 anos só estuda. O produto colhido é colocado em caixas de plástico. No caso do tomate, em uma caixa cabem 25 kg.

A colheita é uma atividade muito pesada, por ser manual, no sol ou no calor forte da estufa de tomate. As outras atividades, por não serem tão urgentes quanto a colheita, podem ser realizadas nas horas mais oportunas do dia.

### 5.3.2 BLOCO 2 – FACILIDADE PARA PRODUZIR

#### Uso de financiamento bancário

Elídio usou o Pronaf Investimento para comprar uma pick-up. Diferente do trator grande que ficaria ocioso, a pick-up foi comprada e já saiu produzindo. É usada diariamente para ir à cidade, à feira, para realizar as entregas. Não há ociosidade, a pick up está sempre em uso.

O crédito rural para investimento também é usado para a instalação das estufas de plástico que protegem o tomateiro. Outra linha de financiamento é o Pronaf Custeio, que Elídio usa para comprar insumos e realizar atividades desde o preparo do solo até a colheita.

#### Insumos para a produção agroecológica

Elídio plantou 1.500 tomateiros e a semente de tomate é o insumo mais caro. Uma semente de tomate cereja Shirley, custa R\$ 0,86. Uma muda de tomate grape fruit, custa R\$ 1,50. São sementes e mudas que o grupo ainda não consegue produzir com qualidade. As sementes mais comuns são trocadas e obtidas no Banco de Sementes.

Os fertilizantes mais usados são esterco de galinha e de peru, feitos a partir da cama de aviários. Elídio usa ainda sulfato de cobre, enxofre, cal virgem. A cal virgem é usada para fazer a calda bordaleza, aplicada para o controle de doenças. Estes são alguns dos produtos permitidos pela certificação, por serem naturais.

Quanto à mecanização, predominam as práticas manuais executadas por Elídio e sua esposa. O trator grande é alugado só para a aração, por facilitar a incorporação da palha no solo.

#### Assistência técnica para produzir

A AOPA presta assistência técnica, a Rede Ecovida realiza a certificação e fiscaliza a realização da produção de acordo com as normas.

Na parte legal da sustentabilidade, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP tem atuado cadastrando os produtores e demarcando as áreas de preservação da flora, da fauna, da água e do solo. Elídio ainda não concluiu os registros das áreas demarcadas por não ter recurso disponível para pagar as taxas que são cobradas pelo IAP.

#### Relações com outros produtores para produzir

As interações acontecem principalmente no grupo das 10 famílias. Elídio esclarece que o grupo no momento tem treze (13) famílias. Mas o grupo deveria ter de oito (8) até dez (10) famílias para favorecer a interação e *“já está na hora de desmembrar e formar outro grupo”*. São realizadas treze (13) reuniões por mês e nelas um é fiscal do outro. Quando na propriedade aonde se realiza a reunião tudo está “normal”, a reunião é feita à noite. Se há suspeita, a reunião é feita durante o dia e todas as treze (13) famílias participam.

## Contribuição da produção orgânica para o modo/meio de vida

A produção agroecológica mudou a vida de Elídio. Antes, quando era produtor convencional, usava agrotóxicos sem receita agrônômica, sem noção de carência, sem limite de quantidade. Elídio tinha frequentes dores de cabeça. Um cunhado foi duas vezes para o hospital, intoxicado. O médico advertiu dizendo que na terceira seria vez e que ele morreria.

Há quinze anos Elídio iniciou a construção de um novo meio de vida e seu cunhado também. Com a qualidade do produto, a segurança alimentar é garantida para Elídio, sua família, seus vizinhos, seu grupo e todos os que consomem seu produto agroecológico.

### 5.3.3 BLOCO 3 – DIFICULDADES PARA PRODUZIR

#### Principais dificuldades para a realização da produção

O principal desestímulo para produzir é o preço recebido pelo produto. É um pouco superior ao do produto convencional, mas não remunera o suficiente. No convencional, o preço é menor, mas a escala de produção é maior e no total o produtor convencional recebe mais.

#### Procedimentos para superar dificuldades na produção

Para superar a dificuldade de renda, Elídio tem se esforçado para vender direto ao consumidor nas terças e nas quintas-feiras. Ou para funcionários de instituições como o Banco do Brasil. Em São José dos Pinhais, um grupo de, dois mil (2.000) bancários está se organizando para realizar compras em grupo.

Para se estabelecer num local como o Mercado de Orgânicos de Curitiba é muito difícil. De um lado as despesas com aluguel, luz, água. De outro, não tem como Elídio ficar todos os dias em um único local só vendendo. Não existe mão-de-obra para ser contratada e Elídio tem que ficar na lavoura.

#### Interação para superar dificuldades

O caminho melhor para superar dificuldades é através da interação no grupo, como Elídio aprendeu nestes últimos quinze anos. Ele tem consciência de que o trabalho em grupo soma mais energia e que a participação consciente de cada um tem como resultado a escolha da melhor alternativa de solução. Aquela solução que todo o grupo vai defender e que será mais respeitada por ter sido escolhida pelo grupo todo.

Como a realização do modo/meio de vida é influenciada pelas dificuldades

O meio de vida de produtor agroecológico é o caminho de Elídio. Com seu grupo vai encontrar saídas benéficas para todos. A cada dia, superar dificuldades é um aprendizado. A reflexão sobre o que está acontecendo permite a transformação de cada um e do grupo para resolver aquilo que se apresenta.

Outra atividade que sonha realizar e plano para essa outra atividade

Outra atividade que Elídio está realizando é o plantio de eucalipto. Junto com o irmão comprou terra inapta para lavoura, devido à alta declividade, e com aptidão para o plantio de eucalipto. Será mais uma fonte de renda.

### 5.3.3 BLOCO 4 – A VENDA DE ORGÂNICOS

Realização de colheita

Quem realiza a colheita é Elídio e sua mulher. Raras vezes contratam alguém.

Seleção e preparo para a venda

A caminhonete “*pick-up*” é essencial para chegar às feiras ou realizar vendas nos mais diferentes pontos de Curitiba, distante 30 km da propriedade.

Para preparar o produto, as etapas são: colher, selecionar, lavar e colocar na caixa de plástico.

Os produtos são: tomate, vagem, pimentão, repolho, alface, brócolis, couve-flor.

#### A venda do produto

As vendas são realizadas em todos os dias, com destaque para a segunda-feira fazendo-se necessário preparar os produtos para os programas do governo, o PAA e o PNAE. Estas vendas foram afetadas pelo escândalo de superfaturar a compra ou de comprar sem o recebimento do produto correspondente. Esta situação começou em setembro de 2013, e estão sendo investigados produtores que, segundo Elídio, não sabiam que tinham seus nomes usados para a realização do desvio de dinheiro.

Na terça-feira, acontece a entrega do produto para a feira no Setor de Ciências Agrárias da UFPR, em Curitiba/PR.

Na quinta-feira, compõe-se a dupla com Valdomiro para ser vendedor na quinta-feira. Como vendedor, em 2013 Elídio trabalhou no Instituto Federal de Educação. Em 2014, será feita a mudança para o Centro Politécnico da UFPR. Elídio considera muito importante o espaço que as instituições de ensino cedem por ser situado próximo do comprador.

A venda para intermediários é o que predomina nas vendas de Elídio. Os intermediários praticam um preço conhecido por todos, que é a cotação do produto no dia. Para tomate pagaram R\$ 3,50/kg, que é um preço compensador. Produto fora do padrão, mas de boa qualidade, é comprado por R\$ 2,50, para fazer molho.

Para agregar mais valor ao produto, o grupo de Elídio está planejando instalar uma cozinha industrial e fazer molho de tomate e outras conservas, principalmente com produto fora de padrão, aquele dos preços muito baixos. O produto depois de processado, seria envasado, receberia o rótulo e o selo de certificação. Deixando de ser um produto muito perecível poderia ser armazenado, e vendido no ritmo da demanda. Isto é, não haveria a urgência de vender.

Muitos produtores, na urgência por ser um produto perecível, são obrigados a vender sua produção numa mesma época do ano. Muitos produtores vendendo muito, numa mesma época criam uma situação que empurra o preço para baixo.

A cozinha industrial tem o financiamento do governo federal a fundo perdido. Financiamento nesta condição não precisa ser pago, mas exige planejamento: projeto de construção, plano de execução da obra e prestação de contas no final da obra.

#### A interação como o comprador

Nos primeiros contatos com o comprador é feita uma apresentação mais detalhada das características do produto. Depois, para o freguês, são prestadas informações sobre as novidades que aparecem. A preferência do comprador é por cenoura, beterraba, couve-flor e brócolis.

### 5.3.5 BLOCO 5– FACILIDADES PARA VENDER

#### Financiamento bancário

Usa o Pronaf Investimento e o Pronaf Custeio. O primeiro para comprar a pick-up e o segundo para preparar o produto para a venda.

#### Apresentação do produto para a venda

O produto é selecionado, lavado, e, embalado nas caixas.

Para o comprador, apresenta um documento da Rede Ecovida, que comprova que o produto é agroecológico.

Para o intermediário, entrega uma cópia do certificado da Rede Ecovida.

#### Equipamentos

Os equipamentos para a feira são: estrado com tampo, caixas plásticas, algumas prateleiras e tabuleiros para expor os produtos.

## Assistência Técnica

Assistência técnica formal para vender, não recebe.

Para realizar as Feiras Elídio forma dupla e um apoia o outro e os dois recebem o apoio de todo o grupo, com a entrega de produtos de qualidade. A solidariedade no grupo é a base para que seja alcançado o melhor resultado do trabalho de todos. Uma parte deste resultado é ter um comprador satisfeito.

## Interação com outros produtores para vender

Há uma rede de relações. Elídio e seu parceiro para vender. O grupo Dois Pinheiros garantindo produção de qualidade. O comprador reconhecendo no produto suas qualidades.

## 5.3.6 BLOCO 6 – DIFICULDADES PARA VENDER

### Dificuldades para vender

A principal dificuldade de Elídio, na venda, é não haver comprador que pague preço diferenciado para o tomate cereja orgânico, que ele vende pelo mesmo preço praticado para o convencional. Ele não sabe a explicação para este comportamento do mercado. Na média, o preço no atacado dos outros produtos agroecológicos se situa 30% acima dos preços dos convencionais.

Quanto aos preços praticados no varejo, Elídio foi verificar em Curitiba. No Supermercado BIG, a bandeja orgânica do tomate grande (pomodoro pizza) é vendida a R\$ 7,80 a cada 350 gramas, o que soma R\$ 23,40 por quilo. Pelo mesmo tomate agroecológico Elídio recebeu R\$ 3,50/kg.

### Procedimentos para resolver dificuldades de venda

A principal dificuldade para vender é ter se espalhado que o produto orgânico é caro demais. Isto deveria ser esclarecido. Como esclarecer? Elídio, por enquanto, não sabe.

#### Interação para superar as dificuldades

A participação de todos, analisando a situação é a melhor forma de reunir a energia suficiente para encontrar uma saída. É o caso da cozinha industrial, com ela o produto seria transformado, perdendo sua característica de muito perecível, podendo ser armazenado por mais tempo e sendo vendido aos poucos de acordo com a demanda.

Como a realização do modo/meio de vida é atrapalhada pelas dificuldades de vender

As dificuldades para vender agroecológicos podem ser superadas com a participação de todos, somando os recursos e conhecimentos do grupo ou se informando sobre como conseguir apoio para a solução, que pode ser, por exemplo, usar crédito rural a juros baixos e prazos longos.

#### 5.5. Pensa em vender outro produto e plano de venda:

Elídio não pensa produzir outra hortaliça, pois já é bem diversificada sua produção. Pensa sobre como vender melhor o que já produz. Ou procura mais alternativas de venda como é o caso do eucalipto, que será vendido como madeira e como combustível para fornos.

### 5.3.7 BLOCO 7 – IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO E VENDA DE ORGÂNICOS

#### Importância

Elídio coloca em primeiro lugar a saúde da família. Em segundo lugar, em importância, é o preço que deveria ser mais de 30% superior ao praticado para o produto convencional.



A saúde inicia no solo descontaminado, que é à base de todo o sistema composto por plantas e água de boa qualidade. Neste ambiente, plantas, insetos e pássaros, interagem e um favorece o outro. A mata nativa, abundante na propriedade, forma barreira para proteger Elídio e sua família, contra os efeitos do plantio convencional dos vizinhos. Elídio contribui para a saúde de toda a vizinhança, mas nem todos os vizinhos agem assim.

A propriedade de Elídio fica a 5 km do Circuito Italiano de Colombo, uma rota de turismo rural. O Circuito atrai muitos turistas e projeta para fora uma imagem de localidade com produção de qualidade, o que beneficia a todos, incluída a comunidade de Elídio.

### 5.3.8 BLOCO 8 – REDE DE APOIO

#### Produção

As atividades de produção são realizadas por Elídio e sua mulher, um apoiando o outro. E mais o apoio vem da AOPA, da Rede Ecovida, da solidariedade do grupo de 10 famílias e da interação com vizinhos em geral.

#### Venda

Nas terças e quintas-feiras, as vendas são mais garantidas, embora a quantidade ainda seja pequena.

A maior quantidade vendida por Elídio é para intermediários conhecidos, que são menos arriscados. Há firmas grandes, de outros estados, que aparecem comprando muito, mas Elídio tem medo. Grandes vendas, grandes riscos. Elídio relata o caso de empresa que no primeiro ano de compras, tratou a todos muito bem, estimulando a produzir. Quando a produção aumentou, cresceu a dependência deste grande comprador. Com mais dependência, começaram os problemas: muito produto, recebendo classificação baixa e preços pagos menores. Preços que muitas vezes não cobriam os custos de produção. Os prejuízos foram grandes.

### 5.3.9 BLOCO 9 – HISTÓRICO PROFISSIONAL E PESSOAL

## Histórico

Elídio tem 44 anos de idade e foi criado produzindo no sistema convencional.

Há quinze anos optou pela produção agroecológica. E foi muito difícil tirar o sistema convencional da cabeça do pai que insistia em usar agroquímicos. Com o tempo e com a idade foi cedendo e agora aos 76 anos afastou-se de vez da produção.

A aprendizagem para ser produtor aconteceu com a própria família. O trabalho era diário, preparando a terra, semeando, tratando da lavoura, colhendo e preparando o produto para a venda. Assim aprendeu, vendo e fazendo.

Hoje em dia Elídio vai até as outras propriedades para continuar aprendendo. Visita aos parentes visita não só os que praticam a agroecologia, mas também quem produza no sistema convencional. A fiscalização há pouco tempo, pegou feio muito produtor convencional. Então, muita coisa mudou. Para atender as exigências da fiscalização, houve evolução tecnológica com adoção do correto procedimento técnico. E Elídio destaca que alguns procedimentos agroecológicos já estão sendo adotados no plantio convencional, para cumprir as exigências legais.

As instituições de apoio, como a AOPA e outras, são fundamentais para o trabalho de Elídio. O grupo de famílias, que é os Dois Pinheiros, também. Com a cozinha industrial vai haver maior diversificação de plantio nas propriedades e mais oportunidade de ser realizado um trabalho com a participação de todos.

### 5.3.10 BLOCO 10 – PALAVRA LIVRE

#### Como Elídio descobriu o tomate orgânico

Em determinado momento da entrevista Elídio se apruma e afirma que quer relatar como *“eu fui pro-orgânico”*.

Elídio ouvia falar da produção orgânica de tomate e não acreditava que se pudesse produzir tomate sem o uso de tanto veneno, como ele e sua família usavam no cultivo do tomateiro.

Nesta época, há muito tempo, soube de uma exposição da agropecuária no Parque Castelo Branco e que nela haveria uma unidade demonstrativa de produção de tomate orgânico. Com o irmão e com um amigo, foi até exposição e lá encontrou a demonstração e pensou: *“Opa, da certo o negócio”*.

Daí em frente foi mudando para produzir tomate orgânico. Elídio dá exemplo de uma mudança com uso de tecnologia orgânica para aumentar a resistência do tomateiro. Há uma planta nativa chamada cavalinha. Ela produz uma pequena cebolinha que contém sílica. *“Cavalinha, tem muita por aqui. Só que não é bom plantar por que infesta a terra e é difícil de controlar”*. A sílica da cavalinha reforça a folha e aumenta a resistência das folhas do tomate contra doenças. Elídio cozinha a cavalinha e aplica o caldo no tomateiro.

O vizinho convencional

Continua sendo usado muito veneno no plantio convencional de tomate. Tem produtor convencional que, por isto, não come o que produz e compra tomate orgânico dos vizinhos agroecológicos.

## 5.5 Quarta Entrevista: A percepção do agricultor “Tibério”

### 5.5.1 BLOCO 1 – A PRODUÇÃO DE AGROECOLÓGICOS

Tamanho e uso da propriedade

A propriedade mede 0,5 alqueires ou 12.100 metros quadrados. Produz, entre outras hortaliças, alface, tomate, repolho, acelga.

Localização da propriedade

Localizada em Campina dos Pintos, em Rio Branco do Sul/PR.

Produção na propriedade

É ótimo, fala Tibério, ter passado para a produção orgânica. O carro chefe é a produção de alface, mas diversifica para não depender só da alface. Tem também 200 caquizeiros, produzindo.

Tibério produzia muito tomate, mas vai desistir. No inverno de 2013, com a maior geada dos últimos 20 anos, o tomate morreu na estufa com o aquecedor ligado. Tomate é colhido no verão e plantado cedo ainda no inverno, sob o risco do frio.

A alface produz durante o ano todo, e com a tecnologia a alface não morreu com a geada de 2013. Mário usa uma lona especial para cobrir a planta, que mantém a verdura aquecida, e a isola do contato com o gelo da geada e a alface não é queimada.

Tibério e sua esposa colhem e colocam a produção em caixas de plástico. A Strapasson embala, rotula e distribui para os varejistas.

Tibério produz também para os programas governamentais PAA e PNAE. Neste caso quem recolhe a cota produzida é a AOPA e a entrega para as instituições beneficiárias dos programas.

#### O dia de trabalho

A produção é feita por Tibério e a esposa. Não sobra tempo para mais nada. Trabalham de escuro a escuro. A colheita deve ser realizada de madrugada, no horário mais fresco do dia. Acorda às 5h00 horas e só termina de trabalhar entre 19h00 e 20h00 horas.

#### A realização da produção

Produz para a Strapasson e para o governo.

Tibério tem contrato de integração com a empresa atacadista chamada Strapasson. É para ela que Tibério produz. A organização da Strapasson é nota 10. Realiza muitos cursos e um deles foi sobre calibragem de máquinas.

O Fruto da Terra, a atacadista anterior de Tibério, deixava o integrado inseguro e acabou quebrando.

### 5.5.2 BLOCO 2 – FACILIDADES PARA PRODUZIR

#### Uso de financiamento bancário

Dependendo dos contratempos usa o PRONAF Custeio, através da Cooperativa de Crédito CRESOL. Completa, com o Custeio, os recursos para realizar o plantio da horta.

#### Insumos para a produção

Os insumos são: farinha para composto, sementes e mudas que compra da AGROFIORE, localizada no bairro São João, em Colombo/PR.

Para capinar, não usa herbicidas por serem proibidos. Usa a carpideirinha da STHIL. Com ela capina e movimenta o solo, destorroando para o próximo plantio.

#### Assistência técnica

Recebe assistência da Strapasson e fiscalização do TECPAR.

#### Relações com outros produtores para produzir

Interage com outros produtores de Campina dos Pintos para saber o que acontece, para saber das ocorrências no desenvolvimento dos cultivos, entre outros assuntos do interesse. Seu grupo formal são as famílias com contrato de integração com a Strapasson.

#### Contribuição da produção orgânica para o modo/meio de vida

Tibério escolheu a lavoura orgânica para escapar dos agrotóxicos, que usava em grande quantidade para produzir tomate e batatinha.

### 5.5.3 BLOCO 3– DIFICULDADES PARA PRODUZIR

## Principais dificuldades para a realização da produção

O preço é principal dificuldade, por estar quase igual ao do convencional. A razão do nivelamento Tibério desconhece e não está entendendo. Com o preço menor, precisaria produzir mais e não encontra empregado para contratar. O produtor convencional, usando máquinas e agroquímicos, produz em maior quantidade e ganha no maior volume que vende.

A desunião do produtor de orgânico é a outra dificuldade. Muita coisa poderia ser resolvida se houvesse a consciência de que o grupo trabalhando unido tem mais energia para superar dificuldades. Com mais participação, haveria a possibilidade de cada um compreender melhor seu papel para resolver os problemas que afetam a todos.

## Procedimentos para superar as dificuldades na produção

Não há dificuldades para produzir, no que diz respeito ao saber o que deve ser feito para produzir. A propriedade já recebeu a certificação, comprovando sua aptidão para a produção sustentável. Há disponibilidade de sementes e de insumos para fazer o adubo orgânico. Há assistência técnica e tecnologia para conduzir a lavoura. Todo este apoio permite conseguir produto de boa qualidade. A quantidade vendida é que é o problema. A cota comprada pela Strapasson poderia ser maior. Ou o preço ser mais diferenciado.

## Interação para a superação das dificuldades

São quatorze (14) as famílias produtoras de orgânicos, integradas à Strapasson. Este é o grupo de Tibério, mas é desunido e poucos assumem responsabilidade com o grupo todo.

## Como a realização do modo/meio de vida é influenciada pelas dificuldades

A vida é saudável, mas Tibério precisa aumentar sua renda. Via preço maior ou via aumentar a quantidade produzida.

Por outro lado, se houvesse mais consciência do consumidor, haveria mais pontos de venda e mais produção vendida. A fiscalização mais rigorosa poderia ser a saída. Quando é divulgado pela fiscalização, a quantidade de agrotóxicos que existe nas hortaliças, o comprador se assusta e sua consciência do risco que corre aumenta.

Outra atividade que sonha praticar e plano para essa outra atividade

O que faria diferente? Já quis fazer algo diferente. Isto já ficou no passado. Teve o sonho de ser torneiro mecânico. Mas o tempo foi passando, passando e passou. Tibério acrescenta: *“o que for para fazer faça hoje. O tempo passa”*.

#### 5.5.4 BLOCO 4 – VENDA DE ORGÂNICO

Realização da colheita

É feita por Tibério e sua esposa.

Seleção e preparo da venda

É feita por Tibério e sua esposa.

A venda do produto

Vende para a Stratapasson e para o governo.

Realiza duas vendas por semana para a Strapasson. A Strapasson pode aumentar a quantidade que compra se houver pedido da parte do varejista. O pagamento é realizado quarenta (40) dias depois da entrega. Como Tibério entrega várias vezes por semana sempre há entrada de dinheiro.

Vende também para o PAA e o PNAE, programas do governo, que fazem a ligação entre o produtor de orgânico e a merenda escolar, as creches, os orfanatos e outras instituições de amparadas pelo governo.

A interação com o comprador

É realizada pelo varejista, que compra da Strapasson.

#### 5.5.5 BLOCO 5 – FACILIDADES PARA VENDER

Financiamento Bancário

Usou PRONAF Investimento para comprar a pick-up, que é o seu meio de transporte.

Apresentação do Produto para a venda

Seleção do produto realizada por Tibério e sua esposa.

Rótulo, embalagem e distribuição, pela Strapasson.

Equipamentos para vender

Responsabilidade do varejista.

Assistência Técnica

Da Strapasson e do Tecpar.

A certificação é feita pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR. A fiscalização pelo Tecpar é realizada duas vezes ao ano.

Interação com outros produtores

Com o grupo de quatorze (14) famílias integradas, são feitas reuniões na Strapasson. São analisados procedimentos de responsabilidade do produtor em sua propriedade.

#### 5.5.6 BLOCO 6 – DIFICULDADES PARA VENDER



## Dificuldades

A quantidade comprada pela Strapasson, através de cotas, é pequena. O casal tem capacidade para produzir mais.

## Procedimentos para resolver dificuldades na venda

A produção agroecológica tem várias vantagens. Há disponibilidade de sementes e de insumos para fazer o adubo orgânico. Há assistência técnica e tecnologia para produzir. Todo este apoio permite conseguir produto de boa qualidade. A quantidade é que é o problema, a cota é que poderia ser maior. Ou o preço ser maior.

## Interação para superar dificuldades

Como já relatado, são realizadas análises em reuniões de quatorze (14) famílias para ver o que pode ser feito para superar o problema. Qual a melhor solução. Cada um fica com a responsabilidade de tocar bem a sua lavoura em sua propriedade.

Como a realização do modo/meio de vida é influenciada pelas dificuldades de vender

Tibério, quando produzia no sistema convencional, usava grande quantidade de agrotóxicos na produção de tomate e batatinha. Para escapar do agrotóxico adotou o sistema sustentável e não vai mudar. Este será seu meio de vida.

## Pensa em vender outro produto e plano de venda

Não. Já foi grande plantador de chuchu, em uma área de 10.000 quadrados. Mas por uma razão que Tibério desconhece o chuchu não produz no sistema agroecológico.

### 5.5.7 BLOCO 7 – IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO E VENDA DE ORGÂNICOS

#### Importância

O mais importante é a saúde da família e de Tibério. Depois que saiu do sistema convencional a sensação que se vive na propriedade é outra. Sensação que pode ser representada pelo sabor. *“Pegue um tomate orgânico e compare com o sabor do tomate convencional”*. A sensação é totalmente outra. Como na propriedade, tudo é totalmente diferente e melhor.

### 5.5.8 BLOCO 8– REDE DE APOIO

#### Produção

Aconteceu alguma coisa errada, marca-se uma reunião do grupo de famílias para estudar o que está acontecendo. Um agrônomo, contratado pela Strapasson, orienta o grupo na análise e na proposta de solução.

#### Venda

O produto é entregue à atacadista Strapasson, que realiza todos os procedimentos de distribuição até o varejista.

O TECPAR faz a fiscalização e indica ao comprador que as normas para a produção agroecológica estão sendo cumpridas.

### 5.5.9 BLOCO 9 – HISTÓRICO PROFISSIONAL E PESSOAL

#### Histórico

Tibério nasceu na roça. Tem 57 anos de idade e desde muito pequeno começou a trabalhar com o pai. Calcula que é produtor rural há 50 anos.

Há quinze anos é produtor de orgânicos. Quis mudar, sentia a saúde ameaçada. A mudança do convencional para o agroecológico no começo foi

complicada, até pegar os macetes. Depois, se vai sempre em frente, sentindo mais felicidade.

A dificuldade da mudança é que no convencional só se pensa na planta. No orgânico se pensa na sustentabilidade, no conjunto de tudo: planta, água, solo, pessoas.

Outra dificuldade é a quantidade de água necessária. Para a fabricação do adubo orgânico ou composto é preciso muita água. O composto é resultado da mistura de restos de cultura, com esterco, com cal e o que mais for recomendado pela assistência técnica como necessário para o equilíbrio do solo e para o desenvolvimento da planta.

Como produtor agroecológico fez parte da APAC (que quebrou), depois da AOPA, depois do “Fruto da Terra” (que quebrou). Realizou a primeira certificação para produzir orgânicos com as Inspeções e Certificações Agropecuárias e Alimentícias - IBD e atualmente tem a certificação do Tecpar.

Hoje está integrado à empresa Strapasson, atacadista que fornece o comércio varejista de Curitiba/PR e região.

Para o contrato de integração a Strapasson exige a certificação agroecológica da propriedade. No contrato estabelece a quantidade de produção orgânica que cada propriedade vai entregar semanalmente, as chamadas cotas.

São quatorze (14) famílias contratadas pela Strapasson, como produtoras de agroecológicos. Para a produção convencional, a Strapasson tem entre 70 e 80 famílias contratadas.

A Strapasson também compra produtos em outras regiões do país. Por exemplo, *“a cada semana são trazidos de Canoas/RS, dois caminhões trucks carregados de alface americana para vender na Região de Curitiba/PR”*.

#### 5.5.10 BLOCO 10 – PALAVRA LIVRE

##### Instituições

A partir da experiência de ter trabalhado com outras instituições, Tibério fala que *“é dez vezes melhor trabalhar com a Strapasson por ter um único dono. Uma associação, com muitos mandando não funciona”*.

A AOPA, já quebrou uma vez. Sobrou só o nome e hoje a AOPA está bem fortalecida. Antes, mal administrada, deixava produto apodrecer por não ter câmara fria. Agora, bem administrada, é sustentada pelos programas governamentais PAA e PNAE.

### Mudanças

Antigamente, no tempo do pai de Tibério era tudo mais simples e resolvido dentro da propriedade.

De vinte anos para cá aconteceu uma explosão muito louca e tudo ficou muito mudado. Para ir para Curitiba/PR a estrada era de barro, demorava muito para chegar e hoje se percorre rápido à distância até a capital. Hoje todo mundo foi para a cidade. Em Campina dos Pintos, localidade de M. Gabriel, de quarenta (40) jovens, todos saíram e estão empregados em Colombo/PR, em Rio Branco do Sul/PR e em Curitiba/Pr.

### As filhas

Sobre se gostaria que as filhas permanecessem fazendo a mesma coisa, Tibério lembra *“que não quer que trabalhem na lavoura. É muito sofrido. Para entregar o contratado trabalha-se com sol e com chuva. Não tem hora”*.

Tibério tem três filhas com 17, 26 e 28 anos de idade. A que tem 28 anos está casada; a de 26 concluiu o curso superior em administração e trabalha em Curitiba/PR, a de 17 é formada em magistério e deseja estudar nutrição. Não vão trabalhar na lavoura.